



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIECONOMICAS - ESAG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINSTRAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TECNOLOGIA RELIGIOSA VOLTADA À PRÁXIS EM  
ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ DA SOCIEDADE  
CIVIL**

**ELIZE JACINTO**

**FLORIANÓPOLIS, 2020**

**ELIZE JACINTO**

**TECNOLOGIA RELIGIOSA VOLTADA À PRÁXIS EM  
ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a qualificação de tese de mestrado.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Custódio Serafim

Coorientador: Prof. Dr. Marcello Beckert Zappellini

Florianópolis, SC  
2020

Jacinto, Elize

Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis em organizações  
baseadas na fé da sociedade civil / Elize Jacinto. -- 2020.  
186 p.

Orientador: Maurício C. Serafim

Coorientador: Marcello B. Zappellini

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas -  
ESAG, Programa de Pós-Graduação em Administração,  
Florianópolis, 2020.

1. Organizações Baseadas na Fé . 2. Tecnologia Religiosa  
Voltada à Práxis . 3. Organizações Baseadas na Fé da Sociedade  
Civil . 4. Religião . 5. Fé . I. Serafim, Maurício C. . II. Zappellini,  
Marcello B.III. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro  
de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG,  
Programa de Pós-Graduação em Administração. IV. Título.

**ELIZE JACINTO**

**TECNOLOGIA RELIGIOSA VOLTADA À PRÁXIS EM ORGANIZAÇÕES  
BASEADAS NA FÉ DA SOCIEDADE CIVIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a qualificação de tese de mestrado.

**Banca examinadora:**

Coorientador: \_\_\_\_\_  
Dr. Marcello Beckert Zappellini  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros: \_\_\_\_\_  
Dra. Carolina Andion  
Universidade do Estado de Santa Catarina

\_\_\_\_\_  
Dra. Silvia M. R. De Domenico  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Florianópolis, 16 de julho de 2020**

## AGRADECIMENTOS

Pensar em agradecer, revela nos mínimos detalhes que é difícil concluir etapas importantes da vida sem receber ajuda. Agradecer é um exercício que demanda certo esforço, porém é necessário para que exercitemos em nós o reconhecimento e a humildade de que em alguns momentos, precisaremos nos apoiar nos ombros de outros para conseguir vencer a caminhada.

Portanto eu agradeço a Deus, que me concedeu sabedoria, paciência, tranquilidade e paz para concluir esse processo. Ele é quem me ajuda a superar desafios, é quem rege minhas motivações e me mostra nos dias de desânimo, que Nele há esperança, consolo e paz. Por ter estado ao meu lado, todos os dias desde que nasci, e continuar comigo até o fim, eu te agradeço. Como sempre digo, nada do que faço em minha vida é meu, antes, é nosso.

Agradeço ao meu marido Ivan, por toda a paciência e apoio, por me motivar a ajudar por meio de ações e palavra, obrigada por ser meu parceiro e por resistir bravamente aos meus períodos de tensão.

A meus pais Marilda e Gonçalo que sempre investiram em meus estudos e me motivaram a ir atrás de meus objetivos, por nunca terem medido esforços para me educar como uma pessoa que ama e respeita o próximo. Minhas melhores referências vieram de vocês, e mesmo longe, sempre estiveram orando por mim e ajudando por meio de longas conversas. Agradeço a toda minha família que tanto amo.

Ao meu orientador, Prof. Maurício Serafim, que desde o início sempre teve paciência, me incentivou neste caminho e atendeu aos meus chamados, me apresentando perspectivas novas e úteis para a vida, muito obrigada.

Muito obrigada ao Prof. Marcello Zappellini, meu co-orientador. Eu sou grata pela disponibilidade, pelas dicas, pela atenção e cuidado em me ajudar a atingir as etapas finais deste processo. Sempre pronto em responder a auxiliar, seu apoio extra fez toda a diferença.

Aos colegas que eu adquiri neste processo, Bruno, Laís, Clara, Débora, Ana, Lilian, Laleska, Felipe, que sempre me ajudaram quando houve um pedido de socorro. Muito obrigada.

À querida Silvia que foi uma amizade que o mestrado me trouxe. Acredito que Deus coloca as pessoas em nossa vida nos momentos certos. Obrigada pelo apoio e pelas dicas extras.

Às professoras Carolina Andion e Silvia M. R. De Domenico pela participação nas bancas de qualificação e defesa.

Muito obrigada a todos os funcionários da Universidade do Estado de Santa Catarina, que sempre estiveram prontos a me ajudar em minhas distintas demandas, em especial à bolsa do Programa de Monitoria que me auxiliou em meus estudos.

Agradeço a cada um dos entrevistados que se dispuseram a compartilhar suas experiências. Aprendi muito com cada um de vocês, e sem esse envolvimento, eu não teria concluído meu planejamento. Muito obrigada! Desejo a vocês resistência e amor para continuar desempenhando este trabalho.

Por fim, agradeço gentilmente ao Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) e ao Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP) que prontamente me permitiram acesso aos dados e ofereceram auxílio dando dicas importantes.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é estudar as Organizações Baseadas na Fé (OBF). As Organizações Baseadas na Fé apresentam um campo recente de estudos e não possuem uma definição consensual sobre seu conceito. Por meio de uma revisão sistemática e estudo bibliométrico, foi possível constatar que estas organizações manifestam uma atuação complexa e pulverizada. Participam nas mais distintas áreas da sociedade, e por meio de uma taxonomia proposta por este trabalho, elas foram divididas em três grupos organizacionais: Organizações Religiosas (OR), Organizações Empresariais Baseadas na Fé (OEBF) e Organizações Baseadas na Fé da Sociedade Civil (OBFSC). Para esta dissertação, buscou-se aprofundamento na compreensão das Organizações Baseadas na Fé da Sociedade Civil (OBFSC). A atuação da religiosidade/espiritualidade e fé na vida dos indivíduos, percebida por meio da leitura de artigos, possibilitou o desenvolvimento da Tecnologia Religiosa Voltada a Práxis (TRVP), cuja origem se encontra nos termos *techné*, técnica, tecnologia e práxis, e a partir destes conceitos, é desenvolvida, nesta dissertação, a fundamentação para a proposta da TRVP. A TRVP diz respeito às práticas exercidas pelos indivíduos motivados por sua religiosidade/espiritualidade e fé. A fim de compreender como se desenvolve a TRVP no ambiente das OBFSC, foram entrevistados 22 coordenadores e gestores de 18 ONG Baseadas na Fé atuantes na Arena da Criança e do Adolescente e participantes no Observatório de Inovação Social do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública/NISP. Os resultados desta pesquisa qualitativa evidenciaram que as práticas da TRVP são ações recorrentes e relevantes dentro das organizações que professam fé, influenciando conduta, tomadas de decisões e desenvolvimento de programas e projetos oferecidos. Para abordagens futuras, sugere-se estudo comparativo entre OBFSC e as chamadas Organizações Seculares – que não possuem motivação religiosa – a fim de elucidar distinções na condução de projetos, resolução de conflitos e dinâmica organizacional e estudo das OEBF e o desenvolvimento da TRVP no ambiente das organizações empresariais.

**Palavras-chave:** Organizações Baseadas na Fé. Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis. Organizações Baseadas na Fé da Sociedade Civil. Religião. Fé.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to study Faith Based Organizations. Faith Based Organizations are a recent field of study and do not have a consensual definition about their character. Through a systematic review and bibliometric study, it was possible to verify that these organizations manifest a complex and fragmented performance. They participate in the most different areas of society, and through an attempt proposed by this work, they were divided into three organizational groups, namely: Religious Organizations (OR), Faith Based Business Organizations (OEBF) and Faith Based Organizations from Civil Society (OBFSC). For this study, we sought to deepen the understanding of Civil Society Faith Based Organizations (OBFSC). The role of religiosity / spirituality and faith in the lives of individuals, perceived through the reading of articles, gave rise to the development of Religious Technology Focused on Praxis (TRVP), whose origin is found in terms of *techné*, technique, technology and praxis, and Based on these concepts, the rationale for the TRVP proposal is developed in this dissertation. TRVP concerns the practices exercised by individuals motivated by their religiosity / spirituality and Faith. In order to understand how TRVP develops in the OBFSC environment, 22 coordinators and managers from 18 Faith-based NGOs working at the Children and Adolescents Arena and participants in the Social Innovation Observatory of the Center for Social Innovations in the Public Sphere were interviewed / NISP. The results of this qualitative research showed that the practices of TRVP are recurrent and relevant actions within organizations that profess faith, influencing conduct, decision making and development of programs and projects offered. For future approaches, a comparative study between OBFSC and the so – called Secular Organizations – which have no religious motivation - is suggested in order to elucidate distinctions in the conduct of projects, conflict resolution and organizational dynamics and the study of OEBF and the development of TRVP in the environment business organizations.

**Keywords:** Faith-based organizations. Praxis-Related Religious Technology. Civil Society Faith-Based Organizations. Religion. Faith.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenvolvimento da sociedade civil (Continua).....	38
Quadro 2 - Theoria, Poiesis e Práxis .....	58
Quadro 3 - Esquema de techné, técnica, tecnologia e práxis .....	77
Quadro 4 - Fenômeno, sujeitos e campo de pesquisa.....	78
Quadro 5 - Classificação da pesquisa .....	86
Quadro 6 - Temática para entrevistas .....	86
Quadro 7 - Protocolo de análise dos dados .....	94
Quadro 8 – Distribuição de Bradford .....	110
Quadro 9 – Cálculo da Lei de Lotka.....	112
Quadro 10 - Síntese dos pontos relevantes da Redução Sociológica .....	115
Quadro 11 - Leis da Redução Sociológica .....	115
Quadro 12 - Diferenças entre Organizações Baseadas na Fé e Organizações Religiosas .....	118
Quadro 13 - As expressões da TRVP .....	158
Quadro 14 - Resumo da análise das entrevistas .....	159

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rede das OBF: Relação entre os diferentes atores e contextos .....	27
Figura 2 - Roteiro geral para condução das entrevistas.....	91
Figura 3 - Métodos utilizados para busca de artigos e resultados .....	97
Figura 4 - Relações entre Techné, Técnica e Tecnologia.....	102
Figura 5 - TRVP e suas expressões .....	104

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	14
1.2 PERGUNTA DE PESQUISA .....	17
1.3 PRESSUPOSTOS DE PESQUISA .....	17
1.4 OBJETIVO GERAL .....	20
<b>1.4.1 Objetivos Específicos</b> .....	<b>20</b>
1.5 JUSTIFICATIVA.....	20
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>25</b>
2.1 REVISÃO SISTEMÁTICA E ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ .....	25
<b>2.1.1 Revisão sistemática e estudo bibliométrico das organizações baseadas na fé e sua relação com religiosidade, espiritualidade e fé</b> .....	<b>25</b>
<b>2.1.2 Análise e discussão da revisão sistemática e estudo bibliométrico</b> .....	<b>26</b>
2.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	28
<b>2.2.1 Conhecendo a sociedade civil</b> .....	<b>28</b>
2.2.1.1 Breve histórico do conceito da sociedade civil .....	34
2.3 COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL .....	39
2.4 AS PRINCIPAIS TIPOLOGIAS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL .....	41
<b>2.4.1 Organizações sem fins lucrativos</b> .....	<b>41</b>
<b>2.4.2 As teorias do sem fins lucrativos</b> .....	<b>43</b>
2.4.2.1 <i>Do Estado do Bem-Estar às origens sociais</i> .....	43
<b>2.4.3 A nova gestão pública</b> .....	<b>45</b>
2.4.3.1 Organizações não governamentais .....	46
2.5 UM ENFOQUE ANTROPOLÓGICO A RESPEITO DA AÇÃO DO HOMEM, ESTADO E RELIGIÃO NA SOCIEDADE CIVIL .....	48
2.6 ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ – OBF.....	53
2.7 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS BASEADAS NA FÉ - ORBF .....	54
2.8 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BASEADAS NA FÉ - OSCBF .....	55
2.9 ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS BASEADAS NA FÉ - OEBF .....	56
2.10 <i>TECHNÉ</i> , TÉCNICA, TECNOLOGIA, PRÁXIS .....	57
<b>2.10.1 <i>Techné</i></b> .....	<b>57</b>
<b>2.10.2 Técnica</b> .....	<b>60</b>
<b>2.10.3 Tecnologia</b> .....	<b>64</b>
<b>2.10.4 Práxis</b> .....	<b>74</b>
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>78</b>
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	78
<b>3.3.1 Caracterização da pesquisa</b> .....	<b>78</b>
3.4 TEMÁTICA PARA AS ENTREVISTAS E SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES .....	86
<b>3.4.1 Abordagem via telefone</b> .....	<b>89</b>

<b>3.4.2 Preparação e realização das entrevistas</b> .....	90
3.5 ANÁLISE DOS DADOS .....	92
3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA E DA BIBLIOMETRIA .....	95
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>100</b>
4.1 A TECNOLOGIA RELIGIOSA VOLTADA À PRÁXIS - TRVP .....	100
4.2 ANÁLISE E RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA E ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	106
<b>4.2.1 Compreendendo as categorias</b> .....	106
4.3 BRASIL EM QUESTÃO: ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS (OR) OU ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ (OBF)?.....	113
4.4 TAXONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ - OBF.....	119
4.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	125
<b>4.5.1 O perfil das organizações</b> .....	126
<b>4.5.2 Missão e valores</b> .....	126
<b>4.5.3 Bem-estar e dinâmica das organizações</b> .....	128
<b>4.5.4 Desenvolvimento organizacional</b> .....	130
<b>4.5.5 Principais desafios</b> .....	133
<b>4.5.6 Atuação na pandemia do Covid-19</b> .....	136
<b>4.5.7 Divisão religiosa</b> .....	138
<b>4.5.8 Nível de religiosidade</b> .....	141
<b>4.5.9 Estado</b> .....	143
<b>4.5.10 Religião</b> .....	145
<b>4.5.11 Religião/fé do indivíduo e a religião do indivíduo na organização</b> .....	146
<b>4.5.12 Tecnologia Religiosa Voltada À Práxis - TRVP</b> .....	149
4.6 DISCUSSÃO.....	160
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>170</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS</b> .....	<b>183</b>
<b>APÊNDICE B – NUVEM DE PALAVRAS</b> .....	<b>184</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Pouco se ouve falar em Organizações Baseadas na Fé. A menção ao termo pode suscitar curiosidades e algumas dúvidas. Tais eventos são compreensíveis, pois esse campo de estudos é recente, e traz à luz novas perspectivas e propostas ao que se entende como o papel da fé e religião, não apenas à vida íntima da pessoa e ao seu espaço físico de culto ou adoração, mas ao campo das organizações, fazendo notar como a atribuição da crença influencia os mais distintos níveis de vivência do ser humano. É possível constatar e perceber que a religião desenvolve atribuições relevantes nas ações e condutas do indivíduo que professa algum tipo de fé, e como uma roupa invisível ele a veste todos os dias e a leva consigo onde quer que vá, transita com essa vestimenta em casa, na rua, e principalmente nas organizações.

As OBF (Organizações Baseadas na Fé) podem ser compreendidas pela manutenção de sua identidade religiosa (BIELEFELD; CLEVELAND, 2013). Netting et al. (2009) descrevem que para as 15 organizações por eles pesquisadas – sendo de tradições judaicas, cristãs e muçumanas – seu imperativo moral de serviço e crença pessoal e sua responsabilidade perante Deus eram tratadas com muito mais profundidade do que qualquer atração para a secularização. Esse juízo de vocação auxilia a continuidade das OBF, ao invés de diminuir a expressão religiosa em virtude das pressões seculares (TRULEAR, 2007).

Fritz (2018) inclui distintas tipologias de instituições na lista de OBF, estas podem ser representadas na forma de congregações religiosas (igrejas, mesquitas, sinagogas ou templos); organizações privadas; programas ou projetos patrocinados/hospedados por uma congregação religiosa; também podem ser retratadas por organizações sem fins lucrativos, fundadas por convenção religiosa ou simplesmente por motivos religiosos ou de fé e que possua membros que declarem explicitamente a motivação de crença (FRITZ, 2018). Neste contexto, três principais categorias de OBF são identificadas, quais sejam: Organizações Religiosas (OR), Organizações da Sociedade Civil Baseadas na Fé (OSCBF) e Organizações Empresariais Baseadas na Fé (OEBF).

Assim sendo, nota-se que a atuação das OBF na sociedade é antiga e fortemente ligada à religião e fé. Mesmo que distante da notoriedade pública, o contínuo atuar nas mais diversas comunidades e áreas permitem a sua permanência e seu constante desenvolvimento.

Em grande parte destas organizações, o sentido de vocação à missão pode favorecer a continuidade da identidade religiosa. Desde sua fundação, este preceito é um importante chamado a fim de atrair e motivar funcionários ou voluntários. Bielefeld e Cleveland (2013) ainda declaram que quando estas organizações trabalham em redes entre si – sistemas de apoio

– em especial entre aquelas que possuem as mesmas crenças e/ou que realizam funções similares em localidades diferentes, é possível notar que tais laços as ajudam a reforçar a identidade religiosa por meio do contato e intercâmbio regulares de pessoas e ideias.

Com a pretensão de assimilar o papel, a atuação e os princípios das OBF, realizou-se uma revisão sistemática e um estudo bibliométrico que trouxeram à luz diversas questões que permitiram a compreensão de que esse campo de estudo é complexo e intrincado, e está longe de apresentar uma única definição sobre o caráter das mesmas. Para além das características mais gerais destas OBF foi possível constatar, por intermédio deste estudo, que a fé e a religião são componentes que regem fortemente as decisões do indivíduo em todas as esferas de vivência, inclusive no que diz respeito ao âmbito organizacional. Constatou-se o uso de práticas específicas que direcionam suas ações e decisões, como por exemplo, rezas, orações, meditações, jejum, confissão, leitura de livros sagrados como a Bíblia, o Alcorão, a Torá, Cânticos ao Divino.

Estas ações evidenciam a conexão com o Divino com o propósito de obter força, consolo e auxílio em tomadas de decisões. Como observado através do estudo bibliométrico e da revisão sistemática, tais práticas estão fortemente conectadas ao indivíduo que professa uma fé.

Após compreender-se essa importante associação, foi desenvolvido o termo Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis (TRVP). É fundamental esclarecer que o termo “tecnologia” não faz menção e tampouco se aproxima ao que é atualmente associado o seu significado como inovações tecnológicas ou ao que diz respeito ao desenvolvimento dos meios eletrônicos. A tecnologia, neste contexto, é o termo que se relaciona ao conceito clássico do grego *techné*, que retrata a capacidade intelectual de usar instrumentos e aplicá-los a fim para se adaptar ao ambiente (ESPARZA, 1997).

Serafim e Feuerschütte (2013, p. 178) desenvolveram o termo prévio “tecnologia religiosa”, afirmando que esta exprime “[...] um conjunto de normas e técnicas de comportamento e disciplina emocional por meio das quais se consegue que as ações sejam realizadas [...]”, contudo, com o propósito de compreender a extensão de uma decisão moral e eticamente orientada, foi desenvolvido o termo tecnologia religiosa voltada à práxis. A *techné*, que origina o termo tecnologia, pode representar o conjunto de normas e técnicas pelas quais as coisas se operacionalizam, contudo, seu conceito é mais amplo e profundo.

O sentido grego de *techné* discorrido por Platão e Aristóteles refere-se a um “[...] conjunto de conhecimentos efetivos que também é acompanhado pelo conhecimento das razões ou causas pelas quais o procedimento é eficaz.” (SUÁREZ, 2008, p. 85). O sentido da práxis

se aplica à tecnologia religiosa, pois a tecnologia não fornece uma base para a ação ética. A premissa da ação ética está centrada na práxis que por meio da *phrónesis* viabiliza a ação moral.

Assim sendo, a TRVP pode ser entendida como a expressão da atuação da religião na vida do indivíduo, resultando em práticas específicas na esfera de ações explícitas, sejam individuais (orações, meditação, jejum) ou coletivas (orações, ir à igreja, comemoração de datas religiosas). A TRVP, por meio da influência religiosa manifesta-se também, em ações de transformação na esfera de valores, princípios, ética e aspectos morais do indivíduo, onde ele utiliza elementos da ação ética para agir bem.

Além da elaboração do conceito de TRVP, este trabalho objetiva verificar as manifestações da TRVP nas OBFSC. O recorte necessário é ainda um motivador de estudos futuros nesse campo, que é recente, contudo, repleto de indagações que precisam ser respondidas. O propósito desta dissertação é compreender como a fé influencia as decisões em âmbitos organizacionais e se a mesma de fato é diferencial na vida cotidiana das organizações.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Não é possível estudar as OBF e a tecnologia religiosa voltada à práxis sem esbarrar nas influências religiosas presentes na sociedade. É praticamente acordo comum que a religião atua nas mais distintas formas sociais e que permanece exercendo um importante papel no meio, mas encontra-se uma porta fechada quando se pretende entrar no campo das organizações. Como dito anteriormente, sabendo-se que este é um campo vasto, procurar compreender a sua influência sob distintas óticas, configura ainda hoje um grande desafio.

De acordo com James Nelson (2009), desde os tempos pré-históricos até os dias presentes, a religião tem tido uma parte central na cultura e experiência humanas. As religiões têm existido em todos os tempos e sociedades. Tradicionalmente o termo “religião” era usado para se referir a todos os aspectos do relacionamento humano com o Divino ou com o transcendental – algo maior que nós, a fonte e objetivo de toda a vida e valor humano (NELSON, 2009).

Mais recentemente, os estudiosos buscam entender as religiões como atividades e modos de vida, por exemplo: a formação de emoções distintas, de hábitos distintos, práticas ou virtudes; de propósitos distintos, desejos, paixões e comprometimentos; e de crenças e formas de pensar distintas, juntamente com uma distinta forma de viver. Pretendem que tais aspectos abram a discussão do “[...] que eles estão fazendo e porque o fazem.” (NELSON, 2009, p. 3).

É importante compreender, então, que a religião não diz respeito apenas ao transcendente, como algo que está fora do indivíduo, mas diz respeito também ao imanente na vida corporal do ser humano, algo que está internamente solidificado e que é capaz de influenciar experiências diárias e práticas (NELSON, 2009).

Em um artigo do início desse século, o eminente sociólogo das religiões Peter Berger procurou demonstrar que a denominada “teoria da secularização” – segundo a qual a “[...] modernização leva necessariamente a um declínio da religião, tanto na sociedade quanto na mentalidade das pessoas [...]” – está equivocada (BERGER, 2001, p. 10). Ele argumentou que se vive num mundo tão religioso quanto antes e, em alguns lugares, até aumentou. A impressão de que a religião e as organizações a ela relacionadas estão declinando, segundo o autor, dá-se mais pelo caráter enviesado do desejo secularizante de algumas áreas da academia do que pela realidade.

Valores baseados em caridade são parte fundamental de todas as principais religiões do mundo, incluindo o judaísmo, cristianismo, islamismo, hinduísmo e budismo. A Bíblia encoraja os cristãos a praticarem caridade para com os membros vulneráveis, o Alcorão é igualmente notado com instruções para que impulsionam os fiéis a agir com benevolência. O *zakat* – prática de caridade obrigatória – é um dos cinco pilares do Islã (FERRIS, 2011). De igual maneira, o hinduísmo exige que seus adeptos pratiquem caridade, dando esmolas e alimentando os mais necessitados (RAKODI, 2010).

Tendo como motivador principal a fé e religião, o humanitarismo baseado no credo assume distintas configurações, desde esforços individuais até operações profissionais de grandes organizações não governamentais (ONG) internacionais. No que diz respeito às ações humanitárias no campo das OBF, compreender seus atributos e sua natureza, bem como sua configuração, é parte importante deste trabalho, uma vez que seu caráter constitui características singulares e distintas das organizações “convencionais”.

Clarke e Jennings (2008) definem uma OBF como qualquer organização que possua inspiração e orientação para suas atividades a partir dos ensinamentos e princípios baseados na fé. Estes autores, e outros que exploram a temática, reconhecem que a definição é demasiadamente ampla, ela também reflete as dificuldades em desenvolver uma determinação que expresse sua significação exata, e que estabeleça uma conexão entre diferentes tradições de fé e a multiplicidade das expressões organizacionais (SIDER; UNRUH, 2004).

Por intermédio de um estudo bibliométrico e de uma revisão sistemática sobre Organizações Baseadas na Fé, foi possível constatar a falta de uma delimitação geral sobre quais determinantes envolvem estas organizações e quais são suas tipologias. Observou-se

também uma ampla variedade temática sobre esse assunto, não sendo possível encontrar um autor de referência consolidado na área, bem como a falta de teorias que possam embasar os estudos destas organizações. Ficou nítido, contudo, como a espiritualidade, a religiosidade e a fé são capazes de impulsionar as pessoas a agirem em prol do outro, e a desenvolverem tecnologias específicas, que foram constatadas como oriundas dos princípios e valores de fé.

Assim sendo, é importante evidenciar, que mesmo com proposições diversas, um ponto em comum é a presença constante do papel fundamental da religião e fé, assim como a busca pelo constante desenvolvimento da perspectiva dos envolvidos nessas organizações e o papel presente do humanitarismo e caritativismo, ambos promulgados pelos princípios de fé dos colaboradores e voluntários. O papel social destas organizações não pode deixar de ser percebido e merece atenção especial pelo envolvimento, majoritariamente voluntário, dos participantes (em sua maioria fiéis ou com princípios religiosos) que compõe o quadro participativo das OBF.

As OBF foram ignoradas, durante décadas, nas principais discussões sobre desenvolvimento comunitário (WILLS, 2009). Contudo, as OBF têm adotado uma postura proativa em iniciar contato com doadores/financiadores nos últimos anos, visando um maior envolvimento em intervenções de desenvolvimento da comunidade, tais como escolas, orfanatos, asilos, hospitais, universidades, empresas, movimentos sociais, organizações de serviço social (crianças em situação de rua, apoio a gestantes carentes, etc.), organizações de ajuda mútua (Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, etc.), entre outros.

Mesmo que as premissas fundamentais sejam religiosidade e fé, cada uma destas organizações possui histórias, relações com seus constituintes, pontos de vista sobre suas missões e formas de trabalho completamente distintas umas das outras. Ferris (2011) ainda acrescenta que embora algumas organizações afirmem ser baseadas na fé, muitas vezes não existem sinais claros da relação da fé entre elas. Em contrapartida, outras organizações que possuem nomes que “soam seculares” podem possuir forte componente de fé.

Portanto, em virtude dos dados e conceitos encontrados, pretende-se compreender alguns questionamentos, tais como: Como se dá, de fato, o envolvimento da religião e fé nessas organizações? Quais ações tomadas pelos voluntários podem ser caracterizadas como parte da “tecnologia religiosa voltada à práxis” nessas organizações? Como atuam as OBF pertencentes à Arena da Criança e do Adolescente em Florianópolis? Existem distintos níveis de religiosidade nas diferentes organizações? Como a fé e/ou a crença influenciam na tomada de decisão que resultam a utilização da TRVP?

Em suma, compreende-se que a religião é multidimensional e sua complexidade deve ser entendida a fim de que seja adequadamente avaliada (GORSUCH, 1984; SNIBBE; MARKUS, 2002). Essas são algumas indagações levantadas que necessitam ser respondidas nesta pesquisa.

## 1.2 PERGUNTA DE PESQUISA

Como os coordenadores e gestores das Organizações Baseadas na Fé da Sociedade Civil concebem e fazem o uso da TRVP no ambiente organizacional?

## 1.3 PRESSUPOSTOS DE PESQUISA

Por intermédio da revisão sistemática e estudo bibliométrico sobre as OBF, foi possível observar a pulverização desta área do conhecimento, sendo notável a utilização da religiosidade, fé e o desejo de servir como vínculos que unem todas as distintas direções que seguem os estudos sobre essas organizações. As organizações baseadas na fé reivindicam explicitamente um motivo religioso (KIRMANI; ZAIDI, 2010), sendo a religião expressa, por diversas vezes, em suas declarações de missão, descrevendo também seus valores e princípios subjacentes (PETERSEN, 2010).

É importante ressaltar a inexistência de pesquisas empíricas na avaliação de resultados de programas de serviço social, o que não é um problema exclusivo das OBF (FERGUSON et al., 2007) uma vez que vários autores sugerem que há escassez de dados sobre impacto de programas sociais públicos e privados e, ainda, que os dados existentes não são completamente confiáveis (MIDGLEY, 1997; MONETTE; SULLIVAN; DEJONG, 2005). Os estudos baseados na fé são ainda mais limitados (DIJULIO, 2002; JOHNSON; TOMPKINS; WEBB, 2002).

A despeito das limitações teóricas sobre o assunto, antecedentes empíricos, sobre o papel da fé e religiosidade no bem-estar da pessoa, indicam que práticas religiosas podem servir como fator-chave na proteção aos indivíduos que estão em processo de tratamento de substâncias tóxicas, tais como abuso de drogas e álcool, comportamento sexual promíscuo, suicídio e delinquência, principalmente no público jovem (FERGUSON et al., 2007).

Da mesma maneira, evidências consideráveis revelam que o compromisso religioso pode proporcionar resultados favoráveis ao indivíduo, incluindo o aumento dos níveis de bem-estar, equilíbrio emocional e até mesmo realização acadêmica (BRUDENELL, 2003;

HANGLEY; MCCLANAHAN, 2002; KIM, 2001; WINSHIP; REYNOLDS, 2003). Diversos estudos concluem que os serviços baseados na fé são eficazes, contudo, poucos visam identificar os componentes específicos da fé e religiosidade relacionados aos resultados bem-sucedidos (FISCHER, 2003; RAGAN, 2004).

Buscando identificar os componentes de religiosidade e fé nos resultados afortunados das atividades desenvolvidas pelas OBF, este trabalho recorre ao desenvolvimento da “tecnologia religiosa voltada à práxis” que pode ser considerada como a expressão da atuação da religião na vida do ser humano, resultando em práticas de ações explícitas e na transformação de certos aspectos da moral, princípios, valores e ética, que auxiliam o alcance dos objetivos destas organizações oferecendo suporte para ações eticamente orientadas e vinculadas a tais ações.

Tendo em vista os estudos literários sobre o caráter das OBF e a prática de técnicas que se mostram úteis e essenciais ao alcance de seus propósitos, **pressupõe-se** que a “tecnologia religiosa voltada à práxis” é prática complementar no desenvolvimento dos programas e projetos oferecidos pelas OBFSC.

Compreendendo que preocupar-se com o próximo é uma característica que define os seres humanos (PAYTON; MOODY, 2008, p. 27), o altruísmo – “[...] impulso de ajudar o outro sem a expectativa de uma recompensa tangível [...]” – é uma cultura universal. Antropólogos afirmam que a norma social de caridade era uma necessidade – não apenas um capricho – para as sociedades pré-históricas (BRODY, 2002). Em outras palavras, comunidade onde pessoas se importam umas com as outras, e cuidam de seus doentes e vulneráveis, tem maior probabilidade de sobreviver do que aqueles que não agem desta maneira (FERRIS, 2011).

Essa complexa dinâmica contida no ato de ajudar sem esperar nada em troca, mas onde ao mesmo tempo o ajudador espera que a boa ação passe adiante, pressupõem que ao mesmo tempo em que são voluntárias, são obrigatórias, são incondicionalmente condicionadas, e não exigem nada em troca desde que haja a troca (BRAGA, 2016).

O caráter híbrido destas prestações e contraprestações simultaneamente livres e obrigatórias, interessadas e desinteressadas é um viés importante de análise nas OBF, uma vez que suas ações estão destituídas de retorno àqueles a quem ajudam, esperam que tais indivíduos se tornem cidadãos de bem, e que façam a outros o bem que lhes foi feito.

Sobre a relação do humanitarismo e fé, Ferris (2011) salienta que embora desempenhem importante papel nas respostas humanitárias, nas mais distintas regiões do mundo, surpreendentemente existem poucas pesquisas acadêmicas sobre modalidades e distinção envolvendo os “atores baseados na fé” e os as tipologias de humanitarismo baseados na fé.

A Bíblia exorta os cristãos à prática da caridade para com os membros vulneráveis da sociedade. O Alcorão corresponde igualmente às instruções de práticas caritativas, enfatizando a caridade voluntária (HAYATLI, 2009; RAHAEI, 2009; FERRIS, 2011). O hinduísmo também exige a prática da caridade por meio de esmolas e ritual de alimentação. O serviço, de acordo com a crença, é um meio de promover e expressar a espiritualidade individual (RAKODI, 2010).

A crença de que é bom proteger e prover recursos aos membros mais vulneráveis da sociedade – viúvas, órfãos, estrangeiros e doentes – é premissa requerida e central a todas as tradições religiosas, trabalhando no indivíduo a necessidade do desprendimento próprio e de amar o outro como a si mesmo.

Os valores de caridade estão aparentes nas principais religiões do mundo: judaísmo, cristianismo, islamismo, hinduísmo e budismo. No judaísmo o conceito de *tzedakah* frequentemente é traduzido como caridade ou retidão, sendo central para a prática da fé. Um informe interessante diz respeito ao filósofo judeu Maimônides que criou uma escala de oito níveis da prática *tzedakah*, onde a hierarquia mais baixa se relaciona à doação “com o coração pesado”, e a mais alta relaciona-se à entrega liberal voluntária (PAYTON; MOODY, 2008).

O papel da religiosidade, fé, caridade e desprendimento, pode ser nitidamente observado nas OBF. Seus funcionários e voluntários, que dispõem um sólido relacionamento com sua fé e religiosidade, possuem firme convicção da necessidade de atender ao outro impulsionados por suas motivações de crença. Os ideais e valores construídos e embasados nessas concepções faz com que pratiquem a fé, tornando-a explícita por meio das práticas vivenciadas nas OBF.

Compreendendo a influência exercida pela assistência humanitária e de desenvolvimento por meio das OBF, enfatizada pelo exercício da fé e religiosidade, é importante apontar que a maior parcela do trabalho exercido por estas organizações não é quantificada, tampouco registrada.

As contribuições destas iniciativas – quais sejam – não estão registradas em nenhuma parte das estatísticas da ONU, no que diz respeito sobre suas contribuições humanitárias (FERRIS, 2011).

Assim sendo, outros dois **pressupostos** podem ser levantados por este trabalho: a fé e religiosidade do indivíduo faz com que o mesmo utilize a tecnologia religiosa voltada à práxis no ambiente organizacional; e, a relação de fé e religiosidade dos coordenadores e gestores atuantes nas OBFSC é diretamente proporcional à aplicabilidade da “tecnologia religiosa voltada à práxis na organização, tanto no âmbito pessoal quanto organizacional.

Resgatando os pressupostos da pesquisa: a “tecnologia religiosa voltada à práxis” é prática complementar no desenvolvimento dos programas e projetos oferecidos pelas OBFSC; a fé e religiosidade do indivíduo faz com que o mesmo utilize a tecnologia religiosa voltada à práxis no ambiente organizacional; e por fim, a relação de fé e religiosidade dos coordenadores e gestores atuantes nas OBFSC é diretamente proporcional à aplicabilidade da “tecnologia religiosa voltada à práxis na organização, tanto no âmbito pessoal quanto organizacional.

#### 1.4 OBJETIVO GERAL

Compreender como os coordenadores e gestores das Organizações Baseadas na Fé da Sociedade Civil concebem e fazem o uso da TRVP no ambiente organizacional.

##### 1.4.1 Objetivos Específicos

1. Desenvolver uma taxonomia de categorização das OBF;
2. Entender o que são as OBF sob a ótica da realidade brasileira;
3. Identificar as OBF mapeadas Arena da Criança e do Adolescente do Observatório de Inovação Social em Florianópolis;
4. Compreender como as OBFSC desenvolvem e utilizam a “tecnologia religiosa voltada à práxis”.

#### 1.5 JUSTIFICATIVA

Tratar de religiosidade e fé dentro de organizações, sejam estas da sociedade civil ou privadas, no campo da Administração promove certo embaraço. Como se fosse algum tipo nebuloso de objeto que deve permanecer intocado ou, então, desacreditado de qualquer relação com essa área que parece em nada convergir com o tema de raízes espirituais.

Serafim e Alperstedt (2012, p. 54) enfatizam que no campo da Administração existe um vazio de conhecimento sobre as relações presentes na vida religiosa e econômica relacionadas ao contexto das organizações, ainda que Max Weber tenha explicitado “[...] que as organizações religiosas são capazes de influenciar as motivações, valores, hábitos e critérios de tomada de decisão, formas de comportamento no trabalho e de consumo.”

Após Weber, criou-se uma brecha no campo no que diz respeito aos estudos sobre assuntos da religiosidade nas organizações. É possível notar, recentemente, a retomada de

estudos relativos às OR voltados a distintos temas da administração e tudo o que ela envolve (SERAFIM; ALPERSTEDT, 2012).

Embora poucos sejam os estudos que evidenciem a conexão das OBF ao contexto da administração no Brasil, alguns conteúdos válidos e relevantes para a compreensão inicial do cenário merecem destaque. Serafim e Alperstedt (2012) desenvolveram um trabalho que procurou compreender e explorar a teoria dos *stakeholders* a fim de analisar as mudanças nas OR, e captar as relações entre a lógica capitalista e a doutrina religiosa.

Neste viés, Serafim e Andion (2010, p. 564) buscam demonstrar de que forma as OR podem produzir o capital social, “[...] na medida em que estabelecem relações sociais que beneficiam a ação de seus membros-empresendedores.” Ainda no campo das organizações privadas Serafim, Martes e Rodrigues (2012) analisaram as OBF e os mecanismos de apoio que concedem ao empreendedorismo em duas organizações, uma católica e outra evangélica, desenvolvendo um estudo de caso qualitativo.

Com o intuito de compreender as “particularidades do empreendedorismo religioso em empresas que nascem no contexto da religião e comercializam artigos religiosos”, 22 empresas que produzem distintos objetos religiosos, situadas nas três maiores cidades da região do Triângulo Mineiro, foram estudadas por uma perspectiva teórica que articula as definições de empreendedorismo e processo de empreender (BORGES et al., 2014). O artigo de Borges et al. (2014) é um dentre os poucos que busca reconectar a ligação natural existente entre religião e a Administração, que foi rompida e que desconsidera as influências da esfera espiritual no campo organizacional.

Sobre o caráter geral das OSC (Organizações da Sociedade Civil) no Brasil, e que também se estendem às OBF da Sociedade Civil, em sua distinta maioria, pode-se dizer que não possuem vínculo de trabalho formal, o qual é substituído largamente pelo voluntariado. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2018) a região Sudeste abriga 40% das organizações, o Nordeste 25%, seguido da Região Sul (19%), Centro-Oeste (8%) e Região Norte com 8% das OSC presentes no país.

Na área da sociedade civil, percebe-se explícitas as atuações das OBF na comunidade e realidade brasileiras. De acordo com dados do IPEA (2018), oito grandes áreas foram adotadas a fim de definir as tipologias e *finalidades de atuação* destas OSC: saúde; educação e pesquisa; cultura e recreação; assistência social; religião; associações patronais e profissionais; defesa dos direitos e interesses; outras atividades associativas e outras OSC.

No Brasil, 16,1% das OSC são de cunho religioso, representando o segundo maior estrato presente no conjunto. O primeiro deles, com 678.414 organizações, desenvolve

motivações de desenvolvimento e defesa dos direitos. São 208.352 mil OR atuantes com as mais diversas motivações, como: meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento e defesa de direitos, que não necessariamente se encontram dentro da categoria “religiosa”. Isso consolida, e faz endossar, que a importância e atuação destas é ainda mais presente, pulverizada e relevante do que muitas vezes se imagina.

Outro fato que chama a atenção nos dados publicados pelo IPEA (2018) é que a representatividade de OR da sociedade civil são o segundo grupo de maior relevância presente no país, é preciso levar em consideração que o território brasileiro é bastante religioso, sendo dominado pela matriz do cristianismo e protestantismo, uma vez que 90% dos brasileiros associam-se a alguma religião no país (SOUZA, 2013). O autor explica que a essa maioria são somadas outras religiões e movimentos que tem se tornado cada vez mais abrangentes, conquistando cada vez mais expressividade. Nada mais justo, então, do que buscar compreender as reverberações das práticas de fé e religiosidade nos distintos campos do saber, sobretudo na Administração.

Tratando da natureza religiosa do país, Souza (2013, p. 286) afirma que o catolicismo brasileiro é “[...] plural e diverso, amplo, sincrético, heterogêneo, plástico.” As distintas vertentes desta crença podem ser tidas como um “[...] verdadeiro mosaico de experiências e vivências de espiritualidade [...]”, fundindo tanto os próprios elementos da tradição católica quanto de outras tradições. Prosseguindo no cenário da personalidade dos fiéis protestantes, o autor declara que estes estão inseridos num quadro que é bastante múltiplo e diversificado em todo o país.

Indo mais além, como resultado da revisão sistemática e estudo bibliométrico sobre Organizações Baseadas na Fé, foi possível constatar que esse assunto é pouquíssimo debatido dentro do campo da Administração. Este campo está inserido num contexto onde a religião faz parte inerente da vida social, e o reconhecimento das influências da religiosidade e destas OBF na sociedade poderão produzir conhecimento útil, uma vez que se pretende compreender até que ponto a espiritualidade e religiosidade afetam a vivência, círculo social e o ambiente organizacional.

Fruto da revisão sistemática e do estudo bibliométrico foi a intenção de procurar compreender o importante papel destas organizações, bem como se dá o impacto da fé e religiosidade na vida dos indivíduos. Pouco se sabe sobre as distintas atribuições destas organizações à sociedade, como interação entre si, suas relações com o Estado, impacto social e desenvolvimento social e funcionamento organizacional. Sabe-se ainda menos quais são as

motivações dos funcionários e voluntários que atuam nesses ambientes, e como sua crença é capaz de transformar suas atitudes as organizações.

A revisão sistemática e o estudo bibliométrico trouxeram à luz as distintas e múltiplas ações e caracterizações das OBF, expressando uma temática que necessita de aprofundamento e desenvolvimento a fim de evidenciar as relações pertencentes a tais organizações, as influências que causam e recebem do meio onde estão inseridas e quais são as técnicas das quais se apropriam a fim de desenvolver suas atividades cotidianas, mantendo ainda sua relevância social.

As definições encontradas neste estudo relevam a parcela da riqueza de uma área que exerce direta conexão com ambiente social, e que possui uma complexidade organizacional que transcende as teorias que desconsideram o papel relevante da religião no contexto da Administração. Carece-se de mais estudos que sejam capazes de conferir como (co)existem estas correspondências.

Tendo ciência da religiosidade presente na realidade brasileira e o elevado índice de OBF existentes não apenas no país, mas também ao redor do globo, torna-se relevante compreender esse segmento que é capaz de proporcionar um conhecimento rico e relevante justamente por ser pouco estudado, debatido e compreendido dentro da Administração. No cenário internacional esse assunto é pouco debatido em profundidade; na perspectiva brasileira sabe-se menos ainda sobre a atuação e interação das OBF no meio social, bem como as suas práticas organizacionais desenvolvidas por seus colaboradores.

No âmbito pessoal, a pesquisadora conectou-se a esse tema primeiramente por ser este tema parte relevante do grupo de pesquisa que faz parte – AdmEthics – que entre outras áreas, tem um espaço especial para a compreensão e estudo da religiosidade, espiritualidade e fé na área da Administração. Também, após a realização de uma primeira revisão sistemática, onde por inúmeras vezes surgiu o termo “*Faith Based Organizations*”, surgiu o interesse e curiosidade sobre essa expressão que nunca tinha sido ouvida. Por se tratar de uma expressão até então desconhecida, e motivada pelo desejo de descobrir mais sobre o caráter destas organizações, um novo estudo sistemático e bibliométrico sobre o assunto foi realizado.

A partir de então, as descobertas sobre as atuações, limitações e extensões desse termo produziram um conhecimento rico, intrigante e atuante nos mais distintos segmentos da vida social. Foi possível notar que as OBF em muito se relacionam com os estudos da área de Administração, uma vez que a prática religiosa está presente nos mais diversos âmbitos da vida humana, por meio de suas operações organizacionais, que acabam por atingir diretamente o dia a dia daqueles que a organização exerce importante papel.

A pesquisadora acredita que nestas vertentes se desenvolve um estudo que busca compreender o papel das OBFSC na realidade brasileira, juntamente com suas práticas organizacionais, da “tecnologia religiosa voltada à práxis”, que é a expressão da atuação da religião na vida do indivíduo. Trazer à luz um assunto que ainda se esconde no campo da Administração não tem serventia apenas para minar a curiosidade e mostrar como a religião e fé impactam a vida humana.

Para além, é interesse desta dissertação evidenciar como a TRVP é desenvolvida pelos funcionários e voluntários destas organizações e como ela impacta as decisões que tomam. Por outro lado, também é de seu interesse compreender o papel exercido por essas organizações e porque elas são relevantes para a sociedade. É proposta, também, entender como a atuação da administração se encontra forte e endossada nessas OBF, o que acaba por enfatizar a importância prática desse estudo. A relação entre religião e Administração dá um novo passo: sem juízos e pressuposições. Basta deixar que a prática conte a realidade.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo compreende levantar abordagens sobre Organizações da Sociedade Civil, Organizações Baseadas na Fé, *Techné*, Técnica, Tecnologia e Práxis. Tal empenho tem o propósito de desenvolver uma base teórica a fim de obter compreensão dos fenômenos estudados. A princípio, foi realizada uma revisão sistemática e estudo bibliométrico (item 2.1) e um estudo dos conceitos centrais à pesquisa (item 2.2)

### 2.1 REVISÃO SISTEMÁTICA E ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ

Este tópico propõe essencialmente oferecer um preâmbulo a fim de compreender as características das OBF, propondo o desenvolvimento de uma base teórica para o entendimento dos fenômenos a serem estudados. A revisão sistemática e estudo bibliométrico estarão dispostos abaixo, como forma de expor alguns dos elementos mais relevantes para esse trabalho.

#### **2.1.1 Revisão sistemática e estudo bibliométrico das organizações baseadas na fé e sua relação com religiosidade, espiritualidade e fé**

A fim de proporcionar uma melhor compreensão sobre o tema das OBF, foi realizada pesquisa onde são expostos os resultados que identificam a incidência de artigos publicados; autores mais citados; anos com maior incidência de publicações; e uma análise de redes que visa proporcionar um maior entendimento da complexidade que envolve as OBF.

Será apontada a maior limitação recorrente do assunto, bem como as oportunidades presentes na complexidade do conteúdo. Os métodos utilizados para a construção desta dissertação foi uma pesquisa bibliométrica e revisão sistemática de artigos publicados em revistas científicas nas seguintes bases de dados eletrônicas: EBSCO, Scopus, *Web of Science* e *Emerald*.

As OBF também foram definidas como “Um termo geral usado para se referir a OR, locais de culto ou congregações, instituições religiosas especializadas e instituições sem fins lucrativos registradas e não registradas que possuam um caráter voltado para fé, religião e missão.” (WOLDEHANNA; RINGGHEIN; MURPHY, 2005, p. 27). Embora não haja um termo que genuinamente defina uma OBF, elas podem ser associadas a organizações afiliadas a uma determinada fé. Trilhando o mesmo caminho, Clarke (2008, p. 187) ofereceu uma

definição abrangente das OBFs: “Uma organização baseada na fé é qualquer organização que deriva inspiração e orientação para suas atividades a partir de ensinamentos e princípios da fé.”

A escolha da revisão sistemática e estudo bibliométrico se ampara nos modelos tradicionais de metodologia de pesquisa sistemática (TAVEGGIA, 1994; COOPER, 2007) e bibliometria (LÓPEZ-LÓPES, 1996) onde são executadas seis etapas principais que dão origem a pesquisa, sendo elas: 1) Formulação do problema; 2) Pesquisa bibliográfica, objetivando reconhecer e captar fontes de informação; 3) Coleta de informações de estudos disponíveis; 4) Análise e demonstração de resultados; 5) Interpretação dos dados encontrados; 6) Apresentação dos resultados e conclusões finais.

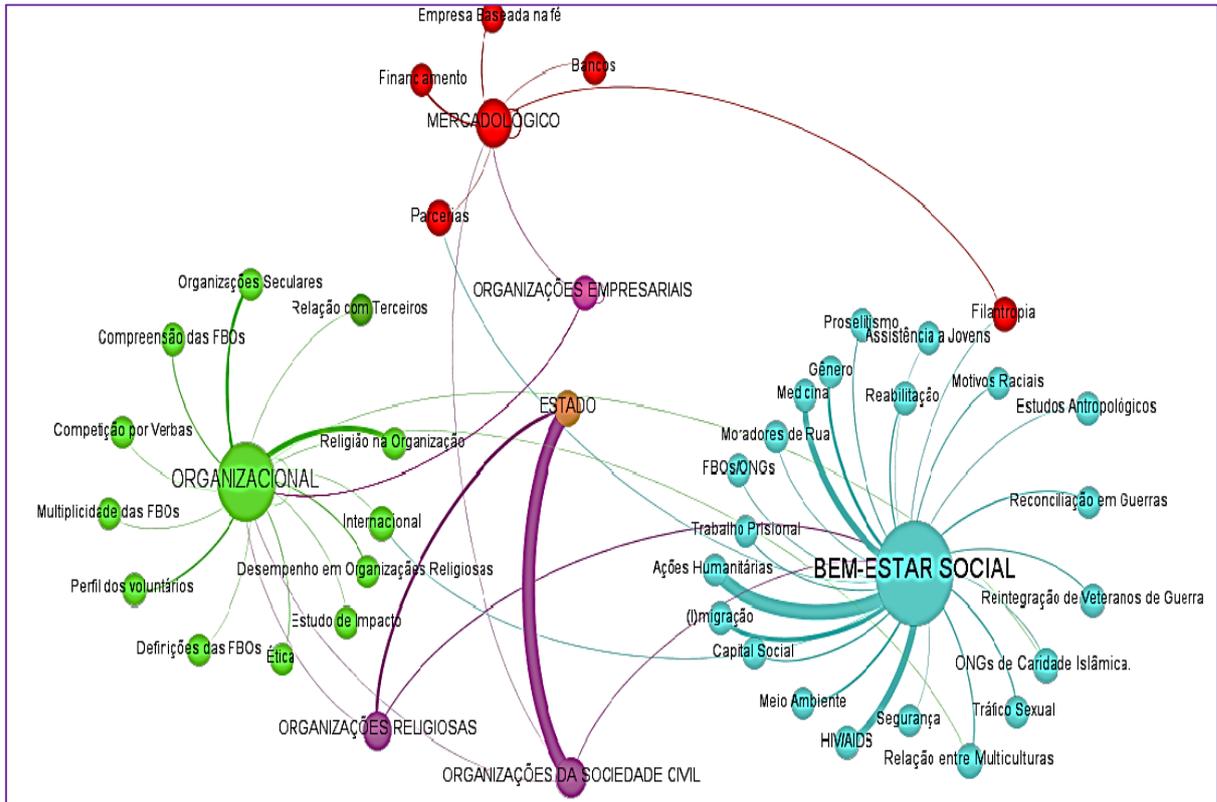
Apresenta-se a seguir, os estudos resultantes deste procedimento, demonstrando-se detalhadamente os métodos de busca, seleção e análise dos artigos, para enfim apresentar os resultados e contribuições.

### **2.1.2 Análise e discussão da revisão sistemática e estudo bibliométrico**

Uma particularidade das OBF que foram observadas diz respeito às complexas relações que se estabelecem entre as diversas temáticas existentes, categorias e dimensões, sendo cada uma delas muito particular e apresentando trajetórias únicas. Assim, a revisão sistemática e o estudo bibliométrico resultaram da criação de uma rede que busca esclarecer as conexões emergidas dessa análise sistemática da natureza das OBF.

Esta rede pode ser observada na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Rede das OBF: Relação entre os diferentes atores e contextos



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

A figura acima explicita as relações centrais provenientes do conteúdo da revisão e estudo bibliométrico. A espessura das pontes conectoras reflete a força e intensidade das relações entre os temas existentes da revisão sistemática e estudo bibliométrico.

Os três tipos de organização visíveis desse estudo são caracterizados pelas esferas roxas: 1) Organizações Religiosas; 2) Sociedade Civil; e 3) Empresariais. A dimensão “Organizacional” está caracterizada pela esfera verde, a qual estão conectadas as esferas periféricas que tratam de temáticas envolvendo aspectos e vieses da OBF em sua multiplicidade. A dimensão “Bem-Estar Social”, cuja esfera é a azul, é a que mais possui relações periféricas, 22 temáticas abordam esse nível dimensional.

Por sua vez, a dimensão “Mercadológica” evidencia o caráter multiforme das OBF, uma vez que a tendência natural é associá-las a organizações sem fins lucrativos, sendo possível notar que a religiosidade e fé atuam nas mais distintas vertentes da vida social e meio ambiente de inserção. Por fim, o “Estado” foi classificado como dimensão – representado pela esfera laranja – por atuar e receber inferência das OBF. Ele em si é originador de leis, incentivos, subsídios e financiamentos e, também, é influenciado por essas organizações na formulação de políticas públicas que lhes dizem respeito.

Por meio da observação da rede, bem como do estudo realizado, compreende-se a complexidade que envolve as chamadas OBF. Pela realização desse estudo pôde-se notar quão amplas e pulverizadas são as ações que essas organizações desempenham. Atuam e interagem com os mais distintos atores presentes na sociedade e possuem forte resistência frente a cenários desmotivadores: em tempos de crise elas continuam atuando com diligência e encontram na fé motivações para seguir em frente.

Outro interessante aspecto notado a partir do estudo bibliométrico e da revisão sistemática é a inexistência de um consenso entre os estudiosos da área sobre a conceituação do termo. Cada autor determina um conceito distinto baseado em seus próprios estudos, ou então usa conceitos anteriores para reformular sua perspectiva sobre as OBF. Essa falta de concordância evidencia como os estudos que compreendem essas organizações carecem de investigações mais profundas das atuações das OBF, e a forma de lidar com os aspectos organizacionais no cotidiano de suas atividades.

A esfera das “Organizações Religiosas” caracteriza as congregações religiosas. Essa distinção no estudo se fez muito nítida, contemplando os templos, mesquitas, centros, igrejas etc. A esfera das “Organizações da Sociedade Civil” compreende em sua massiva maioria as ONG e outros agrupamentos da sociedade civil. Tais organizações podem ser um braço de alguma congregação religiosa ou então um grupo de pessoas que possuem algum tipo de crença que decide criar uma ONG, independente de alguma congregação religiosa. A esfera das “Organizações Empresariais” é, de todas, a mais complexa e a menos estudada. Ela compreende aquelas organizações privadas que possuem uma fundação de fé, onde o empreendedor ou empreendedores se relacionam fortemente com o Divino, podendo explicitar a motivação de sua fé ou não. Nos casos estudados, todos deixavam nítidas as suas crenças.

A seguir serão tratadas e desenvolvidas as descobertas apreendidas em virtude do estudo realizado.

## 2.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

### 2.2.1 Conhecendo a sociedade civil

Jean Cohen e Andrew Arato (1994 apud KLAIN, 2010) escreveram inúmeros artigos na década de 80 com o propósito de ajudar a definir os contornos do debate sobre “sociedade civil” no Estados Unidos e na Europa. Ambos ofereceram importante contribuição ao debate da sociedade civil, em relação ao que ela pode consistir e as premissas que as norteiam. Klein

(2010) afirma que os autores dão uma visão geral do desenvolvimento do conceito da sociedade civil no século XX. O ponto de partida para esse desenvolvimento é a diferenciação categórica entre economia, sociedade civil e Estado. A perspectiva de Cohen e Arato, os trabalhos de Talcott Parsons e Antonio Gramsci são contribuições relevantes para a teoria da sociedade civil (KLEIN, 2010).

Cohen e Arato (apud KLEIN, 2010) apresentam um conceito de sociedade civil e discutem as condições da estrutura societária e os atores da sociedade civil, enquadrados por pensamentos sobre ética política no início e uma discussão sobre desobediência civil no final do capítulo 3. No centro da discussão estão a ética do discurso e a teoria do direito. Evidentemente, em conexão ao conceito de ética política o termo “política” é definido tendo por base o conceito de sociedade civil (KLEIN, 2010).

Klein (2010) acrescenta que por meio da diferenciação entre sociedade civil e sociedade política, o conceito de sociedade civil de Cohen e Arato é capaz de atribuir duas abordagens da pesquisa sobre movimentos sociais a um local apropriado, a fim de apoiar a ênfase na teoria política. No que diz respeito aos dois paradigmas de pesquisa sobre movimentos, os autores distinguem entre diferentes formas de política: atores da sociedade civil emergem por meio da identidade política; atores da sociedade civil entram na esfera da atividade da sociedade política na forma de política inclusiva e por meio da política de influência; os atores da sociedade civil participam de discursos políticos públicos e influenciam os atores da sociedade política (KLEIN, 2010).

De acordo com Cohen e Arato, os movimentos sociais são encontrados em toda ampla escala de diferentes formas de política e estes agem na sociedade civil, bem como na sociedade política. Movimentos políticos são uma parte normal das sociedades civis auto-democratizantes (KLEIN, 2010).

Uma das definições também frequentemente citadas sobre a sociedade civil pertence a Michael Walzer (1998), retratando-a como a esfera não coagida de associação humana entre o indivíduo e o Estado, no qual as pessoas realizam ações coletivas para fins normativos e substantivos relativamente independentes do governo e do mercado.

Essa definição não busca suprimir perguntas, mas é, em realidade, o ponto de partida para questionamentos mais profundos: quais níveis de coerção realmente existem na prática? Como a sociedade civil pode ser “independente”, de fato, do governo e do mercado? Quais “normas” são produzidas e representadas e quais “objetivos” são perseguidos, e qual a intencionalidade por trás? Essas indagações fornecem o ponto de partida que revelam distintas respostas e interpretações. Portanto, é necessário compreender como a sociedade civil tem sido

compreendida e estudada, e quais são os conceitos e definições que rodeiam esse termo que é tão amplo e profundo.

Definir sociedade civil não é uma tarefa simples (VANDYCK, 2017). A expressão tornou-se popular na década de 1980 quando foram identificados movimentos de protestos não estatais em governos de regime autoritário na Europa Oriental e América Latina (JEZARD, 2018).

A sociedade civil configura um dos mais duradouros e confusos conceitos presentes nas ciências sociais. Duradouro porque oferece estrutura maleável do pensamento o qual se examina a “geometria das relações humanas” – os padrões de ação e interação coletivas que fornecem às sociedades respostas pelo menos parciais a questões de estrutura e autoridade, significado e pertencimento, cidadania e auto direção. Uma das razões para a contínua confusão no debate da sociedade civil, é porque por alguns ela é vista como parte da sociedade (o mundo das associações voluntárias), por outros como um tipo de sociedade (marcado por certas normas sociais), e outros a entendem como um espaço de ação e engajamento cidadão (descrito como “praça” ou esfera pública) (EDWARDS, 2011).

As raízes do conceito de sociedade civil podem ser encontradas nos pressupostos lançados por Hegel no princípio do século XIX. Ele coloca deliberadamente a sociedade civil em uma posição mediadora entre a família e o estado político. Embora a sociedade civil – particularmente em vista do “sistema de necessidades” – pareça ser um lugar de subjetividade, de particularidade moderna e de perda da vida ética, ela é transmitida no estado político a fim de garantir que a integração política seja possível (KLEIN, 2010). A seguir serão exploradas tais relações em distintos contextos e abordagens teóricas.

Jean L. Cohen (2003, p. 419) comenta que o termo “sociedade civil”, muito moderno atualmente, é utilizado e abraçado por políticos, acadêmicos e ativistas de todo o globo. Ela pode ser configurada de muitas formas, é caracterizada e reconhecida na estrutura de “Empreendimentos cívicos, associações voluntárias, organizações sem fins lucrativos e até redes mundiais, organizações não governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais.”

A sociedade civil representa hoje, assim como apresentou no passado, um elemento essencial para a democracia, e, também, para o processo de democratização. É percebida como fonte principal da solidariedade e integração social (COHEN, 2003). Assim, pode-se notar a importância da sociedade civil.

Bahmani (2016) expõe algumas definições de sociedade civil, nas quais ela pode ser percebida por meio de pessoas que interagem umas com as outras fora de sua esfera privada –

seu lar – adentrando a comunidade e aderindo às suas funções, impactando-a de alguma maneira. O autor prossegue seu raciocínio e diz que a sociedade civil pode ser refletida na forma de instituições e organizações públicas, sindicatos, entre outros, onde cada pessoa soma ao número de indivíduos na população geral e incorpora certos aspectos políticos, sociais e culturais da sociedade.

O Fórum de Economia Mundial (FEM, 2013) atribui a sociedade civil como a área para além da esfera familiar, mercadológica e Estado. O Banco Africano de Desenvolvimento (2012) considera a sociedade civil como a expressão voluntária dos esforços e aspirações de cidadãos organizados e unidos por interesses, objetivos, valores e tradições comuns, que os mobiliza a uma ação coletiva. A sociedade civil incorpora uma diversidade de atores com uma amplitude notável de propostas, constituições, estruturas, graus de organização, contexto cultural, ideologias, funções, associações entre membros, cobertura geográfica, estratégias e abordagens distintas (FEM, 2013).

Edwards (2011) afirma que a maioria dos problemas presentes no debate da sociedade civil contemporânea decorre de uma abordagem poderosamente redutora e não reflexiva, que pressupõe um relacionamento mecânico entre certas formas de ação voluntária do cidadão, normas e propostas que eles presumem alcançar, e o cumprimento dos objetivos que se propõe atingir ao nível macro, como a democratização e redução da pobreza. O autor avança afirmando que a queda do Muro de Berlim no ano de 1989, e as aberturas democráticas mundiais que sucederam ao evento, trouxeram novamente a ideia da sociedade civil aos holofotes do debate intelectual e político, conquistando destaque ao longo dos anos 90.

A “sociedade civil forte” tornou-se um dos pilares da democracia, “boa governança”, pluralismo, bem como base para o alcance e conquistas de importantes objetivos econômicos e sociais. Talvez a “sociedade civil” tenha sido a “grande ideia” para o século XXI, uma vez que desfrutou do apoio do espectro político nas mais distintas localidades do globo, entre teóricos, ativistas, políticos e formuladores de políticas públicas (EDWARDS, 2009).

Sob essa perspectiva, a sociedade civil foi, sem dúvidas, grandemente beneficiada pelas tendências políticas e intelectuais que buscavam alternativas aos efeitos supressores do Estado centralizador – a esfera dominante nas décadas de 1960 e 1970 – e das consequências de uma dependência excessiva do Mercado. Desta feita, a sociedade civil tornou-se o elo que faltava nas tentativas de resolver os problemas que as esferas dominantes criaram – como se configurasse um ingrediente mágico capaz de corrigir gerações de “fracasso” do Estado e do Mercado, resolvendo as tensões existentes entre a coesão social e o capitalismo que haviam

preocupado os cientistas sociais desde que foi escrito o livro *The Great Transformation*, de Karl Polanyi em 1944 (EDWARDS, 2011).

O resultado de tais tentativas foi a proliferação de programas de voluntariado patrocinado por governos, capacitação de organizações não governamentais (ONG) e a substituição da sociedade civil por um conjunto de conceitos mais restritos, de operacionalização mais simples, tais como: “terceiro setor”, “setor sem fins lucrativos” e “economia social” (EDWARDS, 2011). O autor afirma que os debates sobre o significado cultural e político da sociedade civil foram substituídos por argumentos sobre seu papel econômico, ressaltando os supostos benefícios advindos do fornecimento de saúde, educação e outros bens e serviços de organizações sem fins lucrativos para grupos de baixa renda.

Desta feita, o que se iniciou como uma categoria adicional ao Estado e ao Mercado – uma distinta fonte de premissas e valores – tem sido percebida como uma categoria residual, ou seja, algo que existe apenas porque essas outras dimensões têm pontos cegos e fraquezas, reduzindo o potencial de ação da “sociedade civil” como uma força para mudanças estruturais ou sistêmicas (EDWARDS, 2011).

VanDyck (2017) alega que mudanças significativas ocorreram ao longo do tempo no cenário da sociedade civil e seu conceito tem evoluído de plataformas associativas a uma vasta gama de grupos organizados das mais distintas formas, funções e tamanhos. Em diferentes períodos, organizações baseadas na comunidade, sindicatos, associações profissionais, e organizações não governamentais tem sido as mais proeminentes no espaço da sociedade civil.

O autor define sociedade civil como um ecossistema de relações sociais e culturais, organizadas e orgânicas, que interagem com as esferas do Estado, Mercado e Família, com base em conhecimentos, valores, tradições e princípios, a fim de alcançar objetivos específicos por e entre cidadãos e outros *stakeholders* (VANDYCK, 2017).

Entretanto, a sociedade civil é atualmente reconhecida como um “[...] ecossistema diversificado e cada vez mais amplo de indivíduos, comunidades e organizações [...]” (FEM, 2013, p. 120).

Ainda com o propósito de oferecer exemplos explícitos de organizações da sociedade civil, e auxiliar na compreensão do caráter que assumem, o Fórum de Economia Mundial desenvolveu uma tipologia de atores da sociedade civil, como os descritos abaixo:

1. ONG e organizações sem fins lucrativos que possuem uma atividade ou estrutura organizada, sendo entidade e estando apropriadamente registradas;
2. Grupos de atividade online que incluam comunidades “organizadas”, mas que não precisam necessariamente se tornar física, legal ou financeira;

3. Movimentos sociais de ação ou identidade coletiva, podendo ser online ou físicos;
4. Líderes religiosos, comunidades religiosas e Organizações Baseadas na Fé;
5. Sindicatos e organizações trabalhistas;
6. Empreendedores sociais orientados a abordagens inovadoras e para o mercado a fim de obter resultados sociais e ambientais;
7. Associações, “*grassroots*” e atividades de nível local;
8. Cooperativas democraticamente controlada por seus próprios membros;
9. Clubes de jovens;
10. Rádios, canais televisivos, mídia impressa e mídia eletrônica independentes;
11. Coalizões de bairro ou de comunidades;
12. Instituições de pesquisas acadêmicas;
13. Organizações de povos indígenas (FEM, 2013).

É importante notar que de acordo com o Fórum de Economia Mundial (2013) uma das manifestações das organizações da sociedade civil, se dá por meio de líderes religiosos, comunidades religiosas e OBF. Uma das dimensões das OBF são as OBFSC, que atuam nas mais distintas esferas humanitárias, atendendo e servindo comunidades em volta do globo. O destaque e menção a estas organizações evidencia sua relevância e notável presença junto às OSC das mais distintas localidades, sendo validadas pelo serviço que oferecem à sociedade.

Tendo o entendimento de todos os atores que estão envolvidos com a sociedade civil, torna-se perceptível que a mesma ocupa uma posição relevante no desenvolvimento do diálogo à medida que provê oportunidades de unir comunidade para ações coletivas, mobilizando a sociedade para articular demandas e dar voz às preocupações locais, regionais, nacionais e internacionais (BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2012).

Por fim, Michael Edwards (2011) enfatiza que embora a história e teorias da sociedade civil sejam muito amplas, a forma pelas quais as ideias sobre tais teorias e percepções sobre a sociedade civil foram aplicadas nos diferentes níveis da política, suas práticas teóricas tem sido muito mais estreitas e restritivas, resultando confusão de pensamentos e divisões profundas relacionados ao que de fato reflete o que é a sociedade civil.

As definições e reflexões sobre a esfera da sociedade civil não se esgotam aqui. Elas são vastas e muito distintas, e tão pulverizadas quanto distintas. Os conceitos trazidos nos parágrafos anteriores se encaixam nessa dissertação com o propósito de captar um pouco desse campo que dentro de sua complexidade tem um braço forte e relevante das OBF. Compreendê-

las requer entender o campo onde estão inseridas. A seguir será apresentado breve histórico da sociedade civil, objetivando resgatar as primícias sobre o assunto.

#### 2.2.1.1 Breve histórico do conceito da sociedade civil

O interesse por assuntos da sociedade civil desponta com o desejo de Platão em organizar uma perspectiva ética efetiva para a vida pública, que tendia a incluir assuntos privados nos âmbitos da saúde social e renovação moral. Seu entendimento da sociedade civil foi definido por sua busca pelos primeiros princípios que enquadrariam a vida moral da comunidade. Seu aluno Aristóteles, contudo, foi quem obteve a responsabilidade de desenvolver um entendimento da sociedade civil que respeitasse as mais distintas esferas em que a vida é vivida ao mesmo tempo em que se dedicava a uma compreensão da associação política que definia a vida moral de seus membros (EHRENBERG, 2011).

Ehrenberg (2011) pondera que é a deliberação da esfera política, a autorregulação e o reconhecimento mútuo que definem a sociedade civil de Aristóteles. Sob a perspectiva do autor, a sociedade civil de Aristóteles foi constituída pela vida de ação nobre. Para o filósofo, diferentes virtudes se mostravam apropriadas para distintas situações quando relacionadas à sociedade civil. Aristóteles reconheceu que as sociedades civis são compostas por diferentes famílias, classes sociais, ocupações, circunstâncias de nascimento e ordens de mérito. O seu entendimento de uma constituição mista, expressou sua compreensão de que a pluralidade era o fundamento da unidade. Ele assegurava que um Estado, que em sua estrutura considerasse essas outras esferas presentes na sociedade, melhoraria a vida dos cidadãos nela residentes (EHRENBERG, 2011).

O lento declínio das cidades-estados independentes, nutridas por Platão e Aristóteles, encorajou os romanos a alegar que um império universal poderia transcender o paroquialismo grego. Uma noção integrada de uma comunidade mundial fez surgir tardiamente o ideal estoico de uma sociedade civil universal regida pela razão (EHRENBERG, 2011). Cícero procurou resgatar a virtude cívica por intermédio do enraizamento da justiça na concepção da lei que governa a natureza. Buscou desenvolver uma defesa da sociedade civil baseando-a no direito natural, sendo uma organização de poder público, que tornou possível a civilização, tendo a justiça como seu princípio organizador. A razão e o pensamento correto eram indispensáveis para a saúde cívica (EHRENBERG, 2011).

Assim como o período grego, o ideal romano de sociedade civil foi gradualmente substituído pelo por um Estado centralizado, criado pela Igreja Bizantina em Constantinopla e

pela multiplicidade de reinos tribais estabelecidos no Ocidente. A religião obteve papel de destaque na sociedade civil por meio da Comunidade Cristã. A Igreja fornecia legitimidade às estruturas estatais e à autoridade política, contudo, as fortes pressões do desenvolvimento de mercados mais amplos, e reis cada vez mais fortes, dificultou a manutenção de uma estrutura na qual e onde a sociedade civil pudesse ser compreendida (EHRENBERG, 2011).

Continuando a trajetória histórica da sociedade civil, Maquiavel mostrou-se incapaz de teorizar sobre a sociedade civil distante das categorias tradicionais do republicanismo romano. Para Maquiavel, era importante aprender com Roma no sentido de o poder político manter questões humanas unidas, então, uma constituição mista deveria proteger a vida cívica que poderia proteger a república, garantindo estabilidade e organização de uma política duradoura. Instituições cívicas, vida pública sadia e boas leis são capazes de mitigar as inevitáveis disputas que surgem do conflito de classes: a das tentativas pela busca de vantagens individuais (MAQUIAVEL, 1999).

Para Maquiavel, a sociedade civil vive em constante tensão por apresentar duas forças opostas, onde uma delas redonda em não desejar ser um povo dominado e, tampouco, oprimido pelos grandes, e a outra em que os grandes pretenderem dominar e oprimir o povo. O Estado, no contexto maquiavélico, desempenharia o papel de representação do povo, e não seu repressor. Nesse sentido, o povo participaria do governo, estando satisfeito com ele (MAQUIAVEL, 1999).

Hobbes também propôs sua perspectiva sobre a sociedade civil ao concluir que apenas o poder do Estado pode tornar a civilização possível. Sob sua perspectiva, o homem – cheio de interesses individuais e busca exacerbada pelo poder – encontraria limites quando um “poder comum” impusesse padrões de comportamento que possibilitasse que as pessoas conduzissem suas vidas diárias em paz. Com a garantia de que estão seguros, os indivíduos presentes na sociedade poderão viver com a certeza de que estarão seguros, poderão fazer o cálculo de que a transferência mútua e universal de direitos é um interesse de todos (HOBBS, 1996).

Posteriormente, Locke asseverou que aqueles que fazem parte de uma sociedade, e que têm uma lei comum estabelecida, bem como uma justiça a se apelar, com autoridade de decidir litígios entre eles e de punir ofensores, estão participando de uma sociedade civil uns com os outros. O filósofo partia da premissa de que o motor que leva o homem a vivenciar a sociedade civil em primeira instância é a natureza econômica. A sociedade civil, sob a guarda da lei é, para ele, o que melhor protege o homem e sua propriedade. O habitante da sociedade civil de Locke é, em primeiro lugar, uma pessoa econômica. O Estado existe a fim de proteger os

direitos de aquisição e acumulação que apenas necessitavam de mecanismo de execução eficaz (LOCKE, 1965).

Na sequência, Adam Smith (1983) surge com a articulação da primeira teoria desenvolvida sob a perspectiva do viés burguês na sociedade civil. O filósofo e economista entendia que a vida econômica era parte fundamental da sociedade civil, bem como o princípio da existência do Estado. O Estado por sua vez, deveria concentrar sua intervenção em determinadas áreas, devendo garantir a todo cidadão condições de liberdade plena e o direito de lutar pelos próprios interesses da maneira que melhor entender.

A percepção de Kant (1992) sobre a sociedade civil, influenciado por Rousseau, compreende um senso intrínseco de dever moral que une todos os seres humanos. O filósofo afirma que uma comunidade não se caracteriza apenas pela quantidade de pessoas que a forma, mas sim pela maneira pela qual é regida, compreendendo a esfera das leis, conduta moral, religião e a forma que os regimentos e crenças são vinculados à sociedade. Kant ainda faz distinção entre o direito natural e direito civil, onde, para que o segundo exista deve existir necessariamente o pressuposto jurídico.

Para Kant (1992) é possível existir sociedade no estado da natureza, porém, não a sociedade civil, pois esta última retrata todas as garantias do direito de cada indivíduo por meio de leis públicas. Guyer (1992) afirma que o filósofo prussiano entendia que o *status* natural era a condição da natureza do direito privado, compreendendo que é por essa justificativa que o direito no estado de natureza denomina-se direito privado. Kant também buscou derivar uma ética universal que coubesse na sociedade civil.

Hegel, da mesma maneira que Kant, compartilhou a visão de Adam Smith de que a sociedade civil era organizada e constituída por processos econômicos, contudo, ambos não tinham tanta certeza de que o mercado seria capaz de traduzir o caos do desejo provado no bem comum. O que caracteriza e confere caráter diferenciado à sociedade civil e o Estado, sob a perspectiva de Hegel, é a natureza, seja particular ou geral, do interesse que move os homens à ação ou do bem que buscam por meio dela. As ações procedentes de um interesse particular dão origem à sociedade civil. Sob outro prisma, o Estado é o fruto de uma ação que obedece ao interesse geral de toda a coletividade. Hegel diz que a Sociedade Civil possui três momentos, o primeiro momento é a mediação da carência e a satisfação dos indivíduos pelo seu trabalho, e a satisfação de todos os outros sendo denominado de sistema de carências. O segundo momento se dá pela realidade do elemento universal de liberdade implícito nesse sistema é a defesa da propriedade pela justiça; e, por fim, o terceiro momento que diz respeito à preocupação contra

o resíduo de contingência desses sistemas e a defesa dos interesses particulares como de administração e pela corporação (HEGEL, 1997).

Nesse contexto, Hegel considera os aspectos da necessidade individual, a temática do trabalho e da propriedade. Para ele, é em função da propriedade que o indivíduo se insere no âmbito social e jurídico, e mesmo que o indivíduo precise satisfazer suas necessidades pessoais, bem como incrementar sua propriedade para o alcance de seus objetivos e desejos pessoais, precisa do outro e vice-versa. Em síntese, todos carecem do trabalho alheio (HEGEL, 1997).

Posteriormente, Marx transforma a teoria do estado de Hegel numa crítica à sociedade civil e à ordem econômica burguesa que a sustentava. Alimentou forte crítica ao jogo formal do poder público amparado pelo direcionamento da burguesia, bem como a sua concepção histórica a respeito das categorias sociais, desmistificando que o Estado possui uma esfera social eterna e necessária. Para o filósofo alemão, o Estado e o sistema de capital não refletem a natureza humana, pelo contrário, transparece ser um sistema auto motivado pela acumulação centralizada de riqueza. Contra esse sistema, Marx propunha uma sociedade civil emancipada das amarras do capitalismo e do Estado (MARX, 2010).

Nome relevante no cenário da Sociedade Civil, Gramsci afirma que na compreensão geral de Estado encontram-se elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil – cuja intenção seria possível constatar que o Estado seria composto de sociedade política mais a sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção. Gramsci utiliza o termo “sociedade civil” com o propósito de mostrar o agrupamento de organizações privadas encarregadas pelas operações de hegemonia (VIOLIN, 2006).

As primícias do interesse contemporâneo na sociedade civil se encontram contidas na argumentação de alguns intelectuais dissidentes da Europa Oriental durante a década de 1980, onde a crise do comunismo podia ser entendida como uma revolta da sociedade civil contra o Estado. A crítica constante à suposta falta de limites do marxismo, a tendência existente em politizar todas as esferas da vida social, a sua suspeita sobre a democracia popular, bem como seu desejo de suprimir, controlar e absorver toda atividade espontânea originada na sociedade civil, evoluíram a uma profunda hostilidade teórica contra o Estado (EHRENBERG, 2011).

Andion (2009) desenvolveu uma historiografia dos conceitos mais proeminentes da sociedade civil, abrangendo desde os clássicos gregos até os modernos, como já mencionado nos parágrafos acima. Abaixo, o Quadro 1 criado a partir do esquema proposto pela autora busca retratar de maneira mais objetiva e didática, o desenvolver da sociedade civil ao longo dos séculos e suas principais correntes e definições.

Quadro 1 - Desenvolvimento da sociedade civil (Continua)

Período Histórico	Principais Teóricos	Percepções sobre Sociedade Civil
Séculos VIII a VII A.C	Sócrates, Platão e Aristóteles	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há separação entre sociedade política e sociedade civil e tampouco sobreposição entre elas.</li> <li>• Constituição política propunha o bem comum.</li> <li>• Política como ocupação de todos os cidadãos e não de uma esfera restrita.</li> </ul> <p>Outros três aspectos essenciais</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Preeminência da palavra : Estadado formado por cidadãos que debatiam sobre questões relacionadas ao bem comum</li> <li>2. Plena publicidade: discussões que ocorriam em plena luz do dia, argumentação pública.</li> <li>3. Similaridade ou simetria: Não há distinção entre poder político e sociedade; todos os cidadãos tem igual direito de participação no exercício do poder.</li> </ol>
Séculos VX a XVI	Maquiavel	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilegitimidade e multipolarização do poder geram situações de crise e instabilidade na sociedade.</li> </ul> <p>Na obra “O Príncipe” de Maquiavel, príncipe é responsável pela socialização – não mais o coletivo.</p> <p>Com Maquiavel não existem mais indivíduos políticos, e sim “O” indivíduo político (o Príncipe).</p> <p>O objetivo do Estado deixa de ser o exercício do bem comum e concentra-se na defesa do povo.</p> <p>Maquiavel rompe definitivamente com os padrões da filosofia política originada pelos gregos.</p>
Séculos XVI a XVIII	Hobbes e Locke	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cada homem, ao realizar seus interesses individuais, estaria promovendo o bem comum.</li> <li>• É por meio da razão e do domínio da natureza humana que a harmonia social se materializa.</li> <li>• Política baseada na razão, superando instintos e paixões, cujo objetivo é o desenvolvimento de uma “sociedade civil”.</li> <li>• Competição entre indivíduos e egoísmo do homem é um sintoma real e permanente. Para Hobbes sempre existirá a rivalidade.</li> <li>• Tanto em Locke quanto em Hobbes o julgamento ético está ausente da concepção da natureza humana.</li> <li>• Sociedade política é transformada num conjunto de indivíduos dotados de direito cuja aplicação é garantida pelo Estado.</li> </ul>
Séculos XVIII a XIX	Hegel e Marx	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para Hegel, o Estado é o principal sujeito da história universal.</li> <li>• O indivíduo é destituído de objetividade, verdade e moral, a menos que seja membro do Estado.</li> <li>• A principal contribuição de Hegel ao conceito de sociedade civil é o afastamento relacionado à noção tradicional de Estado.</li> <li>• Sociedade civil representa o primeiro estágio da formação do Estado.</li> <li>• Sociedade civil como momento intermediário entre família e Estado – “um momento acima da família e um momento abaixo do Estado”.</li> <li>• Marx se inspira em Hegel em sua definição de sociedade civil, também a separando do Estado.</li> <li>• Em Marx, a sociedade civil é tida como sinônimo da sociedade burguesa.</li> <li>• Indivíduo egoísta.</li> </ul>

Quadro 1 - Desenvolvimento da sociedade civil (Conclusão)

Período Histórico	Principais Teóricos	Percepções sobre Sociedade Civil
Séculos XX e XXI	Gramsci e contemporâneos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidadãos não participam diretamente e também não se sentem responsáveis pelas regras que guiam seu comportamento.</li> <li>• Alteração de uma perspectiva negativa da sociedade civil para um olhar redefinido.</li> <li>• Mesmo mantendo a distinção entre sociedade civil e Estado, Gramsci a considera superior a este último bem como um não sinônimo da esfera econômica em termos de estrutura.</li> <li>• Sociedade civil como junção das relações ideológicas culturais, da vida espiritual e intelectual da sociedade.</li> <li>• Gramsci desenvolve a concepção positiva da sociedade civil, possuindo, esta, papel definido.</li> <li>• Cohen e Arato, inspirados por Gramsci e Habermas, propõem um conceito de sociedade civil com “terreno” propício para surgimento de democracias plurais.</li> <li>• Democracia passa a ser debate que não se restringe apenas às esferas governamental e econômica, mas a espaços públicos formados pela sociedade civil.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Andion (2009).

Em síntese, é possível compreender que existe uma grande variação no sentido e significado do termo “sociedade civil” no decorrer da história sob o viés dos estudiosos. Época, ideologia, Estado e política, Mercado e comunidades familiares, são alguns dos espectros que influenciaram e definiram o modo de pensar a sociedade civil para cada um desses autores anteriormente citados. Foram pontuados aqui alguns dos clássicos que abordaram e desenvolveram teorias e discussões que motivam até hoje, o debate em torno dos conceitos da sociedade civil. Ademais, será abordado como são tratadas as concepções atuais da sociedade civil.

### 2.3 COMPREENDENDO OS CONCEITOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Atualmente tem-se percebido a tendência geral direcionada a uma abordagem inclusiva e de desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) nas políticas públicas e práticas de pesquisa. A discussão em torno das OSC tem voltado a elas o papel de atores relevantes que são capazes de cumprir a promessa de envolvimento social (SMISMANS, 2008). As OSC possuem o apreço e reconhecimento de formuladores de políticas públicas, bem como dos indivíduos, como afirmam Bernauer e Grampfer (2013). Tais organizações são compreendidas como intermediárias entre a sociedade e o Estado, influenciando a definição da agenda.

Steen-Johnsen (2011) afirma o que já é sabido: não existe consenso sobre as definições das OSC, e a inexistência de uma abordagem direta que faça entender o papel dessas organizações. No campo das Organizações da Sociedade Civil, as ONG (Organizações Não Governamentais), instituições de caridade, filantropias, e tantos outros tipos de organizações que se associam à sociedade civil, dificultam a compreensão de como esses grupos distintos se relacionam. Ainda não está completamente claro como os vínculos se estabelecem, quais são os principais interesses de cada uma destas organizações, quais são os padrões de ação institucional e como estes últimos podem impactar a pesquisa acadêmica, e mais, a formulação de políticas públicas, como declara Tomlinson (2013).

Uma questão que se faz relevante é que uma definição padrão para o termo “Organização da Sociedade Civil” está ausente na literatura existente, como afirma Muukkonen (2009). Rainey, Wakunuma e Sthal (2016) alegam que essa falta resulta em problemas teóricos e empíricos, uma vez que se a definição for demasiada estreita, a quantidade de organizações consideradas da sociedade civil será muito pequena, comprometendo a legitimidade do conhecimento ou informações providas pelos grupos. Sob a perspectiva contrária, caso as definições se apresentem sobremodo amplas, uma grande variedade de OSC dificilmente apresentarão compatibilidade entre si, o que levanta novamente a questão da legitimidade.

A própria União Europeia é exemplo de uma definição muito ampla, classificando Organizações da Sociedade Civil como “[...] qualquer entidade legal que seja não governamental, sem fins lucrativos, que não possua interesses comerciais e que busque um objetivo comum de interesse público.” (ACKERMANN; PERREAU; CARLBERG, 2016, p. 35). Essa declaração é tão ampla que é indiscutivelmente falha em sua capacidade informativa, porém, apresenta alguns aspectos plausíveis em seu contexto. Ainda assim, é preciso levar em consideração que tal afirmação exclui entidades que percebem a si mesmas como não governamentais, mesmo que sejam comerciais, por buscarem o bem público – como as empresas sociais (RAINEY; WAKUNUMA; STHAL, 2016).

Os autores Rainey, Wakunuma e Sthal (2016) realizaram uma pesquisa em diversas fontes que exploram o tema das OSC, e analisaram as diferenças entre os atores principais que influenciam a estrutura e o papel da sociedade civil nessas organizações. Com base na pesquisa realizada na literatura, os acadêmicos notaram que os projetos e trabalhos acadêmicos relacionam a temática das OSC às perspectivas não governamentais, sem fins lucrativos, sem interesses comerciais, OBF ou organizações com *status* legal alternativo. Os autores identificaram a complexidade da identidade das OSC e a ausência de uma definição única e

direta, contudo, concluíram que as OSC tendem a se orientar para o interesse ou bem-estar público.

## 2.4 AS PRINCIPAIS TIPOLOGIAS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

### 2.4.1 Organizações sem fins lucrativos

Outras formas de OSC também são abordadas por distintos autores. Salamon, Sokolowski e List (2004) afirmam que a atuação e papel desempenhado pelo setor das organizações sem fins lucrativos é muito relevante. Smith (2011) trata do conhecido setor das organizações sem fins lucrativos. Citando os Estados Unidos, o pesquisador afirma que as “*Nonprofit Organizations*” desempenham papel central na prestação de serviços públicos importantes, usualmente com o auxílio de financiamento governamental. Ele acrescenta ainda que uma atenção elevada tem sido destinada às organizações baseadas na fé, bem como às “*neighborhood Organizations*”, ao que diz respeito a abordagem de importantes problemas sociais. No Reino Unido, destaca Smith (2011), a realidade da atuação de organizações sem fins lucrativos também é determinante, uma vez que as parcerias público-privadas com envolvimento comunitário e sem fins lucrativos é componente imprescindível da “*Big Society*”.

Até mesmo aqueles países que por muito tempo ignoram, ou reprimem, grupos da sociedade civil estão adotando medidas para desenvolver nova legislação para instituições sem fins lucrativos e de caridade (SMITH, 2011).

A despeito das mais distintas definições, conceitos e teorias sobre as OSC, para que existam as organizações da sociedade civil em geral, é necessário a existência de espaço de associação voluntária e uma atividade que exista relativamente separada das dimensões do Estado e Mercado (COHEN; ARATO, 1992; BARBER, 1998). Putnam (1993) observa que uma sociedade civil, forte e vibrante, é caracterizada por uma rica junção e entrosamento de grupos voluntários que oferecem oportunidades contínuas para o engajamento cidadão, participação em assuntos públicos e no processo de formulação de políticas públicas.

Para Smith (2011) as organizações sem fins lucrativos desenvolvem uma categoria específica de vida associativa na sociedade civil; geralmente são definidas por seu alto nível de formalidade no que diz respeito a registro legais, pelo predomínio de financiamento externo em seu orçamento, e por seus papéis como intermediários entre grupos eleitorais e comunidade, e entre o governo e outras agências. As organizações sem fins lucrativos constituem um

importante elemento no ecossistema da sociedade civil, porém, não devem ser confundidas com a própria sociedade civil.

Os reconhecidos estudos desenvolvidos por Robert Putnam (1993; 2000) trazem evidências de que as organizações e associações voluntárias podem desenvolver redes sociais mais cooperativas entre cidadãos, gerando capital social, promovendo um governo mais eficaz, maiores níveis de desenvolvimento econômico, e cidadãos mais satisfeitos. Os trabalhos de Putnam (1993; 2000) também apontam que as organizações sem fins lucrativos desempenham relevante papel ao oferecer um apoio amplo à sociedade civil, fazendo-se presentes nos mais distintos aspectos da ajuda humanitária.

A tendência e confiança destinadas às organizações sem fins lucrativos também refletem o crescente interesse mundial em serviços cívicos, comunitários e voluntários. Em se tratando de voluntariado, o cenário se mostra proeminente, uma vez que a prática parece estar crescendo no mundo todo, em especial entre os mais jovens (MCBRIDE et al., 2004). A maioria dos trabalhos voluntários estão presentes no setor sem fins lucrativos (SMITH, 2011).

Muitas organizações sem fins lucrativos têm se especializado, ampliado suas formas de atuação, mesclando os elementos sem fins lucrativos com fins lucrativos. Essas são as chamadas empresas sociais, que tendem a depender em parte das taxas ou rendimentos auferidos e participam ativamente da economia de mercado, como uma forma de ajudar os usuários dos programas a obter melhores oportunidades de desenvolvimento (ALTER, 2010; LIGHT, 2008; BORNSTEIN, 2007). É importante ressaltar que as tendências mundiais têm influenciado diretamente o caminhar destas organizações, uma vez que com o envelhecimento da população e a demanda acentuada por programas de assistência comunitária, a necessidade de atendimentos de serviços de saúde domiciliar têm tido atendidas, também, por meio das organizações sem fins lucrativos, que participam diretamente da progressão da força de trabalho, desempenhando assim papel essencial (SMITH, 2011).

Na Holanda, por exemplo, mais de 14% da força de trabalho pertence ao setor sem fins lucrativos. Porém, essa realidade é bem mais diminuta na Polônia, onde menos de um por cento trabalha nessa área (SALAMON; SOKOLOWSKI; LIST, 2004). A realidade dos países em desenvolvimento ainda é obscura e com amplas variações. Na Índia pontuam uma média de 1,2 milhão de organizações sem fins lucrativos e uma média de 15.000 a 20.000 no Egito (KIENLE; CHANDHOKE, 2011).

Nos Estados Unidos, 1,56 milhões de ONG foram registradas no International Revenue Service (IRS) em 2015, representando um acréscimo de 10,4% em relação a 2006. Nesse mesmo ano, constatou-se que o setor sem fins lucrativos contribuiu com \$985.4 bilhões para a

economia do país, compondo 5,4% do PIB. Outra interessante estimativa é que cerca de 25,1% dos adultos norte-americanos se voluntariaram no ano de 2017, contribuindo com uma média de 8,8 bilhões de horas. Isso representa um aumento de 1,6% em relação a 2016 (NATIONAL CENTER FOR CHARITABLE STATISTICS, 2018).

A despeito das disparidades e atuações distintas das organizações sem fins lucrativos espalhadas pelo globo, o fato é que elas têm alcançado relevante visibilidade e se tornado pilar cada vez mais firme da sociedade civil em todo o hemisfério, sendo importante considerá-las um braço forte do corpo social. A seguir serão analisados aspectos importantes do desenvolvimento e caráter do setor das organizações sem fins lucrativos.

## 2.4.2 As teorias do sem fins lucrativos

### 2.4.2.1 Do Estado do Bem-Estar às origens sociais

Compreender as atuações, caracterizações e diferenças que transpassam fronteiras, quando se trata das organizações sem fins lucrativos, exige a busca de trabalhos literários que forneçam luz diante desses aspectos. Esping-Andersen (1990) alegou, em seu reconhecido livro, que os regimes de Estado poderiam ser classificados em três principais categorias: liberal, corporativista e social-democrática. Com o propósito de exemplificar, países com regime liberal incluem os Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália, por possuírem apoio social mínimo do Estado. Os regimes corporativistas estão refletidos em países como Alemanha e Holanda que geralmente oferecem significativos benefícios sociais por intermédio de junção entre mecanismos de apoio provenientes do Mercado e Estado. O governo social-democrata possui benefícios universais fornecidos amplamente pelos Estado. São exemplos de países que representam tal regime: Dinamarca, Suécia e Noruega.

Essa tipologia parece, contudo, reducionista e não reflete outras perspectivas relevantes que exercem efetiva influência na dinâmica social. Smith (2011) argumentou que essa categorização pouco considera as organizações sem fins lucrativos. E sob esse viés, Salamon e Anheier (1998) desenvolveram uma abordagem que pretendeu preencher a “lacuna” presente na tipologia de Esping-Andersen. A teoria das Origens Sociais especifica quatro tipos diferentes de regimes sem fins lucrativos: regimes **liberais**, como o que se passa nos Estados Unidos, onde existe um baixo gasto do Governo com assistência social e grande setor sem fins lucrativos. O regime **social-democrata** está presente em países escandinavos, por exemplo, e é caracterizado pela participação relevante e intensa do Estado no fornecimento de serviços de bem-estar social,

além de contar com pequeno número de serviços provenientes de organizações sem fins lucrativos. O governo **corporativista** desenvolve uma ampla abordagem baseada em benefícios sociais e uma longa tradição de organizações sem fins lucrativos apoiadas pelo Estado, podendo ser exemplo, a Alemanha. Por fim, o regime **estatista** – o qual é representado pelo Japão – é qualificado por um governo que exerce poder substancial, onde grupos de baixa renda não são o alvo dos benefícios sociais que oferece. O setor sem fins lucrativos tende a atuar de forma limitada nesse sistema (ANHEIER; SALAMON, 2006).

Atualmente, as organizações sem fins lucrativos estão firmemente estabelecidas nas linhas de frente da implementação de políticas sociais e são essenciais para a mudança da vida de muitos cidadãos que por elas são atendidos, especialmente em tempos de crise econômica aguda e grandes níveis de desemprego (SMITH, 2011).

Assim sendo, os principais componentes da teoria das origens sociais, de acordo com Smith (2011) são: a) relação inversa entre a extensão dos gastos sociais e o tamanho do setor sem fins lucrativos; b) a importância valiosa de momentos relevantes na história de um país onde são estabelecidas configurações institucionais específicas que influenciam o desenvolvimento do setor sem fins lucrativos, incluindo o relacionamento entre a igreja e o Estado, e o papel da classe trabalhadora na formação do Estado; e c) o foco em agências de serviço, como oposição aos distintos tipos de organizações voluntárias que recebem pouca receita de fontes públicas ou privadas. Smith (2011) informa que a receita das organizações sem fins lucrativos pode ser dividida em três categorias básicas: filantropia privada; taxas; e financiamento proveniente do governo.

Outra importante teoria que aborda a compreensão sobre o desenvolvimento histórico das organizações sem fins lucrativos advém de Jens Alber (1995). O modelo do sociólogo apresenta quatro principais variáveis que influenciam a estrutura dos serviços sociais: 1) o tipo de regulação; 2) a estrutura de financiamento; 3) a relação público/privado de fornecedores; e 4) a estrutura religiosa do país. Para ele, o caráter religioso dos países pode ajudar a manutenção e progresso, ou não, das organizações sem fins lucrativos, a depender de como essa relação se desenvolve. A constatação geral que se tem notado por intermédio de estudos é que a atuação e desenvolvimento das organizações sem fins lucrativos tem se tornado cada vez mais densa e permitindo acesso a cuidados básicos da saúde e bem-estar humano (SMITH, 2011).

### 2.4.3 A nova gestão pública

É provável que uma das mais importantes e relevantes influências ocorridas na promoção, aumento de atuação e significância papel do setor sem fins lucrativos, tenha sido a adoção da Nova Gestão Pública (NGP) em muitos países. Esse termo designa a reestruturação da gestão pública utilizando estratégias orientadas ao mercado a fim de atender as demandas sociais e melhorar a efetividade, eficiência e responsividade dos serviços, contratações competitivas de serviços, parcerias público-privadas, disponibilidade de crédito entre compradores e introdução de mais opções de consumo ao comprador.

Smith (2011) argumenta que a mudança para a NGP teve efeitos profundos na atuação e desenvolvimento do setor sem fins lucrativos, uma vez que com esse novo modelo essas organizações têm sido financiadas por meio de contratos a fim de que ofereçam serviços públicos vitais, desde o atendimento comunitário a tratamentos de abuso de substâncias até atendimentos domiciliares a idosos. Essa reestruturação do Estado levou as organizações sem fins lucrativos a um processo de maior engajamento com o processo de formulação de políticas públicas, em especial por meio de organizações intermediárias que representam uma vasta quantidade de organizações locais (PLOWDEN, 2003; CASEY et al., 2010).

A ênfase no engajamento e responsividade do cidadão dentro das premissas da NGP estimularam governos a promover representação de bairros, criação de grupos étnicos, e abordagens para a prestação de serviços públicos. Como resultado, muitas organizações sem fins lucrativos especializadas têm expandido substancialmente em muitos países, e em alguns deles, como nos Estados Unidos, essas organizações provêm oportunidades para que os próprios cidadãos participem da gestão dos serviços que recebem (SMITH, 2011).

Muitas das novas agências de serviços sem fins lucrativos estão vinculadas a grupos de imigrantes e populações desfavorecidas, desenvolvendo parcerias com agências governamentais como parte de uma abordagem mais ampla na busca pela solução de problemas como AIDS, moradias populares, desenvolvimento econômico e atendimento comunitário. Além disso, essas organizações estabelecem vínculos com as comunidades e são percebidas como parte do contexto (SMITH, 2011). Por fim, a NGP também é parte de um movimento mais amplo que objetiva melhorar a performance e efetividade do governo.

### *2.4.3.1 Organizações não governamentais*

A expressiva expansão das Organizações Não-Governamentais (ONG) no desenvolvimento internacional nas últimas três décadas é bem documentada. Esse aumento é evidente em lugares como o Quênia, onde eram registradas poucas centenas na década de 1990 ao crescimento exponencial de mais de 8000 ONG em 2012. Em Bangladesh, em 2002, 90% das aldeias possuíam pelo menos uma ONG (BRASS, 2012, 2016; GAURI; GALEF, 2005). Esse crescimento se deu também em nível global. A União de Associações Internacionais estima que 37.500 ONG de atividades internacionais se encontravam ativas em 2018, e mais de 1000 novas ONG são incorporadas a cada ano, apenas nos Estados Unidos (UNION OF INTERNATIONAL ASSOCIATIONS, 2018; SCHNABLE, 2015).

É fato que as ONG são praticamente o coração das Organizações da Sociedade Civil, e a formação da Organização das Nações Unidas (ONU) forneceu pressuposto e ponto de partida formal para o que hoje se conhece como Organizações Não Governamentais.

A terminologia ONG referia-se às instituições não oficiais que se diferenciavam das instituições resultantes de acordos entre governo nacionais, como a própria ONU e suas agências especializadas que se dispunham aptas a receber recursos financeiros com o propósito de executar projetos de interesses de grupos e comunidades sociais (FISCHER; FISCHER, 1994).

Em conjunto com a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, a nova estrutura da ONU desenvolveu o Conselho Econômico e Social, que estava proposto ao debate sobre questões econômicas e sociais (FOWLER, 2011). Muito antes, porém, dos rótulos propostos pela ONU, várias organizações religiosas e “benéficas” transnacionais trabalhavam nesses campos. Outro interessante aspecto que cabe ser mencionado, é que o rótulo “ONG” era, à princípio, aplicado apenas para entidade que atuavam internacionalmente, o que não é mais o caso (FOWLER, 2011).

No âmbito acadêmico, o interesse em organizações do terceiro setor cresceu nas últimas duas décadas e contribuiu com uma ampla variedade de termos a fim de explicar a existência e crescimento de ONG. Essa variedade de conceitos resultou em problemas para definir, efetivamente, o conceito e compreensão das ONG (LEWIS, 2001; 2010; MARTENS, 2002; SALAMON; ANHEIER, 1992; SALAMON et al., 2003). Novamente se repete o cenário anteriormente visto, como no caso das Organizações da Sociedade Civil e Organizações sem Fins Lucrativos, os acadêmicos procuraram definir as ONG de acordo com preceitos que lhes

fizesse sentido, acarretando as mais distintas terminologias que se adequassem a certas ideologias, perspectivas de vida e viés pessoal na percepção de mundo.

Para Martens (2002), por exemplo, as ONG podem ser definidas como organizações sociais formais independentes (profissionalizadas), as quais objetivam promover objetivos comuns em níveis nacionais ou internacionais.

Tenório (2014) afirma que ONG são organizações sem fins lucrativos, autônomas, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, e contam com auxílio do trabalho voluntário.

Sob a perspectiva das relações existentes entre essas organizações e o Estado, Fernandes (1996) refere-se a essas como atores sociais que assumem posicionamento político, engajadas com um projeto de transformação social.

Para Vakil (1997), as ONG são autogovernadas, privadas e sem fins lucrativos, voltadas à melhora a qualidade de vida de pessoas desfavorecidas. É interessante notar que, apesar dos esforços de pesquisa nesse setor, não existe acordo internacional ou interdisciplinar a respeito de uma definição precisa sobre o que de fato constitui uma ONG (LEWIS, 2001; 2010; MARTENS, 2002; MUUKKONEN, 2009).

Lewis (2010) afirma que um dos motivos para esse desacordo é a diversidade existente no setor e os diferentes contextos sociais de cada localidade que tornam problemáticas e complexas a generalização. De certa forma, essas questões terminológicas foram responsabilizadas pelos recorrentes problemas de definição, uma vez que os conceitos não têm valor e são contextualizados no meio cultural e disciplinar (MUUKKONEN, 2009).

Para Corry (2011), no nível disciplinar, a abordagem econômica das ONG enfatiza a não distribuição do lucro gerado, ao passo que a abordagem sociológica se concentra na motivação do participante por meio de valores que existem na sociedade.

Uma tentativa anterior de Salamon e Anheier (2006) em definir o que são as ONG manifestou que elas podem assumir os seguintes sentidos: a) legais – referente ao registro e *status*; b) econômicas – referente à fonte de recursos; c) funcionais – diz respeito aos tipos de atividades realizadas

Martens (2002) criou duas distinções principais, abordagens judicial e sociológica, sobre os atributos das ONG a fim de promover uma definição que se adequasse aos seus estudos. A abordagem judicial está focada no *status* legal das ONG no contexto nacional e internacional; a abordagem sociológica enfatiza a estrutura e função dessas organizações. Lewis (2007) também compartilhou uma perspectiva similar quanto à definição legal, que se concentra

em uma visão geral das ONG e uma concepção de desenvolvimento que se converge nas preocupações com mudanças sociais e econômicas e como estas afetam as organizações. Corry (2011) classificou suas definições baseando-se nas perspectivas americana e europeia, que buscavam compreender as ONG com características especiais do terceiro setor. O autor argumenta que a perspectiva americana das ONG as classifica como um setor discreto, caracterizado por certas qualidades como civilidade. Por outro lado, a visão europeia percebe essas organizações como junção de outros tipos de organizações sociais, como privada e pública, ou hierárquica e anárquica.

Pode-se concluir, a despeito das mais distintas definições, que as ONG são organizações formais, autônomas, voluntárias envolvidas em ajudar indivíduos e comunidades a alcançar objetivos de natureza social, econômica e cultural. Essas organizações são institucionalmente separadas das organizações governamentais e não distribuem lucros, sendo, contudo, responsáveis por prestar contas aos *stakeholders* (KURUVILA, 2015).

## 2.5 UM ENFOQUE ANTROPOLÓGICO A RESPEITO DA AÇÃO DO HOMEM, ESTADO E RELIGIÃO NA SOCIEDADE CIVIL

D. Colas (1992) dizia ser difícil compreender a sociedade civil, como tem-se visto até agora. É consenso entre os autores a complexidade na definição do tema. Para ele, traçar uma genealogia da sociedade civil demonstra-se uma tarefa infinita, uma vez que além da heterogeneidade conceitual, é preciso levar-se em consideração as mais distintas variações desses conceitos e uma cronologia não linear.

Sobre o desenvolvimento conceitual do termo “sociedade civil”, Múgica (2008) afirma que a concepção retornou com força e mais evidência a partir de 1989, mais especificamente após a queda do Muro de Berlin, quando se iniciou uma corrente de reflexões e questionamentos, em nível mundial, sobre o que seria de fato, e como se constituiria, a sociedade civil. Tal ponderação sobre o conceito surgiu de todas as perspectivas ideológicas, principalmente com o propósito de trazer à tona a repressão causada pelas sociedades comunistas (MÚGICA, 2008).

Nesse sentido, ser civilizado não é estar junto sem se importar como ou com quem: é a manifestação do reconhecimento mútuo em termos de valor (DUCLOS, 1993).

Civilidade certamente é socialização – a existência e o vínculo social – uma vez que é capaz de fornecer aptidão para o político, bem como para a participação no espaço público. Essa aptidão ou competência política, que caracteriza a sociedade civil, pode apenas ser vivida

e desenvolvida em ambientes onde existe a reciprocidade e reconhecimento do valor do outro (MÚGICA, 2008).

Para além da perspectiva de civilidade da sociedade civil, Gellner (1996) acrescenta que a mesma consiste em um conjunto de diferentes instituições não governamentais fortes o suficiente para contestar o Estado, embora não o impeça de cumprir suas funções de mantenedor da paz e árbitro dos interesses fundamentais, essas instituições podem evitar que ele domine e atomize o restante da sociedade.

Bobbio (2000) compreende a trajetória do desenvolvimento sobre as vertentes da sociedade civil como a esfera das relações entre os indivíduos, grupos e classes sociais que se desenvolvem fora das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Para o filósofo político, a sociedade civil pode ser representada como o terreno de conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos; ela é a base de onde partem as demandas às quais o sistema político é obrigado a responder; é o campo de várias formas de mobilização, associação, e organização das forças sociais que se direcionam à conquista do poder político. Bobbio (2000) conclui sua explanação afirmando que a sociedade civil é o domínio das relações de poder de fato, onde o Estado é o originador das relações legítimas de poder. Desta feita, para ele, a sociedade civil e o Estado não são duas entidades sem relações entre si, mas que de fato desenvolvem uma inter-relação permanente.

No que tange as relações envolvidas entre o Estado, política e sociedade civil, Alexis de Tocqueville (2005) defende que um Estado democrático precisa de instituições políticas ativas e fortes, devendo, contudo, ser evitado o despotismo por intermédio de mecanismos preventivos contra o monopólios do poder estatal, esses mecanismos podem ser exercidos pelas associações civis – grupos científicos e literários, escolas, editores, empresas manufactureiras, organizações religiosas, famílias independentes, entre outros – que não estejam sujeitos ao controle estatal, e que construam barreiras essenciais contra o despotismo do Estado.

Tocqueville (2005, p. 338) continua a reflexão indagando: o que pode contestar o poder do Estado numa democracia, onde o Estado é constituído pelo povo? Para o pensador político, a resposta está na sociedade civil. “As ideias e sentimentos não se renovam, o coração não se engrandece, nem o espírito humano se desenvolve, a não ser pela ação recíproca dos homens uns com os outros.” Nesse sentido da relação constituída entre poder, povo e estado, o escritor francês considera a sociedade civil um freio à força das tendências homogeneizadoras da democracia (SERRANO, 2014).

Blair (2010), tendo por base seu exercício no poder, constatou que o Estado se torna melhor quando capacita e autoriza o indivíduo; quando tenta integrar os esforços e a criatividade

da pessoa ao invés de se colocar no lugar dela; quando ao invés de controlar a vida dos cidadãos, se preocupa em expandir as possibilidades dos mesmos controlarem-na.

Portanto, é importante ter em mente que as conexões existentes entre o Estado e a sociedade civil não devem ser emblemadas apenas pelos conflitos e confrontos existentes entre esses dois sistemas. São instituições diferenciadas e autônomas, que necessitam uma da outra (SERRANO, 2014). Sobre isso, Habermas (1999) discorre que a atuação do Estado se faz necessária no que diz respeito ao desempenho do poder de sanção, do poder de organização e de execução, uma vez que existem direitos que devem ser impostos e que a comunidade jurídica necessita fortemente de uma força estabilizadora de sua identidade, bem como de uma administração organizada da justiça, que, devido à formação da política, resultarão em programas a serem implementados. Reafirmando a conexão existente entre a sociedade civil e o Estado, Domínguez, Herrero e Grimaldi (1999) afirmam que a ideia de sociedade civil não pode se contrapor ou confrontar-se (como ocorre com frequência) com a do Estado, uma vez que estas são instituições distintas. Isso é algo que Bobbio já declarava, como mencionado anteriormente.

Outra vertente importante da sociedade civil, para além do cenário das relações com o Estado, se encontra na necessidade de relacionar-se com as instituições em suas mais distintas formas, para que essa sociedade seja saudável, ativa e livre (DOMÍNGEZ; HERRERO; GRIMALDI, 1999). Dahrendorf (1968), sobre essa perspectiva, afirma que ao se pretender a liberdade se faz necessário trabalhar tanto com as, quanto dentro das, instituições, moldando-as repetidamente nesse processo de relação, desenvolvendo oportunidades de liberdade de uns para com os outros a todo instante. Ou seja, não contemplando apenas o Estado como agente influenciador especial da sociedade civil, outros tipos de instituições e organizações influenciam e são influenciadas pela ação do indivíduo que, juntamente com o grupo com o qual se relaciona, é capaz de transformar a vivência. Essa capacidade de transformação e de troca de experiências é o que permite a liberdade do ser e a democracia da sociedade civil.

O processo da construção e desenvolvimento das relações da sociedade civil nos campos das instituições, bem como com o Estado, apenas se materializam por possuir em essência o conceito de civilidade, que está diretamente relacionado ao conceito de sociedade civil. Múgica (1999) esclarece que em seu sentido etimológico “civilidade” faz alusão direta ao fato de “estar com” e “relacionar-se com”, indicando o que deve ser conectado e relacionado nessas conexões: honra pessoal e força moral.

O homem, componente essencial da sociedade civil, é parte das mais distintas esferas relacionais existentes no meio social. A chave da civilidade é o homem, e este não está contido

apenas em suas correspondências políticas. A pessoa é um membro da comunidade do bairro, é parte de uma família, de uma igreja, e de associações das quais participa voluntariamente. Em todas essas vertentes, estabelece laços sociais com membros desses grupos que são aspectos essenciais para a fundamentação de sua identidade pessoal. Nesse contexto, é importante destacar que é impossível reduzir o ser humano ao seu papel de cidadão ou à sua crença religiosa. Ele é um conjunto único de todas as partes externas que se relacionam e influenciam suas ações (CORTINA, 1998).

Mesmo possuindo total ciência da incapacidade de subsistir solitário no mundo, o homem é, como já mencionado, em essência, o princípio fundamental da sociedade civil e de todas as relações que derivam da interação de um com o outro. Múgica (1999) afirma que Hegel leva ao homem o segundo princípio fundamental da sociedade civil, no papel de ser humano, pessoa, que constitui o princípio basilar dessa sociedade civil, e enfatiza acrescentando o pensamento de Ortega y Gasset: o homem está aberto ao outro em um estado permanente – é essência do mesmo. O autor segue acrescentando que o homem, enquanto ser humano, como pessoa, em sua condição de cidadão, é o elo da sociedade civil (MÚGICA, 1999).

Ortega y Gasset (2006, p. 254), partindo da perspectiva antropológica das relações humanas, escreve poeticamente que o relacionamento de uns com os outros é a principal forma de relacionamento social:

Não importa seu conteúdo – o beijo ou o golpe. Nos beijamos e nos desentendemos. O importante aqui é o “nós”. Eu não vivo nele, mas vivo com ele. A realidade do “nós” ou sociedade civil pode ser referida com um vocábulo mais usual: convivência. É na convivência que somos “nós”, onde frequentemente o outro está me delimitando. De ser qualquer homem, o resumo semelhante, o indivíduo humano indeterminado passa por graus de determinação progressiva, fazendo-se mais conhecido, humanamente mais próximo. O grau extremo da proximidade é o que chamo de intimidade.

Partindo da concepção antropológica de sociedade civil, que inevitavelmente atenta ao papel fundamental do ser humano nas relações que nela estão presentes, é importante mais uma vez salientar que esse trabalho considera que a pessoa não se limita apenas aos âmbitos das relações políticas, sociais, familiares e econômicas. A esfera da crença é vertente imbuída de grande importância e significado na composição da atuação moral e ética do indivíduo. Quando se fala de crença, associa-se diretamente o papel relevante da religião na vida das pessoas e como ela impacta a sociedade civil. Por ser parte basilar desse trabalho, compreender a religiosidade e espiritualidade na sociedade é de grande valia para que se assegure que as associações entre pessoa, sociedade civil e religião, não sejam aleatórias e destituídas de

sentido. Abstraindo qualquer juízo de valor sobre as crenças, com o foco na ação do indivíduo que possui uma fé e como ela se propala em suas distintas relações, é preciso, sob o olhar antropológico, compreender o outro lado da religiosidade na sociedade civil<sup>1</sup>.

Richard John Neuhaus (1999) declara que é nas comunidades religiosas que as pessoas aprendem os costumes e modos de se relacionar uns com os outros. É a igreja<sup>2</sup> que sustenta, comunica e divulga as principais verdades morais. A igreja pode proporcionar estrutura cognoscitiva e moral dentro do qual o trabalho político se desenvolve. Sob a perspectiva do Estado e sociedade democrática, Neuhaus (1999) propõe que a democracia é o governo da maioria, regida por intermédio de representantes e dentro de limites constitucionais, porém, isso não significa que tudo possa ser posto em votação. O que deve permanecer e ser respeitado é a liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade de associação e outros direitos civis e políticos básicos que tornam a política democrática possível e moralmente digna.

Outro aspecto mencionado por Neuhaus (1999) que diz respeito da relação Estado x Religião, é que a separação da religião do Estado não deve e nem pode significar a separação entre religião e vida pública. De maneira alguma se deve desejar um Estado religioso, nesse trabalho, a abordagem adotada é que o Estado não deve professar nenhum tipo de fé, contudo, parafraseando o que o autor disse, o Estado assume uma postura de fé quando em sua hostilidade à fé professada por seu povo, pratica a religião do secularismo militante (NEUHAUS, 1999).

Nesse sentido, o risco de uma antidemocracia não provém do exercício da livre crença, mas de um secularismo imposto pelos governos que acabam por suprimir a fé da sociedade. A separação da igreja e do Estado, quando corretamente interpretada, é boa para a igreja. “A fé imposta não é fé, e a imposição de uma crença religiosa é profundamente contrária ao espírito do Evangelho [...] deve-se enfatizar que a separação entre Estado e igreja é um limite imposto ao Estado e não à religião.” (NEUHAUS, 1999, p. 484).

Por fim, Neuhaus (1999) conclui que o pluralismo autêntico não é simplesmente o fato sociológico de uma pluralidade de mundos de significados, é uma conquista social e cultural. As pessoas recorrem com frequência ao pluralismo quando afirmam que a religião deve ser separada da vida pública. Tal afirmação é equivocada, de acordo com o autor. Para ele, o verdadeiro pluralismo não consiste em fingir que as diferenças pessoais mais essenciais não

---

<sup>1</sup> Não é proposta nesse trabalho discutir o que é bom ou ruim nas doutrinas de cada crença. É uma perspectiva desromantizada e sem julgamentos daquilo que o indivíduo decide acreditar.

<sup>2</sup> Não se trata de uma igreja específica, mas de qualquer que pregue valores, princípios morais e respeito ao outro.

importam, mas pelo contrário, fazer com que estas diferenças funcionem dentro do vínculo da civilidade.

Um ponto que vale a menção do papel da religiosidade na sociedade civil, é que ela lhe provê uma estrutura moral, de acordo com Herbert (2003); no entanto, isso não pode ser considerado novidade, pois, anteriormente, Hegel já havia indicado a importância da ética como base para uma vida social (COHEN; ARATO, 1995), e assim sendo, Paeth (2008) aponta que o envolvimento da religião na comunidade é parte do desenvolvimento ativo de seu processo moral. Nesse contexto, a religião torna-se relevante uma vez que é capaz de prover valores morais ao indivíduo (HERBERT, 2005). Juerguenmeyer (2005) indica que a religiosidade promove certos valores: honestidade, justiça, *fair play*, tolerância e respeito. Tais valores, diz o autor, são necessários para a manutenção de uma sociedade sadia.

Compreender a atuação da religiosidade no campo da sociedade civil tem se tornado um trabalho árduo, uma vez que ano após ano, a temática tem sido suprimida dos debates acadêmicos como fonte de ações morais e éticas positivas. Prezando pela liberdade de expressão acadêmica, esse trabalho se propõe olhar a relação sociedade civil x religião sob uma lente que ainda relutam a utilizar. Quais aspectos positivos existe na religião? Se ela é tão depreciativa à sociedade, por que esta ainda persiste em buscar na fé, a premissa e valor de sua existência? Esse estudo, por meio de dados – primeiramente oriundos de revisão sistemática e depois do trabalho de campo – aponta que a fé ainda é motivo de devoção e norte moral pessoal nas decisões do cotidiano, incluindo o âmbito organizacional.

## 2.6 ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ – OBF

Fritz (2018) inclui distintas tipologias de instituições na lista de OBF, representadas na forma de congregação religiosa (igreja, mesquita, sinagoga ou templo); organização privada; programa ou projeto patrocinado/hospedado por uma congregação religiosa; organizações sem fins lucrativos fundada por convenção religiosa, ou simplesmente por motivos religiosos; ou de fé e que possua membros que declarem explicitamente a motivação de sua crença.

Bielefeld e Cleveland (2013) comentam que pesquisadores definem e redefinem o espectro da ênfase religiosa entre as OBF a fim de entender e explicar o papel da religião como um componente destas organizações e dos serviços por elas prestados. Apesar das distintas terminologias definidas, todas elas compartilham três principais semelhanças: controle organizacional; expressão religiosa; e implementação de agenda.

Em relação as organizações explicitamente religiosas, Monsma (1996) pesquisou organizações com tradições católicas, judaicas e protestantes que ofereciam cursos de educação superior, serviços para crianças ou ajuda internacional. O autor desenvolveu dimensões que caracterizam as práticas religiosas nas organizações como baixa, média ou alta em comparação com seus pares.

Delimitando uma tipologia abrangente de organizações e programas que fornecem serviços sociais ou de educação, Sider e Unruh (2004) desenvolveram um modelo que contempla seis vertentes, que podem ser classificadas da seguinte maneira: a) fé permeada; b) centrada na fé; c) afiliada à fé; d) fundamentada na fé; e) parceria entre organizações baseadas na fé; f) e seculares. Para categorizar as organizações, os critérios incluem o controle organizacional por intermédio de seleção de pessoal e apoio financeiro, juntamente com a expressão da religião por meio da autoidentidade. Alguns critérios de categorização utilizados pela autora são: ambiente na qual a organização está inserida e é conduzida; conteúdo religioso; integração do conteúdo religioso com outros componentes do programa; e coerência entre as premissas religiosas e resultados desejado.

As OBF foram classificadas em três principais categorias: a) Organizações Religiosas; b) Organizações da Sociedade Civil Baseadas na Fé; c) Organizações Empresariais Baseadas na Fé. Serão tratadas a seguir.

## 2.7 ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS BASEADAS NA FÉ - ORBF

Alguns critérios foram utilizados para determinar as Organizações Religiosas Baseadas na Fé (ORBF), considerando as vertentes definidas nos artigos pesquisados. Dentre eles, essas organizações são aquelas que respondem diretamente à igreja ou a alguma autoridade ou hierarquia religiosa. As atividades por elas desempenhadas estão diretamente relacionadas à instituição da fé promulgada, sendo essa instituição um componente fundamental para o desenvolvimento de suas ações. Quando não ocorrerem diretamente no espaço no qual a comunidade religiosa se reúne, pode se configurar na condição de associações ou organizações que estão intimamente vinculadas à instituição religiosa em questão, prestando contas a esta e sendo por ela monitorada, propondo sempre manter uma coerência filosófica da fé que a mesma representa.

Dickey (1987) esclarece algumas características das Organizações Religiosas: um viés de caridade mais rudimentar – deixando claro que o sentido rudimentar se refere ao foco da

ação, e que também não representa a totalidade destas organizações – voltado a cuidar dos doentes, pobres, viúvos, órfãos e presidiários. Seu trabalho é majoritariamente voluntário, comunitário e conduzido pelos membros da igreja, e guiados pelo pastor, reverendo, bispo, ministro, sacerdote, entre outros.

A teologia prática que envolve as organizações religiosas evoluiu basicamente sob duas vertentes: a caridade para cuidar dos pobres e a transformação das raízes sistêmicas da pobreza e injustiça. A implementação destes ideais fundamentais é cumprida por meio de uma junção complexa da ação individual, projetos iniciados pelo corpo da igreja local e iniciativas dentro de uma estrutura denominacional (UNRUH; SINHA; BELCHER, 2010). Quase a totalidade dos recursos adquiridos para o desenvolvimento destas atividades são oriundos dos fiéis membros destas congregações.

## 2.8 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BASEADAS NA FÉ - OSCBF

Uma característica indispensável das Organizações da Sociedade Civil Baseadas na Fé (OSCBF) é a relação próxima que mantêm com o Estado. A revisão sistemática apontou que o Estado influencia tais organizações de maneira mais determinante por meio de financiamentos, subsídios e isenção de impostos.

Um exemplo muito recorrente que emergiu da revisão sistemática foi a implementação da *Charitable Choice*, instaurada em 1996 pelo governo Clinton (USA), iniciando uma reforma abrangente do bem-estar social. O ato legislativo foi chamado de “Responsabilidade Pessoal e Oportunidade do Trabalho” (NAGEL, 2006). Os objetivos do *Charitable Choice* são de incentivar os Estados e Municípios Americanos a expandir a participação das organizações sem fins lucrativos na provisão de programas de bem-estar financiados pelo Governo Federal, com menção específica das OBF. Foram estabelecidas premissas para a elegibilidade das organizações baseadas na fé como contratantes de serviços, sendo estas o de proteger o caráter religioso e o *status* de isenção de emprego das organizações religiosas participantes, além de salvaguardar a liberdade religiosa dos integrantes (CNAAN; BODDIE, 2002).

As relações das OSCBF com ONG seculares nem sempre se desdobram de modo amistoso. Elas competem entre si por recursos governamentais e, muitas vezes, procuram obter vantagens. Jordan (2008) destaca que, por vezes, a relação delas com o Estado apresenta certas tensões, uma vez que governos pouco amistosos à religião ou fé proíbem o financiamento das OSCBF.

Outro obstáculo deriva da questão de que muitas fundações não estão dispostas a financiar as OSCBF. Ressalta-se que fundações fundamentadas na comunidade, ou fundos criados para beneficiar organizações sem fins lucrativos, podem excluir entidades religiosas. Dessa maneira, algumas delas optam por formar empresas seculares sem fins lucrativos separadas de suas OSCBF na expectativa de receber financiamentos (JORDAN, 2008).

Para atuar no campo das OBFSC as organizações, tanto as sem fins lucrativos como as organizações com fins lucrativos, competem por recursos humanos no mesmo mercado de trabalho, contudo, os incentivos de pagamento variam entre esses dois setores (BRANDL; GUTTEL, 2007; EMANUELE; HIGGINS, 2000; MIZE SMITH et al., 2006). Ainda assim, este setor continua sem desenvolvimento (BASSOUS, 2014).

A maioria das organizações sem fins lucrativos perseguem uma missão social (MACY, 2006), são movidos por motivações humanas (BRANDL; GUTTEL, 2007) e enfrentam diversos obstáculos financeiros (VALENTINOV, 2008).

Como dependem de meios externos para sustentar suas práticas, organizações dessas categorias precisam ser competitivas o bastante para que possam sobreviver e conquistar a visibilidade que trará recursos que possibilitarão não só a execução de suas funções propostas, mas a propagação de seus ideais por intermédio da fé. As associações das OSCBF com o Estado, fundações, e empresas privadas destinadas a apoiar a causa, ainda são pouco exploradas, evidenciando que nesse assunto, muitas conexões permanecem recônditas.

## 2.9 ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS BASEADAS NA FÉ - OEBF

Por meio da revisão sistemática foi possível caracterizar um outro tipo de organização: as Organizações Empresariais Baseadas na Fé (OEBF). Porém, é um tema pouco analisado: apenas quatro dos 212 artigos encontrados tratam diretamente dessa perspectiva. O que mais diferencia essa esfera das duas anteriores é o exercício da atividade econômica destinada à produção e movimentação de bens e serviços. Ao passo que as Organizações Religiosas e da Sociedade Civil Baseadas na Fé estão isentas de diversos impostos, as empresas privadas possuem essa obrigação.

O que diferencia as organizações privadas seculares das OEBF? A resposta parece ser “a motivação religiosa”. Davis e Lucas (2007) ressaltam que alguns dos princípios presentes nessa categoria é a atenção destinada à continuidade dos princípios baseados na fé, podendo ser: grupos de estudo bíblico, doações de caridade, e até mesmo práticas individuais do

proprietário – alguns deles não apenas mantêm fortes perspectivas religiosas, mas também as colocam em prática, mesmo que isso não pareça fazer sentido no mundo dos negócios.

Um exemplo significativo identificado na revisão sistemática mostra que quanto maior a influência que a religião e/ou fé assumem na vida do empresário, maior a necessidade de deixá-la transparecer aos outros. Esse é o caso de Truett Cathy, fundador e presidente da Chick-fill-A Inc., que dirige seus empreendimentos baseado em seus princípios cristãos (DAVIS; LUCAS, 2007).

As práticas de *marketing*, estratégias organizacionais e a busca por rendimentos e consumo que se transpassam com a religião está presente no mercado, porém é perceptível que ainda são inexplorados (AOUN; TOURNOIS, 2015). O estudo da revisão sistemática apontou um tema ainda pouco explorado, mas que apresenta perspectivas promissoras que poderão agregar conhecimento acerca da expressão religiosa em certas empresas privadas e o quanto tal perspectiva influencia na vida organizacional ou individual.

## 2.10 *TECHNÉ*, TÉCNICA, TECNOLOGIA<sup>3</sup>, PRÁXIS

O sentido de tecnologia abordado neste trabalho se encontra recôndito frente às definições coloquiais do termo. As relações que serão estudadas seguem a ordem de compreender o desenvolvimento da *techné* para técnica e da *techné* e técnica para tecnologia.

### 2.10.1 *Techné*

Seguindo a ordem do termo, será desenvolvido e explicado o uso da expressão tecnologia. Contudo, é necessário anteceder ao sentido original de atribuir a ela o caráter de tecnologia como um conjunto de ações que organizam a produção, das condições materiais necessárias para dar continuidade ao processo de trabalho, bem como para as relações sociais que os constitui, e nesse sentido, a tecnologia está associada à *techné* (BRUNO, 1991).

Portanto, é preciso compreender a essência que fez surgir, anos mais tarde, o termo adotado nesse trabalho. Em sua obra “*Ética a Nicômaco*”, Aristóteles (1973) divide o conhecimento humano em três distintas categorias: *episteme*, *techné* e *phronesis*. *Episteme* é o conhecimento teórico e diz respeito à sua aquisição, focando-se no saber sistemático e universal em contextos particulares. Por exemplo, é a capacidade que certo indivíduo possui de entender

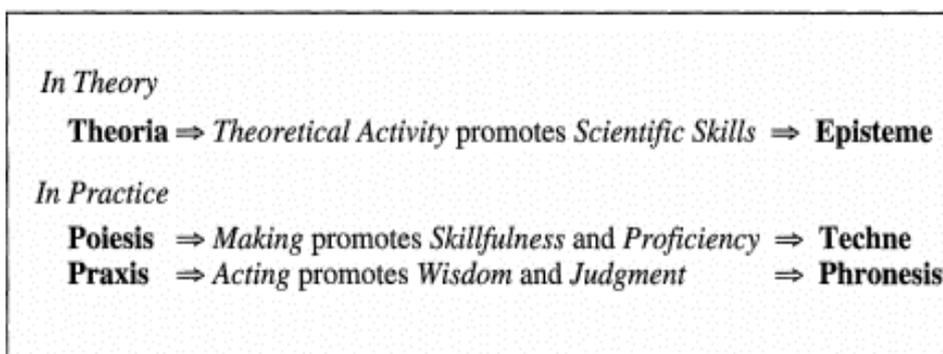
---

<sup>3</sup> Este tópico, bem como o da Práxis, objetiva embasar o uso e aplicabilidade do termo “tecnologia religiosa voltada à práxis”.

a ciência da física quântica e ser capaz de explicá-la aos outros (GIBSON, 2018). *Phronesis* (sabedoria prática) está relacionada à Práxis, e se concretiza ao deliberar entre distintas opções que traduzem conhecimento em ação, sendo imbuída de valores e premissas éticas (KAVANAGH, 2013). *Techné* é o conhecimento produtivo que explica como surge o ato ou o objeto (KAVANAGH, 2013).

O Quadro 2 apresenta as associações entre os conhecimentos descritos no parágrafo acima, demonstrando as noções aristotélicas da ação humana. Sobre esse quadro, Rämö (1999) afirma que a atividade teórica (*Theoria*) relaciona-se com a atividade investigativa do mundo, e não com os documentos e resultados científicos dessa atividade. O autor afirma que há confusão em relação à compreensão do que de fato seja a teoria. Ela tem sido compreendida ao contrário de seu sentido original; a teoria não configura o fim, os documentos advindos dos resultados encontrado. Ela é o processo de se constituir o saber. Neste caso, os resultados dessa atividade científica (*episteme*) é um arranjo adquirido de palavras que são capazes de descrever e codificar os distintos estados e aspectos dos saberes em questão.

Quadro 2 - *Theoria*, *Poiesis* e Práxis



Fonte: Ramírez (1995, p. 08).

Rämö (1999) explica que a *Theoria* e *Episteme* podem, gradualmente, inserir-se no domínio da prática: a) a fim de fazer parte do processo construtivo da prática (*poiesis*), que promove habilidade e proficiência (*techné*); e b) com o propósito de agir sobre a prática (práxis), que promove a sabedoria e julgamento (*phronesis*). Com o propósito de concluir essa perspectiva geral do conhecimento humano, é um importante a compreensão de que a *poiesis* está centrada no fazer e a práxis, no agir. Essa afirmação, feita por Rämö, demonstra que estas dimensões do saber aristotélico não serão concebidas de maneira polarizada, pelo contrário, será proposto o desenvolvimento de uma execução técnica com uma finalidade ética e moral – ponto esse que será abordado mais à frente.

Afinal, o que é a *techné*? Como visto no parágrafo acima, a *techné* está flexionada à *poiésis*, que por sua vez descreve uma atividade associada à fabricação ou concepção de algo que necessariamente é concluído, gerando um produto ou resultado separado e que alcança seu fim ou *telos*. Para compreender a essência da *techné* é preciso retroceder aos conceitos no qual ela está inserida e faz parte. Kavanagh (2013) dispõe e explicita os quatro dos principais conceitos aristotélicos sendo eles *poiésis*, *práxis*, *techné* e *phronesis*. O autor segue declarando que *poiésis* descreve uma atividade associada à fabricação ou concepção de algo que necessariamente é concluída, gerando um produto ou resultado separado e que alcança seu fim ou *telos*.

De acordo com Kavanagh (2013) três tipos de *poiésis* ou domínios de atividades podem ser encontrados:

1. *Poiésis artística factual* - descreve a atividade de fazer alguma coisa, tal como construir uma casa ou fazer uma cadeira;
2. *Poiésis performativa* - inclui atividades que não envolvem artefatos, como por exemplo, danças ou ginásticas;
3. *Poiésis influente* - ocorre quando a sorte ou o acaso necessariamente interferem. O exemplo dado pelo autor é o de um médico que mesmo trabalhando para salvar seus pacientes por meio de um excelente trabalho, um deles ainda podem morrer.

*Techné* é o conhecimento produtivo, associado à *poiésis*, que descreve o tipo de conhecimento especializado, indispensável aos princípios subjacentes à produção de um objeto ou estado das coisas (KAVANAGH, 2013).

Já Dune (1993) identifica duas principais formas de *techné*:

1. O conhecimento que explica como surge o objeto ou o ato – uma forma de conhecimento subjacente à capacidade de analisar e descrever como o artefato ou a ação são produzidas.

2. O conhecimento envolvido na criação de determinado artigo ou criação de uma performance, ou seja, o conhecimento implícito à capacidade de fabricar um artefato ou produzir um estado de coisas.

Green (2012) afirma que a ciência cognitiva e a psicologia têm demonstrado que as capacidades aristotélicas de *techné* e sabedoria são inatas e relacionadas, possuindo implicações para a busca de uma boa vida. Das virtudes intelectuais, Aristóteles via a *techné* como a virtude que racionalizava a produção – permitindo ao arquiteto construir grandes estruturas, por exemplo – e a prudência como a virtude que racionalizava a ação, permitindo assim, a interação humana adequada. O autor prossegue afirmando que a *techné* é a virtude que permite a

excelente produção ou concepção de uma ação, e uma pessoa com a virtude da *techné* conhece os porquês da produção (GREEN, 2012).

A *techné* está associada ao saber fazer. Como pode ser lido em Platão e em Aristóteles, entre outros, *techné* é o conjunto de conhecimentos e técnicas efetivos que são acompanhados pelo entendimento das razões, ou causas, pelas quais um procedimento é eficaz (SUÁREZ, 2008).

De acordo com Suárez (2008), alguns pressupostos essenciais da *techné* são: universalidade, ensinabilidade e precisão. À medida que produz conhecimento universal, este pode ser ensinado, é preciso, e possui interesse na explicação. Doods (1999) afirma que no final do século V a *techné* era entendida como a aplicação sistemática da inteligência a todos os campos da atividade humana. Tal conceito ainda apresenta coerência e aplicabilidade.

Diferente da técnica instrumental moderna, que visa apenas a produção de um objeto útil, a *téchne* busca um ato perfeito que contribua para uma vida qualificada, ou seja, eticamente boa e politicamente justa (OLABUENAGA, 1997).

A fim de diferenciar uma pessoa com e sem *techné*, Aristóteles compara o trabalhador comum ao mestre de obras. O operário simplesmente segue as instruções, sem saber o motivo pelo qual faz o que faz. O construtor, em contrapartida, concebe o projeto como um todo, sabendo quais materiais utilizar, as proporções corretas para cada situação específica. Em outras palavras, o trabalhador comum sabe o “como”, mas não o “porque”, enquanto o mestre sabe o “como” e o “porque” (GREEN, 2012).

### 2.10.2 Técnica

Suárez (2008) complementa que a técnica é antiga, tão antiga quanto a própria humanidade, e que do ponto de vista da antropologia filosófica, é uma característica específica do homem, uma vez que este criou milhares de maneiras de adaptar o ambiente às suas necessidades: a técnica é precisamente isso e consiste basicamente em construir, por parte do homem, um ambiente artificial para sua vida.

Esparza (1997) afirma que dentro de capacidade intelectual está a capacidade de usar instrumentos com a finalidade de auxiliar a adaptação ao meio ambiente. O autor afirma que a técnica é inerente ao ser humano e que sua existência na terra é impossível sem ela.

Abbagnano (2007, p. 950) menciona que a técnica coincide com o sentido geral de arte (originalmente do grego *téchne*) como o “[...] conjunto de regras aptas a dirigir eficazmente uma atividade qualquer [...]”. Sob essa perspectiva, a técnica não se distingue da arte, ciência,

e nem de “[...] qualquer processo ou operação capazes de produzir um efeito qualquer [...]”, uma vez que seu campo se estende a todas as atividades humanas. O autor afirma que tanto em suas formas primitivas quanto nas requintadas e complexas, presentes na sociedade contemporânea, a técnica é um componente indispensável para a sobrevivência do homem; ela exige que o homem possua capacidades de imaginação criativa e solidariedade para o desenvolvimento da sociedade.

Ramos (1948, p. 01) declara que uma das características da técnica é sua índole instrumental, uma vez que suas aquisições são puramente objetivas, impessoais, neutras e obrigatoriamente transmissíveis. “A essencial transmissibilidade do saber técnico é ao mesmo tempo, a condição que lhe permite organizar-se em um processo único, dando-lhe o reconhecido caráter acumulativo.”

O autor reitera que a atividade técnica existe desde os primórdios e que a percepção do conjunto de ações técnicas foi se alterando com a evolução das sociedades. No princípio, os povos primitivos não atribuíam à técnica a descoberta do fogo. Outro aspecto importante que envolve o desenvolvimento da técnica é a capacidade de incorporação, ou como se refere Ramos (1948), “escalonamento já adquirido”, que configura uma colaboração de toda a espécie humana ao longo do tempo, culminando em determinados conjuntos de ações e práticas técnicas. Assim, o autor afirma não haver a invenção de uma técnica, apenas a compreensão e entendimento de que aquelas práticas não são naturais, mas sim um conjunto ordenado de ações que promovem o resultado técnico (RAMOS, 1948). Desta maneira é possível continuar adquirindo e incorporando indefinidamente o conhecimento técnico – num tipo de colaboração de toda a espécie humana ao longo dos anos.

Ortega Y Gasset (2014) é um dos principais filósofos a analisar a importância que a técnica tem na evolução humana, ele parte do pressuposto de que o homem é um ser histórico. É um ser histórico que já é técnico em sua própria origem, por ser capaz de se absorver e criar um sobrenatural. O filósofo afirma que o simples invento de algo não configura o verdadeiro significado da técnica. A fim de exemplificar, ele apresenta a pólvora e a imprensa, “[...] dois descobrimentos que parecem mais importantes, existiam na China séculos antes que servissem para algo apreciável.” Contudo, apenas no século XV, e na Europa, é que a pólvora se tornou um distintivo histórico e, ao mesmo tempo na Alemanha, a imprensa despontou. “Em vista disto, quando diremos que foram inventadas ambas as técnicas? Evidentemente só foram integradas no corpo geral da técnica fim – medieval e inspiradas pelo programa vital do tempo transpassam o umbral da eficiência histórica.” (ORTEGA Y GASSET, 2014, p. 235).

A técnica se assemelha a *techné*, embora sem a pretensão de se assumir como sinônimo, por apresentar um conjunto de práticas a fim de atingir ou realizar eficazmente uma atividade qualquer, além disso, é compreensível que a ação técnica, bem como a *techné*, necessita que suas ações sejam impessoais, neutras, ensináveis e universais. Sendo essencial à sobrevivência desde o princípio da humanidade, a técnica e a *techné* demonstram a capacidade do desenvolvimento humano para adequar ações e práticas que elevam a qualidade de vida do entorno, e o despertar da consciência deste conhecimento adquirido, confere ao homem maior independência mecânica do meio ambiente, uma vez que já não necessita mais da “sorte” para produzir fogo, pescar ou caçar, pois agora o faz por meio das técnicas e sabe manejar instrumentos, frutos de seu aprendizado técnico.

A técnica assume um papel essencial na vida do ser humano na atualidade, mais do que em qualquer época da história. Com o propósito de compreender a trajetória e evolução da técnica, serão apresentados três principais momentos desenvolvidos por Ortega Y Gasset (2014): técnica do acaso; técnica do artesão; e técnica do técnico.

1. **Técnica do acaso:** “A técnica que chamo do acaso, porque o acaso é nela o técnico, o que proporciona o invento, é a técnica primitiva do homem pré e proto-histórico e do atual selvagem.” (ORTEGA Y GASSET, 2014, p. 78). O autor apresenta alguns exemplos de povos que configuram a técnica do acaso, sendo eles os Vedas, da ilha de Ceilão, os Semang de Borneo, os pigmeus de Nova Guiné e África Central, os primitivos australianos, entre outros. Para Ortega Y Gasset (2014) o homem primitivo ignora sua própria técnica como tal. Não tem a percepção de que dentro de suas aptidões existe uma especialidade capaz de transformar a natureza consoante às suas necessidades e desejos. Para o homem primitivo, os atos técnicos harmonizam-se no “[...] conjunto de seus atos naturais e se apresentam em sua mente como pertencendo a sua vida não técnica.” (ORTEGA Y GASSET, 2014, p. 78). Para o homem pré-histórico, o fazer fogo é equivalente ao andar, nadar, golpear etc. Nesse sentido, ele desconhece completamente o caráter essencial da técnica, que incide nela mesma numa característica de mudança e progresso ilimitados.

O autor reforça que por não compreender a existência da técnica, o primitivo não sabe que pode inventar – o resultado fim da aplicação das técnicas. Uma vez não sabendo disso, seu inventar não se caracteriza como uma busca deliberada para as soluções de sua vida cotidiana, desta feita, “[...] no manejo constante e não deliberado das coisas circundantes produz-se por puro acaso, uma situação que dá um resultado novo e útil.” (ORTEGA Y GASSET, 2014, p. 95). Compete, por fim, dizer que a respeito da técnica do acaso, a invenção assemelha-se mais como uma dimensão da natureza, fixa como hábito.

2. **Técnica como artesanato:** essa técnica, também denominada de técnica do artesão, representa o período romano pré-imperial e a Idade Média. Nesse momento, a evolução da técnica cresceu notoriamente, entretanto, não foi tão radical a fim de que, suspensa ou impedida de se praticar, faria retornar o homem a uma vida primitiva ou quase primitiva, uma vez que esse desenvolvimento não colocou o ser humano num patamar ímpar de tecnicidade. As técnicas certamente evoluíram, mas nesse momento histórico o homem ainda se apoia na base da técnica como parte constituinte do natural. Nesse período, começam a surgir os artesões especializados em determinadas técnicas. Tal especialização ocorre em virtude de o processo ser demasiado específico e complicado, sendo necessário que certos homens se encarreguem delas a fundo, dedicando-lhes a vida. Nesse sentido, Ortega Y Gasset (2014, p. 80) acrescenta que o indivíduo já começava a adquirir uma certa consciência da técnica como algo especial e aparte de sua natureza intrínseca. “A luta tão moderna em Sócrates com os homens de seu tempo começa por querer convencer-lhes que a técnica não é o técnico, mas uma capacidade *sui-generis*, abstrata, peculiaríssima, que não se confunde com este homem determinado ou com aquele outro.” O embate, no período da técnica como artesanato, se dava pela tensão existente entre aqueles que acreditavam que o trabalho altamente especializado do artesão configurava um tipo de dom fixo e permanente, pertencente à natureza do homem, uma espécie de tesouro definido e aqueles que acreditavam, tal como Sócrates, que ela caracterizava um conjunto de ações e práticas independentes ao homem, permitindo-o alcançar feitos.

É relevante perceber que nesse período, o homem deveria ter maior consistência do caráter da técnica. Contudo, se mostrou ainda mais limitado em relação ao período anterior, uma vez que passou a percebê-la como uma tradição ou espécie de dom, desconsiderando por completo o caráter técnico. A técnica era tida como imutável, e as melhorias técnicas ocorridas no período passaram praticamente despercebidas.

Ortega Y Gasset (2014) declara que um dos motivos para a estaticidade do desenvolvimento técnico nesse momento da história se deu pelo fato de, primeiramente, não existir a consciência do invento no artesanato. Em segundo lugar, o artesão desejava, mais do que tudo, se encaixar pelas normas fixas da tradição: voltado ao passado e fechado a possíveis inovações.

3. **Técnica do Técnico:** a partir do momento em que o invento deixa de produzir unicamente instrumentos passando a produzir máquinas, inicia-se a distinção essencial desse período. Ortega Y Gasset (2014) menciona que a primeira máquina a atuar por si mesma, e por si mesma produzir um objeto, foi o tear de Robert, criado em 1825. Nesse instante a técnica deixa de ser o que havia sido até então: manipulação e manobra, convertendo-se

especificamente em fabricação. O homem desenvolve a consciência de que a técnica é, na verdade, uma função a parte do homem natural, completamente independente dele e tampouco delimitada a seus limites físicos. “O que um homem com suas atividades físicas de animal não pode fazer, o sabemos de antemão: seu horizonte é limitado. Mas o que podem fazer as máquinas que o homem é capaz de inventar é, em princípio, ilimitado.” (ORTEGA Y GASSET, 2014, p. 82).

Esse terceiro momento da técnica torna relevante uma distinção não existente nos períodos anteriores: a separação radical entre o operário e o técnico, que é na realidade, um dos principais princípios dessa fase. Nessa etapa o homem adquire consciência clara de que possui capacidades inteiramente distintas daquelas rígidas e imutáveis que integram parte de sua natureza animal ou natural, como diz Ortega Y Gasset (2014). Ele percebe que a técnica não é obra do acaso – como na fase primitiva, e tampouco como um certo tipo de dom dado e limitado a alguns homens apenas – como no período do artesanato. A técnica passou a ser percebida como uma fonte de atividades humanas, em princípio, ilimitadas (ORTEGA Y GASSET, 2014).

Logo, dois requisitos são essenciais à técnica: o primeiro deles é a criação de um plano de atividades/ação, de um método, um procedimento para que se concretize. O segundo é a execução deste planejamento. Aquele é o sentido estrito da técnica, este qualifica a operação e o fazer. Mesmo incluindo a ação em seu plano de atividades, a técnica não se qualifica no resultado do fazer. Seu sentido reside na concepção de métodos para que a proposta final seja realizada e alcançada.

### **2.10.3 Tecnologia**

Sabe-se bem que quando mencionado, o termo tecnologia faz alusão imediata a processos modernos de inovação relacionados a conhecimentos científicos, que são capazes de desenvolver grandes máquinas, celulares ultramodernos, carros incríveis, construções inovadoras; em suma, todo e qualquer tipo de inovação capaz de certificar conforto e agilidade à vida do homem moderno. O dicionário da língua portuguesa Michaelis (2019) define tecnologia como um conjunto de processos, métodos, técnicas e ferramentas relativos à arte, indústria, educação etc., apontando que a origem da palavra deriva do vocábulo comparativo grego *techné*. No dicionário de Filosofia, Abbagnano (2007) descreve a tecnologia como o estudo dos processos técnicos de determinado ramo de produção industrial ou de vários ramos. Ela também é definida como o mesmo que técnica e tecnocracia.

O dicionário Oxford On-line (2020) segue mesma direção ao definir a tecnologia como “[...] a aplicação do conhecimento científico para propostas práticas, especialmente na indústria.” Esses conceitos modernos, e amplamente difundidos do termo, dispersam o verdadeiro caráter da definição da tecnologia. Sua essência está muito mais relacionada aos primórdios da filosofia grega do que aos significados contemporâneos que, com o passar das eras, reduziram a tecnologia a inovações que servem para aprimorar coisas e melhorar o estado de vivência do ser humano. Ela pode ser isso, mas não se restringe a tal.

Ainda no século XIX a tecnologia também foi definida como a ciência das artes práticas, como a ciência do conhecimento organizado. Tal definição foi fundamentada por Johann Beckmann em 1777. O trabalho desenvolvido por esse professor, determinou a tecnologia como a ciência que ensina o processamento de produtos naturais ou conhecimento de artesanato. *The Century Dictionary* (1911), publicado em Nova York, definiu a tecnologia como “[...] a vertente do conhecimento que lida com várias artes industriais; a ciência ou o conhecimento sistemático das artes e ofícios industriais.”

Heidegger (1994) afirma que o conceito moderno de técnica não se aplica à *techné* clássica grega, tampouco se pode utilizar o termo tecnologia tal qual se conhece atualmente como tradução ou sinônimo. Ramos (1983) endossa o sentido de tecnologia como um saber “sistematicamente referido à ação”. O autor assume que a tecnologia pode ser entendida como o conjunto de técnicas – desde as artesanais até às do operador de câmera de televisão e do aeronauta. “Neste caso, tecnologia equivale a qualquer modalidade da ciência aplicada.”

Em “A Nova Ciência das Organizações”, Ramos (1981, p. 68) também atribui definições à tecnologia: “[...] reconhece-se, de modo geral, que a tecnologia é parte essencial da estrutura de apoio de qualquer sistema social, e existe no conjunto de normas operacionais e de instrumentos através dos quais se consegue que as coisas sejam feitas.” O autor prossegue afirmando a incapacidade de um sistema social sem a presença da tecnologia, sem ela inexistem as escolas, igrejas, famílias, prisões, fábricas etc.

Os termos que definem a tecnologia perambulam entre o realizar de processos nos mais distintos níveis da vida humana, mas parte de sua caracterização moderna tem a ver com a produção do conhecimento e técnicas industriais. Tais delimitações, apesar de aclarar a compreensão dos diferentes significados do termo, não contemplam fielmente o sentido original *techné* ao qual esse trabalho se dedica. A tecnologia nessa perspectiva, será tratada como um conjunto de maneiras de saber, como um componente essencial da natureza humana, do homem que conhece. Um conjunto de ações técnicas voltadas ao ambiente organizacional, que relacionados à práxis, serão capazes de conduzir ações moral e eticamente acertadas.

Partindo destas perspectivas, esta dissertação atua numa outra vertente do termo, que justifique o uso dos vocábulos “tecnologia religiosa voltada à práxis”. Vale lembrar que a tecnologia, tal qual desenvolvida nesse trabalho, não se trata a esfera reduzida da expressão, como mencionada acima, mas partindo da definição grega *techné*, justificar-se-á a coerência e adoção de tal expressão.

Compreendendo que o termo tecnologia não possui uma definição única e fixa, aquela que será parte desse trabalho representa a origem primeira do termo: *techné*. Não é intenção desse trabalho tornar o termo um sinônimo da palavra grega, mas extrair dele um derivado representativo de um conjunto de ações que possibilitam o desenvolvimento de técnicas capazes de auxiliar a decisão diante de situações presentes no cotidiano das organizações – conjunto de ações que não serão guiados apenas por atos tecnológicos, mas que incluirão o uso da *phronesis*, que verterá a escolhas eticamente acertadas e moralmente coerentes. Wahab e Rose (2012) afirmam que existem dois componentes básicos que definem a tecnologia, sendo o primeiro deles o conhecimento ou a técnica, e o segundo o “fazer as coisas”. Lan e Young (1996) acrescentam que a tecnologia está conectada à obtenção de determinado fim, resolução de certos problemas, conclusão de determinadas tarefas, usando habilidades específicas, empregando conhecimentos e a exploração de ativos.

A tecnologia associada à *techné* organiza a produção das condições materiais necessárias para dar continuidade ao processo de trabalho, bem como para a reprodução das relações sociais que o constituem. A tecnologia é definida pela lógica nas quais as divisões do trabalho se estruturam, o que significa que cada produção ou ação tem a sua própria tecnologia. Isso se idealiza ao atribuir sentido aos elementos participativos do processo, na medida em que é por meio da tecnologia que se estabelece a relação entre produtores e instrumentos de trabalho, assim como a maneira de operá-los (BRUNO,1991).

Thomas Reydon (1995) afirma que o pensamento sobre a tecnologia, apesar de ser um termo recente tem suas raízes firmadas na filosofia grega antiga, iniciando com Platão e Aristóteles. Para ele, o ponto de partida a fim de compreender corretamente o conceito de tecnologia é a *techné*. Reydon (1995) explica que Platão desdobrou uma cosmologia na qual o mundo natural era compreendido como tendo sido criado pelo ser divino Demiurgo (Leis, Livro X), que deu forma às disformidades do mundo de acordo com as suas ideias eternas. Na perspectiva de Platão, os objetos feitos pelas mãos humanas vêm a existência de uma maneira similar, uma vez que ambos são feitos por um agente de acordo com seus planos pré-determinados.

A perspectiva de Aristóteles, por sua vez, apresenta-a de maneira distinta da de Platão. Apesar de existir a conexão entre a ação humana e o estado das coisas no mundo, tal conexão não consiste em uma similaridade metafísica nas formas dos quais os objetos naturais e aqueles feitos por mãos humanas vêm a existência (REYDON, 1995). Aristóteles aponta ainda para duas questões principais. De acordo com Reydon (1995), a primeira delas diz respeito ao sentido epistemológico das formas distintas do saber; e a segunda aos diferentes domínios do mundo sobre o qual o conhecimento pode ser alcançado. Desta maneira, Aristóteles estabelece dois tipos de reinos: o reino natural – aquele que consiste em coisas que possuem princípios nos quais vêm à existência, onde permanecem existindo e se movem por si só, tal qual uma planta. O segundo reino é o da *poiésis*, que comporta coisas cujos princípios de existência e movimentos são externos a eles, e que podem ser atribuídos a um agente externo – uma casa, por exemplo, que existe como consequência da ação criadora de um carpinteiro ou até mesmo de um proprietário que a mantém (REYDON, 1995).

Num sentido geral, muitos autores interpretam Aristóteles endossando a visão difundida da tecnologia como que consistindo numa imitação da natureza (ZOGLAUER, 2012), enquanto outros argumentam que o filósofo não fez dessa uma caracterização de tecnologia ou uma explicação da natureza da tecnologia, mas apenas uma mera descrição de como as atividades tecnológicas frequentemente ocorrem (SCHUMMER, 2001). Para Platão, a ideia de o homem criar “coisas” como uma imitação da natureza é mais central, como é possível constatar em seu trabalho literário *Demiurge* e a relação dele com o ofício do artesão (REYDON, 1995).

Mesmo tendo suas primícias na filosofia grega antiga, a ideia central da tecnologia persistiu com o passar dos séculos e se fez presente de maneira notável desde a Idade Média até o Século XIX. É importante esclarecer que durante a Idade Média a dicotomia entre os reinos natural e artificial, e a concepção do artesanato como uma imitação da natureza ainda existia. Desta feita, a concepção do artesanato como imitação do universo natural passou a ser aplicada não apenas na chamada “tecnologia”, mas também uma passou a personificar uma concepção artística (REYDON, 1995).

Nesse mesmo período, surgiram alguns autores que consideravam o artesanato mais do que uma mera imitação dos feitos naturais, alegando que por meio de seus artefatos os humanos também eram capazes de imprimir melhorias sobre os *designs* naturais. A concepção da tecnologia como elevada apreciação técnica do artesanato ainda era considerada inferior entre às artes superiores do cânone escolástico ensinado nas faculdades medievais, contudo, ainda assim, a Idade Média pode ser caracterizada pela elevada apreciação das artes mecânicas. Com

a transição ao Renascimento, o pensamento sobre tecnologia ganhou um novo impulso em virtude dos muitos avanços técnicos que estavam sendo realizados (REYDON, 1995).

Um dos grandes pilares que impulsionaram o papel da tecnologia foi Francis Bacon (1561-1626). Em sua obra *Novum Organum* (1620), Bacon propôs um método de experimento com base na investigação do universo natural e a construção de “trabalhos” técnico. Em seu trabalho póstumo *New Atlantis* (1627), ele apresentou uma visão de sociedade onde a filosofia natural e a tecnologia ocupam uma posição central. Bacon não chegou a distinguir a ciência e tecnologia como é feito atualmente, ao invés disso, para ele a tecnologia era parte integrante da filosofia natural e estava em pé igualdade a realização de experimentos e a construção de “obras” tecnológicas (REYDON, 1995).

Para Bacon, o artesanato e a tecnologia desempenhavam um papel triplo, onde: 1) o conhecimento apenas poderia ser ganho por intermédio da observação e experimentação, assim sendo, a investigação da filosofia confiou fortemente na construção de instrumentos, dispositivos e outros trabalhos de artesanato, a fim de fazer a investigação empírica possível; 2) a filosofia natural não deveria ser limitada ao estudo da natureza por conta do conhecimento apenas, mas deveria sempre investigar como os novos ganhos de conhecimento poderiam ser usados na prática para estender o poder do homem sobre a natureza, e, assim, beneficiar a sociedade e seus habitantes (KOGAN-BERNSTEIN, 1959; FISCHER, 1996); 3) e, por fim, “obras” tecnológicas serviriam como as fundações empíricas do conhecimento sobre a natureza, no qual um trabalho de sucesso poderia contar como uma indicação da verdade das teorias envolvidas sobre os princípios e causas fundamentais da natureza (REYDON, 1995).

Após um grande salto no tempo, compreende-se que os filósofos do século XIX ainda não estavam estudando a tecnologia com o propósito de compreendê-la em essência. Antes, estudavam apenas aspectos da mesma (FISCHER, 1996). Conquanto uma das razões para o surgimento da chamada filosofia da tecnologia no século XX seja o rápido desenvolvimento da tecnologia na época, Heidegger aponta duas outras razões. Para ele a tecnologia no século XX não apenas se desenvolveu mais rapidamente do que em outras épocas, mas também se tornou um fator mais visível na vida cotidiana, além de sua própria natureza sofrer uma profunda mudança (HEIDEGGER, 1962).

Heidegger (1962) exerceu papel de influência ao tratar do tema. Na visão do filósofo, um aspecto da natureza da tecnologia, tanto da mais antiga quanto da contemporânea, é que ela é fundamental: objetos tecnológicos (ferramentas, moinhos de vento, máquinas etc.) são meios pelos quais se pode alcançar fins específicos. No entanto, argumentou Heidegger, muitas vezes é esquecido que a tecnologia é mais do que apenas a criação de instrumentos para fins práticos

específicos. A tecnologia, diz ele, também é uma maneira de saber, uma maneira de descobrir a natureza oculta das coisas. Em sua terminologia, muitas vezes idiossincrática, ele escreveu que a tecnologia é uma maneira de descobrir (*Technik ist eine Weise des Entberge*), onde “Entbergen” significa “descobrir” no sentido de descobrir a verdade oculta de um objeto.

Heidegger adotou uma visão de tecnologia próxima da posição de Aristóteles, que concebeu a *techné* como um dos cinco modos do conhecimento, bem como da visão de Francis Bacon, que considerava os trabalhos técnicos como indicativos da verdade ou da falsidade das teorias sobre princípios e causas fundamentais da natureza (REYDON, 1995). De tal modo, é interessante notar que mesmo com o passar dos séculos, a natureza intrínseca do caráter da tecnologia está fortemente enraizada na *techné*.

Na antiguidade a tecnologia era usada de acordo com os padrões estabelecidos pela natureza, mas, na atualidade, ela pode ser usada para desafiá-la. Em contraste com a tecnologia mais antiga, a tecnologia contemporânea, como forma de conhecer, consiste no desafio da natureza (pelo homem) e do homem (pela tecnologia). A diferença é que, embora as tecnologias mais antigas se submetiam aos padrões estabelecidos pela natureza, as tecnologias contemporâneas podem definir os padrões. Assim, a tecnologia contemporânea pode ser usada para desafiar a natureza (VERBEEK, 2005).

A tecnologia contemporânea, sob a perspectiva de Heidegger, desafia o homem a desafiar a natureza, isso significa que o ser humano está sendo constantemente desafiado a fim de perceber o potencial daquilo que não foi oferecido pela natureza – ou seja, desenvolver novas tecnologias que forcem a natureza de maneiras novas, fazendo descobrir novas verdades sobre a mesma (REYDON, 1995).

Discípulo de Heidegger, Hans Jonas contribuiu ao campo do estudo da tecnologia e sua relação com a ética. A sua abordagem – mesmo que diferente da que este trabalho se dedica – vale menção pela importância que desempenhou. Jonas (1979) trata da “tecnologia moderna”, a qual assume o papel de ciência, conferindo poder ao ser humano que a detém. Isto se torna mais perceptível em sua distinção primária da tecnologia. Jonas (1979, p. 34 - 44) reconhece que ela pode exibir basicamente duas formas: 1) A dinâmica formal da “[...] tecnologia como um empreendimento coletivo contínuo, que avança de acordo com suas próprias leis de movimento [...]”; e 2) “O conteúdo substantivo da tecnologia no que diz respeito das coisas que coloca em uso humano, os poderes que ela confere e como altera a ação humana no que diz respeito aos objetivos a serem alcançados.”

Jonas (1979) afirma que a tecnologia moderna se baseia em “empreendimentos e processos”. Para ele, o campo tecnológico tenciona a se distanciar do ponto de equilíbrio. A

tecnologia é uma espécie de poder, e o autor reflete questionando-se “[...] sobre como e sobre qual objeto tal poder é exercido.” Nesse momento a ética assume importante papel nas reflexões de Jonas, uma vez que parte da ética da tecnologia tem função de proteger o espaço em que qualquer ética possa operar (JONAS, 1979, p. 34).

No contexto do início do século XX, o período após a Segunda Guerra Mundial presenciou um aumento na quantidade de reflexões publicadas sobre tecnologia que, por razões óbvias – dado o papel da tecnologia nas duas Guerras Mundiais – muitas vezes expressava uma visão profundamente crítica e pessimista da influência da mesma nas sociedades, valores humanos e a maneira que influenciava a vivência humana em geral (REYDON, 1995).

Devido a esse aumento na quantidade de reflexão sobre a tecnologia após a Segunda Guerra Mundial, alguns autores localizam o surgimento do campo dos estudos sobre as vertentes e temáticas da tecnologia nesse período (por exemplo, IHDE, 1993; DUSEK, 2006; KROES et al., 2008). Ihde (1993) aponta para uma razão adicional para localizar o início do campo no período seguinte à Segunda Guerra Mundial: historiadores da tecnologia classificam a Segunda Guerra Mundial como o período tecnologicamente mais inovador da história humana até então, durante a guerra muitas inovações dessa natureza assumiram um papel relevante no cenário. A partir desse momento foram introduzidas novas tecnologias que continuaram a impulsionar a inovação tecnológica, bem como a reflexão associada sobre essa inovação por várias décadas.

Mesmo com todos os avanços no tema, com estudos sobre o que é a tecnologia de fato, a natureza é ainda menos clara que a natureza da ciência. Como colocou o filósofo da ciência Marx Wartofsky (1979, p. 198):

[...] “tecnologia” infelizmente é um termo muito vago para definir um domínio; ou então, tão amplo em seu escopo que o que ele define inclui muito. Por exemplo, pode-se falar de tecnologia como incluindo todos os artefatos, isto é, todas as coisas feitas pelos seres humanos. Como “produzimos” linguagem, literatura, arte, organizações sociais, crenças, leis e teorias, bem como ferramentas e máquinas, e seus produtos, essa abordagem cobre muito.

É pertinente salientar, contudo, que a despeito da amplitude e complexidade que o termo envolve, é possível obter maior clareza sobre o assunto analisando o histórico do termo, como aconselha Reydon (1995). O autor salienta que a tecnologia, quando tomada como um estudo, pode levar a novas ideias sobre uma variedade de questões filosóficas, examinando como ela influencia e afeta a vida humana (REYDON, 1995). Essa perspectiva é válida tanto para aquela tecnologia que diz respeito a facilidades e inovações técnicas na vida do ser humano, quanto

aquela a que esse trabalho pretende: como a tecnologia religiosa voltada a práxis detentora de um conjunto específico de técnicas influencia o comportamento e as decisões de seus praticantes.

Para os autores Bigelow (1829) e Ropohl (1990) a "tecnologia" não denota um domínio da atividade humana (como criar ou projetar), ou um domínio de objetos (inovações tecnológicas, como painéis solares), mas um domínio do conhecimento. A esse respeito, o uso do termo é contínuo com o significado do "*techné*" grego (BIGELOW, 1829; ROPOHL 1990). Em definições mais recentes, é possível perceber a continuidade das distintas concepções da tecnologia. Na definição aceita pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) a tecnologia não inclui apenas conhecimentos específicos, mas também máquinas, sistemas de produção e mão de obra qualificada. Li-Hua (2009) segue a definição da UNCTAD, propondo uma definição de quatro elementos de tecnologia como: 1) técnica abrangente (isto é, uma técnica específica para produzir um produto específico); 2) conhecimento específico (necessário para fabricar esse produto; ele chama isso de tecnologia no sentido estrito); 3) organização da produção; e o 4) o próprio produto final. Friedrich Rapp (1989, p. 168), por outro lado, definiu tecnologia ainda mais amplamente como um domínio da atividade humana: "[...] em termos mais simples, a tecnologia é a remodelação do mundo físico para fins humanos."

A compreensão é que a tecnologia é um domínio muito complexo, diversificado demais para definir de forma sintética e específica suas qualificações, ou ser capaz de falar sobre sua natureza (REYDON, 1995). Ele afirma que Nordmann foi ainda mais longe ao argumentar que não apenas o termo "tecnologia" não pode ser definido, mas também não deve ser definido. De acordo com o que o autor diz sobre Nordmann, deve-se aceitar que a tecnologia é um domínio muito diverso para ser capturado em uma definição compacta. Consequentemente, em vez de conceber "tecnologia" como o nome de uma coleção fixa e específica de fenômenos que pode ser investigada, Nordmann sustentou que tecnologia é melhor entendida como um "conceito reflexivo" (REYDON, 1995).

Embora isso, claramente, não possa ser considerado uma definição adequada do termo, ele ainda pode servir de base para reflexões sobre a tecnologia, pois dá algum sentido do que se está refletindo. O uso da tecnologia dessa maneira extremamente flexível permite conectar reflexões sobre questões e fenômenos muito diferentes, como sendo sobre - no sentido mais amplo - a mesma coisa (REYDON, 1995).

Segundo Reydon (1995) a abordagem do termo tecnologia sobre a qual esse trabalho mais repousa, é aquela desenvolvida por Ortega y Gasset. Ele diz que o autor se baseia numa

categoria cujo ponto de partida para compreender a tecnologia são as ciências sociais e as humanidades e não a parte prática da tecnologia. Diferentemente das concepções contemporâneas da tecnologia, que têm um caráter empírico em geral, grande parte da reação dos filósofos europeus de primeira geração que se dedicavam ao estudo da tecnologia foi negativa por testemunhar duas guerras mundiais, destruição total de cidades por bombardeio, desenvolvimento do Projeto Manhattan para produzir a bomba atômica, etc. (REYDON, 1995).

Reydon (1995) menciona que Ortega y Gasset adotou uma visão menos negativa para a tecnologia moderna, que repousa sobre sua visão de ser humano como um ser que se faz a si mesmo, comparado aos outros filósofos que lidavam com a temática na tradição europeia tais como Martin Heidegger (1889-1976), Herbert Marcuse (1898-1979), Jacques Ellul (1912–1994).

Para mostrar a abordagem da tecnologia de Ortega y Gasset é preciso começar com sua visão de "homem" e "ser", e como ele entende a relação entre homem e tecnologia. Ele diz que a técnica está necessariamente envolvida com “o que é ser humano”; ele entende a tecnologia como uma atividade fundamentada na natureza humana e o principal meio de realizar essa natureza. Para ele, “homem sem tecnologia não é homem”. Em seu primeiro livro, “Meditações sobre Quixote”, o autor declara sua compreensão do que é ser humano: “Eu sou eu mais minhas circunstâncias”. Significa que não é possível consistir em si mesmo isoladamente das circunstâncias. Essa expressão também afirma que a vida é o ponto de partida para qualquer entendimento filosófico. Portanto, pode-se dizer que seu entendimento da tecnologia se baseia na ideia do homem como implicando um relacionamento com circunstâncias sempre em mudança. Nessas circunstâncias, o homem não é passivo, mas ativo (REYDON 1995).

Em sua compreensão sobre a perspectiva da tecnologia desenvolvida por Ortega y Gasset, Reydon (1995) afirma que, para o ensaísta espanhol, neste mundo o humano se vê cercado por facilidades e dificuldades. Uma vez que quando encontra dificuldades e é desafiado, a existência do homem não se caracteriza a de um ser passivo no mundo. Diferentemente de uma pedra que não precisa lutar para ser o que é, o homem precisa ser ele mesmo e fazer sua própria existência a cada momento nessas circunstâncias, com um esforço em direção a ela. Ele deve ganhar a vida não apenas economicamente, mas também metafisicamente. Em contraste com outras criações, o homem precisa agir para ser e, assim, a vida não é apenas contemplação, teoria, pensamento etc., mas ação. Resumidamente, para Ortega y Gasset, a vida humana é produção. Viver é encontrar meios e maneiras de realizar a existência. Então, pode-se ver por que o homem começa onde a tecnologia começa (REYDON, 1995).

Para Ortega y Gasset (*apud* REYDON, 1995), é um sinal do ser humano reagir ao seu ambiente, não se resignar ao mundo como ele é. Portanto, a tecnologia é a reação do homem sobre a natureza ou com as circunstâncias. Depois de identificar o relacionamento entre homem e tecnologia, ele descreve a natureza mutável dessa atividade. Para ele, a tecnologia passa por dois estágios distintos: no primeiro, existe um desejo inventivo ou criativo que define um programa ou atitude em relação ao mundo que o homem deseja realizar, de acordo com suas necessidades, sua ideia de vida humana ou seu perfil de bem-estar. No segundo é a realização material desse programa com certas técnicas. Depois que um homem decide o que quer se tornar, ele precisa de certos requisitos técnicos para a realização deste projeto. Normalmente, esses requisitos diferem de acordo com o projeto a ser realizado. Portanto, existem tantos tipos diferentes de tecnologia quanto projetos humanos. É possível dizer que, para ele, a tecnologia é uma função do programa variável do homem.

Em reflexão sobre a tecnologia, Cupani (2011, p. 11) relata ela “[...] parece consistir em um domínio de objetos ou sistema de objetos mais ou menos complexos [...]”, contudo, o autor questiona se os processos ou procedimentos pelos quais os objetos se realizam, não são igualmente tecnológicos. Em uma análise desenvolvida a partir de Mitcham, Cupani (2011) compreende quatro distintas dimensões ou manifestações da tecnologia: 1) Como objetos; 2) Como um modo de conhecimento; 3) Como uma forma de atividade específica; e 4) Como volição – atitude humana específica diante da realidade.

A religião pode ser considerada como tecnologia, de acordo com Mitcham, por configurar ferramenta de ação, uma vez que a ação religiosa pode ser uma maneira de agir ou executar (*apud* CUPANI, 2011). Apesar das distintas perspectivas existentes bem como as disparidades relacionadas à tecnologia, Cupani (2011) argumenta que ela não se reduz à ciência.

Destacando o papel da tecnologia como volição, Mitcham declara que nesse sentido, ela diz respeito a “[...] manifestação de determinada atitude ou propósito do homem na sua relação com a realidade.” (*apud* CUPANI, 2011, p. 21 - 22). Esta volição muda constantemente de forma, apresentando diferentes e variáveis aspectos, o que reflete de igual maneira, a forma que os estudiosos encaram a tecnologia. Cupani (2011, p. 21 – 22) diz que para estes estudiosos, a “[...] tecnologia tem se caracterizado como: vontade de sobreviver, vontade de controle, como vontade de liberdade, como procura da eficiência e como afã de realizar um ideal humano.” (CUPANI, 2011, p. 21 - 22).

O intuito desta seção foi apresentar a trajetória principal do desenvolvimento dos conceitos da tecnologia. É possível concluir que associar o termo unicamente à ciência ou inovação desconsidera alguns de seus aspectos significativos. Logicamente, como todo

conceito que ainda não é completamente delimitado, sua totalidade ou todos os vieses e perspectivas de compreensão não terão lugar no conceito principal desta dissertação. Assume-se em princípio, a tecnologia como um saber específico que configura um conjunto de técnicas próprias desta tecnologia, com o propósito de alcançar um fim, seja ele tangível ou não. A tecnologia como agente alterador de uma realidade, o cumprimento de um propósito.

#### 2.10.4 Práxis

A práxis é abordada nesse momento por estar contida na terminologia TRVP (Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis), parte importante desta dissertação. Acredita-se que ela é capaz de conferir orientação ética às ações presentes na mesma, uma vez que visa balancear a razão e as ações específicas da tecnologia religiosa com uma base ética, partindo de uma ponderação *phronética*. Caso haja a suscitação do porquê este trabalho não encerra seu termo à tecnologia religiosa apenas, sem a práxis, a justificativa coerente é que a tecnologia associada à técnica e *techné* está restrita ao executar as ações, bem como fazê-las nos termos corretos da técnica em si. Um exemplo ilustrativo pode ser a oração ou reza, saber como fazê-las vai além de simplesmente se ajoelhar e pedir, o teor moral contido na práxis guia a forma de como o indivíduo se comportará, objetivando por aquilo que seja moralmente coerente com suas petições ao Divino e ações influenciadas pela religião. No que diz respeito ao campo das decisões presentes nas organizações, ficou muito nítido, no momento das entrevistas, que a religião e a fé nelas contidas influenciaram os sujeitos em suas deliberações, alegando estes que o componente espiritual os motiva não somente à ação, mas direciona a uma atitude correta e moralmente aceitável, de acordo com os mesmos, a fé que professam – independente da crença – os motiva a fazer o que é certo.

Aristóteles diz que a práxis é guiada pela disposição moral de agir corretamente e com verdade; uma preocupação em promover o bem-estar humano e uma boa vida. Isso é o que os gregos chamaram de *phronesis* e esta requer a compreensão de outras pessoas. Aristóteles afirma que a marca do homem prudente é ser capaz de deliberar corretamente sobre o que é bom e vantajoso para si mesmo; não apenas no sentido particular, por exemplo, o que é bom para a saúde ou força física, mas que também é propício para a vida boa em geral (ARISTÓTELES, 2014).

A palavra “práxis” promove prática e reflexão e a ela está flexionada a *phronesis*<sup>4</sup> que significa sabedoria prática, e que exige da pessoa habilidades de pensamento e a capacidade de saber agir em situações particulares. A *phronesis* é necessária para uma pessoa virtuosa. Como virtude associada à práxis, a *phronesis* diz respeito às questões dos seres humanos e tudo aquilo que permite a deliberação. Está preocupada com a ação, e a ação tem a ver atos particulares e contingentes (HANLEY, 1998). De acordo com Hanley (1998), a *phronesis* determina os meios certos para o fim certo de uma ação específica.

Outra perspectiva interessante existente em relação a *phronesis* adotada por Flyvbjerg (2001), é que essa preocupa-se em analisar os valores, aquilo que é bom ou ruim para o homem, como ponto de partida para a ação. A *phronesis* é a atividade intelectual relevante para a práxis. Ela está focada naquilo que é variável, naquilo que não pode ser prescrito por regras universais, em casos específicos; a *phronesis* requer experiência (FLYVBJERG, 2001). A *phronesis* flexionada à práxis pode ajudar a fornecer um preâmbulo da relação existente entre esses dois conceitos.

Balaban (1990) afirma que a vida é uma práxis, não porque ela não tem um limite – pois o tem – mas porque o seu limite é extrínseco. O autor afirma que embora a vida cesse com a morte, a morte não é o seu *telos*. A vida tem uma duração limitada no tempo, contudo, essa duração não é intrínseca a ela, nem a sua definição e nem a sua essência. O autor enfatiza que Aristóteles afirma que a práxis não pode ser definida pela *peras*<sup>5</sup>. Para Kristjánsson (2005) a práxis está relacionada à ação e à prática que vertem ao cunho ético e moral com o auxílio da *phronesis*.

Bernard Besnier (1996, p. 147) declara que a práxis é uma atividade

Autotélica que se interpreta seja no sentido em que ela comportaria seu fim no seu próprio interior, seja ao menos no sentido em que ela se distinguiria da *poiêsis* – *techné* – por ter no seu próprio interior, na sua execução, e não no seu resultado, as qualidades que permitem avaliá-la como boa ou má.

Assim, como o autor enfatiza, a práxis é “[...] efetuada em razão de uma certa disposição interior.” É pertinente, contudo, expandir um pouco e refletir quais as relações existentes entre práxis e *techné*.

---

<sup>4</sup> O propósito desta dissertação não é abarcar os conceitos mais profundos da *phronesis*. Ela exerce um papel periférico nesse estudo, sendo proposto demonstrar como ela se relaciona com a práxis no sentido de estar flexionada a mesma. O objetivo é compreender a atuação desta na Tecnologia Religiosa voltada à Práxis.

<sup>5</sup> Para Aristóteles *peras* é o “Termo do ponto extremo de cada coisa, ou seja, daquele ponto para além do qual não é possível apreender nada dela, e aquém do qual se encontra a sua máxima plenitude, [...] assim como o seu fim, [...] a sua substância, e até mesmo a sua essência.” (ARISTÓTELES, *Metafísica*, V, 16, 1022, p. 4-10).

Desta feita, a respeito dos atributos da práxis relacionadas à *techné*, Argyris enfatizou a importância de técnicas hábeis, contudo para ele, mais importante ainda são as técnicas que enfatizam, ou ao menos equilibram, a razão com afeto amigável e atencioso (NIELSEN, 2016).

O problema de uma visão muito estreita da *techné* em relação à práxis, é que ela pode reduzir o conhecimento acionável à técnica. Embora as técnicas sejam úteis e necessárias, elas podem incorporar valores, questões e suposições éticas e normativas que nem sempre são transparentes aos indivíduos, elas podem também ajudar a lidar com problemas específicos na tentativa de ajudar a pessoa a conceber uma compreensão mais ampla do problema em questão. A técnica por si só deixa o ser intacto, inalterado, com pouco ou nenhum desenvolvimento moral (NIELSEN, 2016).

Sob a perspectiva desse estudo, a *techné* cumpre seu papel e apresenta sentido quando aliado à práxis, que é o conhecimento relacionado à *phronesis* e que está imbuído de valores e premissas éticas (KAVANAGH, 2013).

Para Kavanagh (2013) um paradigma *phronetico* se baseia na ideia – segundo os conceitos de *techné* e *phronesis* – de que o conhecimento e o julgamento emergem da experiência vivida de fazer e agir. O autor prossegue afirmando a relação necessária e dialética que existe entre a *techné* – que abstrai da experiência passada o fazer as coisas ou executar a ação – e a *phronesis* – que é experimental, modificável, e postada no valor da improvisação e indeterminação. A ética da *phronesis* recordam que as tarefas e ações não possuem valor neutro e nem podem ser imunizadas contra a condição humana.

A *phronesis* fornece base ética para a *techné* (KAVANAGH, 2013). A *phronesis* fornece a sabedoria prática para julgar o que certo e errado, o bom e o ruim, justo e injusto diante das ações técnicas (NYBERG, 2008).

A *techné* está subordinada à prudência. Para a vida prática, a prudência é a virtude intelectual decisiva (WLADIKA, 2019). Por meio da prudência o ser humano se torna bom em ser humano – assim como as demais virtudes. A prudência é uma disposição mental exercida no estágio da boa vontade: uma vontade atraída por uma boa intenção, um bom fim, ela interpreta a bondade – de uma boa maneira (WLADIKA, 2019).

Por fim, apresenta-se um Quadro 3 com um resumo dos conceitos trabalhados anteriormente, colocando-os em suas esferas e explicitando suas relações.

### Quadro 3 - Esquema de *techné*, técnica, tecnologia e práxis

#### **Techné, Técnica, Tecnologia e Práxis**

- **Techné:** artesanato/arte. Fenomenológico, variável, dependente do contexto. Orientada à produção. Baseada na racionalidade prática instrumental governada por um objetivo consciente. Modo de saber. O conceito original aparece hoje em termos como “técnica” e “tecnologia”
- **Técnica:** capacidade humana de fazer coisas, uso de instrumentos físicos ou não. Fenomenológico. Índole instrumental. Obrigatoriamente transmissível. Derivada da *techné*. Inerente ao ser humano. Conjunto de práticas. Sentido reside na concepção do método. Execução.
- **Tecnologia:** relacionada à *techné*. Fenomenológico. Conjunto de processos. Conjunto de técnicas específicas de uma prática específica. Variável. Índole instrumental. Sem definição única e específica. Conjunto de formas de saber em prática. Domínio do conhecimento. Pode se manifestar : a) objetos; b) modo de conhecimento; c) forma específica de atividade; d) volição – atitude humana perante a realidade. Não se reduz à ciência. Afã de realizar ideal humano.
- **Práxis:** eticamente orientada, esfera da atividade phronética. Fim em si. Orientada a uma conduta favorável. Fenomenológico. Modo de ser. Variável, dependente do contexto. Orientada para a ação. Baseada na racionalidade prática de valores. O conceito original não possui análogos contemporâneos ao termo.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

#### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

##### 3.3.1 Caracterização da pesquisa

Seguindo esquema proposto por Santos (2019), a pesquisa empírica é caracterizada no que diz respeito à sua natureza, objetivos, escolha dos sujeitos de estudo e às técnicas de coleta e análise de dados, levando em consideração o fenômeno da pesquisa bem como as reflexões teóricas realizadas. O Quadro 4 apresenta algumas das principais definições desta dissertação sistematizadas a fim de guiar e desenvolver as escolhas metodológicas deste trabalho.

Quadro 4 - Fenômeno, sujeitos e campo de pesquisa

Fenômeno de estudo	Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis
Sujeitos de estudo	Coordenadores de Organizações da Sociedade Civil
Campo de pesquisa	ONG pertencentes à Arena da Crianças e do Adolescente mapeadas pelo Observatório de Inovação Social de Florianópolis

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A realização prévia de uma revisão sistemática e estudo bibliométrico realizado em quatro importantes bases de dados – EBSCO, Web of Science, Emerald e Scopus – contribuíram para a escolha dos métodos que delinearão esta pesquisa. Esta primeira etapa exploratória auxiliou o desenvolvimento de noções anteriores sobre como evoluíram os estudos das OBF e quais áreas destas organizações podem ser mais bem exploradas e trabalhadas, objetivando ampliar o conhecimento e compreensão sobre este assunto.

Distintos artigos, presentes na revisão sistemática, ofereceram percepções sobre as complexidades que envolvem o estudo das OBF, bem como a realização de um conjunto de práticas e conduta moral muito particulares presente em suas atividades organizacionais, influenciados pela religiosidade/espiritualidade e fé, transformando sua maneira de encarar e resolver questões ou problemas diários. À execução destas ocorrências, chamou-se Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis. Compreender como suas ações influenciam e modificam o comportamento dos coordenadores/gestores destas organizações e como, por meio deles, outros são influenciados a fazer uso de tais práticas, e até mesmo ponderar sobre suas atitudes, demonstrou ser importante aprofundar a compreensão do contexto e comportamento real destes coordenadores a fim de associar as atitudes percebidas nos estudos teóricos com aquelas notadas em campo.

Estas percepções, juntamente com atividades exploratórias realizadas, levaram a adoção de uma abordagem que fosse capaz de auxiliar a descrição da complexidade da atuação da TRVP, analisar as relações existentes entre seus elementos e possibilitar o entendimento de peculiaridades do comportamento dos indivíduos e buscar vivenciá-los (RICHARDSON, 1999). Será preciso uma abordagem que considere a realidade do mundo exterior, e que possa entender, descrever e explicar os fenômenos sociais que circundam estas organizações (FLICK, 2007).

A abordagem para esta dissertação foi a **qualitativa**, que a princípio envolveria observação não-participante e entrevistas em profundidade. Em virtude da pandemia SARS-coV-2 (Covid-19), as observações não-participantes foram suspensas, sendo realizadas em apenas 3 ONG, antes da pandemia. Embora tenha apresentado aspectos interessantes, não ofereceu o respaldo suficiente para tratar dos resultados delas obtidos, porém, foram úteis para vislumbrar, mesmo que superficialmente, o desenvolvimento da TRVP dentro delas. A abordagem qualitativa desta dissertação envolveu entrevistas em profundidade.

Algumas características que retratam a abordagem qualitativa, de acordo com Cresswell, são: o pesquisador como principal instrumento de coleta e análise de dados; desenvolvimento de pesquisa em campo empírico; resultados que obtenham riqueza de detalhes e sobremodo descritivos; participantes de pesquisas são poucos e selecionados de forma intencional (apud SANTOS, 2019). A seleção intencional dos sujeitos pesquisados é de extrema importância, uma vez que eles vivenciaram situações específicas que serão capazes de contribuir para a compreensão e concepção da TRVP.

Glazier e Powell (2011) mostram que dados qualitativos são descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos, citações diretas das pessoas sobre suas experiências, trechos de documentos, registros, correspondências, gravações e transcrições de entrevistas e discursos. Esse tipo de pesquisa busca a riqueza dos detalhes e a profundidade das interações existentes entre indivíduos, grupos e organizações.

A busca pelo entendimento dos significados presentes no fenômeno de estudo é de suma importância, sendo as vezes mais relevante do que a mera explicação de um fenômeno específico. Isso está diretamente relacionado ao conceito de que o significado é socialmente construído pelos indivíduos que interagem com o seu mundo (COOPER; WHITE, 2012). Sob essa perspectiva, compreender como a utilização da TRVP, sua atuação e desenvolvimento nas organizações impactam as decisões e práticas dos coordenadores e gestores das OBF, auxiliará num entendimento e clareza de particularidades pertencentes à essa realidade e desenvolvimento de estudos futuros.

A pesquisa qualitativa não considera a realidade como um construto fixo, objetivo e constante, mas sim fluido, efêmero e em constante mudança. Resultante desse modo de concepção, existe uma multiplicidade de construções da realidade, limitadas apenas pelos eventos da vida, fatos históricos, cultura e imaginação. Assim, dada a natureza interpretativa da realidade, a pesquisa qualitativa preocupa-se com o processo da realização da pesquisa e não apenas com os resultados ou produtos por ela dispostos. Simplificando, a pesquisa qualitativa, embora preocupada com o entendimento da realidade, se concentra mais em como essa realidade pode ser alcançada (COOPER; WHITE, 2012).

A análise qualitativa possui certas características peculiares. Ela é válida na elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento. Na pesquisa qualitativa, as hipóteses inicialmente elaboradas podem ser influenciadas no decorrer do processo por “[...] aquilo que o analista compreende da significação da mensagem.” (BARDIN, 2011, p. 145). Torna-se necessário então, reler o material, alternar releituras e interpretações e desconfiar da evidência. Esse tipo de pesquisa é flexível no que diz respeito a utilização de seus índices, estes podem adequar-se à cada pesquisa realizada de acordo com o tema e realidade encontrada pelo pesquisador (BARDIN, 2011).

A pesquisa qualitativa na área das ciências humanas e sociais possuem características comuns que as distingue das ciências naturais tradicionais, das teorias de pesquisas quantitativas e seus métodos (MOUSTAKAS, 1994). Esses aspectos são: 1) reconhecimento do valor de desenhos e métodos qualitativos e dos estudos das experiências humanas que não são acessíveis por meio de abordagens quantitativas; 2) foco na totalidade da experiência ao invés de ater-se nos seus objetos ou partes; 3) busca pelos significados e essências da experiência em lugar de apenas medidas e explicações; 4) obtenção de descrição de experiências por meio de relatos em primeira pessoa em conversas e entrevistas formais e informais; 5) consideração dos dados da experiência como imperativos no compreensão do comportamento humano e como evidência para investigações científicas; 6) elaboração de questões e problemas que refletem o interesse, envolvimento e comprometimento pessoal do pesquisador; e por fim, 7) consideração da experiência e o comportamento como uma relação integrada e inseparável do sujeito, objeto e das partes como um todo (MOUSTAKAS, 1994).

Bem como ocorreu com o princípio da pesquisa sobre as OBF e o uso da TRVP nestas organizações, Cresswell (2014) assume que a pesquisa qualitativa se inicia com suposições, visões de mundo e a possibilidade de uma lente teórica que se adeque à pesquisa, juntamente com a percepção de um problema de pesquisa que investiga o significado que os indivíduos atribuem a um problema ou questão social ou humana.

Com o propósito de fornecer dados que permitam uma descrição rica e detalhada do fenômeno de estudo deste trabalho, os dados qualitativos enfatizam uma descrição abundante sobre tais fenômenos (MILES; HUBERMAN, 1994), resultando numa melhor compreensão das relações presentes entre as OBF e a TRVP.

Cinco pressupostos da pesquisa qualitativa apresentados por Yin (2016) se mostraram úteis para nortear os propósitos deste trabalho. São eles: 1) Estudo do significado da vida das pessoas em condições de vida real (que seria realizado por meio da observação não participativa, porém, em virtude da pandemia do Covid-19, precisou ser suprimido); 2) Representação de opiniões e perspectivas dos participantes do estudo (captado por meio de uma entrevista estruturada); 3) Abrangência das condições contextuais da vivência destas pessoas; e 4) Busca pela utilização de fontes múltiplas de evidências.

Considerando que o campo de estudo das OBF é vago e não apresenta teorias a fim de guiar e orientar previsões, o estudo exploratório se enquadra no plano da pesquisa por propor conduzir esta dissertação a uma descoberta e melhor compreensão do tema (HAIR et al., 2005). A pesquisa exploratória é particularmente útil quando os pesquisadores não têm uma ideia clara dos problemas que encontrarão durante seu estudo. Por meio dela eles desenvolvem conceitos mais claros, estabelecem prioridades, desenvolvem definições operacionais e melhoram o desenho da pesquisa final (COOPER; SCHINDLER, 2003). Sob esta perspectiva, a melhor compreensão da dinâmica das OBF e, por conseguinte, o desenvolvimento da TRVP no ambiente organizacional, são alguns dos aspectos que caracterizam esta pesquisa como exploratória.

O estudo exploratório pode ser caracterizado como uma pesquisa preliminar cujo principal objetivo é familiarizar-se com o fenômeno a ser investigado, para que o estudo em desenvolvimento possa ser projetado com maior entendimento e precisão. Esse estudo permite ao pesquisador definir seu problema de pesquisa e formular sua hipótese com maior assertividade, bem como permite escolher as técnicas mais adequadas para sua pesquisa e decidir sobre as questões que mais precisam de ênfase e investigação detalhada (THEODORSON; THEODORSON, 1970).

Além do mais, a temática do estudo a ser explorado pode ser tão nova ou indefinida, que o pesquisador precisa realizar uma investigação prévia a fim de aprender algo sobre as questões enfrentadas pelos gestores/coordenadores das organizações (COOPER; SCHINDLER, 2003). Nesse sentido, a realização da revisão sistemática e estudo bibliométrico forneceram pareceres prévios sobre o campo, porém, para um entendimento mais concreto, as observações não participantes seriam, à princípio, uma das maneiras de se aproximar da

realidade vivenciada pelos coordenadores das ONG e assim procurar captar as práticas da TRVP. Contudo, como já mencionado, apenas três observações puderam ser concluídas. As informações obtidas pelas observações foram superficiais, porém, ainda assim ofereceram entendimento e assimilação do campo e puderam auxiliar no desenvolvimento das perguntas da entrevista em profundidade.

Ainda sobre a aplicabilidade do estudo exploratório para esta dissertação, é factível afirmar que ele costuma ser realizado a partir de três principais objetivos, quais sejam: a) satisfazer a curiosidade do pesquisador e seu desejo por uma melhor compreensão sobre o assunto; b) testar a oportunidade de empreender um estudo mais aprofundado e; c) desenvolver métodos que possam ser empregados em estudos futuros (BABBIE, 2010). O item a) foi o propulsor principal desta pesquisa.

Após a primeira revisão sistemática sobre OSC e sua relação com religiosidade e espiritualidade, o termo “Faith Based Organizations” e seus derivados se faziam notar em quase todos os artigos encontrados. A partir de então, uma nova revisão sistemática se iniciou com este termo, e as descobertas sobre o campo proporcionaram *insights* interessantes que dialogavam com o campo da Administração. Com o objetivo de melhor assimilar esta dinâmica, o tópico b) foi empregado com o intuito de averiguar as possibilidades de desenvolver um estudo mais profundo sobre a temática; e por fim, o item c) empregado por meio da proposição da TRVP, da taxonomia das OBF e também da redução sociológica das OBF ao campo nacional.

Quanto à técnica da coleta de dados, a entrevista em si apresenta alguns aspectos que a torna mais relevante para a pesquisa exploratória. Babbie (2010) afirma que os entrevistados parecem mais relutantes a recusar um entrevistador cujo horário foi agendado, do que responder questionários. Ainda nesse sentido, o autor afirma que a presença de um entrevistador geralmente diminui a incidência de “eu não sei” e “não tenho respostas”. A minimização destas respostas é importante para o estudo. Outra questão a ser considerada é que, caso não compreenda o teor da pergunta, ou então indicar que não a compreende, o entrevistador poderá esclarecer possíveis dúvidas e obter uma resposta relevante (BABBIE, 2010).

Silverman (1993, p. 19) declara que atualmente se é parte de uma “[...] sociedade de entrevistas [...]”, onde as entrevistas parecem ter sentido central nas vidas das pessoas. A entrevista permeia e influencia as experiências e conhecimentos contemporâneos, como por exemplo os programas de entrevistas (*talkshows*). Segundo Atkinson e Silverman (1997), a entrevista “face-a-face” é apresentada como o meio que permite a captação da subjetividade, voz e experiência vivida do outro. A entrevista em profundidade é um dos recursos mais

importantes, por meio dos quais a ciência social contemporânea se envolve com pautas e questões que a interessa (ATKINSON; SILVERMAN, 1997).

No que diz respeito à postura do entrevistador, ele deve procurar se encaixar na situação; sua presença não deve afetar a percepção do entrevistado no que tange as respostas dadas. O participante não deve se sentir intimidado ao falar de suas impressões e experiências (BABBIE, 2010). Alberti (2005) afirma que no momento da realização da entrevista, o entrevistador precisa destinar o máximo de atenção ao entrevistado, não apenas em virtude da importância de suas falas, mas também porque esta manifestação de interesse o motiva a falar. Para a autora, olhar nos olhos é parte imprescindível do processo.

Quanto à escolha dos entrevistados, deve ser guiada, em primeiro lugar, pelos objetivos da pesquisa. Para a autora “É no contexto da formulação da pesquisa que aparece a pergunta ‘quem entrevistar?’”. Se os objetivos da pesquisa forem claros, será possível direcionar-se rumo à uma resposta, “[...] determinando que tipo de pessoas entrevistar, para então proceder a uma seleção – quais diretores, quais empregados?” (ALBERTI, 2005, p. 31).

Sob estas condições, os objetivos da pesquisa auxiliaram na decisão de entrevistar gestores e coordenadores de ONG Baseadas na Fé na cidade de Florianópolis, mapeadas pela Arena da Criança e do Adolescente do Observatório de Inovação Social, desenvolvido pelo Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública/NISP.

O Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF) é formado por um grupo de pesquisadores que, em parceria com os atores do ecossistema de inovação social de Florianópolis, tem o propósito de apoiar o desenvolvimento de uma sociedade democrática e sustentável. O OBISF é uma iniciativa conjunta do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISP) e do grupo de pesquisa Strategos do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômica (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A equipe do OBISF é formada pelas coordenadoras dos núcleos citados (NISP e Strategos), professores, pesquisadores e alunos de graduação, mestrado e doutorado (OBSERVA FLORIPA, 2020).

As iniciativas de inovação social do OBISF são caracterizadas por três categorias distintas: 1) “mapeadas: são todas as iniciativas de inovação social indicadas ou auto cadastradas na plataforma”; 2) “observadas: iniciativas que tiveram suas informações averiguadas e incrementadas pela equipe do Observatório” e; 3) “acompanhadas: iniciativas que estão sendo pesquisadas sistematicamente pela equipe do observatório.” (OBSERVA FLORIPA, 2020).

Com o propósito de melhor absorver as experiências do indivíduo, compreender a narrativa de suas vivências se mostrou adequado – lembrando que a entrevista em profundidade

é fundamentada no método histórico, uma vez que seu propósito visa “[...] prioritariamente a participação do entrevistado no tema escolhido.” (ALBERTI, 2005, p. 37). Este tipo de entrevista demonstrou-se válido, pois possibilitou o acesso a informações de vivência e experiência de pessoas que estavam envolvidas intimamente com as ONG, e, além disso, possuíam uma crença e a professavam abertamente, contribuindo ainda mais para a análise da TRVP nestas organizações, e como a decisão e conduta destes entrevistados era marcado pela ação da TRVP e como isso influenciava sua maneira de compreender e acessar a realidade.

Como método de análise das entrevistas, utilizou-se a abordagem da *análise de conteúdo*, por ser uma das técnicas de tratamento dos dados provenientes da pesquisa qualitativa. De acordo com Bardin (2011) a principal função da análise de conteúdo é o desvendar crítico. A autora explica que essa técnica consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, e em constante aperfeiçoamento, que se aplicam ao conteúdo dos discursos. O resultado do uso das técnicas existentes na análise destes discursos é a “[...] descoberta de dados cifrados até a extração de estruturas traduzíveis em modelos [...]”, além de ambicionar alcançar o que está “[...] escondido, latente, não-aparente e inédito (do não dito) [...]” no corpo de qualquer mensagem (BARDIN, 2011, p. 15).

Para a autora, o termo análise de conteúdo indica:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48).

Para Godoy (1995), a análise de conteúdo, de acordo com a abordagem desenvolvida por Bardin, consiste numa ferramenta metodológica que pode ser aplicada em distintos discursos e a diversas configurações de comunicação. Assim, o objetivo da pesquisadora foi o de buscar compreender as características, estruturas ou modelos que se encontravam ocultos nas entrevistas gravadas referentes à prática da TRVP pelos coordenadores e gestores das OBF e como ela se manifesta em sua vida pessoal e organizacional. A aplicabilidade da análise de conteúdo de Bardin (2011) indica três fases indispensáveis, quais sejam: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados: inferência e interpretação.

Ao que diz respeito à pesquisa realizada, no momento da *pré-análise* foram transcritas as entrevistas. Obedecendo a regra da *exaustividade*, proposta por Bardin (2011), nenhum elemento das entrevistas foi deixado de fora, obedecendo a *não seletividade* com o propósito de demonstrar a realidade do campo e das relações encontradas. Das 32 OBF pertencentes à

Arena da Criança e do Adolescente e inscritas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Florianópolis (CMDCA), 18 delas foram entrevistadas. Embora este número pudesse ter sido maior, não fosse a ocorrência da pandemia do Covid-19, ainda é considerado uma amostra representativa do universo, obedecendo assim a regra da *representatividade* (BARDIN, 2011).

Quanto à regra da *homogeneidade*, todos os dados referem-se ao mesmo tema: o das OBF e o desenvolvimento e ocorrência da TRVP no ambiente das organizações a partir de ações dos indivíduos. Todos os dados foram obtidos por meio de técnicas iguais e obtidos por indivíduos semelhantes. Pela regra da *pertinência*, os dados e documentos utilizados precisam ser adequados enquanto fonte de informação, a fim de que correspondam ao objetivo proposto pela análise, adaptando-se ao seu conteúdo (BARDIN, 2011). Para tanto, tomou-se cuidado para que os dados utilizados neste processo fossem filtrados e se adequassem à pesquisa, assim como não dessem margem para assuntos e conteúdos que nada acrescentariam ao estudo.

Para a segunda fase, a da *exploração do material*, que consiste “[...] essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração.” (BARDIN, 2011, p. 131). Permitiu-se a criação de categorias, reunião das informações e sua esquematização e correlação, com o propósito de ordená-las e partir a análise. Para esta dissertação foram desenvolvidas 11 categorias, quais sejam: 1) O perfil das organizações; 2) Missão e valores; 3) Bem-estar e dinâmica das organizações; 4) Desenvolvimento organizacional; 5) Principais desafios; 6) Atuação na pandemia do Covid 19; 7) Divisão religiosa; 8) Nível de religiosidade; 9) Estado; Religião; 10) Religião/fé do indivíduo e religião do indivíduo na organização; 11) Tecnologia religiosa votada a práxis. Estas categorias auxiliaram a compreender o conteúdo das entrevistas, perceber o papel da religião/fé/ espiritualidade na vida do indivíduo, e como elas se desenvolvem dentro das ONG e sua prática verte à TRVP.

A terceira fase: *tratamento dos resultados: inferência e interpretação* - propõe uma interpretação que vá além do conteúdo dos documentos *per se*, uma vez que o sentido se encontra na retaguarda do que foi imediatamente percebido (BARDIN, 2011). A *inferência*, conforme Bardin (2011), guia-se por distintos polos de atenção, que são os polos de atração da comunicação. Ela é um instrumento de indução, que foi materializado por meio das entrevistas realizadas com os coordenadores/gestores das ONG a fim de investigar as causas do fenômeno de estudo. A *interpretação* dos conteúdos presentes nas entrevistas dos participantes, constituídas de conceitos e proposições, colaboraram para o desenvolvimento da interpretação dos dados e do estabelecimento das relações existentes entre eles e a fundamentação teórica, fornecendo assim, sentido à interpretação.

O Quadro 5 apresenta o resumo da caracterização metodológica e qualifica a pesquisa quanto ao caráter de sua natureza, os objetivos por ela apresentados, métodos de coleta e ferramentas de análise dos dados resultantes das investigações pertinentes do estudo desenvolvido por esta dissertação.

Quadro 5 - Classificação da pesquisa

Quanto à natureza da pesquisa (abordagem)	Quanto aos objetivos da pesquisa (tipo)	Quanto ao método de coleta de dados	Quanto ao método de análise de dados
Qualitativa	Exploratória	Entrevista em profundidade	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

### 3.4 TEMÁTICA PARA AS ENTREVISTAS E SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Em vista do fenômeno e sujeitos do estudo, dos objetivos definidos e das três breves observações realizadas na fase exploratória da pesquisa, foram definidas temáticas para as entrevistas sendo divididas em três categorias: 1) conhecimento sobre a organização; 2) TRVP no indivíduo; e 3) TRVP do indivíduo na organização. Estas temáticas foram úteis para a condução das entrevistas a fim de que não se perdesse o foco. A pesquisa prévia dos assuntos a serem abordado com os entrevistados também serviram como critério na seleção dos participantes. Estes aspectos estão evidenciados no Quadro 6.

Quadro 6 - Temática para entrevistas

Conhecimento sobre a Organização	TRVP no Indivíduo	TRVP do Indivíduo na Organização
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura organizacional</li> <li>• Ideais, valores e missão</li> <li>• Relação com o Estado</li> <li>• Atividades do cotidiano</li> <li>• Principais desafios</li> <li>• Natureza religiosa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação do indivíduo com a religião/espiritualidade e fé</li> <li>• Uso da crença para resolução de conflitos pessoais</li> <li>• Práticas oriundas da religiosidade/espiritualidade e fé</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• TRVP no âmbito organizacional</li> <li>• Influência da religião/espiritualidade/fé do indivíduo na organização</li> <li>• Influência da crença nas ações cotidianas no ambiente organizacional</li> <li>• Experiências</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A temática do conhecimento das organizações surgiu em função da necessidade de aprender sua configuração, atividades que desempenham, quais são seus valores e ideais bem como maneira de trabalhar. Esse conhecimento inicial oferece um preâmbulo para o desenvolvimento de questionamentos mais profundos que viriam posteriormente. Compreender a dinâmica da organização pode proporcionar vieses do quanto aspectos da crença e

religiosidade estavam inseridas no discurso dos entrevistados. Conhecer a organização foi parte fundamental para determinar a natureza da influência da crença dentro dela.

Tendo em mente que a religião do indivíduo pode influenciar sua forma de agir (NELSON, 2009), as situações listadas na categoria “TRVP no indivíduo” objetiva compreender as relações existentes entre a pessoa e sua fé, que resultam em práticas que são influenciadas pelas relações existentes entre indivíduo-religião. Nesse ponto, adentra-se ao campo da TRVP a fim de perceber se sua expressão existe, se é perceptível e mais, relevante no contexto de promover influência ao nível de vida pessoal do ser humano. Tais inferências foram identificadas por meio dos artigos presentes na revisão sistemática e no estudo bibliométrico, fazendo menção em como a religião motiva a ação das pessoas, em especial no âmbito das OSC.

Por fim, a categoria da “TRVP do indivíduo na organização” foi listada a fim de encontrar associações existentes entre a fé do indivíduo e o comportamento existente dentro do ambiente organizacional. Conferir a indivisibilidade do mesmo com sua crença, independente do ambiente em que se encontra, motivou a buscar compreender a existência ou não da manifestação da TRVP também no ambiente das organizações. Da mesma maneira, artigos oriundos da revisão sistemática e do estudo bibliométrico apontaram para a ocorrência de manifestações e práticas de fé dentro do ambiente de trabalho do indivíduo (BIELEFELD; CLEVELAND, 2013). Onde este, por vezes, também passa adiante as expressões de sua crença (TRVP) e busca influenciar outros por meios delas. O estímulo ao relato de experiências pessoais configura um mecanismo útil para captar emoções, aprofundar na perspectiva do indivíduo e assimilar aspectos corporais que possivelmente estivessem encobertos.

Considerando as três temáticas, foram definidos os critérios de inclusão dos participantes das entrevistas, que seriam: a) coordenadores ou gestores de ONG que tivessem grande conhecimento das organizações; b) conexão com alguma religião, espiritualidade ou fé. No caso de não ser um fiel praticante, a manifestação de fé e crença no Divino ou transcendental também configuraria inclusão; c) atuar em ONG Baseadas na Fé que estivesse mapeada da Arena da Criança e do Adolescente do Observatório de Inovação Social do grupo de pesquisa - NISP.

Em função da relação com o tema de estudo, a escolha dos entrevistados não foi tomada como uma unidade estatística, mas sim como unidade qualitativa, em virtude de seu papel estratégico, posição do cargo, aproximação com o conteúdo a ser desenvolvido etc. (ALBERTI, 2005). A escolha dessas “unidades qualitativas” (ALBERTI, 2005), entre os participantes da entrevista, demandou um conhecimento prévio do objeto de estudo, conhecimento sobre o tema,

o papel exercido nas organizações, objetivando aqueles que tivessem uma função mais representativa em virtude da questão que se pretendia investigar.

O conhecimento prévio do objeto de estudo é um requisito para a formulação de qualquer objeto de pesquisa (ALBERTI, 2005). Como indica Alberti (2005), a utilização de fontes secundárias advindas da literatura existente sobre o campo das OBF e o acesso à documentação primária destas organizações, sites e redes sociais, possibilitaram a melhor compreensão do tema e uma base segura para o recorte definido. “Por mais criterioso e justificado que tenha sido o processo de escolha dos entrevistados, ele se torna plenamente fundamentado na realização da entrevista, quando se verifica a propriedade ou não da seleção realizada.” (ALBERTI, 2005, p. 33). Além disso, para a realização de entrevistas em profundidade, o pesquisador necessita escolher aqueles que possuam visão e vivência suficientemente capazes de dar as respostas esperadas (CORRÊA, 1978).

Desta forma, a seleção dos entrevistados foi uma etapa essencial que contou com auxílio de informações relevantes. O primeiro passo para esse processo foi a definição, por conveniência, do setor específico das Organizações Sem Fins Lucrativos pertencentes à Arena da Criança e do Adolescente do Observatório de Inovação Social do grupo de pesquisa NISP – o qual a pesquisadora também participa. Estas ONG precisavam estar cadastradas no CMDCA, de onde, a partir de ligações realizadas foi constatado que dentre das 83 listadas e ativas, 48 não possuem ideal de fé ou vínculo religioso, 32 professavam alguma ou mais crenças e tinham o ideal de fé, não foi possível entrar em contato com 3 organizações.

Durante as ligações, com aquelas organizações que possuíam vínculos religiosos, algumas investigações prévias foram realizadas a fim de compreender se a relação entre religiosidade e organização se estabelecia de forma amigável, buscando captar o viés da fé no breve discurso com os atendentes e assim filtrar organizações que possuem ideal de fé apenas no nome daquelas que levam os preceitos da crença com maior empenho. Interessante notar é que das 32, a grande maioria professa uma forte fé, apesar de, à princípio terem sido receosas de demonstrar essa conexão com a religiosidade.

Após esta investigação inicial, uma análise foi feita e as 32 organizações se demonstraram como possíveis candidatas por sua relação com a fé. Todas foram contatadas novamente, com o propósito de estabelecer contato maior e acessar os coordenadores/gestores das mesmas, e destas, 20 se dispuseram a participar da pesquisa. Destas 20 entrevistas marcadas, apenas 18 puderam ser concluídas (foram 22 entrevistas de 18 organizações e 2 coordenadoras de 2 ONG). Em virtude da pandemia do Covid-19, quatro desistiram do processo alegando que a demanda havia aumentado de tal forma que seria inviável dispor de tempo para

atender a pesquisadora e realizar a entrevista. É importante atentar que apenas 8 entrevistas foram presenciais; 6 ocorreram por videoconferência; e 8 por meio de ligações telefônica.

Assim, a seleção dos entrevistados ocorreu respeitando as três temáticas da entrevista e os critérios de inclusão de participação, procurando garantir que os participantes proporcionassem depoimentos que abordassem aspectos concernentes ao contexto organizacional, religiosidade ao nível individual e religiosidade do indivíduo na organização. O relato da experiência pessoal, por ser parte essencial da entrevista, era esperado a fim de validar as falas anteriores.

### **3.4.1 Abordagem via telefone**

Antes de chegar na etapa da realização das entrevistas com os 22 gestores e coordenadores das 18 organizações, uma primeira abordagem foi realizada e fim de verificar quais organizações mapeadas pelo Observatório de Inovação Social na Arena da Criança e do Adolescente eram baseadas na fé, optou-se pelo contato via ligação telefônica. O acesso a estas organizações por meio de e-mail foi descartado em virtude da demora no tempo de resposta.

O período do contato telefônico aconteceu de 09/09/2019 a 25/11/2019. Foram realizadas 83 ligações realizadas para as organizações, sendo que com 3 não foi possível realizar contato, 48 foram identificadas como sem ideal de fé ou religioso e 32 se reconhecem como organizações que possuem vínculos religiosos.

Nas primeiras ligações, foi possível constatar que a disponibilidade de tempo para conversas ao telefone era limitada. Muitas organizações operam com número de colaboradores insuficiente, o que torna as demandas muito altas. Ao perceber-se essa limitação, logo que o telefone era atendido, a pesquisadora se apresentava pelo nome, dizia que era mestranda do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina. Logo em seguida já deixava claro que não iria ocupar o tempo do atendente e que na realidade, gostaria de fazer uma pergunta simples, cuja resposta seria “sim” ou “não”.

A pergunta realizada, levando em consideração a não familiaridade do indivíduo com o tema da pesquisa, era: “gostaria de saber se a organização X possui algum tipo de vínculo com alguma religião”. No decorrer das perguntas, percebia-se que muitos ficavam receosos ao responder, em virtude de desconfianças e pelo temor de represálias. Então, logo após a resposta da pergunta, a pesquisadora emendava que o motivo da pergunta se devia ao fato de uma pesquisa que estava se desenvolvendo, cujo o propósito era averiguar a influência da religião

no campo das organizações e trazer a perspectiva do assunto sobre o campo das Organizações da Sociedade Civil de Florianópolis.

Quando seguros de que a intenção da entrevistada era compreender a manifestação da religião na organização e que não representava uma ameaça – visto que parte considerável delas se mostrou bastante receosa à pergunta - sentiam-se à vontade para abrir suas perspectivas e identificar o ideal religioso. É importante salientar que nem todas as OBFSC tiveram receio de dizer que possuem ligação com religião dentro do corpo organizacional.

### **3.4.2 Preparação e realização das entrevistas**

O desenvolvimento do roteiro geral da entrevista deve ser elaborado com base no projeto e na pesquisa exaustiva sobre o tema. “Sua função é dupla: promover a síntese das questões levantadas durante a pesquisa em fontes primárias e secundárias e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades subsequentes.” (ALBERTI, 2005, p. 83). Nesse sentido, os dados secundários disponíveis publicamente em *websites*, relatórios e redes sociais foram de grande valia para a compreensão do contexto de onde os entrevistados se encontravam envolvidos.

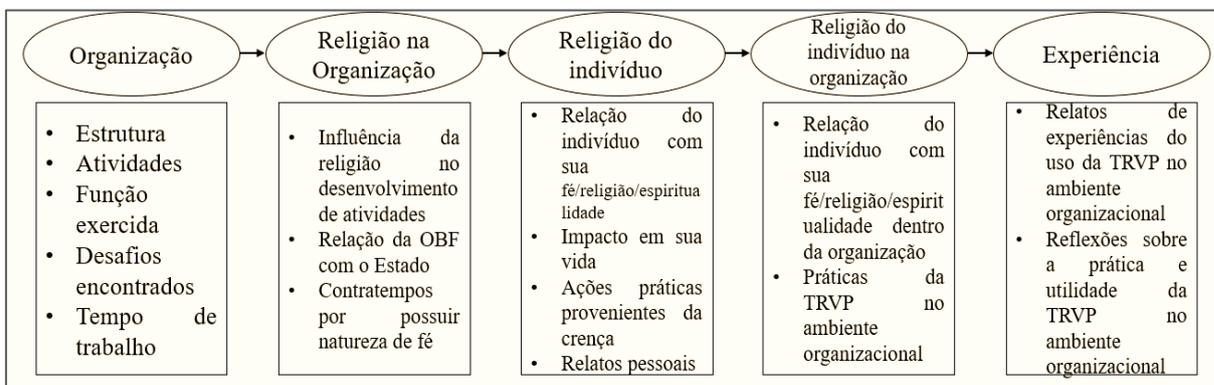
É no momento da elaboração do roteiro geral que se encerra a oportunidade de reunir e estruturar todos os aspectos relevantes observados durante a pesquisa “[...] seguindo os objetivos estabelecidos no projeto. [...] Nesse sentido, trata-se de sistematizar os dados levantados até então e articulá-los com questões que impulsionam a pesquisa.” (ALBERTI, 2005, p. 83). Baseado nas colocações de Alberti (2005), uma cronologia minuciosa constou no roteiro geral, evidenciando os acontecimentos ocorridos no período de investigação dos aspectos considerados relevantes ao assunto.

O roteiro geral foi dividido em cinco seções: 1) organização; 2) religião na organização; 3) religião/espiritualidade do indivíduo; 4) religião/espiritualidade do indivíduo na organização; 5) experiência. Na primeira seção o intuito era a compreensão da dinâmica e funcionamento de uma ONG baseada na fé, tendo por base as informações já captadas em pesquisa anterior, buscou-se a confirmação daquelas já conhecidas e, também, acrescentar novas. A segunda etapa diz respeito à percepção da influência da religiosidade na organização, seja por meios visíveis – imagens, quadros, livros sagrados, capelas etc. – seja por meio de atitudes derivadas da fé. As perguntas visam relacionar a religião/espiritualidade/fé no contexto da organização. O terceiro momento diz respeito à esfera pessoal do indivíduo, um relato mais biográfico da trajetória e desenvolvimento de sua crença e fé. Objetiva-se captar nuances de expressões oriundas da

influência religiosa/espiritual sob o indivíduo e averiguar a coerência entre a profissão de uma fé e seu exercício por meio da TRVP. A quarta seção está relacionada à religiosidade do indivíduo em seu ambiente organizacional, nesse momento, tencionou-se validar a manifestação da TRVP nesse âmbito. Conferir se o indivíduo é capaz de se desvencilhar de suas crenças nesse espaço ou se elas o acompanham para dentro da esfera de atuação profissional ou voluntária. Por fim, o quinto momento visa elevar a reflexão por meio de experiências pessoais, onde buscou-se reconhecer aprendizados, emoções e reflexões do exercício da TRVP em nível organizacional.

Segue abaixo a Figura 2 com a demonstração do roteiro utilizado nas entrevistas.

Figura 2 - Roteiro geral para condução das entrevistas



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Baseado no roteiro geral, elaborou-se um roteiro com possíveis perguntas a serem realizadas aos entrevistados. Aliás, Alberti (2005) enfatiza que após o agendamento das entrevistas, é necessária a elaboração do roteiro que servirá de base. Visto que o estudo não necessita de informações biográficas profundas do entrevistado, alguns dados importantes sobre ele, como a presença da religiosidade em sua vida, sua denominação e longo tempo dentro da organização, configuraram um ponto de partida adequado para a formulação das perguntas das entrevistas. A partir desses dados, no decorrer da entrevista muitos outros foram desvendados, enriquecendo sua condução.

Foram justapostas questões acerca do tema de estudo e os dados biográficos foram cruzados a biografia dos indivíduos entrevistados com o roteiro geral. Tendo em mente que o trabalho com as entrevistas é um processo constante de retroalimentação (ALBERTI, 2005), perspectivas inéditas trazidas pelos entrevistados e relevantes ao desenvolvimento do tema, foram inclusas em entrevistas posteriores. Um exemplo sobre isso que merece ser citado é a

menção às práticas realizadas devido à pandemia do Covid-19. Compreender como estas organizações se organizaram e foram motivadas a atender suas famílias nesse momento, demonstrou importante para compreender sua motivação diante de sua situação mundial inédita. Assim, o roteiro com sugestões de questões foi ajustado de acordo com a realidade de cada entrevistado (SANTOS, 2019).

Finalmente, chegou-se a um total de 22 entrevistas realizadas em 18 ONG Baseadas na Fé presentes em Florianópolis, no período de 28 de fevereiro a 24 de junho de 2020, com 16 horas e 3 minutos de gravações transcritas na íntegra. Das entrevistas, 8 ocorreram no ambiente de trabalho dos próprios participantes, o que resultou em descolamento pelas mais distintas comunidades de Florianópolis; 6 por meio de vídeo conferência e 8 por ligações telefônicas. Estes reajustes foram necessários em virtude da pandemia. A duração média das entrevistas foi de 50 minutos e 40 segundos, a mais curta durou 28 minutos e 11 segundos e a mais longa teve 1 hora e 31 minutos de duração.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, foram tomados cuidados necessários a fim de atender a legislação vigente às boas práticas acadêmicas. A privacidade dos sujeitos foi preservada, a fim de evitar a exposição e qualquer forma de identificação. Portanto, os entrevistados não são identificados nominalmente, os sujeitos foram distinguidos entre si pela letra “E” de entrevistado seguido do número de identificação, que vai do 1 até 22. Desta maneira, eles são citados nas entrevistas como E1, E2, E3, E4 e assim por diante. Todos os sujeitos pesquisados são gestores/coordenadores das ONG, a fim de evitar quaisquer possíveis relações, o nome destas organizações também permaneceu em sigilo. Deste grupo de 22 indivíduos, 19 são mulheres e 3 são homens, sendo que 16 são voluntários e 6 são remunerados. Quanto ao tempo de trabalho dos coordenadores e gestores nestas organizações: 5 deles têm até 5 anos de trabalho nas respectivas instituições, 7 dos entrevistados têm de 6 a 10 anos de atuação, 7 coordenadores e gestores, de acordo com o que foi revelado no momento da entrevista, possuem de 11 a 20 anos de trabalho e 3 deles possuem de 21 a 30 anos de atuação ininterrupta nestas organizações.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados pode possuir diversos componentes que ambicionam extrair sentido dos dados, preparando-os para a análise e conduzir as diferentes percepções apreendidas e ir cada vez mais fundo no entendimento do conteúdo a fim de que seja possível sua interpretação (CRESSWELL, 2010). Tendo em perspectiva a abordagem de Bardin (2011), após a

transcrição das entrevistas, com o material preparado, deu-se início à codificação, e depois à categorização. Estas etapas foram essenciais para a obtenção dos resultados. George afirma: “A análise de conteúdo é utilizada como um instrumento de diagnóstico, de modo que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor.” (apud BARDIN, 2011, p. 144).

Ao codificar, os dados brutos do texto foram transformados em uma representação do conteúdo do que foi estudado anteriormente e do que se pretendia verificar, alcançando as características principais das mensagens. Realizou-se o recorte de frases, palavras ou palavras em conjunto que fossem representativas ao assunto das OBF e TRVP, sendo estes relevantes para análise. Foi realizada a enumeração de palavras que mais se repetiram nos textos do *corpus* resultando uma nuvem de palavras (Apêndice B), contudo, do ponto de vista da codificação, o foco foi para o uso do vocábulo, e toda a frase que vertesse à ocorrência da TRVP, no nível individual ou organizacional, e outros dados que se mostraram relevantes para empreender significados relevantes à compreensão do assunto. A última técnica empregada na etapa da codificação consistiu numa classificação e agregação, tendo em mente avançar rumo à formação das categorias.

A análise categorial – que é parte do conjunto das técnicas da análise de conteúdo – funciona por meio de operações de desmembramento do texto em unidades, “[...] em categorias segundo reagrupamentos analógicos [...]” (BARDIN, 2005, p. 201). Este tipo de análise é flexível, uma vez que permite a possibilidade de distintas categorizações, investigação do tema de pesquisa. “É rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos.” (BARDIN, 2005, p. 201). Foram agrupados categoricamente, tendo por base a fundamentação teórica e o conteúdo das entrevistas, palavras ou conjuntos de palavras que manifestassem sentido e permitissem conexão entre os objetivos do trabalho e o problema de pesquisa que se propunha responder, além de outras nuances que foram captadas no decorrer das entrevistas. A operacionalização da análise foi elaborada em 5 etapas e pode ser verificada no Quadro 7, através do protocolo de análise dos dados.

Quadro 7 - Protocolo de análise dos dados

ETAPA	DESCRIÇÃO
1. Pré-análise	Registros, documentos sobre as organizações, transcrição e organização do <i>corpus</i> de análise.
2. Descrição	Leitura inicial de identificação e descrição de elementos de TRVP no indivíduo, sua manifestação nas organizações, religiosidade do indivíduo, religiosidade do indivíduo na organização, entre outros.
3. Codificação	Nuvem das palavras mais citadas no <i>corpus</i> de análise, classificação e agregação temática.
4. Categorização	Identificação de “componentes empíricos” das matrizes de análise nas falas dos entrevistados.
5. Análise e Discussão	Análise dos agrupamentos a partir das categorias analíticas e componentes empíricos, tendo em perspectiva os pressupostos de pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Santos (2019).

A fim de auxiliar na utilização da categorização e análise segundo o protocolo gerado, optou-se pelo emprego de um programa computadorizado chamado Atlas/Ti. O *software* permitiu codificar, cortar, colar extratos, criar comentários e observações de todas as passagens do texto de análise que se referisse a uma mesma categoria, propiciando uma síntese dos elementos relevantes, que pertencessem a um mesmo código (tema) específico e de interesse. A utilização do Atlas/Ti possibilitou uma melhor organização dos dados, e um estímulo à criatividade, uma vez que possibilita o manuseio de diversos recursos, reflexão crítica e maior segurança ao manejar os dados contidos no documento.

A primeira etapa foi realizada simultaneamente ao processo da condução das entrevistas. Após finalizada cada uma delas, recorria-se a um registro mantido no Google Drive – cuja finalidade era ordenar a ocorrência das pesquisas, percepções iniciais a seu respeito, dia, local e duração da entrevista, descrição do entrevistado, como: nome, cargo, organização, religião professada. Com o propósito de evitar acúmulo de conteúdo, a transcrição de cada entrevista era realizada após a sua conclusão. Este exercício possibilitou um aprofundamento no assunto e implementação da capacidade de abordar novos entrevistados em reuniões posteriores. As entrevistas via telefone exigiram ainda mais sensibilidade e tato ao abordar os participantes, uma vez que a falta do contato presencial e visual debilita a compreensão de expressões corporais e certos trejeitos. Acessar o entrevistado e obter dele respostas verdadeiras e não convenientes demonstrou-se um desafio. Todas as gravações foram transcritas na íntegra, gerando um total de, aproximadamente, 250 páginas de transcrições.

Foram retiradas todas as interjeições existentes nos arquivos das transcrições, fossem do pesquisador ou do entrevistador, bem como diálogos que não estavam de acordo com a pesquisa (interrupções para atender ligações, pausa para resolver problemas). Estes arquivos finais, devidamente aparados compuseram o *corpus* final da análise (SANTOS, 2019).

Para a realização da segunda etapa retornou-se aos conceitos de OBF, Sociedade Civil, Tecnologia, *Techné*, Técnica e Práxis – que compõe a proposta do conceito da TRVP – a fim de realizar leitura diligente do *corpus* já inserido no Atlas/Ti, propositando encontrar nas falas dos indivíduos, relações ao tema da pesquisa, principalmente no que diz respeito à ação da TRVP no ambiente organizacional.

A etapa 3 consistiu na criação de uma nuvem das palavras mais citadas no *corpus* do texto, classificação e agregação temática do conteúdo. Lançou-se mão da utilização da ferramenta *citações* para capturar falas que estivessem especificamente relacionadas ao tema central do trabalho, que é a utilização da TRVP no ambiente organizacional e sua influência tanto na esfera pessoal quanto coletiva do indivíduo. Uma vez que o propósito era averiguar a veracidade e coerência na fala dos entrevistados, o relato final da experiência – utilização da TRVP – foi uma das maneiras de salvaguardar a veracidade da entrevista. Esta pergunta final, deixava pouco espaço para o entrevistado, a grande maioria deles já sabia responder de pronto. Outros procuravam por experiências que fossem mais “grandiosas” dentro da história da organização.

Finalizados e agrupados em códigos e com as devidas citações, a etapa 4 se iniciou com a categorização do *corpus* de análise, tendo como lente o referencial teórico. Em virtude de uma leitura inspeccional, criou-se códigos com os principais temas que serviriam de análise e enriqueceriam o conteúdo da dissertação. Inicialmente 27 códigos foram observados, contudo, após uma filtragem, reduziram-se a 20. Os “componentes empíricos” foram inseridos como códigos no *software* e agrupados conforme suas “categorias analíticas” em “grupos de códigos” (SANTOS, 2019).

Por meio do *software* Atlas/Ti foi possível exportar relatórios com todos os trechos categorizados pelas distintas formas: por citações, por códigos, por grupo de código, interseção de trechos categorizados nos mesmos grupos, etc. (SANTOS, 2019). A partir destes relatórios, foi possível realizar a discussão empírica dos pressupostos de pesquisa, e assim a conclusão da etapa 5 do protocolo de análise.

### 3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA E DA BIBLIOMETRIA

Baseando-se nos modelos tradicionais de metodologia de pesquisa sistemática (TAVEGGIA, 1994; COOPER, 2007) e da bibliometria (LÓPEZ-LÓPEZ, 1996) foram executadas seis etapas principais que deram origem a pesquisa: 1) Formulação do problema; 2)

Pesquisa bibliográfica, objetivando reconhecer e captar fontes de informação; 3) Coleta de informações de estudos disponíveis; 4) Análise e demonstração de resultados; 5) Interpretação dos dados encontrados; 6) Apresentação dos resultados e conclusões finais.

Para se realizar a pesquisa o critério principal foi a identificação da importância de se estudar o assunto. Por meio de uma leitura prévia e exploratória em mais de 90 artigos sobre *Civil Society Organizations* (Organizações da Sociedade Civil), notou-se uma significativa incidência e repetição dos termos *Faith Based Organizations*, *Faith-Based Organization* e OBF (Organizações Baseadas na Fé), demonstrando que essa esfera das organizações da sociedade civil representa um papel muito atuante na comunidade e uma recente preocupação em compreender o funcionamento organizacional, áreas sociais e ambientais que são atingidas pela intervenção destas organizações baseadas na fé e as mudanças que são capazes de provocar na coletividade. Apresentam, contudo diversas limitações no que tange às restrições teóricas do assunto.

Sendo o objetivo desta pesquisa sistematizar os conhecimentos sobre as OBF – objetivando a compreensão da dimensão e complexidade do tema – todos os artigos que não se encaixaram estritamente em tal objetivo foram suprimidos. A identificação e apuração dos trabalhos encontrados se realizou por intermédio de leitura dos títulos, resumos e palavras-chave.

Por se tratar de pesquisa cuja natureza segue procedimentos metodológicos de revisão sistemática e do estudo bibliométrico, foram delimitados os referentes aspectos de cada uma. A seguir serão dispostos os procedimentos metodológico comuns à bibliometria e à revisão sistemática.

Foram mantidos os estudos de natureza teórica e empírica que tratam do aprendizado e desenvolvimento das OBF e sua ligação com as fé e religião/espiritualidade, na área de Ciências Sociais. Por se tratar de uma teoria em desenvolvimento e por apresentar evidente falta de delimitação teórica, o enquadramento dos diversos artigos em grandes categorias – identificadas a partir da temática dos trabalhos – facilitam a compreensão e estudos das OBF. As classes encontradas foram “organizacional”, “social”, “política”, “mercadológica” e “bem-estar”.

Não houve limitação de idiomas nem restrições temporais. Foram selecionados apenas os artigos publicados em *journals*. Capítulos de livros não foram utilizados na pesquisa.

Foram utilizadas quatro bases de dados eletrônicas referência na área de ciências sociais aplicadas: EBSCO, Scopus, Web of Science e Emerald. Todas as buscas nas quatro bases de dados foram avançadas. A base de dados EBSCO foi acessada por meio do portal CAPES,

definindo o acervo *Business Source Complete e Search Primer* como fonte da busca. O *query* de busca para esta base foi a seguinte: descritor de título (“Faith based organi#ation\*” OR “Faith-based organi#ation\*” OR “Faith based NGO\*”) AND (“Religio\*” OR “Spirit\*”) nos descritores de *abstract*. Por esse critério foram encontrados 88 artigos

A busca na base de dados Scopus, por meio do CAPES, limitou-se à área das ciências sociais. Os *querys* utilizados nos descritores de título, resumo e palavra-chave: (“faith based organi?ation\*” OR “faith-based organi?ation” OR “faith based NGO\*”) AND (“religio\*” OR “spirit\*”) nos descritores de título, resumo e palavra-chave. Por esse critério foram encontrados 299 artigos.

A pesquisa realizada na base eletrônica Web of Science também foi acessada mediante o portal CAPES (“Faith based organi#ation\*” OR “Faith-based organi#ation\*” OR “Faith based NGO\*”) descritor de título (TI) AND (“Religio\*” OR “Spitrit\*”) no descritor de resumo (TS). Essa pesquisa resultou 78 artigos encontrados.

Por fim, a pesquisa na base de dados da Emerald – acessada por intermédio do portal CAPES – constituiu-se da seguinte maneira: *Abstract*: (“Faith based organization\*”) OR *Abstract*: (Faith-based organization) OR *Abstract* (Faith base NGOs) AND *Abstract*: (Religio\* OR Spirit\*). Por esse critério foram encontrados 25 artigos.

Seguindo as etapas e critérios de discriminação propostos por Ames, Serafim e Zappellini (2019), o número total de artigos encontrados resultou em 490. Desses 490 artigos, 371 não eram duplicados. Na leitura inspeccional dos títulos, resumo e palavras-chave, os 371 artigos reduziram-se a 223, sendo encontrados disponíveis e completos 212 artigos.

Figura 3 - Métodos utilizados para busca de artigos e resultados

Etapas		Número de Artigos
Coleta Base de Dados	Scopus	299
	Ebsco	88
	Web of Science	78
	Emerald	25
	Total	490
1º Filtro	Não Duplicados	371
2º Filtro	Selecionados após Leitura de Títulos, Resumos e Palavras-chave	223
3º Filtro	Artigos Completos Disponíveis	212
4º Filtro Categorias/Temas	Bem- Estar Social	128
	Estado	46
	Organizacional	30
	Mercadológico	8

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No estudo bibliométrico foram utilizadas as leis de Lotka e Bradford. A distribuição da literatura científica foi formulada em 1934 por Samuel C. Bradford e denominada de Lei de Bradford. Esta lei diz respeito à análise de periódicos nos quais os artigos foram publicados, e prediz que em determinada área de estudo um pequeno número de periódicos representa uma parte considerável do total de publicações, enquanto um número crescente de *journals* publicam poucos estudos (ANDRES, 2009).

De acordo com Andres (2009), os periódicos são classificados e divididos em grupos ou categorias. Esses grupos são denominados zonas de Bradford e o critério para estabelecimento destas zonas é o seguinte: o número de artigos em cada zona tem que ser o mesmo, porém, o número de periódicos não será o mesmo em cada zona, uma vez que algumas revistas são mais produtivas que outras.

Outro índice bibliométrico utilizado foi a Lei de Lotka, que analisa a distribuição de frequência da produtividade científica. Esta é uma das leis mais utilizadas na bibliometria, avaliando os padrões de produtividade do autor (ANDRES, 2009). Lotka observou que numa determinada área científica muitos autores publicam apenas um estudo, enquanto um pequeno grupo de estudiosos prolíficos contribui com um grande número de publicações.

A lei une todos os autores que publicaram apenas um artigo e, em seguida, prevê quantos autores teriam publicado  $X$  estudos, de acordo com a lei do quadrado inverso. A pressuposição é que os autores que publicaram  $X$  estudos seja proporcional a  $1/x^2$ . A metodologia aplicada para a lei de Lotka foi a de Andres (2009).

O Quadro 9 (ver página 112) apresenta a distribuição e cálculo dos valores utilizados para chegar à constatação da aplicabilidade ou não da Lei de Lotka para o estudo bibliométrico envolvendo as OBF. A coluna  $X$  refere-se ao número de artigos publicados. A coluna  $Y$  diz respeito ao número de autores que publicaram  $X$  artigos. A seguir, foi calculado o valor do expoente  $n$  que representa o valor específico do coeficiente de Lotka que explicará a produtividade dos autores no caso desse estudo em particular. A fórmula utilizada de  $n$  é:

$$n = \frac{N \sum XY - \sum X \sum Y}{N \sum X^2 - (\sum X)^2}$$

Outro passo imprescindível para a constatação da aplicabilidade da lei é o teste de Kolmogorov-Smirnov, que objetiva constatar se os dados observados se encaixam na distribuição teórica pressuposta por Lotka. Andres (2009) afirma que o valor mais alto na

coluna D ( $D_{max}$ ) é tomado como referência para comparação com valor crítico, cuja fórmula geral é:

$$c.v. = \frac{1.63}{\left( \sum y + \left( \sum y/10 \right)^{1/2} \right)^{1/2}}$$

Concernente à revisão sistemática, em virtude da vasta influência e ação das OBF presentes na sociedade, foram identificadas quatro grandes categorias – Estado, Bem-Estar Social, Organizacional e Mercadológico – concernentes ao maior foco de estudo de cada um dos 212 artigos completos disponíveis. Após a constatação destas categorias, três principais dimensões organizacionais foram identificadas, sendo elas as “Organizações Religiosas”, “Organizações da Sociedade Civil Baseadas na Fé” e “Organizações Empresariais Baseadas na Fé”.

Após leitura minuciosa de cada artigo, foram criadas *tags* com o intuito de diferenciar a principal área de atuação percebida a partir das características centrais dos artigos. Inicialmente foram destinadas 51 *tags*, porém, após uma revisão geral, foram agrupadas aquelas que se assemelhavam em finalidade e conteúdo. Ao fim, 37 *tags* foram classificadas como essenciais e indispensáveis para a compreensão do caráter da OBF.

Após a concepção das *tags*, constatou-se a existência da categoria dimensional em cada uma delas e a presença do caráter organizacional. Em seguida, criou-se uma rede por meio do *software* Gephi – Versão 0.9.2, com o intuito de esclarecer as relações existentes entre os mais distintos temas caracterizados pelas *tags*, as categorias a qual pertencem e interagem e como as dimensões organizacionais se relacionam com esses distintos saberes.

Todas relações categorias serão úteis para futuros estudos objetivando o melhor entendimento destas organizações que tem por premissa a fé e religiosidade, aspirando uma compreensão mais específica e acertada de si mesmas. A Figura 3 (página 97) apresenta os procedimentos realizados na busca sistemática e bibliométrica dos artigos. Para análise e mensuração dos dados do presente trabalho, foram utilizados o Mendeley, Excel e Gephi – Versão 0.9.2.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 A TECNOLOGIA RELIGIOSA VOLTADA À PRÁXIS - TRVP

Um dos mais importantes aspectos desta dissertação configura a Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis. Desde o princípio compreendeu-se a complexidade do termo, primeiro porque o conceito imediato que se associa ao vocábulo “tecnologia” é o da ciência, inovação, a chamada tecnologia moderna. Segundo porque está na contramão da expressão usual e acentuadamente utilizada no cotidiano.

O debate que envolve a tecnologia em si torna seu conceito muito custoso de compreender, as distintas e múltiplas nuances que assume, levam à reflexão: o que não é tecnologia? Compreendendo que ela contém uma soma de normas e técnicas que permitem que os fins sejam atingidos, e que também pode ser um campo do conhecimento aplicado, uma ação concreta ou manifestações abstratas, que transformam a vida e a realidade das pessoas, o que de fato o ser humano faz que não configure em si uma tecnologia? Recordando que o papel da tecnologia é adequar a realidade à vida do indivíduo, qual é o maior propósito dele senão buscar tornar seu cotidiano mais suportável, almejando alcançar uma boa vida? Lança mão de tecnologias que moldam sua existência de acordo com o que lhe fará bem.

Como já mencionado, a tecnologia não se restringe ao campo da concretude. Ela é o material e o impalpável, ela pode materializar o transcendente. Resgatando a observação de Mitcham, a religião pode ser considerada uma tecnologia, por representar um instrumento de ação, uma vez que ação religiosa pode ser uma maneira de agir e executar (*apud* CUPANI, 2011).

No imenso campo da tecnologia existem tecnologias específicas. Assim como as tecnologias da biologia, engenharia, medicina, psicologia e educação, que configuram tecnologias específicas<sup>6</sup>. A religião possui uma tecnologia própria, e a partir dela, um conjunto de práticas específicas se desenvolve como ações explícitas. Compreende-se, contudo, que a técnica e tecnologia *per se* estão destituídas de teor moral.

Uma vez que o campo da religião é consideravelmente impactado por princípios éticos, somente a técnica e tecnologia não são capazes de englobar esta importante esfera, em virtude de seu caráter instrumental destituído de teor moral. A fim de que a TRVP não apresente

---

<sup>6</sup> Com o adendo de que nestes exemplos citados, diz respeito à tecnologia como ciência, o que não é o caso desta dissertação, que assume a vertente da tecnologia como expressão da atuação da religião na vida do indivíduo, que resulta em práticas específicas ao nível de ações explícitas e transformação na esfera dos valores, princípios, ética e aspectos morais deste indivíduo – que é fornecida pela práxis.

evidente lacuna por desconsiderar fator importante de sua composição – o teor moral da ação que se encontra no campo da religião – notou-se que, em conjunto com o princípio originador do termo tecnologia, *techné*, a práxis age diretamente sobre o agente, uma vez que representa um conhecimento que o modifica e cujas ações têm como fim/sentido a própria pessoa.

Tendo em perspectiva os conceitos apresentados no referencial teórico desta dissertação, a práxis, esfera da atividade *phronética*, é eticamente orientada, e tem por propósito a conduta favorável do indivíduo. Este termo conferiu à tecnologia religiosa uma adição importante e um aprofundamento à elaboração desta proposta de conceito, mostrando-se capaz de abarcar as particularidades das expressões religiosas oriundas da fé e religiosidade da pessoa, que contém em si, o teor moral que é atendido pela práxis. Neste sentido, a práxis, é o elemento da ação ética, é o agir com orientação ética. Representando uma orientação racional na esfera dos valores, princípios e aspectos morais do indivíduo, que é influenciada e desenvolvida dentro do contexto da religião, espiritualidade e fé.

Assim sendo, a TRVP pode ser entendida como a expressão da atuação da religião na vida do indivíduo, que resulta em práticas específicas no âmbito de ações explícitas, sejam de cunho individual (orações, meditação, jejum) ou coletivo (orações, ir à igreja, comemoração de datas religiosas). A TRVP, por meio da influência religiosa, manifesta-se também em ações de transformação na esfera de valores, princípios, ética e aspectos morais do indivíduo, onde ele utiliza elementos da ação ética para agir bem. Estes elementos permitem ao ser humano adequar sua vida à realidade. Tais ocorrências, podem ser ou não tangíveis, conforme pode ser constatado no referencial teórico.

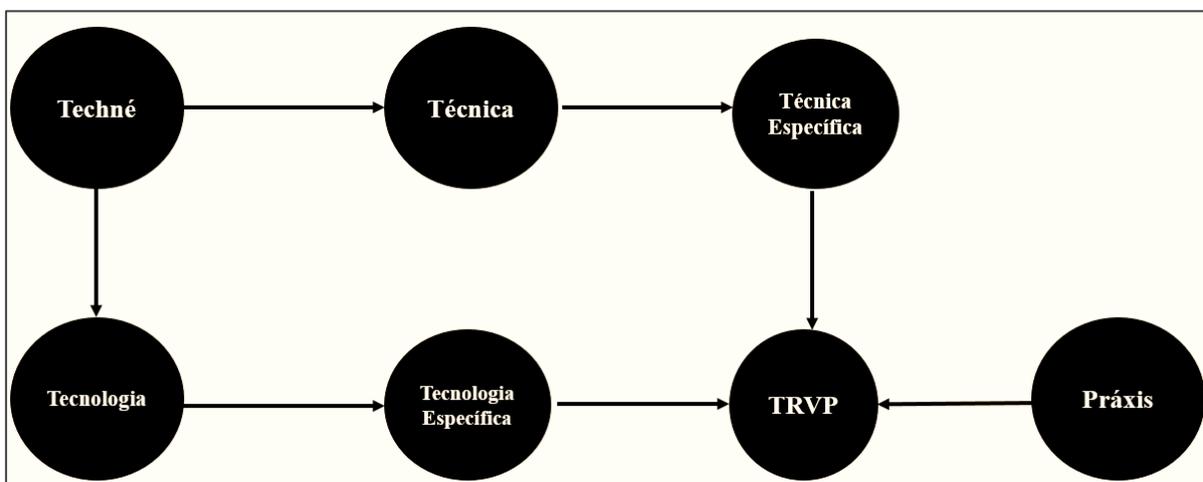
É importante acrescentar que o propósito não é tratar sobre o que é moralmente bom ou não. O foco da TRVP é elucidar que diante de situações dentro da organização, bem como em sua vivência pessoal, o indivíduo, influenciado por sua religiosidade, além de experimentar a transformação de alguns princípios, valores, ética, conduta e moral, tem ações de teor prático e moral que são influenciadas por preceitos específicos de sua profissão religiosa.

Por meio de leituras prévias, a fim de proporcionar uma explicação visual a respeito destes assuntos que se relacionam de forma complexa, as constatações resultaram nos esquemas propostos nas Figuras 4 e 5 abaixo. Na Figura 4, nota-se a conexão existente entre *techné* e Técnica, relação já explorada no tópico “Técnica” do referencial teórico. É possível constatar que o termo *techné* dá origem ao termo Tecnologia. A técnica, surgida anteriormente à tecnologia, oferece a esta conteúdo e respaldo teórico.

Os círculos maiores da técnica e tecnologia pretendem demonstrar a amplitude destes conceitos. Como a tecnologia e técnica em si são amplas, este trabalho se utiliza de uma

tecnologia específica bem como um conjunto de técnicas específicas – que estão retratadas nas circunferências menores.

Figura 4 - Relações entre *Techné*, Técnica e Tecnologia



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A Figura 4 busca retratar por meio da imagem, como surge a TRVP. Como já mencionado, o termo *techné* é o cognato originador da técnica e da tecnologia. Ambas têm em comum com a *techné* o caráter instrumental, voltado ao “fazer” ou “criar”. A técnica faz menção a conjuntos de práticas gerais, enquanto a tecnologia está relacionada a operacionalização de um saber fazer específico por meio do uso de técnicas referentes a esse saber.

Nesse sentido, destaca-se a especificidade dos saberes que compõem cada tecnologia e cada técnica, que são representados pelas circunferências menores. Estas técnica e tecnologia específicas, mais a práxis, resultam na TRVP.

É importante salientar o que Ortega y Gasset (2014) declara a respeito do papel da técnica sobre o indivíduo: para ele, o homem não pretende apenas viver, mas sim viver bem. O homem almeja o “bem-estar”. Cupani (2011) afirma que esta é a necessidade das necessidades. No que diz respeito à tecnologia, esta é uma capacidade natural do ser, segundo o autor.

Ao explorar a associação existente entre técnica e tecnologia. Bunge (*apud* CUPANI, 2011), alerta que não se deve pensar que o produto de ambos seja necessariamente um objeto – por exemplo, um carro, um remédio, uma casa – o artefato no *stricto sensu*. A tecnologia e técnica podem ser também a comutação do estado de um sistema natural, ou seja, de um “estado artificial” de um sistema natural. Elas podem configurar também a “[...] transformação de um sistema (uma mudança artificial) [...]” como quando se ensina uma pessoa a orar, por exemplo (CUPANI, 2011, p. 94).

No sentido do “artificial”, Bunge (*apud* CUPANI, 2011, p. 94) explica que ele configura “[...] toda coisa, estado ou processo controlado ou feito deliberadamente com o auxílio de algum conhecimento aprendido, e utilizável por outros seres humanos.”

É possível notar que a tecnologia e técnica não estão restritas ao campo dos objetos. Um dos aspectos mais complexos da tecnologia na atualidade é associá-la para além da ciência, ferramentas, práticas laboratoriais e inovação. Esses pontos revelam a superfície do que de fato são a tecnologia e a técnica em si.

É válido incluir que em se tratando da definição proposta por Li-Hua (2009) – que se encontra no referencial teórico – a TRVP assume a expressão da atuação da religião na vida do indivíduo, sendo necessária para alcançar um determinado objetivo final desejado pelo indivíduo.

Ortega y Gasset (2006) compreende que a tecnologia configura um “desejo criativo” do homem, que define a atitude do mesmo em procurar realizar suas necessidades humanas específicas<sup>7</sup> por meio de técnicas particulares desta tecnologia, levando em consideração a ação racional e ética proporcionada pela práxis. Neste sentido, unem-se o “saber fazer” e o “saber ser”. Tal delineamento compreende bem o propósito da TRVP, a qual se torna o resultado da junção de uma tecnologia específica mais uma técnica específica, que oriunda de um conjunto universal de técnicas e tecnologias. Estas técnica e tecnologia específicas resultam a TRVP que, como demonstra a figura 4, é acrescentada da práxis, que, como já mencionado anteriormente, insere o elemento da ação ética no contexto da expressão, possibilitando a operacionalização da ação moral influenciada pela religiosidade/espiritualidade e fé.

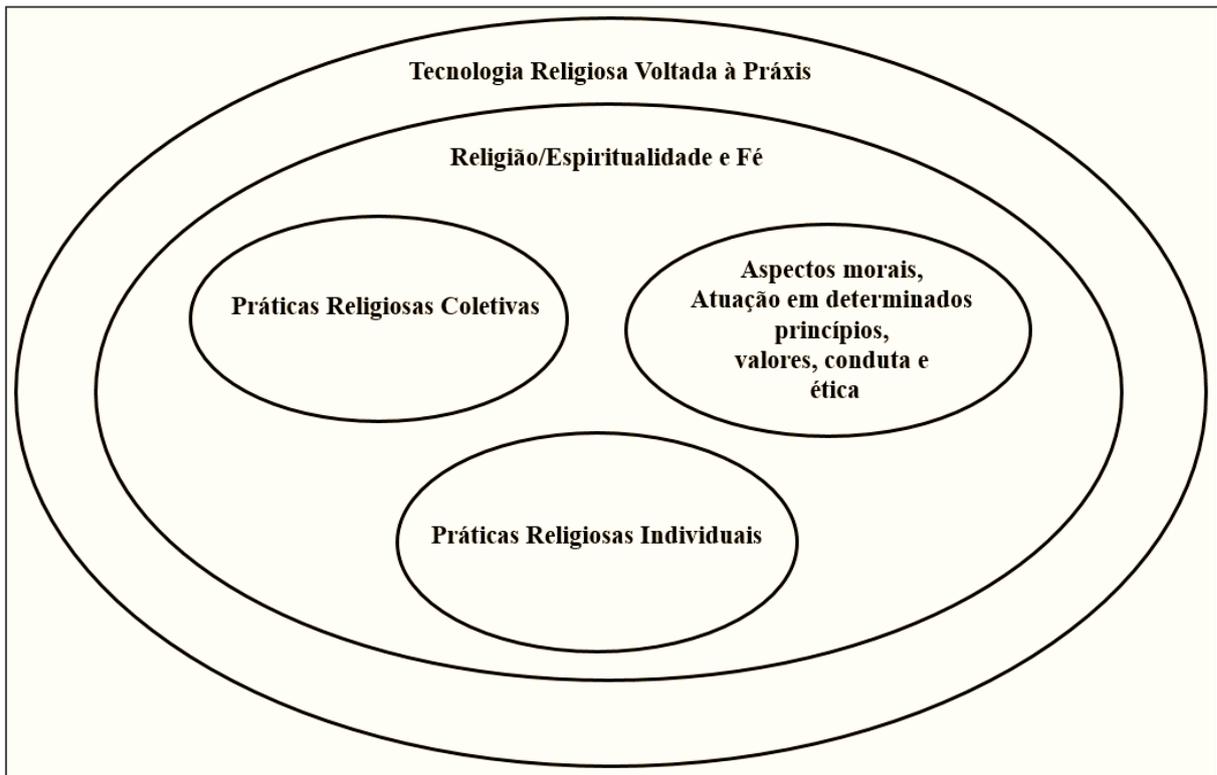
O conjunto universal de técnicas e tecnologias são desconsiderados, uma vez que o interesse da TRVP está nas técnicas e tecnologias específicas, que servem de base e apoio para o desenvolvimento da mesma

A seguir, a Figura 5 visualiza a ampliação da estrutura da TRVP, demonstrando suas principais expressões e aspectos.

---

<sup>7</sup> A tecnologia diz respeito à esfera mais específica de determinadas ações. Enquanto a *techné* enquadra o maior cenário da atuação do saber fazer, a tecnologia age no nível mais íntimo da necessidade do homem, é o despertar de seu desejo particular, que só pode ser alcançado por meio de técnicas específicas a essa tecnologia, sendo necessário o elemento da ação ética fornecido pela práxis, incluindo o saber ser.

Figura 5 - TRVP e suas expressões



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como pode ser observado na Figura 5, o esquema ampliado da TRVP é composto por quatro expressões principais – constatadas até o momento, podendo ser aprofundado em estudos futuros – quais sejam: 1) religião/espiritualidade e fé; 2) práticas religiosas coletivas; 3) práticas religiosas individuais; e 4) aspectos morais, atuação em determinados princípios, valores, conduta e ética. A TRVP se manifesta a partir da influência da religião/espiritualidade e fé na vida no indivíduo.

Por meio da atuação da religiosidade, práticas específicas desta tecnologia são percebidas: práticas religiosas coletivas e práticas religiosas individuais. O que diferencia estas duas é que, embora algumas práticas iguais se manifestem tanto na coletividade quanto na individualidade (orações/rezas/preces, leitura de livros sagrados, são alguns exemplos), as motivações e demonstrações são diferentes quando estas ocorrem no âmbito comunitário e particular. Em se tratando do ambiente organizacional, as práticas religiosas coletivas são, frequentemente, mais contidas em suas expressões. Na esfera pessoal, as práticas religiosas individuais são executadas com plena liberdade e autonomia.

Para além das práticas da tecnologia religiosa voltada à práxis operacionalizadas pelas técnicas, uma atuação muito significativa da TRVP diz respeito à influência da

religião/espiritualidade e fé nas vertentes morais, de princípios, valores, conduta e ética, as esferas mais profundas do ser humano. Nesse sentido, a TRVP se manifesta quando o indivíduo racionaliza se sua conduta condiz com seus preceitos religiosos e age, tendo em consideração sua orientação religiosa.

Três exemplos que ilustram as expressões da TRVP são: 1) diante de um impasse ou problema em sua vida pessoal, o indivíduo descobre que suas alternativas para o solucionar são muito limitadas. Esse sujeito professa uma fé e, impulsionado por sua religião, ora/reza a fim de buscar auxílio e clareza na resolução da questão. Para este indivíduo tal prática funciona muito bem, por isso, quando outras pessoas dizem a ele que estão passando por momentos difíceis, ele ensina o outro esse ato que o faz alcançar seus propósitos e muitas vezes a obter consolo; 2) a OBFSC onde o sujeito X é colaborador, tem por costume, realizar orações/preces/rezas antes das refeições. Uma vez ao ano ocorre a festa do santo ao qual a organização representa. Às vezes, o sujeito X fala de Deus para outro colaborador dentro da organização; 3) influenciado por sua religiosidade, o sujeito não manifesta os preceitos da fé somente por meio das práticas religiosas, mas por meio de uma transformação/reflexão em alguns aspectos morais, em determinados princípios, valores, conduta e ética.

Esta expressão mais profunda da TRVP demonstra que a atuação desta tecnologia religiosa voltada à práxis não se delimita às práticas visíveis da expressão religiosa. Ela abrange uma manifestação mais íntima da influência da religião/espiritualidade e fé em determinados aspectos da conduta do ser humano. As manifestações citadas são mais especificamente abordadas na etapa da análise das entrevistas.

Por meio da pesquisa de campo, constatou-se que a religião e espiritualidade da pessoa não se limita apenas nos círculos sociais e pessoais, se expande também para o ambiente organizacional. Suponha que este exemplo citado ocorreu nas organizações. Geralmente é isso o que acontece. Compreende-se que a TRVP é utilizada em todas as esferas da vida do indivíduo que professa uma fé, e ele a utilizará a fim de encontrar possíveis soluções ou paz de espírito e desenvolver uma boa conduta. A TRVP permitirá que o indivíduo materialize seu “desejo criativo” adquirido por meio da fé ou religião, alcançando então os seus objetivos que resultam na resposta do Divino em suas vidas, em suas distintas formas e expressões.

É importante notar que a compreensão sobre o que significa a tecnologia e como ela tem abrangido campos de conceitos distintos com o passar dos anos, a torna muito mais complexa de compreender do que se possa mensurar. Defini-la como um termo revestido de significado único e concreto não é a proposta desta dissertação. Diferentemente, a proposta é apresentar as

possibilidades e heterogeneidades do campo, que tornam tal concretude tarefa árdua e que escapa dos intuítos finais deste estudo.

A própria trajetória e desenvolvimento da elaboração de uma proposta de conceito, torna penoso dizer neste momento o que ela é, de fato. Porém, é possível compreender que o gérmen do termo surge no princípio da *techné* e práxis. Por fim, após esta breve explanação, é assumida a Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis. Compreende-se a profundidade de trabalhar conceitos que extrapolam o que se tem certo por tecnologia e técnica, mas, compreendendo que o saber sempre se renova, amplia e abre novas portas, a TRVP surge como uma proposta de investigar por uma lente pouco utilizada os significados periféricos da tecnologia e sua associação com a práxis. Contudo, em momento algum deixa de ser útil, uma vez que está sempre envolta na vida do indivíduo, transformando sua forma de agir e enxergar o mundo.

## 4.2 ANÁLISE E RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA E ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

### 4.2.1 Compreendendo as categorias

A leitura dos artigos resultantes da revisão sistemática e do estudo bibliométrico, resultaram na complexa relação existente entre as três dimensões organizacionais encontradas nas quatro distintas classes, como foi demonstrado na rede na Figura 1 (página 27). A seguir serão apresentadas as perspectivas dessas classes – Organizacional; Mercadológica; Estado; e Bem-estar social.

A classe “**Organizacional**” é sugerida por salientar os aspectos institucionais, corporativos, e organizativos das OBF. A revisão identificou diversos artigos que abordavam a esfera organizacional. Em relação às organizações, pretendeu-se compreender e pontuar tópicos como: relações sociais, políticas, cognitivas, culturais e ambientais dentro de determinado ambiente institucional das OBF. Destaca-se também que, independentemente do tamanho, elas se identificam por possuírem características em comum como “entidades sociais”, “orientadas por metas”, “projetadas como sistemas de atividade deliberadamente estruturadas e coordenadas” e “ligadas ao ambiente externo” (DAFT, 2014).

Diversos artigos abordaram de maneiras distintas tais características organizacionais presentes nas OBF. Acrescenta-se a prática da religiosidade e espiritualidade como mais uma variável válida que possui o potencial de nortear, sobretudo, decisões institucionais.

Algumas características encontradas nos artigos revisados que enquadraram na subárea Organizacional foram: as noções de desempenho das organizações religiosas (KIRMANI,

2012; JAMES, 2011; JORDAN, 2008); a compreensão estrutural das OBF (GRANT, 2007; PEREIRA; ANGEL; ANGEL, 2007; MELVILLE; MCDONALD, 2006; COLEMAN et al., 2016; TOMALIN, 2012); competição por verbas (FARNSLEY II, 2001); o papel da ética nestas (JAYASINGHE, 2007; LYNCH; SCHAWRZ, 2016); o papel das organizações baseadas na fé em países estrangeiros e como estas adequam suas práticas ao exercerem seus papéis em outros territórios (KAISER, 2015; DILGER, 2009; TONNESSEN V, 2007; KHAN et al., 2013; PHILLIPS; YI, 2018); a influência da religião (APAYDIN, 2015); o desenvolvimento das relações com *stakeholders* (VILLATORO; DIXON; MAYS, 2016; LEAVEY, 2008), entre tantos outros conceitos temáticos encontrados.

Em síntese, essa categoria se justifica como organizacional por apresentar uma natureza que busca manter sua reputação, tradição e história, adotando formas inovadoras de operar, deixando transparecer a disputa de poder, exibindo estrutura física, conjunto de funções e atividades, estabelecendo metas, interagindo com o ambiente externo, impactando o ambiente e a sociedade e, dependendo da categoria, visando a diminuição de custos e aumento dos lucros. Das 12 categorias periféricas da subárea Organizacional, as que mais se destacam em razão da publicação dos autores nesse tema em questão, são duas: as Organizações Seculares e sua relação com as OBF; Religião na Organização e a Compreensão das OBF.

Para melhor compreensão da subárea “**Mercadológica**” esclarece-se que por mercadológico entende-se a composição de um ambiente social ou virtual proeminente às condições de troca de bens e serviços, contando com a existência de uma instituição ou organização onde ofertantes e demandantes instauram relações comerciais de distintas configurações.

Foram consideradas mercadológicas aquelas categorias que se relacionam com a competição por recursos, que oferecem algum serviço ou produto à sociedade. Desta forma, algumas das principais atuações encontradas na revisão tratam de *financiamento* (EBAUGH; CHAFETZ; PIPES, 2005; CLARKE, 2006), seja este por parte do Estado para as Organizações da Sociedade Civil, seja por parte de bancos atuantes como instituição financeira a fim de liberar crédito às empresas baseadas na fé.

Outra direção encontrada na área mercadológica é a atuação de *bancos baseados na fé*, que utilizam suas crenças na continuidade de suas atividades (APAYDIN, 2015). Foram encontradas “empresas baseadas na fé” (CASSELMAN; SALMA; STEFANIDIS, 2015; AOUN; TOURNOIS, 2015; DAVIS; LUCAS, 2007), com suas distintas atuações, contribuições e desafios de implementar a crença na cultura organizacional e ainda ser competitiva, e por fim, a categoria de “parceria entre organizações” (VILLATORO; DIXON;

MAYS, 2016), resultando em apenas um artigo, mas que evidencia como as organizações seculares privadas desenvolvem parcerias com OBF, a fim de suprir certas carências resultantes de recursos financeiros.

Foram observadas duas dimensões das relações mercadológicas: Empresas e Organizações da Sociedade Civil Baseadas na Fé, afirmando que as influências do mercado reverberam em diversos setores sociais. Um outro exemplo a ser citado é o incentivo que certas empresas oferecem às organizações da sociedade civil, por compartilharem dos mesmos princípios ou religião, sendo essa identificação relevante para a obtenção de recursos que não aqueles provenientes do Estado.

A categoria “**Estado**” se destaca proeminentemente no contexto da análise pontual dos artigos: do total de 212 artigos, 54 deles mencionam a atuação do Estado por intermédio da política ou dos aspectos políticos presentes nas interações das OBF. Com base nos trabalhos encontrados, é verossímil afirmar que o resultado das ações governamentais, por intermédio da política, influenciam o social, e como num processo de troca, o social demanda relevante interferência na maneira de desenvolver as política em diversas localidades do globo (LEWIS, 2003; BIELEFELD; CLEVELAND, 2013; MATTES, 2017; ZEHAVI, 2013; KVANSNY; LEE, 2010; OCCHIPINTI, 2015; FORET; PERMOSER, 2015; MONSMA; SMIDT, 2013; CLARKE, 2006; BROOKS; KOENING, 2002; JAWAD, 2009; KAZMINA, 2017; ZAMAN, 2012).

As práticas políticas podem ser compreendidas por processos institucionalizados e procedimentos regularmente utilizados para lidar com questões públicas. Para a teoria política, as práticas institucionalizadas desempenham um papel fundamental na ordenação e direcionamento do comportamento humano. O reflexo destes conceitos e definições pode ser compreendido e notado nos artigos presentes na revisão sistemática (WILLIAMS; CLOKE; THOMAS, 2012; BIEBRICHER, 2011; BISESI; LIDMAN, 2009; DUFF et al., 2016; YANCEY et al., 2004).

O papel fundamental do Estado operando por intermédio de ações políticas, tais como a distribuição de recursos para as OBF, oferta de incentivos a organizações que promovem o bem comum em sua localidade, bem como o desenvolvimento de parcerias entre o Governos e as OBF para a prestação de serviços sociais, evidencia que iniciativas governamentais endossam a importância destas, destinando parcela especial de sua receita para OBF (FLANINGAN; 2007; DINHAM; LOWNDES, 2008; WATKINSON, 2015; OWENS; SMITH, 2005).

O Estado recorrentemente aproveita tais iniciativas e as apoia. Contudo, os desafios são muitos e as relações podem se tornar desgastadas quando o governo não apoia a iniciativas das OBF. Dentro da esfera política, as periferias que mais se destacam são aquelas pertencentes aos assuntos de (i)migração, meio ambiente e tráfico sexual (MATTES, 2017; SHAEFER, 2014; FRAME, 2017).

O agrupamento “**Bem-estar social**” emergiu por meio da análise mais aprimorada da revisão sistemática. Esta categoria é a mais proeminente da rede (ver Figura 1, página 27). Suas relações são diversas e foram assim agrupadas por influenciar diretamente o meio em que as organizações estão inseridas, mediante os objetivos propostos por elas.

Algumas posturas assumidas – a fim de agregar valor e atingir a construção do bem-estar social, desenvolvidas pelas organizações baseadas na fé – são descritas por James (2011): fornecimento de serviços de desenvolvimento eficientes; alcançar os menos favorecidos; manter uma presença sustentável a longo prazo; suscitar o serviço motivado e voluntário; e encorajar a defesa da sociedade civil.

As OBF desenvolvedoras do bem-estar social se categorizam em temáticas como (i)migração (KAZMINA, 2017; MATTES, 2017); reabilitação de dependentes (TOWNES, 2012; DAVIS, 2014); proteção ao meio-ambiente (COCHRANE, 2013; SCHAEFER, 2014); auxílio a indivíduos possuidores de HIV/AIDS (STEPHENS, 2018; GARCIA; PARKER, 2011; BURCHARDT, 2013); auxílio médico à populações carentes (ARRIOLA et al., 2017; PANDAYA, 2017; CURLIN et al., 2006; ASOMUGHA; DEROSE; LURIE, 2001; MAURICE, 2015; BROOKS; KOENING, 2002); apoio a vítimas de tráfico sexual (FRAME, 2017; PEMBERTON, 2006); auxílio a moradores de rua (JOHNSEN, 2014); reintegração de veteranos de guerra à sociedade (WERBER et al., 2015); e outras tantas áreas de atuação que evidenciam o caráter múltiplo da atuação das OBF, onde cada uma delas proposita diminuir a dor, desigualdade e preconceitos, atuando mediante a religião e crença, sendo motivados a fazer o melhor pelas referências de fé que possuem.

Os resultados obtidos através da revisão sistemática e estudo bibliométrico apontam uma distinta fragmentação temática: os 212 artigos selecionados foram publicados por 157 diferentes *journals* e pesquisadores associados a universidades de 31 diferentes países. Por não possuir recorte temporal, essa pesquisa abrangeu a totalidade de publicações e investigações na área das OBF, evidenciando os distintos conceitos, terminologias e atuações destas. Em virtude das abordagens multiformes que sustentam o campo do conhecimento das OBF, uma análise sistemática e mais profunda se faz necessária, a fim de compreender as interações e propostas advindas desse trabalho realizado.

Em relação à distribuição temporal de artigos publicados, notou-se que o primeiro estudo publicado ocorreu no ano de 2000. Após a primeira publicação, o número de artigos cresceu timidamente até o ano de 2006, com um somatório de 36 trabalhos; em 2007 houve um pico de 17 publicações, uma queda e novamente um crescimento entre os anos 2011 e 2013, contabilizando 63 produções. Houve novamente uma queda significativa no ano de 2018, com 6 artigos publicados. É interessante notar que não existe uma homogeneidade na distribuição de publicações: um exemplo é a abrupta queda de artigos no ano de 2018.

Outra importante informação relevante obtida é a distribuição dos *journals*. Sobre as publicações, o Quadro 8 destaca os valores calculados seguindo a metodologia de Andres (2009). O Multiplicador de Bradford deve apresentar uma constante, e após testes anteriores, a divisão entre as seis zonas foram o que apresentaram o multiplicador mais estável. Vale ressaltar que não existe um parâmetro do que seja ou não um multiplicador aceitável, sendo considerados aqueles que apresentam uma melhor continuidade numérica.

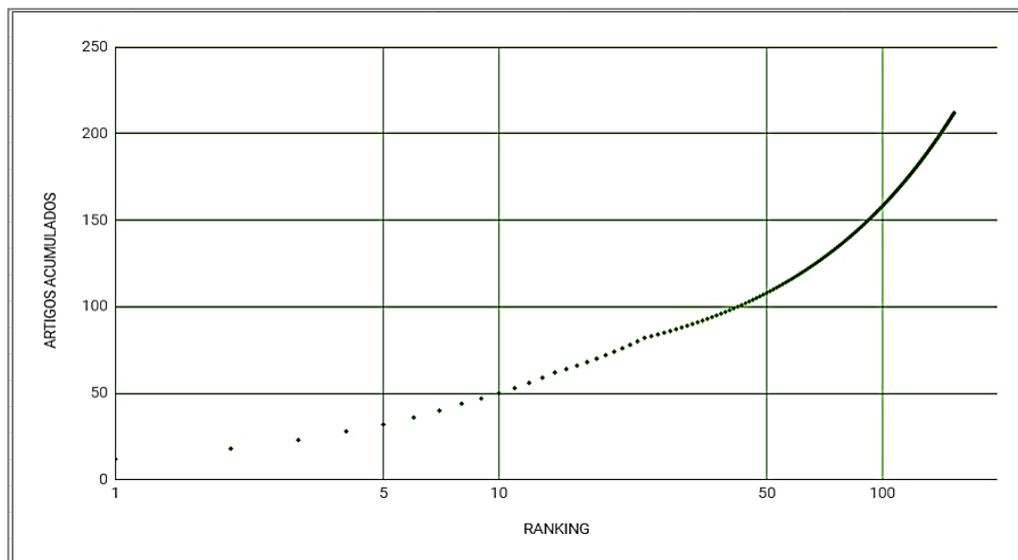
Quadro 8 – Distribuição de Bradford

Zona	Artigos Acumulados	Ranking	Nº Periódicos	Multiplicador de Bradford
Núcleo	35.33	6	6	
Zona 1	70.66	18	12	2
Zona 2	106	48	30	2.5
Zona 3	141.33	83	35	1.16
Zona 4	176.66	118	35	1
Zona 5	212	154	36	1.028

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O gráfico da Distribuição de Bradford (Gráfico 1) evidencia que os seis periódicos presentes no núcleo são os mais dedicados ao estudo e publicação das OBF. Os *journals* mais proeminentes são *Nonprofit & Voluntary Sector Quarterly* com 12 artigos, *Development in Practice* com 6 artigos, *Journal of Refugee Studies* com 5 artigos, *Social Work* com 5 artigos, *Canadian Journal of Development Studies* com 4 publicações e *Social Science and Medicine* com 4 artigos publicados.

Gráfico 1 – Distribuição de Bradford



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Pode-se constatar a alta predominância de revistas americanas, com 98 das 212 publicações, representando um total de 46,22% da amostra. É interessante observar que juntos, os *journals* dos Estados Unidos e Reino Unido representam um total de 81,6%, deixando clara a altíssima concentração das revistas no continente europeu e americano. Países como a Índia, Nigéria, Suíça e Uganda, possuem um *journal* cada, resultando 2,36% de representatividade num total de 100%. É um valor bastante insignificante, demonstrando que esses países são periféricos em publicações sobre o assunto.

Em relação ao *ranking* de citações, os 5 artigos mais citados são os de Clarke (2006) com 258 citações, seguido por Cnaan e Boddie (2002) com 156 citações, Akintola (2010) com 108 citações, Chambré (2001) com 99 citações e Leavey et al. (2008) com 98 citações.

Em relação às citações ocorridas por ano, foi possível constatar que elas só se iniciaram no ano de 2003, com 30 citações. O motivo das citações iniciarem apenas nesse ano é em virtude dos artigos constarem publicações apenas a partir de 2000, demonstrando de forma significativa quão recente é o debate focado nas OBF. Essa soma permaneceu a mesma até o ano de 2005. Houve uma considerável crescente nos anos de 2006 (60 citações) e 2007 (62 citações).

O maior desenvolvimento sobre o assunto se deu a partir do ano de 2011, com 332 citações. Em 2016 ocorreu a maior incidência de citações, num total de 640 citações. O ano de 2018 também se mostra bastante promissor com 520 citações. Isso indica uma tendência de interesse sobre a o conteúdo pesquisado.

Os resultados obtidos a partir da Lei de Lotka, conforme metodologia apresentada por Andres (2009), se encontram no Quadro 9 abaixo.

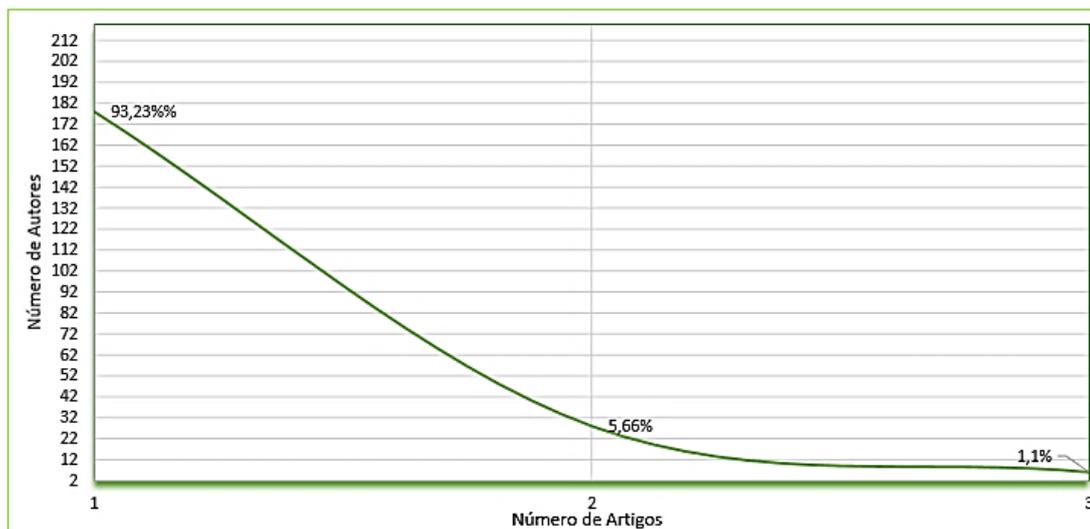
Quadro 9 – Cálculo da Lei de Lotka

X	Y	X=LogX	Y=logY	X <sup>2</sup>	XY	Yx/Somatório	Somatório(Yx/Somatório)	Fe	Somatório Fe	D
1	178	0	2,25042	0	0	0,839622642	0,839622642	0,864357	0,864357199	0,02473
2	28	0,30103	1,447158	0,090619	0,435638	0,132075472	0,971698113	0,105033	0,969389736	-0,0023
3	6	0,477121	0,778151	0,227645	0,371273	0,028301887	1	0,03061	1	0
	212	0,778151	4,475729	0,318264	0,80691	1		1		

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O valor de  $n$  encontrado foi de 3,040. O valor de  $c.v.$  encontrado para este caso foi de 0,11. Uma vez que a diferença máxima (D) obtida no Quadro 9 (0,024) é menor que o valor crítico, a hipótese nula deve ser aceita. Desta forma pode-se concluir que a produtividade do autor na área de pesquisa das OBF se ajusta à Lei de Lotka. Abaixo é apresentado o gráfico da distribuição da lei.

Gráfico 2 – Lei de Lotka



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O Gráfico 2 revela que 93,23% dos autores escreveram apenas 1 artigo, 5,66% escreveram dois e somente 1,1% escreveram três artigos. Esses dados manifestam que, se por um lado, existe a discrepância numérica entre os autores que publicam seus estudos, é perceptível notar que aqueles que mais publicam tem apenas no máximo três trabalhos divulgados, indicando como esse assunto é ainda pouco explorado como temática de linhas de pesquisa.

Outra estatística bibliométrica que merece atenção é a natureza dos estudos publicados: 66,05% são de caráter qualitativo, 27,36% são teóricos e 6,60% são quantitativos. Esses dados apontam que esse campo do conhecimento ainda está em desenvolvimento, em fase exploratória das características mais profundas das OBF. Tais resultados evidenciam a natureza do campo de estudos das OBF.

#### 4.3 BRASIL EM QUESTÃO: ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS (OR) OU ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ (OBF)?

Foram apresentados diversos conceitos sobre as OBF a partir da revisão sistemática e do estudo bibliométrico. Como pôde ser visto no referencial teórico, deste estudo resultou a construção de uma rede que contempla, basicamente as principais esferas que estão inseridas neste sistema. Esta rede, foi criada com o propósito de ordenar o conteúdo dos 212 artigos lidos. Contudo, oriundo de produções internacionais, cabe a seguinte questão: como seria essa dinâmica no Brasil? De fato, a denominação “OBF” aqui, fazem algum sentido?

Tal questão apontou para a necessidade de uma *redução sociológica*, que contemplasse a revisão crítica da produção deste trabalho à luz dos fatos da vida brasileira (AZEVEDO, 2006). Afinal, que lógica há em desenvolver um estudo se não se considera ou abarca a realidade do país em questão? Guerreiro Ramos (1996), em sua obra “*A Redução Sociológica*”, desenvolve este conceito, que revela a necessidade de os acadêmicos brasileiros pensarem além de uma intuição imediata em relação aos fatos, mas examinar minuciosamente as particularidades que permitem compreender como as coisas acontecem no Brasil.

Mas afinal de contas, o que seria a redução sociológica? Ramos (1996) sustentou uma forte reprovação aos trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos no Brasil, principalmente àqueles da sociologia. Para ele, a dependência de produções estrangeiras e sua aplicação desvairada a uma realidade completamente distinta daquela remetente, era a mais pura forma de alienação. Utilizando de modo “[...] mecânico, servil e sem levar em conta seus pressupostos históricos originais, sacrificando seu senso crítico ao prestígio [...]” ao exibir ao público leigo técnicas importadas (RAMOS, 1996, p. 9). Esses foram os primeiros pareceres da redução sociológica dos estudos sociológicos no país. Copiando vertiginosamente do estrangeiro e aplicando à uma realidade que seria diferente e, muitas vezes, incompatível com contexto nacional.

“A redução sociológica é a qualidade superior do ser humano, que lhe habilita transcender toda sorte de condicionamentos circunstanciais.” (RAMOS, 1996, p. 11). O autor distingue três sentidos principais da redução sociológica, quais sejam:

1) redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira [...] 2) redução como atitude parentética [...] a fim de possibilitar o indivíduo a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma [...] 3) redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra. A sociologia é ciência por fazer [...]. (RAMOS, 1996, p. 11).

Ramos (1996) defende com firmeza que é preciso substituir a “atitude hipercorreta” diante de determinada questão pela atitude crítico-assimilativa, que está contida dentro da redução sociológica. “A redução é precisamente o contrário de repetição.” (RAMOS, 1996, p. 21). Neste sentido, dentre os vários exemplos utilizados, o sociólogo ilustra a redução sociológica a partir da agricultura. Os agricultores brasileiros, por exemplo, em sua lida contínua com a natureza, concluíram que os processos estrangeiros de lavoura nem sempre se mostravam adequados às condições presentes no país e assim, assumiram uma atitude redutora, aproveitando aquilo que lhes era útil e descartando o que não apresentava proveito algum (RAMOS, 1996).

Um aspecto relevante sobre a redução sociológica, é que esta configura um método que pretende habilitar o estudioso a “[...] praticar a transposição de conhecimentos e de experiências de uma perspectiva para outra.” (RAMOS, 1996, p. 43). Sob esta perspectiva, esta dissertação utiliza o método da redução sociológica aplicada aos estudos estrangeiros das OBF, conferindo o que se pode aproveitar ou não relacionado ao tema específico deste trabalho.

Ramos (1996) criticou fortemente a passividade com que a nação brasileira importava métodos sociológicos de países desenvolvidos, sem ao menos utilizar critérios de criticidade e análise da conveniência de aplicar esses métodos num contexto tão distinto do original. Assim, o senso de apropriação da própria história e cultura despertou no estudioso brasileiro a necessidade de adaptar tais procedimentos à realidade nacional. Deixando de lado a submissão e a passividade, a assimilação crítica propõe uma redução sociológica que é o procedimento metódico que procura tornar sistemática a assimilação crítica (RAMOS, 1996).

Abaixo apresenta-se o Quadro 10 que sistematiza os sete aspectos cruciais que Ramos (1996) desenvolveu para descrever a redução sociológica. Nele apresentam-se estes importantes apontamentos que explicam as motivações bem como o porquê da utilização da redução sociológica.

Quadro 10 - Síntese dos pontos relevantes da Redução Sociológica

ITENS	CONTEXTO
1. Atitude metódica	Livrar os objetos de elementos que dificultem a percepção exaustiva e radical do seu significado. Colocar “entre parênteses” toda a afirmação ou aceitação prévia desses aspectos.
2. Não admite a existência da realidade social de objetos sem pressupostos	A realidade social não é um conjunto desconexo de fatos, é, ao contrário, dotada de sentido, uma vez que sua matéria é a vida humana.
3. Postula a noção de mundo	O mundo que conhecemos e em que agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita e complicada trama de referências. Sob esta perspectiva, este aspecto deve ser levado em conta ao realizar a redução sociológica.
4. É perspectivista	A perspectiva em que estão os objetos em parte os constitui. Portanto, se transferidos a outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram. <u>Não há possibilidades de repetições na realidade social.</u>
5. Seus suportes são coletivos e não individuais	A redução sociológica é um ponto de vista que tem a consciência de ser limitado por uma situação e, portanto, é um instrumento de um saber operativo e não da especulação pela especulação.
6. É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira	A redução sociológica não implica isolacionismo e tampouco a exaltação romântica do local, seja ele regional ou nacional.
7. Embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é uma atitude altamente elaborada.	O processo da redução sociológica exige o respaldo histórico da sociedade em questão. A redução de um produto cultural que não se alcança recorrendo a conhecimentos diversos.

Fonte: Adaptado de Guerreiro Ramos (1996, p. 72 - 74).

Ramos (1996) também desenvolveu as chamadas “Leis da Redução Sociológica”. São estas: Lei do Comprometimento; Lei do Caráter Subsidiário da Produção Estrangeira; Lei da Universalidade dos Enunciados Gerais da Ciência; e Lei das Fases. No primeiro início de cada parágrafo, o autor destina o propósito de cada lei. O resumo destas leis está disposto no Quadro 11.

Quadro 11 - Leis da Redução Sociológica

LEIS DA REDUÇÃO SOCIOLÓGICA	SÍNTESE
1. Lei do Comprometimento	O cientista social precisa adotar sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto.
2. Lei do Caráter Subsidiário da Produção Científica Estrangeira	Sob a perspectiva da redução sociológica, toda produção estrangeira é subsidiária.
3. Lei da Universalidade dos Enunciados Gerais da Ciência	A redução sociológica apenas admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais.
4. Lei das Fases	A razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra.

Fonte: Adaptado de Guerreiro Ramos (1996, p. 105 – 137).

É possível constatar que a contribuição do sociólogo Guerreiro Ramos, ao desenvolver a redução sociológica, é de grande valia e importância. Para esta dissertação, a utilização deste método exemplifica a necessidade de reduzir os distintos conceitos encontrados no estudo sobre as OBF e compreender como se encontra atualmente este cenário no Brasil. Faz algum sentido destinar o termo OBF às respectivas organizações do país? E se fizer, por quê?

É significativo para este capítulo constatar que “Organizações Baseadas na Fé” não é um termo conhecido e tampouco estudado no Brasil. A fim de proporcionar melhor compreensão e entendimento do que envolve o campo das OBF no país é preciso primeiramente entender o que são consideradas essas organizações que possuem um vínculo com alguma crença ou que tenham base de fé no território nacional.

Uma pesquisa preliminar na base de dados brasileira Scielo, realizada em abril de 2020, apontou que, buscando pelo termo “organizações baseadas na fé” em pesquisa avançada no tópico “título”, nenhum resultado foi encontrado. Uma segunda busca mais abrangente, realizada em pesquisa avançada no tópico “resumo”, também não resultou em nenhum achado. Esta é uma importante demonstração de que este assunto não possui, ainda, espaço de debate no país. Uma vez que a atuação e abrangência dessas organizações no Brasil são tão perceptíveis e relevantes, é importante refletir o porquê de o assunto ainda se encontrar periférico na academia. É proposta dessa dissertação trazer à luz os conhecimentos e riquezas sobre esse vasto e complexo campo de conhecimento.

Compreendendo que o termo mais conhecido e utilizado no Brasil é “Organizações Religiosas”, foi também realizada uma busca avançada na base de dados brasileira, Scielo, realizada em abril de 2020, com este termo no tópico “título” e somente três artigos foram encontrados. Para uma busca mais abrangente, a pesquisa avançada com o termo “organizações religiosas” no tópico “resumo” resultou em 42 artigos, dentre os quais 27 são de origem brasileira. Tais resultados, que são apenas um reconhecimento geral de como se desenvolvem as temáticas e relações sobre essas organizações em estudos acadêmicos, evidenciam as amplas lacunas que existem no que diz respeito a uma compreensão mais profunda das organizações religiosas no país.

Após identificar que o termo “organizações religiosas” no Brasil é reconhecido e comumente utilizado, é importante compreender os seus significados, o que ele representa e quais são as similaridades e discrepâncias encontradas com os conceitos das OBF, e porque talvez seja interessante considerar esse segundo termo ao invés do primeiro.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura no inciso VI que “[...] é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos

cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.” (BRASIL, 2016, p. 13). O inciso XVII afirma que – no que tange a liberdade de crença e de associação – “[...] é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.” (BRASIL, 2016, p. 14). No inciso XVIII é certificada “[...] a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.” (BRASIL, 2016, p. 14).

Com base nos artigos dispostos na Constituição Federal de 1988, é possível compreender que as organizações religiosas têm liberdade de criação e funcionamento, não existe na mesma, e nas demais leis federais, restrição quanto ao desempenho de atividades de assistência e promoção social por meio destas instituições. Por intermédio da CF/88 entende-se que a liberdade de associação religiosa ao indivíduo deve ser garantida e respeitada, bem como as organizações religiosas. Subentende-se que tais organizações fazem parte do Terceiro Setor, mas em nenhum momento existe uma referência constitucional do que de fato são as organizações religiosas. É nítido, contudo, que as menções a elas frequentemente estão relacionadas a igrejas ou então a associações que às mesmas estejam ligadas de alguma forma. Por exemplo, ONG financiadas por igrejas, grupos de caridade ou associações diretamente vinculadas à essas instituições de fé.

As Organizações Religiosas (OR) devem ser compreendidas como uma pessoa jurídica de direito privado e tem por “[...] escopo a atividade religiosa de forma preponderante. Uma das características das OR é ser constituídas por pessoas que professam uma religião, uma crença, espiritualidade; que vivem a prática da virtude da fé.” (MONELLO, 2014, s.n). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no inciso III, artigo 20 da lei nº 9.394 de 1996, diz o seguinte sobre as entidades confessionais: “ART.20 – inciso III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologias específicas e ao disposto inciso anterior.” Assim sendo, a Organização Religiosa pode se caracterizar como “Igreja, Instituto religioso, Instituto de Vida Consagrada e outros tipos, cujos fundamentos e diretrizes sejam sedimentados numa crença, espiritualidade ou carisma.” (MONELLO, 2014, s.n.).

As buscas realizadas com o propósito de melhor compreender o cenário das OR no Brasil não resultaram em dados substanciais e seguramente esclarecedores. Na pesquisa realizada, constatou-se que as OR se enquadram como aquelas sem fins lucrativos. Sabe-se que o universo das organizações presentes nas OBF é muito mais amplo e complexo e considera as OR como um dos três principais conjuntos de organizações – Organizações da Sociedade Civil

Baseadas na Fé, Organizações Empresariais Baseadas na Fé e Organizações Religiosas. Tal constatação é resultado da revisão sistemática e do estudo bibliométrico realizados.

Apesar de haver uma menção ao que representa o caráter das OR no Brasil, o seu conteúdo é ainda muito raso e desconsidera parte importante desse sistema que são as Organizações Empresariais Baseadas na Fé (OEBF). Na sequência, o Quadro 12 proporciona um exemplo das principais diferenças entre os conceitos de OBF e OR, e justifica porque é mais coerente utilizar a terminologia OBF, que além de melhor exemplificar os conceitos, apresenta melhor substância ao tratar do assunto. No quadro abaixo pode-se visualizar as diferenciações entre os conceitos e como a terminologia das OR restringem as possíveis e distintas atuações dessas organizações.

Quadro 12 - Diferenças entre Organizações Baseadas na Fé e Organizações Religiosas

Organizações Baseadas na Fé	Organizações Religiosas
• Organizações Religiosas	• Organizações Religiosas
• Organizações da Sociedade Civil	• Precisamente confessionais
• Organizações Empresariais	• Igrejas
• Podem ser confessionais ou não	• Instituto religioso
• Diferentes níveis de religiosidade	• Instituto de Vida Consagrada
• Atuam nas mais distintas áreas da sociedade	• Precisamente sem fins lucrativos
• Forte relação com o Estado	• Associações que estejam relacionadas/vinculadas com igrejas.
• Organizações Empresariais baseadas na fé desenvolvem forte relação com o Mercado	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A complexidade das organizações que professam algum tipo de fé ou que possuem algum vínculo com alguma crença, faz necessária a reconsideração da utilização do termo OR, uma vez que esta terminologia restringe as mais diversas relações resultantes da fé e religiosidade na vida dos indivíduos e sua materialização nos mais diferentes modelos organizacionais. À luz do método da redução sociológica, foi possível constatar, que o campo das OR no Brasil é confuso e deixa de abranger aspectos relevantes das consideradas OBF, neste sentido, adotando o termo, sua compreensão e explicação seriam facilitadas.

Entende-se que ao adotar o sistema das OBF proposto pela autora ao desenvolver a rede, não se encontram indícios de prejuízos sociais e descaracterização do indivíduo, da

cultura, do contexto e do local. É apenas uma proposta que visa contribuir para a ordenação e melhor compreensão do que são de fato essas organizações no Brasil, que papel desempenham, e como contribuem para a sociedade, em todas as possíveis vertentes de atuação. Além disso, não se trata de uma teoria de OBF, mas de uma categorização ou tipologia que, à luz da redução sociológica, mostra-se eficaz quando utilizada no contexto brasileiro.

#### 4.4 TAXONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES BASEADAS NA FÉ - OBF

Por meio da revisão sistemática e do estudo bibliométrico sobre OBF e sua relação com a religião e espiritualidade, foi possível constatar, pela leitura dos 212 artigos, que o tema possui diferentes determinações. Praticamente cada autor utiliza de um método diferente a fim de definir o que são ou o que contempla estas organizações. As perspectivas sobre estes métodos são consideravelmente fragmentadas, o que a princípio causa um certo estranhamento – uma vez que são tão amplos, complexos, distintos e desprovidos de um consenso sobre o termo.

Foi possível constatar que as áreas de atuação dessas OBF se encontram amplamente diversificadas, tanto em nível de território distribuídos pelo globo, bem como ao caráter do serviço que oferecem e o âmbito de atuação. Isto pode ser averiguado por meio da rede desenvolvida com o propósito de esquematizar a operação e relações existentes desenvolvidas por essas organizações a partir dos artigos lidos.

Após reunir estas informações complexas, e tão diferentes entre si, o segundo passo do trabalho foi enxergar padrões temáticos e ordená-los a fim de compreender o contexto global dos dados revelados. Para isso, além da rede, foi proposta uma taxonomia das OBF, que tem por objetivo apresentar um agrupamento de características essenciais destas organizações, bem como suas distinções, levando em conta a análise de cada artigo da revisão sistemática e do estudo bibliométrico e a partir disto, unindo os aspectos e especificidades mais importantes das OBF.

Esta classificação tem por finalidade identificar e ordenar essas organizações que se relacionam com a fé, e quem sabe, ajudar a desenvolver estudos futuros com maior clareza a partir da taxonomia proposta. É importante atentar que esta taxonomia, por ser técnica, pode auxiliar no que diz respeito ao entendimento e desenho atual da configuração das OR no Brasil que também não possuem uma clara especificidade e deixam de considerar aspectos importantes tanto no que diz respeito a sua natureza, bem como a sua atuação.

Qual é a importância de desenvolver um método a fim de ordenar a taxonomia? É importante salientar que todas as ciências são caracterizadas pelo uso de métodos científicos;

contudo é importante atentar que nem todas as vertentes de estudo que empregam tais métodos são ciência. Sawyer (2003) acrescenta que o “método” sugere um modo cuidadosamente considerado de se aproximar do mundo para melhor compreendê-lo. Para isso, é preciso uma compreensão da natureza “da relação entre nós mesmos e aquilo que se procura entender” (SAWYER, 2003). A autora prossegue em sua argumentação ao dizer que muitos métodos se demonstram falíveis por não considerar o conhecimento em seu contexto. No que diz respeito a esta dissertação, além de ter em uso os dados resultantes de estudos anteriores, considera-se a importância do contexto ao desenvolver a taxonomia.

Ainda sobre a metodologia de pesquisa Zappellini e Feuerschütte (2015, p. 242) declaram que ela envolve “[...] processos de construção de conhecimento rigoroso, válido e confiável.” A conclusão final relativa ao fenômeno investigado é de extrema relevância – tanto quanto o conhecimento em si, sendo necessários que os **métodos usados na geração do conhecimento sejam definidos, compreendidos, discutidos e aprimorados para “[...] que se possa aplicá-lo a uma realidade empírica.”** (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015, p. 242, grifos nossos).

A necessidade da compreensão do que significa o método e sua imprescindível relevância para a validação de determinada produção de estudo científico, reflete a impossível dissociação entre a pesquisa e a metodologia empregada na pesquisa, uma vez que esta última busca validar completamente o processo realizado a fim de conferir caráter credível à pesquisa realizada.

A proposta da taxonomia das OBF objetiva a melhor compreensão dessas organizações, de seu caráter, as dimensões em que estão presentes, bem como a interação entre si – organizacional, bem-estar social, Estado e mercadológico – e quais as principais áreas de atuação, baseados nos dados encontrados na revisão sistemática sobre as OBF.

Assim sendo, a utilização de procedimentos metodológicos, tais sejam: geração de conhecimento, aprimoramento de específico aspecto de um campo do saber, contextualização do conhecimento, posto a realidade em que está envolvido, serão úteis para a melhor compreensão do que são as OBF, como atuam na sociedade e quais são as particularidades que fazem delas um interessante campo de estudo. O método auxiliará o estabelecimento dos critérios precisos para a taxonomia a fim de que o conhecimento concebido aprimore a discussão sobre o assunto e proporcione um norte de entendimento ao que são as OBF e suas principais características.

A primeira e mais importante característica de uma OBF diz respeito a sua relação com a religião ou espiritualidade. É interessante pontuar que esse relacionamento ocorre em diferentes níveis. A seguir estão classificados os *níveis de expressão religiosa*:

1. Alta expressão religiosa: na alta expressão religiosa dentro de uma OBF, é possível constatar que a exposição da crença a terceiros é motivo de satisfação. Existe uma constante menção à fé dentro do ambiente organizacional e o seu corpo diretor implementa práticas relacionadas à sua crença. Em geral, neste caso, procuram aderir práticas comuns a fim de não ferir àqueles que professam uma crença distinta. A experiência com transcendente é fortemente percebida na vida diária. Dentro da organização é possível encontrar artefatos religiosos, e as vezes, capelas de culto. A concepção dos projetos destas organizações considera aspectos de fé, mesmo que sutis. Em alguns casos, é possível notar um viés proselitista.
2. Média expressão religiosa: este campo é complexo de definir. O corpo diretor professa uma fé, possui práticas de crença dentro da organização, tais como orações/rezas, meditação, leitura de materiais relacionados à crença etc. Contudo, diferente das organizações de alto nível de religiosidade, estas não possuem o viés proselitista e geralmente costumam ser mais discretas em sua manifestação de fé por diversos motivos. Um exemplo, pode ser por conta de parcerias com Prefeituras do Município. Nesse caso, por vezes, a crença se manifesta com maior intensidade no corpo diretor, e mesmo que de alguma forma a fé reverbere ao ambiente organizacional, ela fica mais contida ao nível individual, sendo mais claramente manifestada na conduta do indivíduo – por exemplo, seguir princípios e preceitos de sua fé. Nesta representação também se nota o uso de artefatos religiosos.
3. Baixa expressão religiosa: as OBF que apresentam uma baixa expressão religiosa, geralmente são aquelas que são religiosas por tradição. Costumam ser grandes organizações que com o passar dos anos foram apartando-se de sua tradição religiosa percebida na prática diária organizacional e em seu corpo diretor. O cuidado com a permanência da crença nesse nível é mínimo, podendo existir, contudo, artefatos religiosos na organização, missas ou cultos em datas especiais, com o propósito de manter a herança dos fundadores, mas sem que esteja intimamente relacionado com a fé dos gestores atuais. Às vezes o desejo do grupo gestor atual é romper com a tradição religiosa presente na organização, desejando afastamento total.

A distinção dos níveis de religiosidade dentro das organizações é complexa de compreender e se torna possível captar por meio de experiência de campo ou de artigos que retratam casos empíricos. Estes três principais níveis poderão ser utilizados pelo pesquisador na prática, ajudando a captar o nível de religiosidade das organizações. Poderá ser ferramenta útil ao analisar e separá-las, auferindo a coerência entre o discurso e prática organizacional bem como quanto o nível de religiosidade das organizações influencia sua agenda, concepção e execução de projetos.

A segunda característica diz respeito à *forma organizacional*, que pode ser:

- **Organizações Religiosas (OR):** exclusivamente igrejas, templos, mesquitas, centros etc. Em geral, esta forma organizacional compreende locais de culto e, além disso, essas OR respondem à uma organização superior. Estão diretamente ligadas ao corpo institucional da religião que professam e qualquer ato que executam tem que estar de acordo com as normas e padrões de toda a organização. Não atuam isoladamente. É pertinente atentar que muitas dessas organizações atuam com empenho no setor humanitário, contudo, suas instituições paralelas ou ações respondem à uma instituição religiosa reconhecida. Quando é o caso, é também considerada uma OR. Um exemplo são as Associações Paroquiais que responde à Igreja Católica ou a ADRA (Agencia Humanitária da Igreja Adventista do Sétimo Dia) que responde à Igreja Adventista do Sétimo Dia ou a APROSES (Assistência e Promoção Social Exército de Salvação) que responde diretamente à Igreja Exército de Salvação. Esses são apenas alguns exemplos.
- **Organizações da Sociedade Civil Baseadas na Fé (OSCBF):** podem ser ONG, institutos, associações etc., fundadas por um corpo diretor que tenha motivação de fé. O que distingue uma OSCBF de uma OR é que a primeira não responde a nenhum a instituição religiosa superior reconhecida. No caso das OSCBF, um grupo de pessoas ou uma pessoa que possui uma fé, cria uma ONG que seja movida por princípios e valores da respectiva fé, ou que então, motivados a fazer o bem com base na crença que possuem, desejam auxiliar o outro por meio de organizações formais. Neste caso, o corpo diretor pode manifestar fortemente a fé – a depender do nível de religiosidade – e ainda assim estar desvinculado de uma instituição de crença reconhecida.
- **Organizações Empresariais Baseadas na Fé (OEBF):** neste núcleo estão contidos aqueles que possuem registro de pessoa jurídica. Podem ser micro, pequenas empresas e até grandes multinacionais. Quanto maior a empresa, mais difícil é

manter o caráter de religiosidade. Um exemplo é a citada franquia da Chick & Fill, onde o proprietário não abre aos domingos e não vende bebidas alcólicas ou cigarro pelas diversas franquias espalhadas pelos Estados Unidos. Em micro e pequenas empresas, o distinto da crença e religiosidade são mais fáceis de ser rastreados. Além do uso de artefatos religiosos, os proprietários decidem, por vezes, orar/rezar com seus colaboradores, fazer cultos, meditações, entre outras atividades relacionadas à fé. Podem expressar abertamente a motivação de sua crença; geralmente isso ocorre com maior frequência quando comparado com as OSCBF, uma vez que pelo seu caráter religioso, temem perder recursos e parcerias que as vezes apresentam resistência com a afiliação à fé.

No que diz respeito à **classe Organizacional**, estes três grupos de OBF precisam, necessariamente, apresentar algum nível de desenvolvimento e planejamento organizacional. Isto pode variar muito de organização para organização e neste sentido não existe um pressuposto ou uma regra divisória. Logicamente, instituições mais desenvolvidas e complexas, independentemente de serem OSCBF, OR ou OEBF possuirão um preparo organizacional mais robusto no que se reflete a capacidade de captar recursos de grandes empresas, desenvolver fortes parcerias, atuar com maior relevância na sociedade e maior amplitude no que diz respeito ao atendimento social.

Organizações pequenas por vezes têm um planejamento organizacional mais frágil e frequentemente são dependentes de doações de conhecidos a fim de dar sequência em suas atividades. De forma alguma isto diminui sua influência. Estas pequenas organizações possuem grande capacidade de influenciar a formulação de políticas públicas e desempenham seu trabalho com muita resistência e esforço.

Em relação à **classe Estado**, todas as OBF se relacionam com ele, porém, cada uma estabelece um relacionamento distinto a partir de sua dimensão. As OSCBF por exemplo, na maioria das vezes mantém uma grande proximidade com essa classe, uma vez que por meio de licitações, o Estado ou prefeituras de município, oferecem recursos que são importantes para a manutenção vital destas organizações. Outra relação bastante presente é a representatividades destas organizações por meio de conselhos, onde são propostas pautas que dizem respeito ao trabalho que desempenham e discussão de assuntos relacionados. Estas também são isentas de impostos. A associação das OEBF com o Estado se dá por meio de pagamento de impostos e outros compromissos de pessoa jurídica. Já com as OR, essa conexão existe por meio de lei, onde essas organizações são respaldadas pelo Estado, permitindo-lhes a isenção de impostos e livre exercício de sua fé.

A classe **Bem-Estar Social** está mais diretamente vinculada às OR e OSCBF. Pouco se sabe da atuação das OEBF nesse sentido. Sabe-se que as Organizações Empresariais podem atuar nesse campo por meio da filantropia, mas os estudos ainda são incipientes nesse sentido. Isso não quer dizer que estas organizações ignorem esta seção; a questão é que ainda não existem dados suficientes para estabelecer um conhecimento mais profundo. No que diz respeito às OR e às OSCBF, a relação que estabelecem com o Bem-Estar Social é muito forte e a motivação principal de sua existência. Uma vez que o propósito fundamental destas duas dimensões é atender as classes menos favorecidas e operar mudanças positivas no meio, não existem limites para as práticas que podem desenvolver a fim de auxiliar o outro. Esta questão fica muito evidente na representação posta na rede.

As frentes de operação destas organizações atendem praticamente todas as vertentes sociais, o que demonstra a dificuldade de padronizar os serviços por elas oferecidos. Neste sentido, é importante a ciência de que estas organizações têm um pressuposto principal: atender ao outro e ao meio-ambiente. A partir disto, sua atuação torna-se pulverizada e muito ampla, tanto no que diz respeito às áreas quando aos territórios físicos. As OR e OSCBF se encontram espalhadas pelo globo e atuam de forma ativa em suas comunidades.

Por fim, a **classe Mercadológica**, assim como a dimensão das OEBF, é complexa e pouco estudada. De acordo com a revisão sistemática e com o estudo bibliométrico, as OSCBF não desenvolvem uma relação com essa classe em virtude de sua natureza. Já as OR desenvolvem uma relação delicada e complexa. Por exemplo, grandes OR possuem editoras, canais de televisão, escolas particulares – lembrando que todas estas respondem à uma instituição superior, por isso são consideradas partes da esfera das OR – e os propósitos e finalidades mudam muito de OR para OR. Algumas destas visam ao lucro, outras vendem seus materiais de tal forma que consigam subsistência para dar continuidade aos projetos propostos e manter o corpo de colaboradores.

Ainda assim, em ambos os casos acima citado, estas organizações precisam promover ações de marketing e estratégias organizacionais a fim de manter suas estruturas. Finalmente, as OEBF possuem um forte contato com a classe Mercadológica, uma vez que seu caráter de empresa privada em nada muda sua relação com o mercado: planejamento estratégico, competição com outras empresas, desenvolvimento do marketing, desenvolvimento de boas práticas com *stakeholder*, logística e preocupação com a satisfação do consumidor são alguns aspectos que envolvem as práticas diárias destas organizações. O que as diferencia das outras, como já mencionado anteriormente, é a sua motivação religiosa.

É importante ressaltar que as percepções oriundas desta taxonomia se originaram pela revisão sistemática e pelo estudo bibliométrico, e foram suplementadas com o trabalho de campo que proporcionou *insights* da realidade que complementaram os tópicos que haviam sido desenvolvidos a partir dos conceitos teóricos. Esta é uma perspectiva que visa auxiliar o pesquisador em futuros estudos, objetivando ajudá-lo a encontrar aspectos relevantes a fim de melhor compreender a natureza e ação destas organizações. Esta taxonomia certamente poderá ser aprimorada à medida em que maiores estudos forem realizados. Esta é uma primeira tentativa de sistematizar todas as definições, propostas e características principais destas organizações, que pode, claramente, adquirir mais corpo e especificidade conforme os estudos sobre a área se aprofundarem.

#### 4.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta seção serão tratados os dados provenientes da pesquisa de campo, cujo propósito principal é apurar as informações obtidas nas entrevistas: falas, significados, percepções e impressões. Tudo o que se mostrar útil para a compreensão desta pesquisa será tratado neste tópico. Os relatos contidos nas entrevistas terão o propósito de trazer à realidade a discussão teórica anteriormente fundamentada, e sob esta lente – o mundo real – será possível afirmar ou refutar os pressupostos adotados. Novas perspectivas também poderão fruir desta análise, lançando luz para futuros estudos.

A complexidade existente nas relações de religiosidade/fé do indivíduo em sua vida – estendendo-se ao campo das organizações – será analisada, e o entendimento destas interações são essenciais para adentrar ao campo da TRVP. Por esse motivo, esta seção será dividida em subseções, cujo propósito é preparar o “campo” para a análise final e mais importante: a TRVP é factível? É útil? As leituras de materiais institucionais também foram úteis no propósito de compreender as organizações e seus propósitos, sendo uma forma de validar e complementar os discursos proporcionados pelos coordenadores e gestores destas organizações, tais documentos serão utilizados nesta seção.

A fim de que não seja possível identificar as organizações, alguns dados relevantes, porém muito característicos, foram suprimidos. Nem as organizações, nem os entrevistados são identificados, e qualquer indício que o possibilite, foi descartado. Como a fala de muitos entrevistados incorpora a crença na descrição do ambiente organizacional e mesmo de suas vivências no ambiente, quando forem citadas determinadas religiões, elas poderão ser substituídas, na medida do possível, por equivalentes neutros.

#### 4.5.1 O perfil das organizações

Compreender e analisar o perfil das organizações é um aspecto vital para a análise geral desta dissertação. Conhecer seus valores, motivações, objetivos, projetos, voluntariado e atuação social poderá proporcionar o conhecimento de informações relevantes e importantes que influenciaram este estudo. Captar estes dados possibilitou averiguar se a crença/religiosidade/fé influenciam de alguma forma o desenvolvimento institucional ou se estes se encontram apenas no nível individual.

#### 4.5.2 Missão e valores

Importante para qualquer organização, a existência da missão explica o propósito de sua existência, sua razão de ser (COLLINS; PORRAS, 1996). Os valores podem ser delineados por meio de ideais de atitude, comportamento e resultados que necessitam se fazer presentes nos colaboradores, bem como nas relações das organizações com seu público de interesse (COLLINS; PORRAS, 1996).

Das 22 entrevistas, todas elas, quando perguntadas, responderam prontamente sobre seus valores, além disso, a utilização de documentos para a validação da missão e valores demonstrou-se pertinente, considerando que no diálogo, por vezes, certos detalhes puderam ter sido omitidos ou pouco detalhados. Os coordenadores/gestores apresentaram distintas missão e valores, contudo, 6 organizações (27,27%) tiveram um discurso similar no sentido de tratar a criança como ser integral, e sob esta perspectiva, desenvolver atividades que contemplassem e considerasse esta premissa.

A entrevistada E4, por exemplo afirmou que é necessário “*Olhar a criança como um ser integral. Ela não é um papel em branco, ela tem todo o seu passado e presente. Tem toda uma estrutura que interfere nas atitudes dela. A gente vê a criança como ser integral mesmo. O que a gente mais preza é pela afetividade*”. E4 prossegue afirmando, sob a perspectiva da afetividade que para a organização é importante “*Olhar como ela (criança) está no dia, pois a gente preza muito pela verdade e confiança que elas têm em nós e em toda a nossa equipe*”.

A coordenadora E12 valida a perspectiva a visão da criança como ser integral, dispondo de um corpo diferenciado de profissionais que possam suprir as mais distintas necessidades dos pequenos, como psicólogos, assistentes sociais, psicopedagogos, fonoaudiólogos, dentistas. Proporcionam passeios a fim de que se sintam participantes da sociedade. É importante ressaltar que todo o corpo profissional de apoio é voluntário. E16 acrescenta e enfatiza a dimensão

espiritual: “Então, aqui, o objetivo é trabalhar o ser integral. O físico e espiritual”. A entrevistada E6 acrescenta a dimensão familiar: “A gente olha com mais carinho para o espírito de família. Então, as relações de pertença, de confiança e cuidado, a dimensão da presença é significativa. É como a gente faz a diferença na vida da pessoa. A dimensão da solidariedade é importante. Você precisa estar disposto a servir. Estamos aqui para servir [...] pela dimensão da espiritualidade, vivemos a compaixão e coerência”. (E6)

Os entrevistados E11, E16 e E15 também mencionam a relevância de trabalhar a pessoa como ser integral, sendo este um de seus principais valores, uma vez que esta abordagem, de acordo com eles, é relevante por considerar o *background* das crianças. Trabalhar desenvolvendo suas competências físicas, mentais, emocionais e espirituais – como mencionou E16 – é importante para fornecer a elas uma perspectiva e realidade diferente daquela que vivenciam, apresentando a essas crianças e suas famílias uma forma de transcender a realidade presente. esperando e agindo por uma realidade diferente.

Sob a perspectiva de valores, que não aquele da criança como ser integral, a entrevistada E1 enfatiza que: “Nossos valores são fazer a criança acreditar que o futuro dela não depende dos adultos que lhe impuseram mágoas, trauma, mas que depende delas, das escolhas delas. Então a gente trabalha incentivando ela a fazer as escolhas certas”.

E2 afirma que o principal valor da organização é “Levar conforto espiritual para o paciente”, trabalhar o acolhimento com pacientes que vêm de longe, oferecendo suporte emocional, físico, alimentos e roupas – especialmente em dias frios. E10 informa que os valores da organização são desenvolver a educação, autonomia, protagonismo, responsabilidade, cooperação, humanização e transmissão de valores em todas as dimensões. Fortalecer a dimensão da solidariedade, serviço ao próximo, justiça social nem como a prática de ações concretas e cotidianas que promovam a dignidade sem distinção do ser humano.

Ao que diz respeito à missão, a fala do entrevistado E10 resume de forma satisfatória a missão destas 18 OBFSC: “Esta organização visa a promoção da vida e formação humana de crianças, adolescentes, famílias e idosos, ambicionando o desenvolvimento comunitário, inclusão social e uma sociedade mais justa”. A coordenadora E17, dentro do contexto da fala de E10 afirma que a missão da organização é ajudar a construção da cidadania da criança e do adolescente. Para a entrevistada E8, a missão da organização é educar, formar, capacitar adolescentes em vulnerabilidade social de modo a promover mudanças em sua realidade social, além proporcionar formação e capacitação profissional a jovens e adolescentes sem distinção, priorizando aqueles com necessidades econômicas sociais e em situação de vulnerabilidade.

As falas dos entrevistados sobre a missão são homogêneas, encontrando-se circunscritas ao desenvolvimento infantil e formação humana, preocupando-se, contudo, com a manutenção e conscientização da família. É uma perspectiva que busca transcender o espaço físico das organizações e operar transformação no entorno onde estão situadas e atuando.

#### **4.5.3 Bem-estar e dinâmica das organizações**

As 18 organizações entrevistadas têm como foco e objetivo de suas atividades promover o bem-estar social para as crianças, famílias e comunidades. Não se consideram isolados do meio a atuação que desempenham e influência que exercem. Torna-se evidente o cuidado com o qual tratam do assunto pelos projetos que desenvolvem e dos esforços de atender satisfatoriamente as crianças e adolescentes, o papel da conscientização familiar, demonstração de alternativas de aprendizado, bem como o zelo pelo caráter e desenvolvimento moral.

Causas beneficentes, incluindo assistência médica, educação, diminuição da desigualdade, alívio de desastres, desenvolvimento da cultura e esportes, são alguns dos aspectos voltados à promoção do bem-estar social (SPERO, 2014). As OBFSC mobilizam seus membros e voluntários a promover o bem-estar social por meio de diversas práticas que auxiliem o desenvolvimento para uma sociedade sadia (FRIDOLSOSON; ELANDER, 2012).

Dentre as 18 organizações estudadas, 16 delas atuam diretamente na arena da criança e do adolescente e 2 organizações atuam no contexto familiar. Para as 16 organizações que trabalham diretamente com crianças, 13 lidam com contra turno escolar, 1 organização trabalha desenvolvendo projetos para atender crianças em orfanatos, 1 funciona como abrigo, 1 atua como rede de apoio para outras ONG que fazem parte do CMDCA. As 13 organizações que lidam com o contra turno escolar, a organização que desenvolve projetos e a que funciona como abrigo, tem em comum oferecer suporte às crianças e adolescentes por meio de atividades que permitam desenvolver e aprimorar suas competências. São oferecidas aulas de artes marciais, robótica, música instrumental, aulas de canto, culinária, informática, dança, artes, reforço escolar, alfabetização, empreendedorismo e capacitação profissional, desenvolvimento sustentável, química, filosofia, ciências. Estas foram as atividades listadas pelas ONG. São também oferecidas refeições para as crianças, que muitas vezes têm nesses espaços, as únicas refeições do dia. O propósito dos projetos oferecidos não visa simplesmente passar o tempo. Para o entrevistado E6 o propósito é impactar positivamente o processo de aprendizagem.

Quanto ao fomento do bem-estar social, o entrevistado E10 mencionou a existência de um projeto que a organização desenvolve, cujo objetivo principal é a assistência comunitária:

*“É uma ação mais voltada ao atendimento das necessidades essenciais da comunidade, principalmente das famílias do projeto. É realizado o fornecimento de cestas básicas. A gente também faz o acompanhamento da situação da família, caso sejam necessárias intervenções específicas”*. O E14, ao visitar a comunidade onde pretendia atuar, surpreendeu-se com as condições limitadas da comunidade: *“Eu vi num cômodo que não tinha cama, só uns colchões que eles dormiam, uma carência muito grande. O pai era alcoólatra e a mãe totalmente alienada. Ali nós começamos o trabalho de assistência social [...] num viés de transformação. Então nós vimos a necessidade. Nós acolhemos pessoas muito doentes e muito necessitadas. Isso foi trazendo uma receptividade muito forte”*.

As ações destas ONG baseiam-se no desenvolvimento social das comunidades. Todas elas colocam em pauta a importância e necessidade do trabalho que desenvolvem. São respeitadas pelas comunidades e representam para elas uma oportunidade de transformação. Para o E5, atuar por meio de projetos com essas crianças e seu entorno, possibilita a convivência em outros ambientes dos quais, não fossem as atividades exercidas, não aconteceria de maneira tão positiva. Esse processo ajuda na construção da autoestima e cidadania. O E5 comenta sobre uma experiência nesse sentido: *“Quando a gente voltava das apresentações, era algo que nos surpreendia, a forma como o comportamento deles de saber estar convivendo com pessoas em ambientes tão diferentes, socializando. A gente via uma alegria, um algo muito natural neles, sem querer estar chamando a atenção ou brigando”*.

A entrevistada continuou comentando que perceber essa postura nas crianças, vê-los receber elogios e aplausos pelas apresentações – que ocorrem muitas vezes fora da comunidade – foi *“muito gratificante”*. Por fim, a fala do E8 reflete o pensamento comum dos coordenadores e gestores destas ONG baseadas na fé: *“A organização começou a surgir conforme as necessidades percebidas, a gente vai usar todos os meios necessários disponíveis para proporcionar a formação e capacitação a crianças, jovens e adolescentes”*.

O olhar atento à necessidade do outro despertou nesses coordenadores e gestores o desejo de se envolver com causas que proporcionassem a possibilidade de transformação social. Dos 22 indivíduos entrevistados, 16 são voluntários e 6 são remunerados. Mesmo assim, todos eles possuem o mesmo discurso, eles são motivados pela causa e se realizam no que fazem, todos declararam que tal motivação originou-se em virtude de sua religião/fé – aspectos que serão mais profundamente abordados. Compreender as necessidades do outro motivou a articulação de atitudes que atendessem e suprissem as necessidades pontuais daqueles que se dispuseram ajudar.

#### 4.5.4 Desenvolvimento organizacional

Ao decorrer das entrevistas um dos aspectos que chamou a atenção foi a diferença entre a constituição organizacional das ONG. Enquanto algumas operavam de maneira complexa, outras conduziam suas atividades de maneira menos elaborada. Com o propósito de facilitar a classificação, três grupos foram separados: “alto desenvolvimento organizacional”, “desenvolvimento organizacional intermediário” e “baixo desenvolvimento organizacional”.

O fato de algumas organizações estarem classificadas no grupo de baixo desenvolvimento, não diz respeito ao trabalho que desempenham ou aos seus esforços, mas sim à constituição de um corpo diretor participativo, elaboração de estratégias para captação de recursos, projetos desenvolvidos, quantidade de crianças atendidas, corpo de colaboradores, especialização, amplitude de parceria com doadores, parcerias com o Estado, entre outros. Nesse grupo, de acordo com a compreensão das falas dos entrevistados, percebe-se uma gestão básica dos recursos e processos. A seguir serão discorridos e caracterizados estes elementos.

No grupo de alto desenvolvimento, 6 organizações foram alocadas, 6 organizações se encaixaram no grupo de desenvolvimento intermediário e 6 foram classificadas como baixo desenvolvimento organizacional. As ONG altamente desenvolvidas possuem uma diretoria ativa e comprometida, um corpo de voluntários numeroso e engajado. No caso da coordenadora E8, a organização desenvolve um programa de rede de conexões que surgiu em decorrência da necessidade dos abrigos e instituições onde praticam os projetos. Atualmente, a organização está presente em 5 estados brasileiros. Ela relata que em 2012 a organização iniciou com 1 projeto desenvolvido, 60 atendido e 20 voluntários na equipe. No ano de 2014, 2 projetos foram executados com 40 atendidos e 30 voluntários na equipe. Em 2018, 5 projetos foram realizados, tendo 140 crianças atendidas e 60 voluntários na equipe. No ano de 2019, 20 projetos foram executados, com 1.111 atendidos e 50 voluntários na equipe.

Esse crescimento e a capacidade de atuar em rede, abrem portas para receber apoio de grandes influenciadores digitais, apoio de empresários e profissionais especializados. Gerir este grande número de projetos exige uma equipe coesa, comprometida e dinâmica, de acordo com a entrevistada E8. A entrevistada E2 coordena uma organização considerada complexa. Por ser um trabalho específico, alguns detalhes organizacionais serão ocultos, contudo, atuam em três grandes frentes, possuem o apoio da Receita Federal a fim de realizar bazares beneficentes com os recursos oferecidos pelo órgão público, possuem um grande corpo de voluntários que diariamente auxiliam o desenvolvimento das atividades. Recebem grande volume de doações, e da mesma maneira, atendem grande número de pessoas. Percebe-se o envolvimento da

diretoria da organização: participativa, organizada e proativa. Desenvolvem parceria com a rede SOMAR e com o Ministério Público, onde acolhem apenados para realizar serviços voluntários.

A organização que a coordenadora E6 representa é parte de um grande grupo que atua na área da educação. Esta instituição trabalha em parceria com o governo do Estado, oferecendo atendimento especializado a 552 crianças; destas, 254 estão na perspectiva da educação integral. São dois prédios alocados a fim de comportar este grande número de crianças. Em virtude dessa educação especializada, já participaram duas vezes de um encontro nacional de robótica que acontece em um estado brasileiro, e tiveram seus projetos premiados nas duas vezes. A estrutura da organização é complexa, possui um grande corpo de colaboradores e voluntários e desenvolvem estratégias para alcançar a excelência.

A organização coordenada pelo entrevistado E15 é altamente desenvolvida e atua em diversas frentes da sociedade civil, oferecendo apoio a ONG menores, desenvolvem ações de formação e capacitação para profissionais e voluntários atuarem em ações que promovam inclusão social e cidadania, oferecem assessoria contábil e jurídica para as organizações da sociedade civil. Também desenvolvem ações sociais a fim de ajudar as OSC a criarem um fundo patrimonial que possibilite realizar ações, constituindo um artigo permanente para investimentos sociais comunitários a fim de prestar serviços ou executar programas e processos que auxiliem o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações.

As organizações que possuem desenvolvimento organizacional intermediário não se igualam às altamente desenvolvidas, nem possuem uma gestão tão elementar quanto as de baixo desenvolvimento. A organização coordenada por E7 é um exemplo. É muito ativa, bem engajada, possui convênios com a prefeitura municipal, porém, a administração da organização é dividida entre duas pessoas. O coordenador comenta que era ele quem executava todos os trâmites organizacionais, mas, devido ao desgaste causado, contratou uma ajudante, que o auxilia na administração e o libera para atuar no desenvolvimento da representatividade da organização.

Em virtude de limitações financeiras, a organização, cuja entrevistada E9 é coordenadora, nunca teve condições de contratar um profissional para administrá-la. Atualmente, com uma gestão mais solidificada, o trabalho desenvolve-se com maior eficiência. Vários projetos sazonais são desenvolvidos dentro da ONG, cujo propósito é fornecer auxílio e apoio às crianças que atendem. A ONG onde trabalha a coordenadora entrevistada E16, cuida do setor pedagógico. Outro colaborador cuida do setor financeiro e parcerias. A organização é engajada na comunidade onde atua, é sólida. Atualmente, desenvolve dois projetos: um com atendimento no contra turno escolar cerca de 200 crianças, outro na educação infantil de 200

crianças. Possui um corpo engajado de colaboradores, contudo, suas ações estão orientadas para a manutenção da organização e desenvolvimento de seus projetos.

Diferente das organizações que possuem alto nível de desenvolvimento, que estão sempre procurando ampliar e desenvolvem estratégias e planos para que ele se materialize, as organizações intermediárias estão mais centradas na manutenção de suas atividades e desenvolvimento de projetos que atendam a formação das crianças e adolescentes que auxiliam. Em termos de comprometimento, dedicação e disposição pela causa, todas as organizações se demonstraram altamente envolvidas, contudo, a execução e gestão das ONG são realizadas de maneira distinta, o que acabou por evidenciar esta diferenciação do desenvolvimento organizacional.

Organizações classificadas como de baixo desenvolvimento organizacional são, por vezes, constituídas de um corpo diretor, contudo, nem sempre ele se encontra envolvido com as atividades e participa ativamente dos projetos ou gestão da ONG. Nesse caso, pôde-se compreender que a responsabilidade recai majoritariamente sobre o indivíduo que se encontra mais envolvido com a organização. Este é, por vezes sobrecarregado com o peso da responsabilidade, contudo, está disposto a agir por realmente amar o que faz.

A entrevistada E1 é coordenadora voluntária a 9 anos da organização em que atua. Abdicou-se de uma carreira promissora para se dedicar à causa. Como uma das fundadoras da ONG, estar atuando com crianças e, de alguma forma, poder ajudá-las é motivo de alegria. Não possuem convênio, nem parceria com o Estado/Prefeitura do Município/Governo em virtude de uma relação tensa. Em virtude da falta de recursos, teve momentos em que precisou tirar dinheiro de sua conta pessoal para cobrir despesas médicas com crianças da organização. Apesar de possuir grupo de voluntários e profissionais, grande parte da responsabilidade da gestão se encontra sob seus ombros.

Esse caso é similar ao da entrevistada E5. Com uma diretoria pouco ativa e participativa, a coordenadora precisou por diversas vezes pagar funcionários com os próprios recursos. Em virtude de um relacionamento desgastado com a prefeitura do município, o convênio foi suspenso a seu pedido. Grande parte da responsabilidade do desenvolvimento de projetos, e engajamento para doações se encontram sob sua responsabilidade. Recebe auxílio e apoio de uma colaboradora que participa ativamente das atividades.

Em virtude das limitações financeiras, a coordenadora da ONG E3 comenta que era preciso que houvesse uma recepcionista para receber doações, e que deveria ter mais uma pessoa na função de assistente administrativo, uma assistente social e mais um auxiliar nos

serviços gerais. Muitas dessas atividades são desempenhadas por ela e por uma outra coordenadora.

Metade das organizações participantes desta pesquisa foram classificadas como possuindo baixo desenvolvimento organizacional, mas isso não deve ser entendido como depreciativo. Esta menção pode indicar a realidade de muitas organizações da sociedade civil espalhadas pelo país. A falta de recursos para implementar as ações organizacionais torna o trabalho muito mais árduo e desafiador, porém, é motivo de admiração a forma como continuam, ano após ano, a atuar e oferecer apoio à comunidade onde estão inseridas. O propósito e a motivação da atuação social compensam todos os percalços, mas ainda assim, deixa nítida a dificuldade de se trilhar esse caminho.

É importante frisar que os níveis de desenvolvimento organizacional não estão relacionados à qualidade do serviço que oferecem. Esta não é proposta, contudo é factível afirmar que com um alto desenvolvimento organizacional, as trajetórias tornam-se menos árduas e possibilita um acesso maior aos objetivos propostos.

#### **4.5.5 Principais desafios**

Conhecer os desafios e obstáculos enfrentados por estas organizações é importante. Observar suas maiores debilidades e entender como se articulam para superá-las, é vital para entender a dinâmica destas ONG. Ao serem questionadas sobre quais eram seus principais desafios – a pergunta foi, propositalmente ampla a fim de que não houvesse limites para as respostas. Foi dito que poderiam falar de um específico, aquele que fosse mais relevante, ou sobre vários – para 16 das organizações, a resposta girou em torno da falta de recursos ou do desafio de operar em virtude da escassez financeira. Para a entrevistada E1, manter as portas abertas é o principal desafio. O fato de não possuírem um produto para a sustentabilidade organizacional, como as empresas privadas, torna demasiado desafiador continuar operando: *“Nós somos uma organização não governamental, sem fins lucrativos, só que temos folha de pagamento, décimo terceiro e impostos. Nós funcionamos como uma empresa, só que não temos produtos, não temos o que vender. Então a gente depende 24 horas por dia de doações, de pessoas com corações voluntários, a gente depende. É exaustivo porque nós não podemos trabalhar com reserva, por exemplo”*.

Outro desafio que a organização enfrenta, para a entrevistada E1, é o preconceito por ser uma ONG Baseada na Fé. Ela comenta que comumente as pessoas associam à religião à petição de recursos. Apesar de que de fato existe, não estão todos agindo da mesma forma. Em

contrapartida, a entrevistada acrescenta que além do preconceito, não existe o olhar para a questão social da igreja – num contexto geral – que é muito forte e ativo.

A E3 faz a seguinte menção: *“Em todas as ONG, se você não viu ainda, é raro tá, o principal obstáculo é o dinheiro”*. Pela falta de recursos, a E3 enfatiza que precisa desempenhar o trabalho de outras pessoas: *“[...] o que deveria ter 5 funcionários fazendo, nós fazemos em 2”*.

Estar emocionalmente preparada e lidar com o público, é o principal desafio enfrentado pela E02. Para ela as demandas emocionais superam as financeiras. Saber ouvir e falar as palavras certas para as pessoas e não levar o trabalho para casa, são obstáculos que se enfrentam diariamente, contudo, como um desafio secundário, a necessidade de recursos financeiros para executar projetos e comprar utensílios básicos é uma realidade muito presente.

Além de dar continuidade e manutenção ao projeto, realizar um trabalho efetivo, de melhoria de qualidade de vida, ampliação de perspectivas de futuro para as crianças e adolescentes, a fim de que percebam que possuem potencial para serem o que desejarem no futuro, é um desafio para a coordenadora E10. Ela também faz menção à necessidade constante de correr atrás de recursos, já que as despesas são muito altas.

Para a gestora E17, o desafio financeiro é irrefutável. *“É um desafio pra gente sempre estar correndo atrás da máquina pra poder pagar os colaboradores, os encargos sociais, fazer toda nossa missão acontecer e funcionar”*.

A falta do envolvimento familiar, como comenta a E5, também é um obstáculo presente. A mesma entrevistada comenta que os vizinho próximos à ONG – um bairro de classe média alta – não é sensível aos pedidos de ajuda por recursos da organização. Ela declara que esse é um desafio, lamentando a falta de humanização deles. Para a entrevistada E11, a falta de uma diretoria participativa e apoiadora também é um grande desafio. No que diz respeito ao envolvimento familiar, a coordenadora E16 comentou que *“A participação das famílias junto com os filhos é um desafio, porque a gente faz nosso melhor para eles e quando depende de algumas famílias, as crianças chegam pra gente de uma maneira que a gente percebe que elas não estão sendo bem cuidadas em casa, algumas famílias são difíceis”*. A falta do cuidado com as crianças e o descaso de algumas famílias é uma preocupação grande para a gestora desta organização.

A entrevistada E18, diferente dos demais, deu a seguinte resposta: *“Eu não vejo muitos (desafios) viu, eu acho que a gente é tão abençoado que eu não vejo assim pra te falar de um”*. Contudo, no decorrer da conversa a entrevistada mencionou o que para ela poderia ser um desafio: o atraso do pagamento da prefeitura à organização, contudo, ela logo seguiu que, mesmo que as vezes o dinheiro atrasasse, a igreja parceira logo cobria as despesas, o que não

resultava em motivos de grandes preocupações. Ela faz parte de uma das duas organizações que não percebe o financeiro como um desafio a ser superado.

Para entrevistado E15, o segundo que não considerou a falta do dinheiro um desafio, o real desafio é construir uma relação baseada em processos de igualdade, desenvolvendo o igual acesso a direito, tais como casa e trabalho. Para ele, o diálogo é fundamental para atingir consensos mínimos e superar estas dificuldades.

Não foram poucas as menções aos desafios enfrentados pelas organizações. Quando perguntados, os entrevistados sabiam o que responder prontamente. Reconhecendo que esses desafios certamente impedem o alcance pleno dos objetivos e propostas, e limita a capacidade de atuação, principalmente no que diz respeito aos recursos. Aqui, foram expostos os comentários e dados mais relevantes.

Trabalhar em ONG pode ser gratificante, mas também apresenta muitos desafios. Tanto organizações sem fins lucrativos quanto aquelas com fins lucrativos competem por recursos humanos no mesmo mercado de trabalho, contudo, os incentivos de pagamento variam entre esses dois setores (BRANDL; GUTTEL, 2007; EMANUELE; HIGGINS, 2000). O trabalhador de instituições sem fins lucrativos tem sido caracterizado como sobrecarregado e mal remunerado (MIZE SMITH et al., 2006). Ainda assim, o crescimento do setor é evidente (BASSOUS, 2014).

Como a maioria das organizações sem fins lucrativos perseguem uma missão social, as pessoas escolhem trabalhar para elas com o propósito de ajudá-las a alcançar os valores que se encontram profundamente enraizados nas atividades por elas desenvolvidas (MACY, 2006). Em virtude de sua característica “não financeira”, indivíduos que buscam trabalhar no setor são motivados por propósitos que extrapolam apenas os financeiros, antes, são movidos por motivações humanas (BRANDL; GUTTEL, 2007). Um dos principais desafios enfrentados por organizações sem fins lucrativos é a manutenção e emprego de profissionais, os obstáculos financeiros existentes nessas organizações pode dificultar ainda mais a atração de mão de obra qualificada para o setor (VALENTINOV, 2008).

Por fim, oferecer um panorama geral das características mais relevantes destas organizações possibilita uma aproximação da realidade por elas vivenciadas. É importante destacar que além das entrevistas, materiais institucionais foram valiosos para o desenvolvimento desta seção. Estar ciente da dinâmica destas ONG permitiu uma aproximação e compreensão de seu cenário de atuação. Como descrito nos últimos dois parágrafos, o trabalho voluntário nesses ambientes é significativo e valioso, além disso, a dificuldade de alcançar mão de obra altamente especializada representa grande desafio em virtude da falta de recursos.

Curiosamente, este é um setor que ano após ano tem se fortalecido na sociedade, demonstrando que uma das motivações principais para seu constante desenvolvimento, advém dos valores em comum que possuem com os cidadãos, que, motivados por estes preceitos, oferecem seu auxílio, possibilitando sua continuidade.

#### **4.5.6 Atuação na pandemia do Covid-19**

Confirmada no dia 31 de dezembro de 2019, a doença chamada coronavírus (COVID-19), proveniente da família de vírus que causam infecções respiratórias (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020), transformou o mundo. Uma dinâmica, até então nunca presenciada, desequilibrou a rotina dos habitantes do planeta, aqui no Brasil não foi diferente. Vivenciando um cenário politicamente frágil, a pandemia acarretou fortes consequências ao país. O aumento do índice de desemprego subiu para 12,6% em abril (IBGE, 2020), afetando a vida de milhares de famílias brasileiras. Ao vivenciar um momento tão instável, coube à essa pesquisa – que também se viu afetada pela pandemia – compreender quais ações estavam sendo tomadas pelas organizações.

A principal pergunta se ser respondida sobre esta dimensão da análise foi: estas organizações estão agindo, se sim, como? Tão logo quanto possível, estabeleceu-se novamente contato com as organizações cujos coordenadores/gestores já haviam sido entrevistados com o propósito de captar informações concernentes ao assunto. As respostas foram incluídas nas entrevistas respectivas e analisadas.

Com exceção de 1 organização – que, por estar localizada próximo a um hospital, e os riscos serem demasiados, precisou fechar completamente – as outras 17 organizações continuaram atuando mesmo com portas fechadas. Dois grandes blocos de ação foram tomados. O primeiro diz respeito à distribuição de cestas básicas, máscaras, itens de feira e produtos de higiene recebidos por meio de doações, semanalmente ou a cada quinze dias, a depender da ONG. O segundo bloco de ação foram as vaquinhas e campanhas com o propósito de arrecadar recursos para comprar alimentos e para pagar despesas – principalmente para a ONG que atua como abrigo para crianças.

Para o coordenador desta organização E1, houve teor de urgência e preocupação em sua fala: *“Agora na época do coronavírus eu estou apavorado aqui, mandando mensagem para todo mundo no celular para pedir ajuda ao pessoal. ‘Pelo amor de Deus nos ajude, porque agora estamos supridos com mantimento para 20 dias’. E depois? E a folha de pagamento? Por que todo mundo está pensando: eu vou economizar, vou cuidar da minha família, só que*

*aqui nós temos crianças que não tem com quem contar, só com a gente. Então é um período que eu sei que talvez eu tenha que tirar dinheiro do bolso para poder suprir”. (E1)*

Os entrevistados deixaram transparecer nas falas a tensão na busca em obter recursos, seja por meio de doações ou campanhas a fim de que as famílias não ficassem desamparadas. O E4, comentou que no dia em que fecharam a organização, as crianças estavam tensas e ansiosas. Estavam perdidos e não sabiam o que fazer. Como estavam com a despensa cheia de alimentos, no dia seguinte, juntamente com os funcionários, o entrevistado separou e doou tudo. A partir desta ação, começaram a formular alternativas para atender as famílias. Realizaram campanhas na internet, disponibilizando a conta para depósitos. Ficaram muito satisfeitos pois o engajamento foi grande e conseguiram muitas doações. A terceira ação, sendo resolvida a demanda da alimentação, tem sido o desenvolvimento de atividades lúdicas e simples pelo aplicativo WhatsApp. Alguns desafios são lançados, atividades como dança, desenho, massinha, recortes, entre outros, com materiais que tenham disponíveis em casa, são executadas e por meio de um grupo no aplicativo, enviam fotos, vídeos.

Esta interação remota tem apontado a resultados inusitados. Sobre isso o E4 declara que: *“Está sendo bem legal, a gente está criando um vínculo bem diferente com as mães, que antes era mais pra recado, cobrar alguma coisa delas, sobre agenda e tal. Agora não é mais assim. A gente está ligando pra saber como elas estão, como está em casa; teve um dia que a gente fez uma prática de fé religiosa juntas. Então assim, a gente está criando outro tipo de vínculo com as mães. Está sendo super legal e elas estão sendo super receptivas, estão mandando os vídeos das crianças. A gente está tendo que se adaptar assim”.*

A coordenadora entrevistada E5 comentou que não consegue estar tranquila em casa sabendo que todos estão em casa sem a merenda escolar e que seus pais e familiares não estão recebendo nenhum tipo de auxílio financeiro para comprar alimentos. A organização se mobilizou com o propósito de distribuir cestas básicas, máscaras, verduras, ovos, carne, etc. Para ela, ver o brilho nos olhos das crianças, através de fotos, e ouvir os áudios de agradecimento é reconfortante. Com o auxílio de amigos e colaboradores a organização tem conseguido suprir suas famílias.

Os relatos sobre o enfrentamento e auxílio às famílias foram muito similares. Diante da situação, não fazer nada sequer configurou uma opção. Atender e suprir as necessidades básicas destas famílias tem sido a prioridade dos voluntários e colaboradores destas ONG. A segurança alimentar, conscientização da importância da higiene, incentivo ao uso de máscaras e atividades lúdicas remotas é parte do esforço constante destas organizações de promover o bem-estar social e amenizar os desgastes e tensões nas crianças e suas famílias.

A seguir será apresentado uma breve seção que diz respeito a religiosidade dessas organizações.

#### **4.5.7 Divisão religiosa**

Nem todas as organizações têm indicativo religioso em seu nome. A ligação prévia a cada uma das organizações inscritas no CMDCA proporcionou a distinção entre aquelas que possuem viés religioso das que não tem vínculo com nenhum tipo de crença. Das 18 organizações entrevistadas 9 possuem fé católica (50%), 6 possuem fé evangélica (33,33%) e 3 são de fé espírita (16,66%).

Relembrando, as Organizações Religiosas são aquelas que estão vinculadas a uma instituição religiosa reconhecida e a ela respondem. Um importante aspecto que deve ser mencionado é a relação existente entre as OR e essas ONG. Todas as 18 organizações entrevistadas possuem relação próxima com as respectivas igrejas/centros. Todas elas se originaram a partir de um movimento que aconteceu primeiramente dentro dos limites do espaço de culto religioso, contudo, uma importante distinção é que mesmo recebendo o apoio das congregações, pastores, padres, bispos e freis, 12 ONG operam independente da igreja. Ou seja, não prestam contas à instituição religiosa, embora recebam dela apoio, trabalhos voluntários e, às vezes, recursos. 6 ONG baseadas na fé, estão diretamente vinculadas às OR.

Mesmo possuindo registros legais e identidade própria, estas organizações respondem à OR de origem, e delas recebem todo apoio e suporte para o desenvolvimento de suas atividades. A diferença existente entre essas organizações, constatada durante as entrevistas e suas análises, é que o comprometimento e engajamento daquelas que respondem à igreja é muito maior.

A associação entre o surgimento destas organizações por motivações religiosas, é um aspecto a ser observado. À princípio, um trabalho começou a ser desenvolvido de maneira informal, e, à medida em que se ampliava a institucionalização se mostrou necessária. A entrevistada E1 comentou que a Associação X nasceu em 2011 por meio de um grupo de mulheres da Igreja X. Esse grupo de mulheres foram incentivadas pelo bispo a fazer um trabalho social, a fim de que as atividades da igreja não ficassem circunscritas somente ao espaço físico, mas que vertessem em ação ao próximo. Como uma das mulheres era conselheira tutelar, a ideia de cuidar e trabalhar com crianças se tornou uma realidade. Em três meses a ONG deu início às suas atividades.

Conforme o relato da entrevistada E1, mesmo que surgindo dentro de uma OR, a ONG é independente da igreja e atua à parte dela, e ao mesmo tempo, a E1 considera a ONG como

um braço social da igreja em questão. Inclusive, ao ser questionada sobre o apoio recebido pela instituição, a entrevistada afirma que recebe apoio e doações da OR.

Da mesma maneira, a entrevistada E2 afirma que *“Antes do início da associação, a gente tinha um grupo de visitação, e nosso grupo, um grupo da mesma igreja X, juntamente com o frei, resolveram reabrir um voluntariado e atender essas pessoas em suas necessidades espirituais e também no que eles precisassem”*. Atualmente, esta organização é multirreligiosa, e mesmo que operando independente de uma OR, recebe doações de fiéis de distintas crenças, principalmente daquelas que estão envolvidas com a ONG em questão.

A entrevistada E8 explica que a ONG que coordena foi fundada em 1992 por um grupo de jovens pertencentes a um movimento religioso. Em virtude de uma série de ocorrências, esses jovens sentiram-se motivados a acolher crianças em situação de risco e desde então tem desempenhado suas atividades. Esta ONG, mesmo que fortemente associada à igreja, é independente dela e não sofre sua influência nas suas operações.

A entrevistada E4 informou que a instituição religiosa, desde seu início no ano de 2008, realizava todos os domingos um trabalho voluntário dentro do espaço de congregação. Ao perceber a necessidade de uma atuação mais intensa e pontual que pudesse atender as crianças diariamente, uma diretoria geral voluntaria se prontificou a desenvolver este projeto. Mais uma vez, mesmo tendo originado dentro do espaço religioso, a organização é independente, porém, fortemente amparada e incentivada por ela.

Explicando o surgimento da organização na qual é voluntária, a entrevistada E11 afirma que a Associação X surgiu a partir de um grupo de 40 pessoas que faziam parte de um grupo de estudos dentro do Centro X. Ela disse que estas pessoas receberam uma mensagem de seu mentor espiritual, que dizia que o grupo precisava desenvolver um trabalho com crianças. Ela conclui dizendo que *“Não ficou nada claro, nada especificado. Depois de várias reuniões e conversas, resolveram começar pelas crianças que estavam mais próximas da casa, certo?”*

É interessante observar que de maneira recorrente, a motivação inicial dessas organizações em atender a comunidade se origina de uma percepção sensível de suas necessidades e pelo desejo de tornar a religião uma fé prática. Para o caso das 18 organizações estudadas, somente uma se originou a pedido da comunidade, e esta ONG prontamente atendeu ao pedido. Esta situação, mesmo que única, trouxe uma constatação interessante: a comunidade sentiu confiança para pedir ajuda à Igreja X auxílio para atender suas necessidades mais urgentes.

A organização na qual a entrevistada E17 é coordenadora, é parte de um grupo que foi fundado em 1773. Em Florianópolis, esse grupo começou sua atuação no ano de 1910 por meio

de asilos de órfãos. Sendo motivada por origem religiosa, permanece associada à Igreja X até os dias atuais.

Alguns coordenadores/gestores são capazes de adequarem suas vidas em virtude da dedicação à fé e à religiosidade, como é o caso do entrevistado E7. A forte ligação existente entre a organização, respondente à uma instituição religiosa, e a OR é representada em sua fala. Que diz: *“Nós somos uma organização que está coligada à Igreja X. Também temos uma ligação com a Igreja X do País X, então, de vez em quando eles mandam alguns recursos pra nós”*. O entrevistado E7, prossegue afirmando que: *“Tudo nosso está baseado na fé cristã. Porém, aqui não é só a Igreja X, nós temos aqui muito pessoal de outras igrejas, que tem orientação cristã. A nossa formação é essa, o pessoal já sabe que a gente é oriundo da Igreja X, foi ela que fez o movimento para criação da casa aqui em 88, foi um trabalho conjunto com a comunidade. Contudo, nós não temos aqui dentro uma orientação religiosa específica, isso nós não temos, é ecumênica”*.

A organização na qual a E18 é coordenadora voluntária também é coligada à Igreja X e possui 22 projetos diferentes que se desenvolvem independentemente uns dos outros. Além de atuar na arena da criança e do adolescente, desenvolvem projetos de trabalhos manuais com a terceira idade, gestantes, viciados e hospitalizados, além de distribuir alimentos, roupas, kits de higiene e outros suprimentos básicos.

As coligações existentes entre as OR e as ONG por vezes impedem sua participação em editais, principalmente quando seu nome evidencia essa relação e, por isso, muitas delas, embora coligadas às instituições religiosas, optam por trocar o nome ou retirar o distintivo impeditivo a fim de que consigam mais recursos, ampliando sua atuação e aprimorando os serviços oferecidos à comunidade.

As entrevistas e suas análises, trouxeram um achado interessante: a relação existente entre as OSCBF com as OR é complexa e profunda, principalmente para aquelas coligadas a instituições religiosas. Estas organizações podem ser consideradas OSCBF pelo serviço que desempenham na sociedade e pela autonomia de sua atuação, contudo, poderiam ser consideradas OR por estarem aliadas a estas instituições. Importante é notar que embora influenciadas por princípios e valores oriundos de sua fé, todos os entrevistados afirmaram categoricamente o respeito às diversidades de crenças dentro do ambiente organizacional.

O fato de 18 organizações terem tido sua origem dentro da instituição de crença é revelador, mostrando que a fé pode motivar a ação em benefício ao outro. Muitos entrevistados enfatizam a prática de atividades religiosas consideradas “universais” evitando o proselitismo

e a doutrinação, contudo, não são isentos de dizer que a fé influencia suas ações, o trato com outros e sua forma de enxergar o mundo.

#### 4.5.8 Nível de religiosidade

Seguindo uma das propostas da taxonomia das OBF, compreender o nível de religiosidade das organizações é interessante e relevante, pois permite compreender como a fé dos indivíduos influencia a dinâmica organizacional. Sendo separada por três níveis: alto, médio e baixo nível de religiosidade, este tópico, necessitou de um estudo profundo da fala e expressões dos entrevistados, nas entrevistas via telefone, a percepção de aspectos subjetivos dispensou maior atenção.

Algumas organizações se demonstraram receosas em transparecer a real atuação da religiosidade em seu ambiente, contudo, algumas respostas a perguntas posteriores, relevou a disparidade entre algumas informações anteriores, deixando evidente a real religiosidade existente na organização. Talvez por possuir convênio com a prefeitura, ou com receio de serem interpretadas de uma forma que lhes prejudicasse, preferiram se resguardar. Em outros casos, foram explícitas as motivações religiosas da organização. Um aspecto que vale menção é que as crianças não são obrigadas a participar de certas práticas, como: orações, rezas, festas comemorativas da crença. Os pais estão cientes da conduta religiosa das organizações e não fazem objeções. Estas organizações consideram o exercício de práticas universais. Para aqueles que desejam aprofundar mais na fé, são oferecidos cursos, aulas, cultos. Em horários distintos daqueles de funcionamento organizacional. Tais práticas podem ocorrer, por vezes, dentro do próprio espaço ou em locais específicos.

Dentre as 18 entrevistas realizadas com coordenadores/gestores das organizações, 16 foram classificadas como possuindo “alto nível de religiosidade” e 2 foram classificadas como “médio nível organizacional”. Em todas elas, são realizadas práticas como orações/rezas, bem como festas comemorativas, contudo, nas organizações com alto nível de religiosidade, a percepção da existência e relação com a fé é forte.

Classificada numa organização de alto nível de religiosidade, a entrevistada E1 afirma que o papel é importante no ambiente organizacional, pois acreditar em “algo a mais” é fundamental. A estrutura emocional e espiritual são aspectos cruciais, segundo ela, para continuar lutando em favor das crianças. “*Nós seguimos a linha cristã porque era isso que Jesus fazia, certo? Então aqui, nós temos Jesus como nosso referencial*”. A entrevistada E1 complementa seu pensamento afirmando que, embora cristãos, já atenderam crianças crentes

em outra fé, e que, mesmo vinda de distintas crenças, o respeito é fundamental. Ela encerra dizendo que, atualmente, algumas delas se tornaram líderes em outras comunidades religiosas e ainda mantém o contato com a organização, demonstrando que o fato de possuírem uma fé, e nela se basearem para resolver conflitos, encontram forças para encarar as demandas, quando se trata de terceiros, principalmente àquelas crianças que atendem, as práticas são mais sutis.

A entrevistada E6, no que diz respeito à dimensão da crença, declara que sem esta dimensão, a organização X não existe; para ela, a “*Dimensão pastoral é muito forte, como já mencionei antes, a gente trabalha através dos valores*”. A entrevistada se aprofunda na questão mencionando que o corpo diretor valoriza a todo momento a origem religiosa da organização, os fundamentos ali implícitos são o amor, acolhimento, afeto e valorização da educação. A coordenadora E6 possui uma crença diferente daquela pregada pela organização, e ela segue mencionando que a diversidade de denominações religiosas é considerável: católicos, espíritas, evangélicos e candomblé, contudo, tudo se verte para a perspectiva dimensional dos valores e direitos humanos.

Para o entrevistado E7, a ONG que coordena está toda baseada na fé cristã, para a entrevistada E9, o viés da religiosidade dentro do ambiente organizacional já havia sido mais representativo, entretanto, por questões legais, aos poucos algumas dinâmicas e metodologias de trabalho foram sendo alteradas. Quando no princípio, diz ele, as crianças tinham o costume de frequentar cultos e faziam orações, além da transmissão de valores cristãos. Atualmente, esta abordagem se encontra de maneira mais sutil, porém, o propósito da coordenadora é resgatar alguns princípios de fé, enfatizando que não se referia a religiosidade em si, mas a importância dos valores cristãos e de se viver uma espiritualidade.

Como no caso da entrevistada E6, a entrevistada E10 possui uma crença distinta da organização que coordena, contudo, ela aponta que o desenvolvimento de princípios e valores cristãos na organização é muito forte, tais como: amor ao próximo, respeito ao outro, empatia e cuidado; esses preceitos são muito fortes na organização. Ela acredita que esses valores têm tornado as crianças mais conscientes, cuidadosas e respeitosas, apesar dos desafios enfrentados na lida diária da organização.

Para as organizações de médio nível organizacional, constatou-se que, embora exista a manifestação de certas práticas referentes à fé, elas se encontram contidas na esfera individual ou então, restritas ao corpo diretor. Mesmo que o indivíduo manifeste uma forte fé, ele a exerce por meio de sua relação com o transcendental, no que diz respeito a demandas organizacionais, e não tem o costume de levá-la adiante e implementá-la de maneira mais concreta no ambiente. Nas entrevistas, foi possível perceber que, mesmo com o papel relevante da crença no ambiente

da organização, para estas que se enquadram no nível médio, a manifestação da fé é importante, mas é feita de maneira muito mais sutil.

Para o entrevistado E15, por exemplo, a manifestação da fé no ambiente organizacional tem muito mais a ver com acreditar no Divino e na possibilidade da construção de um mundo melhor. Ele enfatiza que a fé não é um ato subjetivo, é, antes, uma prática consistente que envolve projetos que são capazes de intervir positivamente na realidade, é a construção da prática da justiça social, que desagua nas políticas públicas, e que ao mesmo tempo verte num caminho que agrega as pessoas, independente da igreja e da sua religião. A abordagem adotada pela organização onde a entrevistada E03 é coordenadora, também faz uso de certas práticas religiosas, porém, o papel da fé e religiosidade desempenhou maior relevância no âmbito pessoal. A organização em si assume uma postura neutra.

As distinções existentes entre as organizações consideradas como de um alto nível de religiosidade das de médio nível de religiosidade foram sinuosas e complexas de definir, foram pequenas declarações e expressões que abriram janelas para tais interpretações. O fato de 16 organizações serem consideradas altamente religiosas não pressupõe que exista uma cobrança ou imposição da fé que declaram. Uma das constatações é que parte do corpo diretor destas ONG, por vezes, possui uma fé distinta da instituição, existindo o respeito e parceria entre eles. Nos casos onde o corpo diretor possuía a mesma crença da organização, as práticas de fé se tornaram mais evidentes.

#### **4.5.9 Estado**

As relações existentes entre as OSC com o Estado são relevantes. Podendo influenciar a esfera política e receber a interferência do setor público em sua agenda e dinâmica, estas organizações desenvolvem, no decorrer de sua existência, relações de parceria com os governos federal, estadual e municipal. A esse conjunto de esferas foi dado o nome Estado, uma vez que os governos e prefeituras estão contidos nele e as dinâmicas envolvendo as OSC, encontradas a partir das entrevistas, é similar.

Três grupos foram identificados no que diz respeito às conexões existentes entre Estado e as ONG estudadas. A fim de apresentar o panorama geral, tem-se que 8 organizações relataram uma relação tensa com os órgãos públicos, 7 possuem uma relação amigável e 3 organizações se declararam neutras.

Uma queixa comum das organizações que possuem uma associação tensa com a esfera em questão diz respeito ao fato de sentirem que a Prefeitura do Município/Governo não os

valoriza como deveria, em virtude do trabalho que desempenham. O atraso do recebimento das verbas também foi motivo de objeção em relação às parcerias. Nos casos onde isso ocorreu, as próprias organizações desistiram da parceria, além de ser parte comum do discurso que cumpriam um papel que era do Estado.

Em contrapartida, as organizações que afirmaram uma relação pacífica e amigável com o Estado afirmaram que a agilidade do pagamento dos recursos era um aspecto positivo, e o apoio que recebiam dele era relevante. Essa divisão entre falas e percepções tão opostas permanece sem respostas. Compreender por que para algumas das organizações a parceria com o Estado é amistosa e para outras é uma relação desgastada, exige um estudo mais profundo.

A entrevistada E1 participou ativamente na arena dos Direitos da Criança e do Adolescente no conselho municipal de Florianópolis, atuou na frente de questões de políticas públicas voltada à área da infância e acrescenta dizendo o seguinte: *“Nós tínhamos uma parceria com eles (prefeitura do município), mas era assim (o valor recebido) irrisório, tivemos uma divergência com eles porque nos tratavam como meros prestadores de serviço e as crianças como um produto, a gente se reuniu com a diretoria e a gente disse que não queria mais (a parceria) porque as crianças não era produto e eles nos tratavam desrespeitosamente”*.

Por fim, a observação da E1 foi: *“Nós fazemos o papel que seria do Estado e não temos o apoio do Estado”*. A coordenadora E3 também fez menção ao Estado não dar conta de atender as demandas da sociedade, então o papel das ONG, em prestar um serviço benéfico em prol da sociedade, deveria ser melhor reconhecido. Ela menciona que antigamente, o Governo disponibilizava recursos para a organização, contudo, atualmente, a situação encontra-se muito difícil e complicada. As chances de ser contemplado por meio dos editais, para ela, não são promissoras; a entrevistada afirma que a seleção é tão restrita, que poucas ONG podem ser beneficiadas, de fato. Sobre a relação da organização com o Estado e sua percepção sobre tal questão, ela finaliza acrescentando que *“O Estado fica com o dinheiro, aí tem os desvios de verba e tal, e quem faz o serviço são as ONG”*.

Para a coordenadora E11, o vínculo do Estado com a organização remete a lembranças negativas. Foram 4 anos de convênio que chegaram ao fim por sua escolha. Ela reconhece que o convênio o Estado oferece vantagens e desvantagens, entre os aspectos desfavoráveis do vínculo reside o fato da prefeitura ter transformado a organização num tipo de escola, com todas as obrigações de prestação de contas de uma escola, como o número de crianças e forte fiscalização nas compras de alimentos.

A E11 afirma que nunca teve problemas com o pagamento de seus funcionários, a carteira estava assinada e em dia, porém, em virtude dos atrasados do repasse das verbas, o

salário dos funcionários ficava, recorrentemente, comprometido. Não tendo dinheiro reserva em caixa para emergência, esse valor, relata ela, era pago a partir de seu recurso pessoal. Parte desse dinheiro não era repostado e em virtude do desgaste financeiro, decidiu renunciar ao convênio e voltar a operar, como afirma, no improviso.

Quanto às organizações que relataram experiências amigáveis com o Estado, a coordenadora E6 afirma que a relação existente é muito positiva, e acrescenta que é um vínculo de parceria. *“Desde 2012, quando a gente firmou esse convênio e que eles cederam para nós o espaço, a gente teve uma relação muito saudável, muito positiva”*, conclui a coordenadora. A coordenadora da organização E8 declara que o vínculo que possuem com o Estado é bastante amigável, contudo, ela acredita que a laicidade dele tem sido interpretada de maneira equivocada.

Para a entrevistada E8, o Estado não é ateu por direito. Pelo fato de ser laico, professar uma crença no corpo organizacional e até mesmo no nome da organização não devia ser suprimido. Ter uma crença e fazer um trabalho social, não quer dizer que haverá proselitismo, diz ela, o Estado pode estar confundindo a Igreja com o setor das ONG que possuem uma crença. Se essa organização, que trabalha com a garantia de direitos humanos, é parte da sociedade civil, possuir uma motivação de fé, não deveria ser um motivo de impasse. Ainda assim, ela tem uma perspectiva positiva do Estado e comenta que com o passar dos anos aprendeu a lidar com as exigências. O Coordenador E10 também afirma que possui uma relação de parceria com Estado, que repassa recursos para alimentação e pagamento de parte dos colaboradores. Por fim, o entrevistado E15 comentou que a relação existente a organização com o Estado se dá por meio de convênios. Acrescentou que atuam no Fórum de Políticas Públicas, porém, tem consciência que não podem ocupar o papel do Estado. É preciso trabalhar como complementariedade.

A capacidade de atuar na formulação de políticas públicas e exercer um papel de influência em fóruns e ações políticas é significativo e importante para estas ONG. Mesmo entre aquelas que não apresentam críticas na parceria existente com o Estado, uma fala muito comum e recorrente é a necessidade de maior apoio, atenção e reconhecimento ao papel que desempenham.

#### **4.5.10 Religião**

A religião é parte constituinte da realidade das organizações cujos coordenadores/gestores foram entrevistados. Compreender como ela se manifesta nesse

ambiente foi premissa importante para compreender o papel da TRVP no âmbito organizacional. A fim de traçar uma linearidade, o propósito foi compreender a religião e sua manifestação ao nível individual e depois como a crença perpassa da esfera íntima para a vivência na organização. Mesmo no caso das perguntas específicas, memórias se ambos os momentos eram trazidos em perspectiva, evidenciando como é custoso separar a crença do indivíduo em distintos ambientes, como se ele pudesse destituir-se dos preceitos a depender do lugar em que se encontra.

#### **4.5.11 Religião/fé do indivíduo e a religião do indivíduo na organização**

A religião/fé influencia a vida dos entrevistados. O fato de a fé estar atribuída é que duas participantes das entrevistas mencionaram que apesar de pertencer nominalmente a uma religião, não eram praticantes, porém, possuíam muita fé em Deus e estavam sempre em contato com Ele a fim de obter respostas, apoios e ânimos nos mais distintos momentos de sua vida. Muitos são os exemplos e relatos da atuação da crença na vida dos entrevistados. As falas mais relevantes foram destacadas. É importante ressaltar que muitas vezes existe uma fundição entre a perspectiva da atuação da religião/fé na vida pessoal e organizacional do indivíduo.

Ao falar de sua relação com sua crença e como ela impacta sua vida pessoal, a entrevistada E1 afirmou: *“A partir do momento que você tem uma convicção, você é movido por algo que você não vê. A fé é a convicção das coisas que você não enxerga”* Ela continua afirmando que ser cristã é seguir o exemplo de Jesus, e transparecer Jesus em suas ações é importante. *“Não adianta pregar quando não há atitude. Não adianta você pregar como muitos pregam afora, sendo que a atitude não corresponde com o que você fala. Aqui a gente fala (de Jesus) e a gente vive”*.

Esta fala é interessante por dois motivos principais: o primeiro diz respeito ao reconhecimento da entrevistada E1 de que nem todos os que professam uma crença possuem uma boa conduta. O segundo fato é que ela inicia falando de uma perspectiva pessoal e migra para a perspectiva organizacional quando comenta que nesse ambiente ela prega e vive aquilo que diz. A coordenadora E2 afirma que a fé assume o primeiro lugar em sua vida; Deus está acima de todos os outros interesses, Ele está em primeiro lugar em tudo o que faz, desde que se levanta até se deitar. Ela comenta que esse processo de aproximação com Deus não aconteceu de um momento para o outro, antes, foi um processo gradativo, tomado por experiências e aproximação que a permitiu desenvolver, como ela menciona, um relacionamento tão próximo com o Divino.

A entrevistada E19 comentou que é catequista há 20 anos, e ter essa relação próxima com a religião a permite que esteja bem consigo mesma, e a possibilita a atender bem ao próximo. Quem tem fé vai longe: *“Pra mim, a pessoa que não tem fé fica meio estacionada, mas se tu tem fé, tu vai longe. Nem que seja pra atravessar uma rua ou resolver um problema. A fé move montanhas”*.

A entrevistada E20 afirmou que é Cristocêntrica, e Jesus é a resposta para tudo. Ela comentou que em um período difícil de sua vida, o que lhe tirou do caminho da depressão foi a fé em Jesus: Ele significa cura, e um dos maiores desafios que encontra em sua vida no ambiente organizacional. É não poder falar dele para outras pessoas que se encontram na mesma situação. A E20 precisa seguir o código de ética de sua profissão. Ela prossegue complementando que *“É difícil, porque eu vejo o quanto transformou a minha vida esse relacionamento com Jesus, e eu não posso falar para as pessoas que estão passando pela mesma situação que a minha”*. A entrevistada E20 firma que não possui uma religião, pois para ela, acreditar em Jesus e ler a Bíblia proporciona a possibilita a fé que possui.

O vínculo com a crença, às vezes, vem acompanhado de uma longa trajetória religiosa. Esse é o caso da coordenadora E4. Para ela, sua fé de quase 50 anos se transformou em uma filosofia de vida, tanto na instituição como fora dela. Sob sua perspectiva, os princípios de sua doutrina a torna, diariamente, numa pessoa melhor, mostrando suas falhas e defeitos e apontando onde precisa melhorar como pessoa. Para ela, sua doutrina é crucial para ajudar a resolver problemas.

Acreditar nas forças espirituais e em Deus é algo que está fortemente conectado para a entrevistada E5. Para ela, professar a fé no ambiente organizacional não pressupõe o proselitismo, mas influencia suas maneiras de agir e sua forma de pensar as questões diárias. A coordenadora E18 declara que tudo em sua vida está nas mãos de Deus; Ele está à frente de tudo; Deus está sempre conduzindo seus caminhos, diz ela. A proximidade com a religião da E17 vem de berço: ela foi criada numa família praticante de sua crença, a sua fé foi referenciada a partir do exemplo paterno. Ter fé, para ela, está fortemente relacionado à ação, a uma boa conduta, em tentar ser, dia após dia, a realização prática da crença que possui.

O coordenador E14, declarou com bastante convicção que, após viver 58 anos, se não fosse sua fé, não estaria vivo. Vivendo uma vida sem propósitos, um encontro com Deus no ano de 1990 o levou a um despertar, restaurou as debilidades de sua vida pessoal e transformou sua forma de ser. *“Quando houve esse despertar, eu mudei meus princípios, minha ética, minha forma de pensar. Tudo isso eu passei a refletir a partir do que vivia na minha fé”*.

Os relatos dos entrevistados sobre suas experiências com a crença são numerosos. Ao longo das 22 entrevistas, foram marcadas mais de 70 referências ao assunto da religião/fé na vida do indivíduo, e como já comentado, alguns exemplos foram expostos a fim de oferecer um panorama geral, uma vez que as afirmações, variando em alguns detalhes, representam, de maneira coerente, o sentido mais amplo da religião e fé na vida das pessoas entrevistadas.

Como evidenciado até aqui, a fé e religião na vida dos entrevistados desempenham relevante papel na constituição de sua maneira de agir e pensar. Como se apresenta, contudo, essa dinâmica no ambiente organizacional? Este foi um dos fatos percebidos no decorrer na fala dos 22 entrevistados: a dissociação entre a ação da fé na esfera pessoal e organizacional não foi percebida.

Foram mais de 60 menções à importância do papel da religião/fé no cenário organizacional. Quanto questionada sobre o papel da religião e fé no ambiente organizacional, a entrevistada E8 respondeu que a fé é intrínseca ao indivíduo, não é possível eliminá-la do sentimento humano. Para ela, as organizações que possuem um ambiente de crença, podem usar dos métodos aprendidos por meio da fé, tratando as crianças de uma maneira diferenciada, fazendo-as sentir esse acolhimento que oriunda de uma relação com o Divino. Ela assegurou que é um carinho que não está expresso somente no toque, mas na fala. A E8 diz que atribuir a existência de Deus e seu cuidado com crianças extremamente fragilizadas, pode ajudá-las a desenvolver uma fé no processo da cura emocional.

A religiosidade e espiritualidade influenciam a vida da coordenadora E9. Para ela, a influência da fé não está restrita a esferas específicas, atinge também o seu trabalho. Não poderia ser diferente, diz ela, pois tudo o que é importante na vida do indivíduo, motiva sua forma de agir e pensar: *“Ter uma espiritualidade é importante na nossa vida, e tudo o que é importante na nossa vida, a gente quer transmitir. A gente também tem o desejo de transmitir para eles (as crianças) a importância de se ter uma fé, independente de qual seja”*.

Para a coordenadora E2, a fé é o que a ajuda a caminhar, e Deus é a parte mais importante de sua vida. Nas falas da entrevistada, percebe-se que não existe uma distinção da fé numa esfera particular e uma conduta sem reflexos da crença no ambiente organizacional. Em ambos os casos, em tudo o que faz, Deus está à frente. São vários os casos de manifestação de fé que a entrevistada contou, mesclando a vida íntima com a vida social e as relações oriundas da prática diária organizacional. A depender da relação da pessoa com a sua crença, essa distinção torna-se cada vez menos perceptível. Nesse sentido, a E2 afirma que dentro em todos os lugares, é Deus quem a ajuda a alcançar os propósitos.

A fé é elemento essencial para a coordenadora E3 se manter motivada a agir em prol do outro. A dimensão da fé age transformando sua vida e isso reflete no trato com as pessoas que atende na organização, tratar pessoas sem distinção e com igualdade, mesmo que sejam mal vistos por outros é oriundo das referências bíblicas que possui de amor ao próximo. Nos casos mais difíceis que aparecem na ONG, ela se apega a Deus e à sua fé.

Para muitos outros coordenadores, como no caso da entrevistada E21, sua crença foi o principal motivador para agir em prol do outro. Realizar esse trabalho a faz sentir “*inteira*”, e essa experiência motivada pela fé tem lhe proporcionado inúmeras experiências que não foram aprendidas no ambiente acadêmico que frequentou.

A fala pronunciada pela entrevistada E5 foi de que a confiança em Deus é uma forte base de sua crença, ela comenta que se coloca como instrumento da espiritualidade e de Deus, contudo, falar de política não é uma opção. Ela acrescenta que suas práticas são suficientes a fim de proporcionar amor e educação, e que o assunto sobre política pode dividir as pessoas, e em sua perspectiva, a divisão não é algo bom.

Para a coordenadora E6, em virtude das experiências na organização que atua, se não existir uma conexão da crença, independentemente de qualquer que seja, junto ao projeto de vida, em seu sentido mais amplo, torna mais difícil lidar com as demandas do dia a dia. Ela vê que sem a conexão com a fé, “*tudo fica muito pesado, tudo fica muito ruim*”.

Por fim, compreender o papel da religião e da fé na vida dos entrevistados, foi importante para estabelecer um ponto de partida para compreender a atuação da TRVP na vida de cada um deles. Foi consensual que a fé/crença impacta significativamente a vida como um todo e muitos, ao falarem de sua crença, trouxeram em seus relatos, casos práticos.

#### **4.5.12 Tecnologia Religiosa Voltada À Práxis - TRVP**

No decorrer desta análise, foram mencionadas diversas vezes que a religião e fé estimulam a operacionalização de certas expressões. A estas expressões – sejam de teor prático ou moral –, deu-se o nome de TRVP. O propósito principal deste trabalho foi validar, por meio do trabalho de campo, como se desenvolvem estas expressões oriundas da crença no ambiente organizacional. Esse assunto se mostrou válido e relevante nas entrevistas. Os entrevistados foram questionados, antes, sobre o desenvolvimento da TRVP ao nível pessoal, fora do ambiente das organizações, e depois, perguntou-se se faziam uso dela no ambiente organizacional e se de alguma maneira ela se mostrava útil na resolução de conflitos.

Foram marcadas 80 menções à TRVP no nível individual. Ao falar da religiosidade e fé em suas vidas, os entrevistados frequentemente resgatavam ações práticas que são evidência de uma crença coerente. A entrevistada E18 deu diversos exemplos da ocorrência da TRVP. Para ela, ir à igreja é uma prática muito importante, porém, em tempos de pandemia, não vê dificuldades em continuar congregando: *“Minha fé é tão grande que eu vejo três missas, participo pela televisão aos fins de semanas. Levanto às 6 horas da manhã e faço o terço até 6 e meia. Você não consegue sobreviver sem essa ligação”*. Ela continua afirmando que o mundo está precisando de mais fé, e que bastam poucos minutos por dia para buscar uma conexão com o mundo espiritual a fim de encontrar auxílio para os desafios diários. Em sua perspectiva, a religião é boa, contudo, para que seja boa, você precisa praticá-la. Respeitar a crença do outro é fundamental para que haja respeito de uns com outros.

Sobre a importância da fé em sua vida pessoal, E18 fez a seguinte observação: *“A gente procura levar uma vida dentro que a nossa espiritualidade prevê, prescreve, tentando ser correto, tentando fazer o bem, a nossa parte, tentando ser honesto e não se envolver em coisas que não tem à ver com a nossa espiritualidade, a nossa fé, com a nossa religião. E em função disso, a gente acredita que tem tanto pra dar que a gente se envolve, e por isso, a gente se sente agradecido, grato a Deus, por ter vida, saúde e uma boa qualidade de vida, de trabalho, tudo o que a gente conseguiu foi com o nosso trabalho, tudo de maneira honesta. A gente não roubou, não foi corrupto, não fez nada errado, tudo o que nós temos e fizemos nos permite a colocar a cabeça no travesseiro e dormir bem, porque a gente sabe que tudo foi conseguido com luta, e ajudar a quem precisa é um privilégio”*.

É interessante notar que a entrevistada E18 associa fortemente a crença com uma boa conduta, com uma ação eticamente orientada. Ela associa os aspectos específicos religiosos a ações rotineiras que, sob sua perspectiva, estão associadas à materialização de sua fé. E, enfatizando essa percepção, ela endossa que é preciso estar consciente de que tudo o que se faz, *“O caminhar, a vida aqui na terra, tem que ter um sentido diferente, porque a gente tem a proteção Divina, e quando a gente vive isso, acaba sendo uma graça, sei que tudo acontece no tempo de Deus”*. Sob a perspectiva individual da fé, ela concluiu dizendo que quando passa por um problema muito difícil, tem a convicção de que Deus a ajudará, mesmo sem entender os motivos, e as ações que a ajudam a compreender esses propósitos é a prática da leitura da Bíblia, rezas e também participar de missas. Essas práticas estão relacionadas à TRVP.

Como está passando por problemas familiares, E2 comentou que pediu que Deus ajudasse a resolver suas demandas: *“Eu acho que Deus está fazendo o melhor pra ela e eu tenho que deixar fluir. Não vou brigar, não vou discutir, eu fico quieta e faço uma oração”*. Suas

práticas religiosas são parte importante de seu dia a dia. Sobre a TRVP ela afirma: *“Eu tenho uma oração matinal, sou do apostolado da oração, então nós temos uma oração, a “Sagrado coração de Jesus”, esse é o meu guia o dia todo. Faço cursos bíblicos, porém o que me sustenta é a oração de manhã. Coloco tudo nas mãos de Deus e a noite eu agradeço a Ele”*.

E22 menciona que faz suas rezas nos mais distintos locais. Em sua perspectiva, não existe um local certo para rezar, o mais importante é começar o dia fazendo uma oração. Para a entrevistada E20, placas de religião não são o mais importante. Em sua fala, afirmou que o mais importante é praticar a palavra de Deus, seguindo uma visão de caridade, ajudando ao outro em suas necessidades. A TRVP se manifesta também na ação em favor do outro, uma vez que a motivação de muitos entrevistados em ajudar o próximo, parte de sua crença.

Concordando com a afirmação acima, em decorrência da moral dentro dos princípios da doutrina espírita, um grupo de jovens atentos às necessidades da comunidade, resolveu adotar estratégias para ajudar as crianças que moravam no entorno. Estar ciente das teorias da crença não era o suficiente para uma fé realista, então, a prática da fé se realizou na ONG onde a entrevistada E21 atua. É importante ressaltar que o desejo de ajudar o outro, motivado pela fé, é muito enfatizado pelos entrevistados. E4 também afirma que a doutrina espírita na qual se baseia proporciona base e segurança em acreditar que está no caminho certo ao ajudar pessoas, e que a espiritualidade sempre lhe acompanha.

As preces foram um tipo de prática muito comum da TRVP percebida a partir das entrevistas. E6 acredita fortemente no plano espiritual, e sempre tentando facilitar essa conexão, recorre às orações. Ela comenta que quando fica algum tempo sem orar, ela sente falta, e acrescenta que tudo o que pede, lhe é atendido. Além das orações, o uso de imagens é importante no desenvolvimento de sua espiritualidade. Para viver nesse mundo moderno, com um cenário tão complicado e desafiador, cheio de coisas ruins acontecendo, é preciso ter a dimensão da fé, acreditar em alguma coisa, e a crença, é capaz de aliviar a negatividade do dia a dia por meio da TRVP, como orações, conversar com imagens, leitura de livros e meditação.

Para pessoas com E8 e E9, a TRVP sempre se manifestou fortemente em sua vida na forma de oração e trabalho voluntário. Pedir pelo apoio e auxílio Divino foi, para esses entrevistados, uma fala comum. Agradecer a vida, pelas chamadas “bênçãos”, também são uma forma de TRVP. Ao acessar a dimensão transcendental e agradecer pelas dádivas da vida, os entrevistados apontaram que se sentem gratificados e se aproximam de Deus ou do universo espiritual.

A coordenadora E10 desenvolve a TRVP de diversas maneiras. Além das práticas já recorrentes, como oração, leitura da Bíblia e ajuda ao próximo, ela é diaconisa há 15 anos em

sua congregação de fé, é uma das líderes do “ministério da mulher”, participa do ministério da cura e libertação, e não consegue se imaginar sem essa vida: “*Não sei o que seria de mim sem estar nesses caminhos*”. Nesse sentido, a TRVP norteia seus passos, orienta seus valores e dirige suas atitudes. Como já citado na seção anterior, porém no contexto da TRVP, um grupo de pessoas, após receber uma mensagem espiritual, decidiu se dedicar ao trabalho voluntário. A entrevistada E13 oferece estudos e cursos sobre sua doutrina. Essa ocorrência da TRVP remete à ensinabilidade. A TRVP, para ser perene, deve ser ensinada. Em muitos exemplos citados, o aprendizado da TRVP veio de familiares, amigos próximos, conhecidos e até mesmo estranhos.

Esses são alguns exemplos da atuação da TRVP. Grande parte das expressões da tecnologia ao nível individual, conforme percebido nas entrevistas, ajudam o indivíduo a materializar sua fé, repensar suas atitudes e os motivam a ajudar o próximo. Foi percebido que a oração foi a TRVP mais comum citada pelos coordenadores/gestores, seguido da leitura de livros religiosos, meditação, trabalhos voluntários, atuação ativa nas igrejas ou centros, e menções constantes sobre a transformação de costumes, maneiras de agir e pensar em virtude da influência da crença.

A TRVP influencia a atitude dos coordenadores e gestores das organizações, e saber como ela pode auxiliar na resolução de demandas é parte essencial deste trabalho, e captar as respostas dos entrevistados irá validar ou não os pressupostos assumidos. Foram mais de 90 menções à TRVP no ambiente das organizações, e o teor das afirmações mais representativas foram analisados nesta etapa.

Trabalhar com crianças pode ser muito gratificante, contudo, apresenta muitos desafios. Vindas de uma realidade social muito limitada, muitas destas crianças passam por situações que nenhum ser humano deveria enfrentar, ainda mais sendo tão frágeis e indefesas. Essa é uma realidade com a qual E1 lida constantemente. Ela relata que as crianças atendidas pela organização fazem parte de um público que a sociedade não vê. Ali, lidam com os casos mais complicados e se não existir uma estrutura emocional e espiritual, é impossível fazer o trabalho. A parte espiritual é fundamental para ajudar a lidar e superar situações que fogem do controle. A estrutura cristã da organização acredita que as atitudes que possuem, refletem as de Jesus. Ele é o referencial, então agir com amor e esperança de fazer a diferença na vida das crianças, é o principal propósito.

Além de estar se preocupando em agir bem, outra manifestação da TRVP na organização é o hábito da oração antes da alimentação. O discernimento também é apontado como uma consequência de sua relação com a fé. A ONG já sofreu invasões, e a coordenadora já foi ameaçada de morte, contudo, acredita estar sob proteção divina. Para ela, Deus a direciona a

agir bem nas circunstâncias desafiadoras. E1 relata, que a organização sofre com a falta de recursos, e, em certa ocasião, aflita devido as muitas despesas a serem pagas e sem recursos para quitá-las, clamou a Deus e disse que não entendia o porquê da trajetória ser tão difícil; tinha uma vida estável, uma família que amava, se matava de trabalhar pelos propósitos da organização, sem ganhar nada, e as lutas eram grandes demais.

Ela comentou que esse foi um dia de revolta, em que pediu a Deus ajuda. Minutos depois ela recebeu uma ligação de uma doação no valor de 30 mil reais. Essa experiência foi há 6 anos atrás, e ela ainda se emocionou. Ela disse para Deus que estava querendo desistir. *“Deus sempre manda alguma coisa, porque nós aqui, estamos num campo de guerra. Os casos que a gente lida aqui são zona de guerra. Então eu digo que nós somos um exército e eu estou na linha de frente. Se você não tem um Capitão maior que você, não é possível prosseguir. Então, realmente, a parte espiritual é a base, a sustentação. Depois vem o resto”*. (E1)

Na ONG em que a coordenadora E2 trabalha, a ação da TRVP é muito nítida. O propósito da organização é ajudar pessoas em determinadas condições em suas necessidades espirituais e em outras demandas necessárias – de cunho físico. Três são os grupos religiosos que atuam: católicos, evangélicos e espíritas. Toda quarta-feira é realizada uma missa para os interessados, e a quem deseja, o Frei se disponibiliza a dar uma bênção, o mesmo processo ocorre com o grupo evangélico e espírita. Para aqueles que não desejem, é dado o direito de não participar.

A coordenadora explica que sempre ora a Deus para que haja harmonia na organização. E acredita que Ele coloca pessoas que vão até a ONG para que possam ajudá-las. Relatou dois casos em que sua oração por pacientes específicos foi atendida. São amigas que possui até os dias atuais e que relembram diariamente da importância de acreditar no Divino e possuir fé.

Oferecer uma bênção geral num dia de formatura, e canto de hinos foram algumas manifestações da expressão coletiva da TRVP mencionadas dentro da organização, partindo de uma perspectiva geral, de acordo com E3. No que diz respeito à posturas pessoais dentro do ambiente organizacional a entrevistada assume que sempre pede de Deus o discernimento para saber agir e decidir melhor. Nesse sentido, E19 comentou que a primeira coisa que faz quando chega na organização, é pedir que Deus a ajude a ser uma boa profissional, uma boa ajudante. Para ela, é preciso ter foco para ajudar todo tipo de gente que aparece no local, e o Divino pode suprir essa necessidade.

Dar apoio psicológico e espiritual às crianças da ONG onde atua, é um preceito valioso, disse E4. Para E21, seu envolvimento na organização em que atua surgiu em virtude do exemplo e ensinamento dos membros mais experientes – o que demonstra mais uma vez, a ensinabilidade

da TRVP – estar colocando sua fé em prática por meio de ações benéficas ao outro mostrou mais uma vez a relevância da atuação desta tecnologia na esfera organizacional. No que diz respeito à experiência de fé, E4 comenta que certa vez foi preciso consertar o telhado da organização e o valor requerido era de 10 mil reais, contudo, a organização não possuía recursos suficientes. Por meio do auxílio da espiritualidade, foram feitas preces, e dias depois, encontraram um doador disposto a doar o valor necessário para o conserto do telhado.

A TRVP nesta fala é muito nítida: as preces, o agir em prol do outro tendo por motivação a fé, são um dos pontos mais frequentemente percebidos nos indivíduos que prestam esse tipo de voluntariado. São feitas orações e harmonização com as crianças. Para as famílias que quiserem, são oferecidos tratamentos na casa e evangelização em períodos noturnos. Aqueles que quiserem participar são bem-vindos, e não existe obrigatoriedade, comenta E4.

Respeitar o estatuto no que diz respeito a não falar sobre religião a organização é uma responsabilidade que deve ser levada à sério, contudo, práticas universais e que não firmam as crianças de distintas crenças, são frequentemente adotadas. Como é o caso da organização em que E5 trabalha. Contudo, ela afirma que as famílias com as quais trabalha são desestruturadas e que faz oração em favor destas famílias e suas crianças. Ela atribui a falta de estrutura à falta de Deus, porém, acrescenta que existem muitas pessoas que atribuem à religião que professa, um distintivo, porém, quando a fala está desvinculada da prática, a fé não faz o menor sentido.

Ao relatar uma experiência de TRVP na organização, E5 menciona que já tiveram o caso de um aluno que estava quase se perdendo para o mundo das drogas, foram feitas orações e ele retornou ao projeto. Ela comenta que para uma pessoa que não tem essas crenças, isso parece absurdo, mas são fatos com os quais lidam diariamente: a fé é manifestada em ações – as quais são chamadas de TRVP – que permitem a materialização e execução dos preceitos da crença, e alcance de propósitos transcendentais.

Os santos desempenham papel importante para os entrevistados que neles acreditam. Esse é o caso de E6. Ela acredita muito no santo que é uma parte muito importante da organização em que atua. *“Peço as coisas pra ele, e a gente brinca lá na sala (da organização) que a gente é atendida. Eu me sinto muito feliz e amada por esse mundo espiritual”*. Ter a certeza de que Deus existe, bem como o plano espiritual, de que existem seres olhando e batalhando juntamente com ela, é o que proporciona forças para acordar todas as manhãs. Sem isso, a coordenadora E6 diz que não conseguiria levantar dia após dia e lidar toda a dura realidade que as crianças enfrentam. *“A gente ouve da vida delas (das crianças) da pobreza, da dificuldade de você ter fome, de você não ter como voltar pra casa porque você não tem o*

*dinheiro do ônibus. São coisas pequenas que mostram um pouquinho dessa faceta tão triste da injustiça social, da pobreza e tudo mais”.*

As experiências que E6 relata, é que nas situações mais difíceis que enfrenta na organização, sempre pede pela orientação Divina. Em determinada ocorrência, ela recebeu duas irmãs que se encontravam em situação muito frágil. Escolher decidir como agir por si só não era uma opção. Recorreu a Deus e pediu dele capacidade para fazer o que era certo da melhor maneira, além disso, ela comenta: *“Até pra você ter uma ideia, quando eu vou fazer um desligamento de alguém, de algum colaborador, eu deito minha cabeça no travesseiro e pergunto a Deus de aquela é a melhor alternativa para as crianças, adolescentes e jovens. Eu sempre estou pedindo a ajuda divina, orientação pra fazer as coisas”.*

A dimensão da oração mostrou-se um dos usos da TRVP mais recorrentes nas falas dos entrevistados. E8 explicou que possui um caderno de oração, onde são colocadas as necessidades do próprio projeto. O que desejam para o momento e onde querem chegar. Tudo quanto precisam está anotado ali. A TRVP da oração é levada à sério. A entrevistada comenta que certa vez, precisava de recursos para pagar uma despesa, *“A gente entregou nas mãos de Deus, e eu nunca vou me esquecer, um amigo me chamou no Messenger e disse: me passe sua conta, Deus está mandando eu depositar um dinheiro”.* E8 continua relatando outras experiências em que suas orações foram atendidas no âmbito organizacional, e finaliza dizendo que tudo é feito com base na oração.

Num processo seletivo para uma nova coordenadora na organização, duas candidatas se mostravam competentes e adequadas ao cargo. E9 estava em dúvida e não sabia como deliberar entre as duas; ela comenta que rezou muito, pediu que o Espírito Santo a iluminasse para fazer a melhor escolha. Foi então que decidiu fazer uma segunda etapa, dizendo que as duas haviam passado. Uma das candidatas se pronunciou dizendo que não seria possível participar, pois havia descoberto que estava grávida. A coordenadora E9 atribuiu essa ocorrência como um sinal do Espírito Santo, indicando quem deveria ser a contratada.

Ela prossegue comentando de experiências que atribui como providências divinas: quando em dificuldades financeiras – algo recorrente para a grande maioria das ONG – muitas vezes aparecem “do nada” depósitos de doação na conta da organização. *“Deus, o senhor depositou o valor que a gente precisava, certo? Porque realmente, surge no momento exato, quando a gente mais precisa”*, conclui.

Como já mencionado, práticas de orações públicas são recorrentes e frequentes nestas organizações. Para E10, ensinar as crianças a orar é uma das formas de TRVP. *“Desde que eu cheguei aqui, havia o hábito das orações prontas, então eu tenho tentado mudar isso um pouco,*

*no sentido de colocar orações espontâneas também. Tento passar para as crianças que a gente pode conversar com Deus, que não precisa falar somente de uma forma. É como se conversasse com o pai, com o avô.” (E10)*

E10 também comenta que controla suas atitudes, uma vez que uma das premissas de sua crença, é possuir uma boa conduta. Celebrar datas religiosas é uma maneira de expressar a TRVP. Natal, Páscoa, dia de santos associados às organizações são celebrados. A ONG onde E12 é coordenadora, convida crianças católicas a participarem da catequese no período noturno, quando a organização não está sendo utilizada. Em sua fala, o ato de se doar pelo próximo é uma prática oriunda de sua crença. Em seu ponto de vista, trabalhar na organização doando-se ao outro, é fazer o que Jesus fazia. Nesse caso, é também um exemplo de TRVP.

Relembrando de uma experiência, E12 comenta que certa vez, havia somente 2 quilos de arroz e 1 quilo de feijão na despensa. Estava preocupada e desesperada, uma vez que seria necessário, no dia seguinte oferecer alimento para as crianças. Rezou a São José e pediu auxílio. Em menos de uma hora ela recebeu uma ligação da polícia militar dizendo que haviam realizado uma gincana e que alimentos haviam sido arrecadados. Veio um caminhão cheio de suprimentos. Ela atribui isso a São José, que nunca deixa faltar nada. E12 recorre ao auxílio divino para resolver contratempos dentro da organização por meio de orações e rezas.

Em casos que o corpo diretor da ONG possui a mesma crença, em reuniões administrativas, a prática de orações e leituras religiosas é algo comum, como é o caso da organização onde E13 coordena. Além das orações, exemplos de histórias bíblicas relacionadas com fatos de roubo, mentira e princípios éticos morais, visam motivar as crianças a uma boa conduta. E14 comenta que não faz o uso da Bíblia dentro do ambiente das organizações, mas contar essas histórias, como todas as outras, pode ajudar as crianças a desenvolver uma boa conduta social.

Em virtudes de certos desgastes, comenta o coordenador E14, alguns membros da diretoria estavam se dispondo e causando alguns entraves na organização. Ele orou e pediu que Deus tirasse aquelas pessoas para que o trabalho pudesse evoluir conforme planejava. Suas orações foram atendidas, todos pediram para sair. O entrevistado afirma que a organização não teria condições de demitir funcionários tão antigos, uma vez que as despesas seriam muito altas. Ele considera que essa foi uma resposta divina às suas orações. E14 relatou mais três casos onde suas orações no ambiente organizacional foi atendida.

Práticas como resiliência, perdão, compaixão, humildade e escutar pessoas, são valores evangélicos que E15 aplica em sua conduta diária dentro do ambiente organizacional e afirma que *“Na medida em que tu coloca diante de Deus uma situação despojada, humildemente, tu*

*também começa a receber luzes no caminho, e Ele te indica essas luzes*”. A entrevistada E16, comenta que a prática de fluído terapia e sensibilização com as crianças é oferecida. São realizadas boas vibrações para as famílias. Ela diz que percebe que as crianças ficam mais calmas, e acrescenta que houve casos de crianças que só conseguiram mudar por meio do tratamento da Casa. Todos os dias, ao chegar na organização, a primeira coisa que E16 faz é abrir e ler o evangelho, e interceder por aquele que estão precisando de vibrações positivas.

O uso da palavra religião, para E18, é muito forte, pois pode inibir algumas pessoas, porém a prática da fé é bastante presente no cotidiano organizacional, como orações e falas bíblicas. Ela mesma já presenteou pessoas que passaram pela organização com livros religiosos e comenta que tais pessoas ficaram muito felizes e satisfeitas. Quando realiza um brechó especial para angariar fundos, E18 comenta que a oração é a primeira coisa que acontece. São mais de 600 pessoas que passam pelo local, então ela pede a Deus que proteja o local. A coordenadora reúne todos os voluntários e ora junto com eles. Ela diz que tudo na organização se resolve e direciona bem, pois está sempre pedindo e agradecendo. *“Oração dentro da dificuldade é uma prioridade”*, finaliza E18.

Abaixo, é apresentado o Quadro 13, um resumo que contém as práticas da TRVP a nível individual, práticas da TRVP no indivíduo na organização, a nível individual e organizacional

Quadro 13 - As expressões da TRVP

Expressões da TRVP do indivíduo na esfera pessoal	Expressões da TRVP do indivíduo na organização na dimensão pessoal	Expressões da TRVP na organização na dimensão coletiva
• Orações/rezas/preces.	• Orações/rezas/preces.	• Orações/rezas/preces.
• Leitura de livros sagrados.	• Leitura de livros sagrados.	• Leitura de livros sagrados.
• Influência da religião em princípios.	• Influência da religião em princípios.	• Contos Bíblicos
• Influência da religião na conduta ética.	• Influência da religião na conduta ética.	• Canto de hinos
• Influência da religião na moral e nos valores.	• Influência da religião na moral e nos valores.	• Harmonização
• Falar de Deus.	• Falar de Deus.	• Florais
• Ir à Igreja/Casa/Templo.	• Ações de Caridade.	• Falar de Deus/transcendental.
• Ações de Caridade.	• Jejum.	• Comemoração de datas religiosas.
• Jejum.	• Influência da religião no agir com honestidade.	• Uso de imagens.
• Influência da religião no agir com honestidade.	• Retribuir ao outro influenciado por preceitos religiosos.	
• Retribuir ao outro influenciado por preceitos religiosos.	• Uso de imagens.	
• Uso de imagens.	• Trabalho voluntário influenciado por preceitos religiosos.	
• Meditação.	• Ensinar preceitos de fé.	
• Trabalho voluntário influenciado por preceitos religiosos.		
• Ensinar preceitos de fé.		
• Participação ativa em ministérios religiosos.		
• Canto de hinos		

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

É importante destacar que as expressões da TRVP na organização executadas na dimensão coletiva são mais restritas em virtude da fé pessoal de outros colaboradores e de outras crianças.

Segue abaixo o Quadro 14 com um resumo das análises das entrevistas.

Quadro 14 - Resumo da análise das entrevistas

Missão e Valores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criança como ser integral</li> <li>• Superação de situações traumáticas</li> <li>• Acolhimento de necessitados</li> <li>• Conforto espiritual a pacientes</li> <li>• Sociedade justa</li> <li>• Apoio familiar</li> </ul>
Bem-estar e Dinâmica das Organizações	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentações externas</li> <li>• Voluntariado</li> <li>• Causas beneficentes</li> <li>• Assistência profissional</li> <li>• Contra turno escolar</li> <li>• Projetos em orfanatos</li> <li>• Casa-lar</li> <li>• Aulas de Música, artes marciais, robótica, canto, culinária, informática dança, artes, química, filosofia, ciências, etc.</li> </ul>
Desenvolvimento Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto desenvolvimento organizacional: 6 organizações</li> <li>• Desenvolvimento organizacional intermediário : 6 organizações</li> <li>• Baixo desenvolvimento organizacional: 6 organizações</li> </ul>
Atuação na Pandemia do Covid-19	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição de máscaras</li> <li>• Distribuição de kits de higiene</li> <li>• Distribuição de alimentos</li> <li>• Atividades lúdicas via WhatsApp</li> <li>• Estreitamento do relacionamento com as famílias</li> <li>• Aproximação com crianças e mães</li> </ul>
Principais Desafios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escassez financeira</li> <li>• Falta de envolvimento familiar</li> </ul>
Divisão Religiosa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Católicas: 9 organizações</li> <li>• Evangélicas: 6 organizações</li> <li>• Espíritas: 3 organizações</li> </ul>
Nível de Religiosidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alto nível de Religiosidade: 16 organizações</li> <li>• Médio nível de Religiosidade: 2 organizações</li> <li>• Baixo nível de religiosidade : nenhuma organização</li> </ul>
Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ONG que relataram uma relação tensa com o Estado afirmam descaso, atraso em pagamentos.</li> <li>• As organizações que relataram uma relação amigável com o Estado afirmam que ele sempre paga os convênios em dia e são parceiros nas demandas</li> <li>• Houveram organizações que foram neutras.</li> </ul>
Religião/fé do indivíduo e Religião/fé do indivíduo na organização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importante e relevante atuação da fé em nível pessoal e organizacional</li> <li>• Conexão com Deus e forças espirituais</li> <li>• Fé como fonte da motivação da vida</li> <li>• Fé e religiosidade como norteador de princípios e valores éticos tanto a nível individual quanto organizacional</li> <li>• Fé e religião como papel relevante na constituição da maneira de agir e pensar do indivíduo</li> </ul>
Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A atuação da TRVP no nível individual</li> <li>• Atuação da TRVP a nível organizacional: orações, rezas, harmonização, contos bíblicos, conduta, moral, valores, ética.</li> <li>• Experiências que enfatizam a TRVP dentro das organizações.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

#### 4.6 DISCUSSÃO

Por meio das entrevistas efetuadas e da tentativa de averiguar o desenvolvimento teórico realizado até o momento, serão esclarecidos os pressupostos à luz da análise. Tendo por proposta principal desta dissertação, a compreensão da TRVP no ambiente das OBFSC, abordar aspectos tais como o perfil destas organizações, os níveis de religiosidades – que foram, inclusive, desenvolvidos na taxonomia –, as divisões religiosas, as relações existentes com o Estado – um dos importantes achados da rede –, a compreensão dos diferentes níveis de religiosidade organizacional e a importância do papel da religião/fé tanto na esfera individual quanto organizacional tiveram dois motivos principais.

Desenvolver uma trajetória linear sobre o papel da religiosidade ao nível individual, evoluindo ao organizacional e depois abordar a TRVP ao nível individual e depois organizacional, foram formas de validar, filtrar e analisar a coerência nas respostas dos entrevistados. O propósito era evitar, o máximo possível, respostas dadas por conveniência, que poderiam mascarar a real atuação da religiosidade no campo das organizações e conseqüentemente o uso da TRVP no ambiente organizacional.

Ao passo que os entrevistados mantiveram uma coerência no desenvolvimento das respostas e responderam de forma coesa, validando as respostas com diversas experiências, constatou-se que o uso da TRVP nessas organizações existe e influencia não somente as ações dos coordenadores e do corpo diretor, mas também a forma com o qual se desenvolvem as atividades.

O primeiro dos motivos acima citados, diz respeito a um esclarecimento de como funcionam estas organizações e como se desenvolve a religião/fé dentro delas. Entender quem são os coordenadores/gestores por trás destas ONG e instituições, como operam e lidam com as demandas diárias, constituiu importante coluna para apoiar o estudo da TRVP dentro desse ambiente. O segundo motivo está relacionado justamente ao desenvolvimento da TRVP nessas organizações. Partir para uma análise direta da prática da TRVP dentro desse ambiente, deixaria de lado muitas peculiaridades e especificidades de OBFSC, que possibilitariam compreender de maneira mais apurada a realidade de organizações que possuem preceitos de fé. Os tópicos anteriores ao da TRVP, puderam oferecer um preâmbulo, um cenário para que a análise posterior que virá a seguir, não se encontre defasada, prejudicada e superficial.

A realidade de que as comunidades religiosas ensinam às pessoas certos costumes, práticas, valores morais (NEUHAUS, 1999), pôde ser claramente percebido no decorrer das entrevistas. Com exceção de dois casos, nas outras 20 entrevistas, a atribuição de práticas

religiosas e desenvolvimento da fé, ocorreu em virtude do ambiente religioso que os entrevistados frequentavam.

Tendo por base os pressupostos teóricos que forneceram sustentação para o desenvolvimento da TRVP, esta tecnologia possui a natureza de um conhecimento específico necessário para alcançar um objetivo final que exige uma técnica também específica (LI-HUA, 2009). Nesse sentido, validar o primeiro **pressuposto** desta dissertação que diz que *a “tecnologia religiosa voltada à práxis” é prática complementar no desenvolvimento dos programas e projetos oferecidos pelas OBFSC*, encontrou respaldo no decorrer das entrevistas e suas análises.

Com o propósito de oferecer respaldo ao pressuposto, a entrevistada E18, afirma que antes de cada bazar que é realizado pela organização, são realizadas orações e rezas para que o processo se desenvolva da melhor maneira possível. Nas organizações onde atuam E1, E6, E7, também são realizadas orações antes das refeições, como eles mesmos declararam. Práticas de harmonização também são recorrentes nas organizações onde E5 e E11 atuam.

Como nos exemplos acima citados, bem como naqueles que constam na seção anterior, a prática complementar da TRVP no desenvolvimento de programas e projetos se deu por meio de orações/rezas/preces coletivas e individuais no ambiente organizacional, leitura de livros religiosos por indivíduos dentro da organização, canto de hinos, ações eticamente orientadas bem como o estímulo de práticas morais guiadas pelas vertentes de fé. Conforme observam os autores Davis e Lucas (2007), os princípios cristãos são capazes de influenciar as atitudes dos indivíduos presentes nas organizações.

No que diz respeito ao âmbito da ação social, como por exemplo, orações, contos bíblicos, canto de músicas, harmonizações e aplicação de florais (estas foram algumas das ações evidenciadas pelos entrevistados), foi possível constatar que estas práticas afetam o desenvolvimento dos projetos e programas oferecidos dentro destas organizações. Todas as 18 organizações fazem, pelo menos o uso de uma expressão de TRVP diariamente dentro de seu ambiente organizacional. Não só os coordenadores/gestores, mas toda a estrutura organizacional está de acordo com tais práticas, e atribuem a elas influência positiva sobre o ambiente e as crianças.

No que diz respeito à atuação da TRVP e sua relação com as crianças, foi destacado na fala de grande parte dos entrevistados que os pais são cientes que a organização professa princípios religiosos, e, a depender da religião da organização, as crianças não precisam aderir a certas práticas – como orações, participação em harmonização, florais, festas religiosas, etc. Esta recusa existe por parte de algumas delas, mas isso não pontuou aspecto negativo. O

propósito foi mencionar que embora a fé esteja presente, a liberdade religiosa do outro é respeitada. Ademais, de acordo com o que foi mencionado pelos coordenadores e gestores, as crianças interagem bem com o ambiente, uma vez que não existe imposição.

Tendo isso em mente, é factível afirmar que a TRVP configura prática coadjuvante no desenvolvimento de programas e projetos oferecidos por estas organizações. Nesse caso, a operacionalização da religião/fé por meio do uso de técnicas religiosas específicas, não acontece nesses ambientes sem um propósito. O papel primário da aplicação desta tecnologia nas organizações ocorre por existir a convicção de que a fé é importante ao indivíduo e que ela assume um teor moral que é saudável às crianças, ajudando-as a desenvolver civilidade, respeito, educação e bons modos. Assim, a TRVP seria um complemento das ações desenvolvidas dentro das organizações.

A atenção dispendida aos exemplos presentes nas falas dos entrevistados, teve o propósito principal de mostrar a realidade da atuação da TRVP no ambiente organizacional e sua influência nos projetos desenvolvidos pelas organizações bem como oferecer respaldo para justificar o pressuposto, uma vez que na transcrição e leitura das entrevistas foi possível perceber as nuances do desenvolvimento da TRVP nas ONG e instituições cujos coordenadores e gestores foram entrevistados.

Essas descobertas trazem um achado interessante, que talvez aponte a uma percepção existente entre as pessoas: as crenças do indivíduo podem estar associadas à sua forma de enxergar o mundo, as circunstâncias e as pessoas, inferindo consideravelmente em suas ações. Tendo consciência de que as práticas organizacionais se desenvolvem em virtude de um conjunto de crenças pessoais tanto no nível pessoal, quanto social, cabe analisar se o segundo pressuposto adotado nesta pesquisa faz algum sentido, se é factível de ser aceito ou se deve ser refutado: *a fé e a religiosidade do indivíduo faz com que o mesmo utilize a tecnologia religiosa voltada à práxis no ambiente organizacional.*

Sobre isso, é interessante notar que Ferris (2011) aponta que as tradições religiosas reservam um papel central e relevante para o desenvolvimento de práticas humanitárias bem como a dispensação de recursos e atenção a causas sociais. Estas práticas seriam uma das manifestações da TRVP notada na postura dos coordenadores e gestores das organizações, uma vez que 16 dos 22 entrevistados são voluntários e se dedicam ativamente, motivados por sua fé a fim para proporcionar a melhor performance possível dos programas oferecidos. Entre os outros 6 que não são voluntários, a fé exerce influências em suas práticas de igual modo.

Trabalham ativamente para que proporcionem o melhor às crianças, adolescentes e jovens que atendem. Estes últimos aspectos citados puderam ser bem percebidos na esfera de

atuação dos coordenadores e gestores, que por influência de uma conduta religiosa ou de fé, colocavam em exercício a TRVP.

É relevante perceber, como a crença foi a resposta às motivações individuais de agir bem no ambiente organizacional e como ela se mostrou capaz de influenciar certas decisões organizacionais e a dinâmica das organizações. Nesse sentido, torna-se evidente a aplicação da TRVP. Outro ponto que deve ser observado, em validação deste pressuposto, é que as expressões da TRVP se encontram tanto no âmbito da ação individual – e no que diz respeito ao uso desta tecnologia no sentido da pessoa, percebe-se que suas ações são mais profundas e recorrentes, como o exercício da honestidade, da resiliência, compaixão, entre outros já citados, quanto no âmbito da ação coletiva, como compreendido na seção 4.5 – Análise das entrevistas.

Por meio da análise das entrevistas, foi possível concluir que as práticas oriundas da religião/fé do indivíduo em sua própria vida, vão se expandindo e assumindo modalidades cada vez mais complexas. Podem assumir configurações mais simples, como oração, leitura de livros, meditações, bem como se manifestar por meio de ações mais elaboradas, tais como práticas eticamente orientadas, ações de voluntariado, prática do perdão, resiliência, humildade e honestidade – como já mencionados acima. Estes aspectos relacionados a uma dimensão mais abstrata surgiram como resultado da fala dos entrevistados.

A conduta, influenciada pela religiosidade e fé, fazia com o que o indivíduo não assumisse apenas ações de cunho mais prático, mas também ações ligadas à conduta moral, como nos exemplos citados acima. Esta foi uma descoberta inesperada, uma vez que, à princípio, esperava-se que a TRVP se encontrasse naquelas manifestações mais elementares, como orações, leituras, cantos, conselhos orientados à crença, entre outros. Tal percepção fez suscitar uma reflexão válida e impremeditada aos propósitos originais da TRVP. A religião e a fé, podem inferir também nas ações mais profundas do ser humano. Tal achado, a partir das falas dos 22 entrevistados deixa bastante nítido como a TRVP é posta em ação no ambiente organizacional como resposta à motivação religiosa.

Outro ponto interessante a ser mencionado, e que se relaciona a um achado importante no momento da análise das entrevistas, diz sobre a ensinabilidade da TRVP. Quando o indivíduo desenvolve uma relação mais profunda com sua fé, ele começa a ensinar aos outros as práticas que lhe são úteis não somente nos conjuntos de questões pessoais, mas para todos os âmbitos da vida. Isso pôde ser notado nos discursos dos entrevistados, o que acontecia de maneira muito natural para eles.

Dizer a outros que orar/rezar é bom em momentos de tensão, que falar com Deus ou com o mundo espiritual ajuda a resolver questões pessoais, dar livros religiosos – mesmo que

no ambiente da organização – ensinar boas condutas por meio da motivação de crença, foram alguns dados encontrados na fala dos entrevistados. Estes dados se relacionam com o terceiro pressuposto assumido por este trabalho: *a relação de fé e religiosidade dos coordenadores e gestores atuantes nas OBFSC é diretamente proporcional à aplicabilidade da “tecnologia religiosa voltada à práxis na organização, tanto no âmbito pessoal quanto organizacional.*

No que diz respeito à associação dos achados das entrevistas com o terceiro pressuposto, é interessante perceber que todos os 22 entrevistados assumiram uma relação profunda com sua fé. O envolvimento com atividades religiosas em suas devidas congregações de fé, não se encontraram restritas somente ao ambiente no qual compartilhavam de suas crenças. Ensinar a fé, acontecia de forma quase automática, de acordo com a fala dos entrevistados.

Como a E18, por exemplo, que antes mesmo da entrevista começar, porém já em gravação de áudio, comentou que havia falado para suas voluntárias a importância de ter Deus em suas vidas e como Ele era bom. Exemplos como esses foram frequentes nas entrevistas. A expressão da TRVP nestas organizações pôde ser evidenciada por meio das falas, oferecendo sustentação ao terceiro pressuposto adotado. A postura compreendida foi a da constante ação da TRVP a partir destes entrevistados na organização, pressupondo influência relevante da crença nos mesmos motivando-os a aplicar esta tecnologia em seu meio de atuação.

É importante resgatar que alguns relatos feitos pelos entrevistados pareceram beirar o impossível, porém, as ações oriundas da fé e crença não objetivam ser racionalmente explicadas. Para os indivíduos entrevistados, compreender a racionalidade contida em suas experiências religiosas ou de fé não foi, em momento algum, apontada como relevante. Antes, esse contato com a crença, que consideram uma realidade em suas vidas, tem sido motivo suficiente para influenciar sua conduta, decisões e atitudes. Assim, pôde-se compreender que a TRVP é a manifestação prática de um resultado de fé do indivíduo nos mais distintos ambientes e momentos de sua vida. Neste trabalho, demos atenção especial ao ambiente organizacional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre OBF e sua relação com religiosidade procurou mostrar que existem muitas nuances teóricas que não estão bem delimitadas. A dificuldade de se definir o que de fato são as OBF foi um dos principais aspectos que levantaram a necessidade de abordar um tema necessário para compreender uma das vertentes essenciais das relações sociais.

Ao fim deste trabalho, compreende-se que as OBF desempenham um papel essencial e influenciam os indivíduos do ambiente onde estão inseridas, mobilizando o desenvolvimento social, a formulação de políticas públicas e as relações mercadológicas.

Apesar da melhor compreensão sobre as OBF resultantes da revisão sistemática e estudo bibliométrico, notou-se que esse assunto é pulverizado, tendo várias compreensões sobre a área do saber destas organizações, além de não existir uma definição convergente das OBF. Por esse motivo, por isso fez-se uma sistematização dessa temática para uma percepção geral de como ela se situa e como tem sido o seu desenvolvimento ao decorrer dos anos.

Tratar de religiosidade e fé no campo da Administração no Brasil apresentou alguns desafios; poucos estudos publicados na área ofereceu uma limitação de complementos para o entendimento de como se dá o desenvolvimento da fé e religiosidade através das ações dos indivíduos, aplicado ao contexto organizacional. Foi desafiador buscar compreender as relações, um tanto quanto complexas, encontradas no campo da crença e a sua influência sobre a atuação das pessoas que compartilham de fé no ambiente das organizações.

Percebeu-se que esta influência se realiza por meio da expressão da religião na vida do indivíduo, a qual resultou na Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis. Distintos exemplos foram citados ao longo das entrevistas com os coordenadores e gestores das organizações, dando respaldo às inferências deste estudo.

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender como os coordenadores e gestores das Organizações Baseadas na Fé da Sociedade Civil fazem uso da TRVP no ambiente organizacional. Considera-se que este objetivo foi atendido em virtude dos dados qualitativos provenientes das entrevistas, que transpareceram a realidade dos fatos presentes na ação dos indivíduos no que tange as conexões da religião/fé e na esfera organizacional. Identificou-se que a crença é referência importante e influente nas ações dos entrevistados no ambiente organizacional, e estas ações influenciam a percepção da realidade destas pessoas.

O objetivo específico 1) *Desenvolver uma taxonomia de categorização das OBF* foi satisfeito tendo por base a revisão sistemática e a realidade percebida de acordo com as entrevistas realizadas. A taxonomia tem o propósito de auxiliar futuros estudos sobre o campo

das OBF, norteando pesquisadores a compreender quais as tipologias, atuações e determinantes destas organizações.

O objetivo 2) *Entender o que são as OBF sob a ótica da realidade brasileira* foi atendido por meio do desenvolvimento de um capítulo que demonstrou como são compreendidas as organizações que possuem uma vertente de crença no país. À luz da metodologia da redução sociológica de Guerreiro Ramos (1996), o propósito deste subcapítulo foi averiguar se havia, de fato, algum sentido em adotar a terminologia de OBF à realidade brasileira, ou se essa tentativa seria mais uma forma de adequar, forçosamente, um conceito estrangeiro a um contexto desconexo com a realidade em foco. Por meio deste objetivo, constatou-se que pouco se estuda sobre as distintas formas e atuações das OBF na sociedade, e que o termo Organizações Religiosas que é atualmente utilizado no Brasil, é incipiente e precisa ser melhor averiguado e aprofundado a fim de que seja capaz de existir uma real compreensão do que são as organizações que possuem um vínculo com alguma crença neste país.

Por meio da pesquisa de campo, o objetivo específico 3) *Identificar e mapear as OBF pertencentes à Arena da Criança e do Adolescente do Observatório de Inovação Social em Florianópolis*, foi atendido. Das 83 ONG listadas e ativas, 48 não possuem ideal de fé ou vínculo religioso, 32 professam uma ou mais crenças e possuem ideal de fé. Com as 3 organizações restantes não foi possível estabelecer contato. Esta identificação permitiu o contato com as ONG baseadas na fé e foi possível entrevistar 18 das 32 OBFSC.

O objetivo específico 4) *Entender como é desenvolvida e utilizada a Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis nestas organizações por meio dos coordenadores e gestores* foi satisfeito por meio da análise das entrevistas. Os dados ali apresentados permitiram evidenciar a percepção de como as ações e desdobramentos da TRVP se desenvolvem dentro do ambiente organizacional, proporcionando descobertas e averiguações sobre os propósitos deste trabalho.

A pergunta de pesquisa “*Como os coordenadores e gestores das Organizações Baseadas na Fé da Sociedade Civil concebem e fazem o uso da TRVP no ambiente organizacional?*” foi respondida por meio da exposição e análise dos dados resultantes das entrevistas. Esses dados possibilitaram, tendo por base o contexto da pergunta, identificar o desenvolvimento da TRVP dentro das organizações, suas distintas formas de aplicabilidade e importância na vida dos indivíduos entrevistados. Por meio destas análises, foi possível também, aprofundar no entendimento da ocorrência das práticas explícitas por meio da influência religiosa bem como desta influência em aspectos da ação moral e ética demonstrando a expressão da TRVP e qual é a validade atribuída a ela na vida dos coordenadores e gestores destas organizações.

O pressuposto de pesquisa a *Tecnologia Religiosa Voltada à Práxis é prática coadjuvante no desenvolvimento dos programas e projetos oferecidos por estas organizações*, pôde ser validado e considerado tendo em vista a fala dos 22 entrevistados, relatos de suas experiências pessoais e afirmações sobre a atuação de práticas específicas da TRVP no ambiente organizacional, bem como a forma que influenciam o desenvolvimento dos programas e projetos desenvolvidos.

No que diz respeito ao segundo pressuposto adotado por este trabalho, de que *a fé e a religiosidade do indivíduo faz com que o mesmo utilize a tecnologia religiosa voltada à práxis no ambiente organizacional*, foi possível constatar que não existe uma divisibilidade ou barreira entre a crença que se manifesta em esferas íntimas e pessoais do indivíduo e esferas organizacionais. As respostas dos entrevistados mostraram, com menções recorrentes, o fato de ser a mesma pessoa, é difícil escolher agir de uma forma diferente dentro da organização, ou seja, agir sem sua fé. Para eles, estar coerente com seus propósitos de vida, incluindo a religião, pressupõe que todas as áreas de sua vida estejam alinhadas com aquilo que lhes valioso: sua fé. Assim, por meio destas falas, entre outras, foi possível compreender, e também validar por meio de casos e exemplos, que a fé e religiosidade do indivíduo o motiva a utilizar a TRVP no ambiente organizacional, e mais uma vez, notou-se que o uso da TRVP no ambiente das organizações pode acontecer de duas maneiras: individual e socialmente.

Quando de forma individual, diz respeito à pessoa que ora/reza ou faz uma prece para resolver problemas, em relação a encontrar soluções para as demandas organizacionais, deram vários exemplos: leitura de livros para aprimorar entendimento e conduta aplicando-os no ambiente de trabalho; influência de preceitos religiosos como forma de desenvolver resiliência; compaixão; humildade; e perdão. Para os entrevistados, estes elementos estão intimamente relacionados com a ação coerente da fé que praticam, aplicá-las no ambiente de trabalho ajudamos a resolver as mais distintas situações recorrentes.

As práticas da TRVP em nível social, puderam ser identificadas por meio de preces coletivas; canto de hinos; comemoração de datas religiosas; práticas de harmonização; florais; falar de sua fé. É importante ressaltar que estas práticas foram identificadas como partindo do sujeito entrevistado – ou do grupo diretor – que de acordo com as motivações de crença, considerou benéfico compartilhar a fé com outros. Assim, foi possível validar o segundo pressuposto.

Quanto ao terceiro e último pressuposto desta dissertação: *quanto mais intensa a relação de fé e religiosidade dos coordenadores e gestores atuantes nas OBFSC, maior a aplicabilidade da tecnologia religiosa voltada à práxis na organização, tanto a nível individual*

*quando social*, constatou-se que os 22 entrevistados possuíam intensa conexão com sua crença, e todos atribuíram à religiosidade e fé, o peso de suas ações e motivações para desempenhar o trabalho dentro das ONG, a partir de suas falas, foi possível notar o exercício da TRVP por eles no ambiente organizacional, contudo, o mais interessante, é que para estas pessoas, estas práticas acontecem naturalmente. Não existe uma racionalização do tipo: “fazer ou não fazer”, pois, uma vez que a fé e crença destes indivíduos já é parte de sua vivência diária, agir com base nesses princípios no ambiente organizacional é algo natural.

Em relação ao pressuposto citado acima, percebeu-se, apesar de existir um limiar muito sensível entre a fé dos indivíduos e a fé das crianças, adolescentes e jovens, uma atenção ao fato de existir respeito entre as distintas crenças no ambiente organizacional, e que ao optarem por uma prática específica, os pais são avisados e as crianças podem optar por participar ou não. Os coordenadores e gestores esclareceram que os princípios e valores da organização são apresentados aos pais ou responsáveis para que estejam cientes de certas datas religiosas comemorativas e outras ações realizadas, a fim de que haja um consenso. Até o momento das entrevistas, nenhum dos entrevistados comentou ter passado por questões de críticas por utilizar contos bíblicos<sup>8</sup>, realizar preces, harmonizações, entre outras práticas, dentro do ambiente organizacional. Assim, é possível afirmar que o terceiro pressuposto pôde ser validado.

Alguns limites foram apresentados por este estudo. O maior deles foi a pandemia do Covid-19, que resultou na desistência de dois entrevistados e grande atraso no prazo da realização das entrevistas. Como consequência da pandemia, somente 8 entrevistas foram realizadas presencialmente, as outras 10 foram ocorreram ou via telefone ou videoconferência. As entrevistas via dispositivos eletrônicos – especialmente por telefone – não possibilita o importante contato olho-no-olho, a percepção de gestos e linguagens corporais que podem ser sinais úteis no contexto da comunicação. A disponibilidade de tempo também foi consideravelmente reduzida nas entrevistas via telefone e videoconferência, necessitando de empenho e agilidade para que as perguntas essenciais não fossem deixadas de fora.

Ao passo que a pandemia trouxe consideráveis limitações no desenvolvimento desta dissertação, apontou a uma possibilidade de análise: como atuam e desenvolvem suas atividades as OBFSC durante o período de distanciamento social? Compreender as motivações de ação durante este delicado momento, pôde evidenciar ainda mais o caráter e motivação destas organizações.

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que contos bíblicos foram utilizados, porém, como disse o entrevistado, considera crível contar histórias bíblicas assim como outras histórias que são contadas.

Ainda em virtude da pandemia, as observações não participantes foram interrompidas, influenciando o desenvolvimento de uma outra dimensão de análise: o próprio campo. As observações não participantes teriam o propósito de validar o discurso dos entrevistados com a prática observada, como forma de averiguar se a fala seria coerente com as práticas e ações diárias. Esta limitação se mostrou notável pois deixou de incluir uma peça importante para este trabalho: compreender a interação da TRVP no ambiente organizacional e como ela se desenvolve no dia a dia, em realidade.

Outra limitação encontrada no desenvolvimento deste trabalho foi o receio para falar sobre o assunto, demandando primeiro uma conquista para ganhar a confiança dos entrevistados, e então falarem sobre o assunto. Muitos dos atendentes, nas primeiras ligações se demonstraram muito apreensivos em assumir o teor religioso da organização, com receio de que isso pudesse acarretar algum tipo de contratempo, porém, ao explicar a motivação da entrevista, e assegurar uma perspectiva imparcial, cujos propósitos eram apenas compreender, sem transmitir juízo de valor e revelar nomes, muitos se abriram à possibilidade de contribuir com a pesquisa.

Este campo de estudos, por ser pouco explorado, apresenta algumas possibilidades de estudos futuros que podem resultar em dados ricos e interessantes, como a realização de estudos comparativos entre OBFSC e OSC chamadas seculares – que não apresentam motivação de crença – buscando compreender como estas organizações atuam, desenvolvem seus projetos, lidam com suas demandas e modelam seus princípios e valores, comparativamente.

Compreender como as crianças e demais colaboradores destas OBFSC interagem com a TRVP pode ser uma sugestão de estudo futuro, sendo averiguada por meio de uma observação não participante.

Outra sugestão para estudos futuros é compreender o papel das Organizações Empresariais Baseadas na Fé e a prática da TRVP nesse ambiente, que é completamente distinto do das OSC. Compreender o desenvolvimento da TRVP em outras esferas pode possibilitar o aprofundamento deste conjunto de práticas proposto neste trabalho, lapidar seus princípios e acrescentar novas perspectivas sobre esta tecnologia que tem se mostrado útil aos indivíduos atuantes nas OBFSC. Entender a atuação desta tecnologia em outras áreas das OBF aponta para mais uma possibilidade que pode resultar dados relevantes para compreender o papel da religião, fé e crença no campo da Administração.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACKERMANN, R.; PERREAU, E.; CARLBERG, M. **Democratic accountability and budgetary control of non-governmental organisations funded by EU Budget**. [Brussels]: European Parliament, 2016.
- AKINTOLA, O. What motivates people to volunteer? The case of volunteer AIDS caregivers in faith-based organizations in KwaZulu-Natal, South Africa. **Health Policy and Planning**, Oxford, v. 26, n. 1, p. 53 - 62, 2010.
- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005
- ANDION, C. Uma histografia do conceito de Sociedade Civil: dos clássicos aos modernos. **XI Colóquio Internacional de Poder Local**, Salvador, 2009.
- ANDRES, A. **Measuring academic research: how to understand a bibliometric study**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 23 – 40.
- ANHEIER, H. K.; SALAMON, L. M. The Nonprofit Sector in Comparative Perspective. In: POWELL, W. W.; STEINBERG, R. (Eds.) **The nonprofit sector: A research handbook**. New Haven: Yale University Press, 2006.
- AOUN, I.; TOURNOIS, L. Building holistic brands: an exploratory study of Halal cosmetics. **Journal of Islamic Marketing**, Melbourne, v. 6, n. 1, p. 109 - 132, 2015.
- APAYDIN, F. Financialization and the push for non-state social service provision: Philanthropic activities of Islamic and conventional banks in Turkey. **Forum for Development Studies**, Oslo, v. 42, n. 3, p. 441 - 465, 2015.
- ARRIOLA, K. R. J. et al. Promoting policy and environmental change in faith-based organizations: description and findings from a mini-grants program. **American Journal of Health Promotion**, [s.l.], v. 31, n. 3, p. 192 - 199, 2017.
- ASOMUGHA, C. N.; DEROSE, K. P.; LURIE, N. Faith-based organizations, science, and the pursuit of health. **Journal of Health Care for the Poor and Underserved**, Baltimore, v. 22, n. 1, p. 50 - 55, 2011.
- ATKINSON, P.; SILVERMAN, D. Kundera's Immortality: the interview society and the invention of the self. **Qualitative Inquiry**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 304 - 25, 1997.
- BABBIE, Earl J. **The practice of social research**. 12. ed. Belmont: Wadsworth, 2010.
- BAHMANI, J. The role of civil society in development. **Journal of Civil & Legal Science**, [s.l.], v. 5, n. 6, p. 1 - 3, 2016.
- BELLO, A. A. **Introdução à Fenomenologia**. Bauru: Edusc, 2006.
- BERGER, P. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião & Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 9 - 23, 2001.

BIEBRICHER, T. Faith-based initiatives and the challenges of governance. *Public Administration*, [s.l.], v. 89, n. 3, p. 1001 - 1014, 2011.

BIELEFELD, W.; CLEVELAND, W. S. Defining faith-based organizations and understanding them through research. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 42, n. 3, p. 442 - 467, 2013.

BIELEFELD, W.; CLEVELAND, W. S. Faith-Based Organizations as Service Providers and Their Relationship to Government. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Indianápolis, v. 42, n. 3, p. 468 - 494, 2013.

BISESI, M.; LIDMAN, R. Compassion and power: religion, spirituality, and public administration. *International Journal of Public Administration*, [s.l.], v. 32, n. 1, p. 4 - 23, 2009.

BOBBIO, N. Sociedade civil. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. São Paulo/ Brasília: Perspectiva/ UnB, 2000. Vol. 2.

BORGES, A. V.; ENOQUE, A. G.; BORGES, J. F.; ALMEIDA, L. L. S. de. Empreendedorismo religioso: um estudo sobre empresas que exploram o nicho da religiosidade. *RAC - Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 565 – 583, 2015.

BORNSTEIN, D. **How to change the world**: social entrepreneurs and the power of new ideas. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BRAGA, O. E. A Dádiva de Mauss: revisitando o conceito e suas perspectivas teóricas contemporâneas. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 7 – 23, 2016.

BRODY, H. **The other side of eden**: hunters, farmers and the shaping of the world. New York: North Point Press, 2002.

BROOKS, R. G.; KOENIG, H. G. Crossing the secular divide: government and faith-based organizations as partners in health. *International Journal Of Psychiatry In Medicine*, Charleston, v. 32, n. 3, p. 223 - 234, 2002.

BRUDENELL, I. Parish nursing: nurturing body, mind, spirit, and community. *Public Health Nursing*, (s.l.), v. 20, n. 2, p. 85-94, 21 fev. 2003.

BRUNO, L. E. B. **Processo de trabalho, lutas sociais e formas de poder**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1991.

BURCHARDT, M. Faith-based humanitarianism: organizational change and everyday meanings in South Africa. *Sociology of Religion: a Quarterly Review*, [s.l.], v. 74, n. 1, p. 30 - 55, 2013.

CASEY, J., B.; DALTON, R.; MELVILLE, J. ONYX. Strengthening government–nonprofit relations with compacts: international experiences. *Voluntary Sector Review*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 59 -75, mar. 2010.

CASSELMAN, R. M.; SAMA, L. M.; STEFANIDIS, A. Differential Social Performance of Religiously-Affiliated Microfinance Institutions (MFIs) in Base of Pyramid (BoP) Markets. **Journal of Business Ethics**, [online], v. 132, n. 3, p. 539 - 552, 2015.

CHAMBRÉ, S. M. The changing nature of “faith” in faith-based organizations: Secularization and ecumenicism in four AIDS organizations in New York City. **Social Service Review**, [s.l.], v. 75, n. 3, p. 434 - 455, 2001.

CHANDHOKE, N. The Civil and the Political in Civil Society. **Democratization**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 1 - 24, 2001.

CLARKE, G. Faith matters: faith-based organisations, civil society and international development. **Journal of International Development**, [s.l.], v. 18, n. 6, p. 835 - 848, 2008.

\_\_\_\_\_. Trans-faith humanitarian partnerships: the case of muslim aid and the United methodist committee on relief. **European Journal of Development Research**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 510 - 528, 2010.

\_\_\_\_\_. Faith matters: Faith-based organisations, civil society and international development. **Journal of International Development**, (s.l.), v. 18, n. 6, p. 835-848, 2006.

CLARKE, G.; JENNINGS, M. **Development, civil society and faith-based organizations: bridging the sacred and the secular**. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 2008.

CNAAN, R. A.; BODDIE, S. C. Charitable choice and faith-based welfare: a call for social work. **Social Work**, Oxford, v. 47, n. 3, p. 224 - 235, 2002.

COCHRANE, L. L. Land degradation, faith-based organizations, and sustainability in Senegal. **Culture, Agriculture, Food and Environment**, [s.l.], v. 35, n. 2, p. 112 - 124, 2013.

COHEN, J. L. Sociedade civil e globalização: repensando Categorias. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n 3, p. 419 - 459, 2003.

COLEMAN, J. D.; TATE, A. D.; GADDIST, B.; WHITE, Jacob. Social Determinants of HIV-Related Stigma in Faith-Based Organizations. **American Journal of Public Health**, Nebraska, v.106, n. 3, p. 492 - 496, mar. 2016.

COOPER, B.; THARENNOU, P.; DONOHUE, R. **Management research methods**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORRÊA, C. H. P. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978.

CRESSWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CURLIN, F. A. et al. Following the call: how providers make sense of their decisions to work in faith-based and secular urban community health centers. **Journal of Health Care for the Poor and Underserved**, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 944 - 957, 2006.

DAFT, R. L. **Organizações: teoria e projetos**. 11. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

DAHRENDORF, R. **Essays in the theory of society**. Redwood City: Stanford University Press, 1968.

DAVIS, M. T. Religious and non-religious components in substance abuse treatment: a comparative analysis of faith-based and secular interventions. **Journal of Social Work**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 243 - 259, 2014.

DAVIS, M.; LUCAS, L. M. Principles before profits: an interview with S. Truett Cathy. **New England Journal of Entrepreneurship**, Fairfield, v. 10, n. 1, p. 27 - 32, 2007.

DIJULIO, J. J. Reasons for objective hope in the two faith factors: Foreword. In: Johnson, B. R.; Tompkins R. B.; Webb, D. (Eds.). **Objective hope: assessing the effectiveness of faith-based organizations - a review of the literature**. Philadelphia: Center for Research on Religion / Manhattan: Urban Civil Society, Institute, 2002.

DILGER, H. Doing better? Religion, the virtue-ethics of development, and the fragmentation of health politics in Tanzania. **Africa Today**, Bloomington, v. 56, n. 1, p. 89 - 110, 2009.

DINHAM, A.; LOWNDES, V. Religion, resources, and representation: three narratives of faith engagement in British Urban governance. **Urban Affairs Review**, [s.l.], v. 43, n. 6, p. 817 - 845, 2008.

DODDS, Eric Robertson. **Los griegos y lo irracional**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

DUFF, J. et al. **High-level collaboration between the public sector and religious and faith-based organizations: fad or trend**. **Review of Faith and International Affairs**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 95 - 100, 2016.

DUNNE, J. **Back to the rough ground: practical judgement and the lure of technique**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1993.

EBAUGH, H. R.; CHAFETZ, J. S.; PIPES, P. Funding good works: Funding sources of faith-based social service coalitions. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, Indianápolis, v. 34, n. 4, p. 448 - 472, 2005.

EDWARDS, M. **Civil society**. 2. ed. Cambridge: Polity Press. 2009.

\_\_\_\_\_. **The Oxford Handbook of Civil Society**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

EHRENBERG, J. The history of civil society ideas. **The Oxford Handbook of Civil Society**. Oxford: Oxford University Press. 2011.

ESPARZA, J. J. Curso general de disidencia **apuntes para una visión del mundo alternativa**. Madrid: Ediciones El Emboscado, 1997. col. Metapolítica.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FARNSLEY II, A. E. Can faith-based organizations compete? **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, Indianápolis, v. 30, n. 1, p. 99 - 111, mar. 2001.

FERGUSON, K.; WU, Q.; SPRUIJT-METZ, D.; DYRNESS, G. Outcomes evaluation in faith-based social services: are we evaluating faith accurately? **Research on Social Work Practice**, Flórida, v. 17, n. 3, p. 264-276, 2007.

FERRIS, E. Faith and humanitarianism: it's complicated. **Journal of Refugee Studies**, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 606 - 625, 2011.

FISCHER, R. L. The devil is in the details: implementing outcome measurement in faith-based organizations. **Spring Research Forum of the Independent Sector**, Bethesda, 2003.

FLANIGAN, S. T. Paying for God's work: a rights-based examination of faith-based NGOs in Romania. **Voluntas: International Journal of Voluntary & Nonprofit Organizations**, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 156 - 175, 2007.

FORET, F.; MOURÃO PERMOSER, J. Between faith, expertise and advocacy: the role of religion in European Union policy-making on immigration. **Journal of European Public Policy**, [s.l.], v. 22, n. 8, p. 1089 - 1108, 2015.

FRAME, J. Exploring the approaches to care of faith-based and secular NGOs in Cambodia that serve victims of trafficking, exploitation, and those involved in sex work. **International Journal of Sociology and Social Policy**, Melbourne, v. 37, n. 6, p. 311 - 326, 2017.

FRITZ, J. What Is a Faith-Based Nonprofit? Disponível em:  
<<http://nonprofit.about.com/od/faqsthebasics/f/What-Is-A-Faith-Based-Nonprofit.htm>>.  
Acesso em: 10 nov. 2018.

GARCIA, J.; PARKER, R. G. Resource mobilization for health advocacy: afro-brazilian religious organizations and HIV prevention and control. **Social Science and Medicine**, [s.l.], v. 72, n. 12, p. 1930–1938, 2011.

GIBSON, T.; GIBSON, T. **Pedagogy in religion and science**. v. 53, n. 3, p. 876 - 880, 2018.

GLAZIER, J. D.; POWELL, R. R. **Qualitative research in information management**. Englewood: Libraries Unlimited, 2011.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995.

GORSUCH, R. L. Measurement: the boon and bane of investigating religion. **American Psychologist**, [s.l.], v. 39, n. 3, p. 228 - 236, 1984.

GRANT, A. R. Teamwork in secular and faith-based organizations. **Performance Improvement**, [s.l.], v. 46, n. 6, p. 25 - 29, 2007.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GREEN, P. B. Teleology and theology: the cognitive science of teleology and the Aristotelian virtues of techné and wisdom. **Theology and Science**, Berkeley, v. 10, ed. 3, 2012.

HAIR JR., J. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANGLEY, B.; MCCLANAHAN, W. S. **Mustering the armies of compassion in Philadelphia**: an analysis of one year of literacy programming in faith-based institutions. Philadelphia: Public/Private Ventures, 2002.

HAYATLI, M. Islam, International law and the protection of refugees and IDPs. **Forced Migration Review**, Supplement. 2009. Disponível em: <http://www.fmreview.org/FMRpdfs/Human-Rights/1.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

HEIDEGGER, M. La pregunta por la técnica. In:\_\_\_\_\_. **Conferencias y artículos**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1994. Cap. 01, p. 9 - 37.

HOBBS, T. **Leviathan**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1996.

HODA, N; LAL GUPTA, S. Faith-based organizations and microfinance: a literature review. **Asian Social Science**, [s.l.], v. 11, n. 9, p. 245 - 254, 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018.

JAMES, M. N. **Psychology, religion, and spirituality**. Springer, 2009.

JAMES, R. Handle with care: Engaging with Faith-Based Organisations in Development. **Development in Practice**, Londres, v. 21, n.v1, p.v109 - 117, 2011.

JAWAD, R. Serving the public or delivering public services? Religion and social welfare in the new British social policy landscape. **Journal of Poverty and Social Justice**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 55 - 68, 2012.

JAYASINGHE, S. Faith-based NGOs and healthcare in poor countries: a preliminary exploration of ethical issues. **Journal of Medical Ethics**, Bethesda, v. 33, n. 11, p. 623 - 626, 2007.

JEZARD, A. **Who and what is civil society? World Economic Forum Agenda article**, v. 23, n. 2. 2018. Disponível em: < <https://www.weforum.org/agenda/2018/04/what-is-civil-society>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

JOHNSEN, S. Where's the faith in faith-based organisations? the evolution and practice of faith-based homelessness services in the UK. **Journal of Social Policy**, [s.l.], v. 43, n. 2, p. 413 - 430, 2014.

JOHNSON, B. R.; TOMPKINS, R. B.; WEBB, D. **Objective hope**: assessing the effectiveness of faith-based organizations: a review of the literature. Philadelphia: Center for Research on Religion / Manhattan: Urban Civil Society, Institute, 2002.

JORDAN, R. Governing a Faith-Based Organization: addressing unique challenges in the boardroom. **Board Leadership**, [s.l.], v. 45, n. 3, p. 5 - 7, 2008.

KAISER, Angela A. Faith-Based Organizations: a vehicle for cross-cultural relationship building. **Journal of Religion and Spirituality in Social Work**, [Online], v. 34, n. 3, p. 265 - 284, mar. 2015.

KANT, I. **Political writings**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KAVANAGH, D. Problematizing practice: MacIntyre and management. **SAGE Journals**, [s.l.], v. 20. ed. 01, p. 103 - 115, jan. 2013.

KAZMINA, O. E. Serving god, helping a neighbour, and cooperating with the state. US Christian organisations' social work among refugees. **Siberian Historical Research**, Tomsk Oblast, v. 23, n. 4, p. 149 - 179, 2017.

KHAN, A. A.; KIRMANI, N. South African Indian Muslim Faith Based Organisations (FBOS) response to international disasters: case study of the gift of the givers foundation. **Man in India**, [s.l.], v. 93, n. 4. p. 713-781. 2013

KIM, S. Faith-based service delivery: a case study at ground zero. **Journal of City and State**, [s.l.], v. 2, n.1, p. 41 - 52. 2001.

KIRMANI, N. The role of religious values and beliefs in charitable and development organisations in Karachi and Sindh, Pakistan. **Development in Practice**, [s.l.], v. 22, n. 6, p. 735-748, 2012.

KIRMANI, N.; ZAIDI, S. The role of faith in the charity and development sector in Karachi and Sindh, Pakistan. **RaD - Religions and Development Working Paper 50**, Birmingham, 2010.

KLEIN, A. Civil society theory: Cohen and Arato. In: ANHEIER, H. K.; TOEPLER, S. (Eds.) **International Encyclopedia of Civil Society**. New York: Springer, 2010.

KOENIG, H. G.; BROOKS, R. G. Crossing the secular divide: government and faith-based organizations as partners in health. **International Journal of Psychiatry In Medicine**, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 223-234, 2002.

KRISTJÁNSSON, K. **Smoothing it**: some aristotelian misgivings about the phronesis-práxis perspective on education. **Educational Philosophy and Theory**, [s.l.], v. 37, n. 4, 2005.

KVASNY, L.; LEE, R. The paradoxical consequences of the white house faith-based and community initiative for black churches. **New Media and Society**, [s.l.], v. 12, n. 4, p. 619 - 636, 2010.

LAN, P.; YOUNG, S. International technology transfer examined at technology component level: a case study in China. **Technovation**, [s.l.], v. 16, n. 6), 1996.

- LEAVEY, G. U K Clergy and people in mental distress: community and patterns of pastoral care. **Transcultural Psychiatry**, Thousand Oaks, v. 45, n. 1, p. 79 - 104, 2008.
- LEWIS, B. M. **Issues and dilemmas in faith-based social service delivery**: the case of the Salvation Army of Greater Philadelphia. **Administration in Social Work**, [s.l.], v. 27, n. 3, p. 87 - 106, 2003.
- LI-HUA, R. Examining the appropriateness and effectiveness of technology transfer in China. **Journal of Technology Transfer in China**, [s.l.], v. 1, n. 2. p. 208 – 223, 2009.
- LOCKE, J. **Two treatises of government**. New York: Mentor, 1965.
- LÓPEZ-LÓPEZ, W. Quevedo-Blasco, R. Bibliometric Analysis of Selected Multidisciplinary. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 384 – 408, 2010.
- LYNCH, C.; SCHWARZ, T. B. Humanitarianism's proselytism problem. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 60, n. 4, p. 636 - 646, 2016.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Col. Os Pensadores.
- MATTES, A. Part of the problem or of the solution? The involvement of religious associations in immigrant integration policy. **Osterreichische Zeitschrift fur Politikwissenschaft**, Innsbrouck, v. 46, n. 1, p. 43 - 58, 2017.
- MAURICE, J. Faith-based organisations bolster health care in Rwanda. **Lancet**, [s.l.], v. 386, n. 9989, p. 123 - 124, 2015.
- MELVILLE, R.; MCDONALD, C. Faith-based organisations and contemporary welfare. **Australian Journal of Social Issues**, [Online], v. 41, n. 1, p. 69 - 85, 2006.
- MIDGLEY, J. **Social welfare in global contexto**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis**: an expanded sourcebook. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- MONETTE, D. R.; SULLIVAN, T. J.; DEJONG, C. R. **Applied social work research**: a tool for the human services. 6. ed. Belmont: Brooks/Cole, 2005.
- MONSMA, S. V. **When sacred and secular mix**: religious nonprofit organizations and public money. Lanham: Rowman & Littlefield, 1996.
- MONSMA, S. V.; SMIDT, C. E. Faith-based interventions for at-risk latino youths: a study of outcomes. **Politics and Religion**, Cambridge, v. 6, n. 2, p. 317 – 341, 2013.
- MUÑOZ-LABOY, M. A. et al. Beyond faith-based organizations: using comparative institutional ethnography to understand religious responses to HIV and AIDS in Brazil. **American Journal of Public Health**, [s.l.], v. 101, n.6, p. 972 - 978, 2011.

NAGEL, A. K. Charitable choice: the religious component of the us-welfare-reform - theoretical and methodological reflections on faith-based-organizations as Social Service Agencies. **Numen: International Review for the History of Religions**, [s.l.], v. 53, n. 1, p. 78 - 111, 2006.

NATIONAL CENTER FOR CHARITABLE STATISTICS. **The nonprofit Sector in Brief 2018: Public charities, giving, and volunteering**. 2018. Disponível em: < <https://nccs.urban.org/publication/nonprofit-sector-brief-2018#the-nonprofit-sector-in-brief-2018-public-charities-giving-and-volunteering>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

NELSON, M. J. Psychology, religion and spirituality. Department of Psychology. **Valparaiso University**. Springer Science, 2009.

NETTING, F. E.; ELLOR, J. W. Faith-based initiatives and aging services. **Journal of Religious Gerontology Monographic Separates**, Routledge, 2005.

NIELSEN, P. R. Action research as an ethics praxis method. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v. 135, n. 3, p. 419 - 428, 2016.

NYBERG, D. The morality of everyday activities: not the right, but the good thing to do. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v. 81, n. 3, p. 587 - 598, 2008.

OBSERVA FLORIPA - Observatório de Inovação Social. Disponível em: <<http://www.observafloripa.com.br/is-home>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

OBISF - **Observatório de Inovação Social**. O que é o Observatório de Inovação Social. Disponível em: < <http://www.observafloripa.com.br/is-page//whatIs>>. Acesso em: 05 set. 2019.

OCCHIPINTI, L. Faith based organizations and the neoliberal state: Creating resistance in northern Argentina. **Journal of International and Global Studies**, Saint Charles, v. 7, n. 1, p. 1 - 15, 2015.

OLABUENAGA, G. A. De la Técnica a la Techne. **A Parte Rei. Revista de Filosofia**, Madrid, n. 1, jun. 1997.

ORTEGA Y GASSET, J. **Ensimismamiento y alteración**:— meditación de la técnica y otros ensaios. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

OWENS, M. L.; SMITH, R. D. Congregations in low-income neighborhoods and the implications for social welfare policy research. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, [s.l.], v. 34, n. 3, p. 316 - 339, 2005.

PANDYA, S. P. Lifelong commitment to ascetic life and orders: Hindu women renunciants in India. **Cogent Social Sciences**, [s.l.], v. 3, n. 1, 2017.

PAYTON, R. L. and MOODY, M. P. **Understanding philanthropy**: its meaning and mission. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

PEMBERTON, C. For God's sake not for sale: Trafficking and the church in Europe. **Gender and Development**, Oxford, v. 14, n. 3, p. 399 - 408, 2006.

PEREIRA, J.; ANGEL, R. J.; ANGEL, J. L. A case study of the elder care functions of a Chilean non-governmental organization. **Social Science and Medicine**, Austin, v. 64, n. 10, p. 2096 - 2106, 2007.

PETERSEN, M. J. International Religious NGOs at The United Nations: a study of a group of religious organizations. **The Journal of Humanitarian Assistance**, Bradford, 17 nov. 2010.

PHILLIPS, J.; YI, J. Christian case for engaging north Korea. **Pacific Affairs**, Vancouver, v. 91, n. 3, p. 523 - 537, set. 2018.

PUTNAM, R. D.; GAMM, G. The growth of voluntary associations in america, 1840–1940. **Journal of Interdisciplinary History**, [s.l.], v. 29, n. 4, p. 511 – 57, 1999.

RAGAN, M. Faith-based vs. secular: using administrative data to compare the performance of faith-affiliated and other social service providers. **Roundtable on Religion and Social Welfare Policy**, Philadelphia, 2004. Disponível em: <[http://www.religionandsocialpolicy.org/docs/research/Benchmarking\\_report\\_12-23-04.pdf](http://www.religionandsocialpolicy.org/docs/research/Benchmarking_report_12-23-04.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2019.

RAHAELI, S. The rights of refugee women and children in Islam. 2009. **Forced Migration Review**, Supplement. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/FMRpdfs/Human-Rights/2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RAKODI, C.; DENEULIN, S. Revisiting religion: development studies thirty years on. **World Development**, [s.l.], v. 39, n. 1, p. 45 – 54, 2010.

RAMÍREZ, J. L. **Creative meaning**: a contribution to a human-scientific theory of action. 1995.

RÄMÖ, H. An aristotelian human time-space manifold: from chronochora to kaitopos. **Time & Society**, Sage, v. 8, n. 2, p. 309 – 328, 1999.

RAMOS, G. A. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: F G V, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. **Curso de Sociologia – IV Seção**. Departamento Administrativo do Serviço Público Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento: USP, 1948.

\_\_\_\_\_. **Administração e Contexto Brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K. Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Voluntas**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 213 - 48, 1998.

SCHAEFER, J. Religious motivation for mitigating human-forced climate change: scientifically informed, politically astute, and collaborative. **International Journal of Climate Change Strategies and Management**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 34 - 46, 2014.

SERAFIM, C. M.; MARTES, B. C. A.; RODRIGUEZ, L. C. Segurando na mão de Deus: organizações religiosas e apoio ao empreendedorismo. **ERA**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 217 – 231, 2012.

SERAFIM, M. C.; ANDION, C. Capital espiritual e as relações econômicas: Empreendedorismo em organizações religiosas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 564 - 579, 2010.

SERAFIM, M. C.; FEUERSCHÜTTE, S. G. Movido pelo transcendente: a religiosidade como estímulo ao espírito empreendedor. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 165-182, 2015.

SERAFIM, M. C.; ALPERSTEDT, G. D. As organizações religiosas e suas relações: uma análise a partir da teoria dos stakeholders. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 17, n.3, p. 53 - 71, 2012

SIDER, R. J.; UNRUH, H. R. Typology of religious characteristics of social service and educational organizations and programs. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, (s.l) v. 33, n. 1, p. 109-134, 2004.

SILVERMAN, D. **Interpreting qualitative data: methods for analysing talk, text and interaction**. London: Sage, 1993.

SMITH, D. W. Phenomenology. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2013. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/phenomenology/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SNIBBE, A. C.; MARKUS, H. R. The psychology of religion and the religion of psychology. **Psychological Inquiry. Religion and Psychology**, [s.l], v. 13, n. 3, p. 229 – 234, 2002.

SOUSA, F. R. Religiosidade no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 79, ed. 27, 2013.  
STEPHENS, T. M. The role of faith-based organizations in the education, support, and services for persons living with human immunodeficiency virus/acquired immunodeficiency syndrome. **Nursing Clinics of North America**, [s.l], v. 43, n.1, 2017.

SUÁREZ, M. O. De la técnica griega a la técnica occidental moderna. **Scientia et Technica**, Risaralda, a. XIV, n. 39, p. 298 - 303, 2008.

TAVEGGIA, T. C. Resolving research controversy through empirical cumulating: Toward reliable sociological knowledge. **Sociological Methods and Research**, [s.l], v. 5, n. 2, p. 395 - 407.

THEODORSON, G. A.; THEODORSON, A. G. **A modern dictionary of sociology**. London: Methuen, 1970.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na américa: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOMALIN, E. Thinking about faith-based organisations in development: where have we got to and what next? **Development in Practice**, (online), v. 22, n. 5, p. 689 - 703, 2012.

TONNESSEN V, A. Faith-based NGOs in international aid: humanitarian agents or missionaries of faith? **Forum for Development Studies**. [online], v. 34, n. 2, p. 323 - 342, 2007.

TOWNES, A. E. K. F. M. F. Philanthropy in the faith community: mobilizing faith-based organizations for substance use prevention. **Foundation Review**, [s.l], v. 4, n. 3, p. 14 - 20, 2012.

TRULEAR, H. D. The seamless garment: christian identity and professionalism in an era of collaboration. **Social Work & Christianity**, v. 34, n. 3, p. 317-327, 2007.

VANDYCK, K. C. **Concept and Definition of Civil Society Sustainability**. Center for Strategic & International Studies. Human Rights Initiative, 2017.

VILLATORO, A. P.; DIXON, E.; MAYS, V. M. Faith-based organizations and the affordable care act: reducing Latino mental health care disparities. **Psychological Services**, Seattle, v. 13, n. 1, p. 92 - 104, 2016.

VIOLIN, C. T. A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antonio Gramsci. **Revista Eletrônica do CEJUR**, Curitiba, v. 1, n. 1, 2006.

WAHAB, S. A.; ROSE, R. C.; OSMAN, S. I. W. Defining the concepts of technology and technology transfer: a literature analysis. **International Business Research**, [s.l], v. 5, n. 1, p. 61 – 71, 2012.

WALZER, M. The Concept of Civil Society. In: \_\_\_\_\_. **Towards a global civil society**. New York: Berghahn Books, 1995.

WATKINSON, A. M. The Second Coming: Faith-Based Organizations, Public Services, and Policy. *Affilia - Journal of Women and Social Work*, [s.l], v. 30, n. 4, p. 476 - 488, 2015.  
WERBER, L. et al. Faith-based organizations and veteran reintegration: enriching the Web of Support. **Rand Health Quarterly**, [s.l], v. 5, n. 2, p. 15, 2015.

WILLIAMS, A.; CLOKE, P.; THOMAS, S. Co-constituting neoliberalism: faith-based organisations, co-option, and resistance in the UK. **Environment and Planning**, [s.l], v. 44, n. 6, p. 1479 - 501, 2012.

WILLS, J. et al. Religion at work: the role of faith-based organizations in the London living wage campaign. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, Cambridge, v. 2, n. 3, p. 443 - 461, 2009.

WINSHIP, C.; REYNOLDS, A. Faith, practice, and transformation: a theory-based evaluation of faith-based teen programs. **Spring Research Forum of the Independent Sector**, Bethesda, 2003.

WLADIKA, M. Virtues. The Aristotelian-Thomistic Line of Thinking. In: GRIM, E. (Ed.) **Virtue Ethics: Retrospect and prospect**. E-Book: Springer. 2019. p. 27-42

WOLDEHANNA, S.; RINGGHEIN, W.; MURPHY, C. Faith in action: examining the role of faith-based organizations in addressing HIV/AIDS. 2005. **Global Health Council**.

Disponível em: <<http://www.hivpolicy.org/Library/HPP000550.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. **World scenario series: the future role of civil society.**

Disponível em:

<[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_FutureRoleCivilSociety\\_Report\\_2013.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_FutureRoleCivilSociety_Report_2013.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

YANCEY, G. et al. Public-private partnerships interactions between faith-based organizations and government entities. **Social Policy Journal**, [s.l], v. 3, n. 4, p. 5, 2004.

ZAMAN, T. Jockeying for position in the humanitarian field: Iraqi refugees and faith-based organisations in Damascus. **Disasters**, [online], v. 36, n. 3, p. 126 - 148, 2012.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração. **RAEP - Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 241 - 273, abr./jun. 2015.

ZEHAVI, A. The faith-based initiative in comparative perspective making use of religious providers in Britain and the United States. **Comparative Politics**, Nova York, v. 40, n. 3, p. 331 - 351, 2008.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

### A. ANÁLISE PESSOAL E ORGANIZACIONAL

1. Como funciona a organização? Quais seus ideais, valores e missão?
2. Qual a sua função?
3. A quanto tempo trabalha nessa organização?
4. Como surgiu esse envolvimento?
5. Como se desenvolvem as atividades no cotidiano?
6. Quais os principais desafios encontrados?
7. A Religião ou crença influencia de alguma maneira o desenvolvimento das atividades?
8. Como se desenvolve a relação com o Estado? Existem empecilhos para participar de licitações ou receber recursos?

### B. RELIGIÃO DO INDIVÍDUO

9. Qual a sua relação com sua fé ou religião? Como impacta sua vida?
10. Qual é a sua crença ou denominação?
11. Ela é útil em momentos de resolução de conflitos pessoais? Ex. orações ou rezas, jejum, falar com o divino, meditar. (TRVP)
12. Houveram momentos marcantes em sua vida pessoal onde as fés/crenças foram úteis para solucionar problemas? (TRVP)

### C. RELIGIÃO DO INDIVÍDUO NA ORGANIZAÇÃO

13. Você utiliza as práticas da TRVP no âmbito organizacional?
14. Você percebe a crença na vida diária ou ela acaba se dissipando no meio de tantas atividades e distrações ocorridas durante o dia?
15. Como percebe a importância dessa organização? Acredita que o sistema de crença que ela propaga é relevante no contexto da identidade?
16. Houveram momentos marcantes que a fé ou crença ajudaram a lidar no contexto das organizações? (TRVP).

